

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Fernanda Gomes Rocha

**Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia
(1840 – 1888)**

**Salvador – BA
2016**

Fernanda Gomes Rocha

**Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia
(1840 – 1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires.

**Salvador – BA
2016**

R672 Rocha, Fernanda Gomes,
Laços de família: escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia
(1840 – 1888) / Fernanda Gomes Rocha. – 2016.
191 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Novaes Pires
Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

1. Escravidão – Bahia - História. 2. Família – Séc. XIX. 3. Irmandades – Rosário,
Nossa Senhora do. 4. Rio de Contas (BA) – 1840 - 1888. I. Pires, Maria de Fátima
Novaes. II. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da
Bahia. III. Título.

CDD: 981.42



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Fernanda Gomes Rocha		213115380	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
Laços de família: Escravos e libertos em Minas do Rio de Contas - Bahia (1840 - 1888)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Maria de Fátima Novaes Pires - orientadora	<i>Maria de Fátima Novaes Pires</i>	341272325-87	
Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB)	<i>Isabel Cristina Ferreira dos Reis</i>	349135305-00	
Katia Lorena Novais Almeida (UNEB)	<i>Katia Lorena Novais Almeida</i>	49098403549	

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Fernanda Gomes Rocha, mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria de Fátima Novaes Pires, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca examinadora considera que a dissertação atendeu plenamente aos quesitos exigidos e recomenda a publicação do trabalho.

SSA, 31/03/2016: Assinatura da aluna:

Fernanda Gomes Rocha

SSA, 31/03/2016: Assinatura da orientadora:

Maria de Fátima Novaes Pires

Ao meu esposo, Nayron Rocha, a meu amigo-irmão, Alan Passos, e a minha amiga-irmã, Napoliana Santana, com todo meu amor, respeito e gratidão.

Agradecimentos

Ao findar esta etapa da minha vida acadêmica olhei para trás, observei que toda essa caminhada não foi percorrida sozinha e compreendi que a história é constituída de extensas redes de solidariedades, parcerias, renúncias momentâneas e doação. Agora, chegou o momento de deixar registrado e retribuir todo o carinho e atenção recebidos por aqueles que me ajudaram a escrever mais uma página da minha vida. Gostaria de agradecer àqueles que, de alguma forma, segurou em minha mão e me sustentou.

Inicialmente, agradeço ao Deus único e poderoso que sirvo, o Senhor Jesus. Razão de toda minha existência, sem teu amor e misericórdia nada seria!!!

À professora Maria de Fátima Novaes Pires por acreditar em minha pesquisa e aceitar o convite para me orientar. Não tenho palavras para expressar o quanto sou grata à senhora, não somente pelos ensinamentos ofertados, pela autonomia e confiança concedida e assim conduzir o trabalho a partir da minha experiência com as fontes, mas, principalmente, pelos momentos de descontração vivenciados, nos quais pude tecer sólidos laços de solidariedade e amizade que extrapolaram os muros acadêmicos.

Às professoras Isabel Cristina Ferreira dos Reis e Kátia Lorena de Novais Almeida, que teceram comentários pertinentes no meu exame de qualificação e contribuíram com o aprimoramento desta pesquisa, assim como pela compreensão ao aceitarem receber o texto com pouco prazo para a leitura.

Outro professor que muito colaborou com este trabalho foi Jonis Freire. De Niterói – RJ, ele me envia, via correio e/ou e-mail, livros, dissertações, revistas e artigos, obras de difícil acesso e outras “saindo do forno”, sempre me atualizando com os trabalhos sobre escravidão e ajudando a labutar com as fontes. Jonis, te agradeço de coração!

Aos professores, colegas e amigos do curso de mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Em especial, aos professores João José Reis e Maria José Rapassi Mascarenhas que cordialmente me receberam, sempre dispostos a me ouvir e ajudar e que muito contribuíram com o meu “ofício”. Às colegas Eliane Maia e Raiza Canuta, pela maravilhosa companhia, longas conversas entre o ir e vir da UFBA e, claro, pelas experiências compartilhadas. Aos colegas Moisés Amado, Daniel Vital, Virgílio Sena, Rafael de Oliveira, Rafael Rosa, Jamille Cardoso e Débora Ataíde pelos momentos de descontração, nos quais pude compreender que o aprendizado acadêmico extrapola os muros institucional.

Quero agradecer também aos professores e amigos da graduação na Universidade do Estado da Bahia - UNEB *campus VI* / Caetité e funcionários do Arquivo Público de Caetité –

APMC. Locais onde foram germinadas as primeiras sementinhas desta árvore e pude adquirir experiência no trato com as fontes. Nessa fase, tive o privilégio de conhecer, ser aluna, orientanda e amiga de Marcos Profeta, que com sensibilidade conduziu os meus primeiros contatos com os documentos e a escrita da história, e de construir uma linda amizade com Gabriela Nogueira, uma das primeiras influências e empurrões que tive, das quais muito me orgulho.

À amiga-irmã, companheira e cúmplice deste trabalho, Napoliana Santana que sem a sua amizade, solidariedade e parceria não teria conseguido chegar até aqui. Pelas incontáveis horas de conversas ao telefone que de amiga passava a ser psicóloga, “co-orientadora” e, em alguns momentos, sendo até chata, mas, sem nenhuma dúvida, o meu maior suporte. Ao amigo-irmão Alan Passos, sempre gentil e disposto a me acolher e ajudar a enfrentar a grandiosa capital baiana, Salvador. Companheiro de longos debates sobre as vivências humanas, teoria da história e a este tão competitivo mundo acadêmico. À Poly e Alanzim, como carinhosamente os chamo, dedico este trabalho!

No período em que vivi em Salvador fui acolhida gentilmente pela família Teixeira. O patriarca Ney Teixeira juntamente com a sua esposa Luiza carinhosamente me deram abrigo provisório, tempo necessário para me instalar na Capital. Camila, a filha do casal, sempre disposta a me orientar a caminhar na cidade grande. Outra família que me ajudou em Salvador foi a formada por Naiara Rocha e Alessandro Melo, sempre que precisava eles estavam dispostos a me ajudar. Era almoços, passeios, conversas e muita diversão ao lado deles e do pequenino Heitor, filho do casal que nasceu neste período, me proporcionando experiências com a maternidade. A vocês meu muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer às funcionárias do Arquivo Público de Rio de Contas: Gardênia Chaves, Eucaria Cotrim, Vanília Gottschall e Daniela Novais, sempre tão prestativas e dispostas a contribuir com a escrita da história de Rio de Contas, certamente sem o apoio e carinho de vocês não teria dado conta da empreitada com as fontes. Ao amigo Elivaldo Cardoso, sempre solícito e disposto a me socorrer no período em que estava longe do arquivo, fosse fotografando os inventários ou lançando os dados coletados nas tabelas do Excel e à amiga Ana Clara Sampaio que também me ajudou com as fontes, transcrevendo-as e digitando os dados coletados. Ao Padre Valderi Tavares da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas por ter concedido os registros eclesiásticos à pesquisa, à minha madrinha Ednalva Oliveira por ter intermediado os acordos com o Padre e também ao padre Joaquim Almeida que, na ausência de Pe Valderi, permitiu que continuasse as pesquisas e

conhecesse um pouco do rico acervo documental desta Paróquia. Ao meu sogro Dilson Novais, topógrafo e agrimensor, que me ajudou a conhecer geograficamente as fazendas, sítios e povoados da freguesia de Nossa Senhora de Livramento e colaborou com a execução dos mapas utilizados nesta pesquisa. E agradeço a Tadeus Dias pela paciência e solicitude ao confeccionar os mapas e me orientar sobre os espaços geográficos.

Às prof^a Maria Gorette da Silva Ferreira, tão atenciosa e prestativa, que desde a qualificação vem me ajudando com a gramática, e a Martina Luz, que contribuiu com a leitura final do texto e fez importantes considerações gramaticais. À Marcia Kelly, companheira desde a graduação que me ajudou com o resumo em inglês.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, pela concessão da bolsa de financiamento deste trabalho de pesquisa.

Deixei para o final a base de tudo, minha família! À minha mãe Lucélia Gomes pela determinação, garra e persistência adquiridas, ao grande exemplo de luta e força de vontade. Ao meu esposo Nayron Rocha por apoiar, acreditar, incentivar e compreender minhas constantes ausências, a ti, minha vida, dedico este estudo. Aos meus irmãos Alexandre e Marcus, pelas renúncias e confiança.

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar os laços de família consanguíneos e espirituais de escravos e libertos em Minas do Rio de Contas, região do alto sertão da Bahia, nos anos de 1840 e 1888. Para tanto, foram analisados os registros eclesiásticos, inventários, livros de nota do tabelionato, procurando, sempre que possível, compreender o significado da família para a vida desses sujeitos e como, através do sacramento do batismo, casamento e óbito teceram redes de proteção e ajuda mútua com pessoas de diferentes estatutos jurídicos sociais. Teve a preocupação de investigar os apadrinhamentos a partir das experiências dos escravos e libertos, analisando suas escolhas pessoais e buscando interpretar os possíveis arranjos de sobrevivências cotidianos. Assim, foi possível identificar a formação de famílias extensas que envolviam não somente o parentesco consanguíneo (pai, mãe e filho), mas também o espiritual (padrinhos e madrinhas), entrelaçados pelo compadrio, pelas relações de sociabilidade, afetividades, companheirismos e laços comunitários. E ainda a importância dos laços espirituais constituídos na irmandade de Nossa Senhora do Rosário para a vida escrava, em especial no momento da morte.

Palavras-chave: Escravidão, famílias, irmandade, alto sertão da Bahia

Abstract

The aim of this work is to study the spiritual and consanguineous family ties of slaves and freedmen in Minas do Rio de Contas, a region called alto sertão in Bahia state, in the years 1840 and 1888. Thus, the church records were analyzed, inventories, books of notary note, trying, whenever possible, to understand the meaning of family in the lives of these individuals and how, through the sacrament of baptism, marriage and death they created safety nets and mutual help with people from different social legal status. It was a concern to investigate the sponsorship from the experiences of slaves and freedmen, analyzing their personal choices and seeking to interpret the possible arrangements of daily survival. Thereby, it was possible to identify the formation of large families that not only involved the consanguineous kinship (father, mother and son), but also the spiritual (godparents), entwined by the sponsorship, the relations of sociability, affectivity, fellowships and community ties. Furthermore, the importance of the spiritual bonds formed in the brotherhood of Our Lady of the Rosary for the slave life, especially at the time of death.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Percentuais etários distribuídos por década da população cativa inventariada em Minas do Rio de Contas, 1840 – 1880.	57
Gráfico 02: Percentual da população cativa, na faixa etária de 13 a 45 anos, por década.	62
Gráfico 03: População cativa, na faixa etária de 13 a 25 anos, por gênero.	63

Lista de Histogramas

Histograma 01: Família de Leandra, escrava pertencente a Caetano Antunes Pereira, 1840 – 1883.	46
Histograma 02: Vínculos familiares dos escravos de Caetana Luiza de Castro, matriculados em 1872.	49
Histograma 03: Laços da família de Jose e Joanna, escravos pertencentes a Joaquim Pereira de Castro Coelho.	61
Histograma 04: Laços familiares de Henrique Dias Coelho e Tiburcia Alves Coelho, escravos pertencentes a Manoel Alves Coelho Sobrinho.	84
Histograma 05: Laços familiares de José, escravo, pertencente ao Capitão Antônio Sempronio Alves.	94
Histograma 06: Vivências comunitárias: formação de laços familiares dos escravos do Coronel Miguel Alves Coelho.	110
Histograma 07: Laços de compadrio do escravo Nicolau, cabra, “oficial de varios officios”, pertencente ao Coronel Miguel Alves Coelho.	112
Histograma 08: Laços familiares de Clara, escrava pertencente a Sebastião Jose do Bomfim.	116
Histograma 09: Laços de família: a escrava Ramona, os filhos e o marido.	122
Histograma 10: Redes de convívio: laços familiares e sociais do casal Raimundo e Maria, escravos de Jeronymo de Sousa Gomes, 1844-1852.	125
Histograma 11: Redes de convívio: laços familiares e sociais do liberto Jose Borba Galo e da esposa Luduvina, escrava, 1843-1849.	128
Histograma 12: Laços familiares de Joaquim e Carlota, escravos pertencentes ao Capitão Antônio Calisto de Oliveira.	133

Histograma 13: Laços de família de Romana, 1802-1887.....	172
---	-----

Lista de Imagens

Imagem 01: Lavagem do Ouro, 1880.	31
Imagem 02: Vila Velha – 1823.....	38

Lista de Mapas

Mapa 01: Freguesias existentes no termo de Minas do Rio de Contas no século XIX.	21
Mapa 02: Termo de Minas do Rio de Contas, século XIX.	33

Lista de Quadros

Quadro 01: Escravos pertencentes a Constancia Joaquina das Neves Dourado, Sítio do Bebedouro, Morro do Fogo – 1864.	68
Quadro 02: Causas das mortes de escravos, ingênuos e libertos nos registros de óbitos, 1840-1888.....	143
Quadro 03: Óbitos de escravos e ingênuos por propriedade, 1840-1888.	144

Lista de Tabelas

Tabela 01: média de cativos por propriedade, Minas do Rio de Contas –1840 a 1888.....	43
Tabela 02: nacionalidade dos escravos nos inventários de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.....	50
Tabela 03: idade da população cativa de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.....	56
Tabela 04: população cativa de Minas do Rio de Contas, distribuída por década, faixa etária e gênero – 1840-1888.	62

Tabela 05: classificação da cor dos escravos inventariados – Minas do Rio de Contas, 1840-1880.....	75
Tabela 06: classificação da cor de escravos e libertos nos registos de batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, 1838-1863.....	78
Tabela 07: quantidade de casamentos envolvendo escravos, libertos e livres pobres nas Minas de Rio de Contas nos anos de 1873 a 1888.....	87
Tabela 08: formação dos casais por estatuto jurídico e sexo – Minas do Rio de Contas, 1873-1888.....	90
Tabela 09: Escravos vendidos, Rio de Contas – 1860-1888.....	92
Tabela 10: Faixa etária dos nubentes por gênero - Minas do Rio de Contas, 1873-1888	97
Tabela 11: formação dos pares de cônjuges por faixa etária, 1873 – 1888	100
Tabela 12: Legitimidade nos batizados que “forao feitos fora da Matriz do SS Sacramento da Villa do Rio de Contas”, 1838 – 1888	117
Tabela 13: Estatutos jurídicos dos compadres e comadres dos escravos da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Rio de Contas, 1838-1859.....	131
Tabela 14: Formação dos padres de padrinhos e madrinhas dos escravos e libertos – Minas do Rio de Contas, 1838-1888.....	138
Tabela 15: Quantidade de óbitos assentados nos livros de registros da freguesia de Nossa Senhora do Livramento e das filias da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas, 1840-1888.....	148
Tabela 16: Óbitos de escravos, libertos e ingênuos, distribuídos por década, faixa etária e gênero, Minas do Rio de Contas, 1840-1888.....	158
Tabela 17: Estado civil dos escravos e libertos acima de 10 anos, registrados nos livros de óbitos de Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840 a 1888.	161

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. SENHORES E ESCRAVOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS, NO SECÚLO XIX. 30	
2.1. Arranjos e rearranjos socioeconômicos no alto sertão da Bahia.....	30
2.2. “Crias de casa”: manutenção e ampliação da riqueza senhorial e estabilidade familiar escrava.	43
2.3. A experiência da cor: mudança de cor e hierarquia social de escravos e libertos.....	67
3. TECER REDES, PROTEGER RELAÇÕES: LAÇOS FAMILIARES E SOCIAIS DE ESCRAVOS E LIBERTOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS – BAHIA.....	80
3.1. Uniões ao pé do altar: a legitimação da família	80
3.2. Batismo e compadrio: laços espirituais que unem a família numa comunidade.....	101
3.3. Famílias: uniões legítimas e consensuais.....	114
3.4. Significados para o compadrio e a ampliação da família escrava	129
4. OS LAÇOS DE FAMÍLIA DIANTE DO ÚLTIMO SACRAMENTO: A MORTE DE ESCRAVOS, INGÊNUOS E LIBERTOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS – BAHIA. 141	
4.1. Alguns aspectos das condições de vida e saúde: As doenças e as causas das mortes de escravos, ingênuos e libertos no alto sertão.	141
4.2. Laços de família através dos registros de óbitos.	156
4.3. Laços espirituais da família: notas sobre a participação de escravos e libertos na irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Minas do Rio de Contas no Oitocentos.	173
5. CONSIDERAÇÃO FINAIS	182
6. FONTES E BIBLIOGRAFIAS	184

1. INTRODUÇÃO

No dia nove de maio de 1858, no Ribeirão “continente do arraial da Furna”, possivelmente, no sobrado do delegado Francisco Castor de Abreu, Lina, escrava, pertencente a este delegado, formalizou os laços espirituais de compadrio com Liberato José Correia e Sofia Rodrigues da Silva, certamente, constituídos desde outrora e confirmados no batizado da pequena Tecla de apenas treze dias de nascida, ocorrido nesse dia. Liberato e Sofia, sujeitos livres, possuíam alguns pedaços de terras, sítios, um engenho, além de outros bens, no Sítio do Ribeirão, ou seja, eram vizinhos de Lina.¹ Ao escolher constituir laços verticais com pessoas livres, Lina pode ter desejado para a filha natural um futuro distante das senzalas do senhor Abreu e, quiçá, a certeza de que os laços de família não seriam partidos, ao menos, pelo tráfico interprovincial que já circundava a região. Passaram-se alguns anos e mãe e filha foram separadas, mas não pela venda. Em 1875, o pároco Procopio José Rufino registrou no livro de óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila de Rio de Contas o sepultamento de Tecla, na época, com dezessete anos de idade. O padre não especificou a causa da morte, mas registrou que faleceu sem sacramentos no dia anterior ao sepultamento, foi encomendada sobre a sepultura gratuitamente, amortalhada de branco e seu corpo enterrado na capela de São Bernardo no arraial da Furna.² Certamente, nesse dia Lina, além da solidariedade dos companheiros de cativeiro, contou com o apoio e consolo do compadre Liberato e do esposo Clemente, escravo, pertencente àquele senhor, talvez o pai de Tecla, mas por não serem casados na ocasião do batizado, a paternidade não foi declarada no registro de batismo. No ano seguinte, a família de Lina foi novamente desestabilizada, dessa vez, com o falecimento do conjugue que morreu devido a uma “congestão cerebral”, doença do sistema nervoso causada por distúrbios cerebrais. Clemente faleceu com trinta e nove anos de idade e também foi enterrado na capela de São Bernardo.³

Os fragmentos das vivências de Lina, escrava pertencente ao delegado Francisco Castor, perscrutados na ata de batismo da filha Tecla, nos registros de óbitos da filha e do esposo Clemente e no inventário do senhor Castor, permitem perceber alguns aspectos da vida

¹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 -1863. fl. 146. Sobre a condição socioeconômica dos padrinhos, ver: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Sophia Rodrigues da Silva. 1866-1866. Cx 88 / Est 03 / Prat 03 / Mç 172 / Doc 1209 / auto com 19 folhas.

² Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de Registro de Óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874-1915. fl. 4.

³ Ibid, fl. 9v.

pregressa de escravos e libertos, por exemplo, a rede familiar tecida em meio às labutas pela sobrevivência, assim como as condições de vida e saúde diante da dura experiência sob o cativeiro.⁴ A apresentação deste breve fragmento possibilita entrever as relações que interessam no presente trabalho, cujo objetivo central é interpretar as vivências de escravos e libertos, tendo em vista a formação e ampliação dos laços de família, em Minas do Rio de Contas, entre 1840 a 1888.

O interesse pelo tema aqui estudado surgiu no decorrer da graduação em História, na Universidade do Estado da Bahia – *campus VI*, Caetité. Na época, foram realizadas diversas leituras e reflexões sobre a escravidão no Brasil, as quais suscitaram a necessidade de estudar as relações escravistas no interior da Bahia. Mas quem eram esses escravos e libertos? Como organizaram suas vidas no interior da Bahia? Como compreender experiências sociais pregressas? São algumas das questões feitas, mas não respondidas pelas leituras realizadas. Estas indagações conduziram-me a uma constante busca por fontes que possibilitassem aproximações das múltiplas vivências escravas experimentadas na região das Minas do Rio de Contas, no século XIX. Nesta busca, deparei-me com o acervo documental da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas, que mostrou viabilidade para o desenvolvimento deste trabalho. Após longas conversas e acordos com o pároco local – sabe-se o quanto essas instituições são ciosas dos seus documentos – iniciei as pesquisas a uma documentação volumosa, rica e com documentos inéditos.⁵

Destaco que a experiência adquirida na monitoria do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e na Cúria Diocesana de Caetité, para além de permitir conhecimento arquivístico, foi relevante para aumentar o meu interesse pela pesquisa histórica e, sobretudo, aumentar o desejo de se compreender as nuances da escravidão. Acredito que o envolvimento

⁴ O conceito de experiência abordado neste trabalho consiste nos estudos do historiador Edward Palmer Thompson, sobretudo, na obra *A miséria da Teoria* – 1981. Para este autor “[...] os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua ‘consciência’ e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”. THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

⁵ O acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas, referente ao século XIX, é composto por quatro livros de batismo correspondentes aos períodos: 1811-1812, 1838-1859, 1856-1863 e 1887-1905; três livros de óbitos: 1825-1874, 1874-1915 e 1839-1861 e um livro de casamento: 1873-1914. Estes livros guardam o “nascer, casar e morrer” de cerca de 10 mil indivíduos que moravam em Minas do Rio de Contas, naquela época. Além disso, o acervo documental da Paróquia conta com vários livros de batismo, casamento e banhos matrimoniais do século XX. O acervo foi aberto à pesquisa pelo Pe. Valderi Tavares da Silva por intermédio da Sra. Ednalva Oliveira de Souza e, posteriormente, pelo Pe. Joaquim Almeida Barros, que, gentilmente, me permitiu prosseguir com as pesquisas e conhecer um pouco da documentação existente no acervo da paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas.

com os pincéis e aqueles amontoados de papéis “velhos”, *a priori* abriu um leque de possibilidades para análise das trajetórias de vida de escravos e libertos no alto sertão da Bahia.

O desejo por pesquisar os laços de família de escravos e libertos surgiu da leitura dos livros eclesiásticos, os quais revelaram um grande número de casamentos e batizados em que esses sujeitos estavam envolvidos, sendo constante a recorrência dos seus registros nas atas paroquiais. Nesses documentos foram registrados os sacramentos, em especial, o do batismo, que “forão feitos fora da Matriz do SS Sacramento da Villa de Minas do Rio de Contas”, em sua maioria, realizados pelos padres da Paróquia do Santíssimo Sacramento em atos de desobriga e/ou missões religiosas.⁶ Os batismo e casamentos separados não abrangem as experiências desses segmentos em todo o século XIX, porém, ao analisá-los em conjunto e cruzando as informações com outras fontes como os registros de óbitos, inventários *post mortem*, testamentos, livros de tabelionatos de nota, entre outras, foi possível compreender alguns aspectos de suas vivências ao longo do Oitocentos, em especial, entre os anos de 1840 (primeiro livro de batismo analisado) e 1888.

A leitura dessas fontes tornou possível identificar várias trajetórias de escravos e libertos e inferir prováveis significados das relações familiares na vida cotidiana desses sujeitos.⁷ Os vestígios históricos preservados nos registros paroquiais permitiram acompanhar a formação e ampliação de famílias de escravos e libertos, ora legitimadas pela Igreja

⁶ Conforme Cicinato Ferreira Neto, nos estudos sobre o clero na região do Ceará, os atos de desobrigas consistiam “[...] numa visita feita por um padre a um local onde não existia clero, igreja ou capela, nem oratório privado, a fim de permitir aos seus moradores, receber os sacramentos católicos. [...] Para custear o deslocamento, era cobrada uma taxa de desobriga, geralmente uma quantia por boi que o fazendeiro ou morador possuísse”. FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, notas e Ensaios Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premium, 2003, p. 230. Ainda sobre as desobrigas, Elisângela Oliveira Ferreira revela que eram “[...] o cumprimento do preceito da confissão anual durante a quaresma, denotando a ação do sacerdote, que nessa oportunidade comparecia nas comunidades para ‘desobrigar’ os fiéis. Com o tempo o seu significado ampliou-se para designar o giro dos párocos pelas comunidades rurais em qualquer época do ano”. FERREIRA, Elisângela Oliveira. “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2008), p. 95. Nas fontes pesquisadas neste trabalho, foram encontrados registros de batismos realizados em atos de desobrigas e em missões religiosas, os quais, baseando nos estudos de Lycurgo Santos Filho, sobre o alto sertão, foram compreendidos como sinônimos. Sobre as desobrigas nos sertões baiano, ver: ...”; ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 153, SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 187-8 e Ferreira. “Entre vazantes, caatingas...”, p. 95.

⁷ O conceito de cotidiano utilizado neste estudo baseia-se nos estudos de Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre o cotidiano e poder em São Paulo oitocentista. A autora apresenta o cotidiano como tempo histórico que “[...] tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidades de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia”. DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 14-15.

Católica, ora na condição de uniões consensuais, identificar a importância das redes sociais tecidas por esses sujeitos nas lutas pela sobrevivência e investigar a influência dos sacramentos católicos em suas vivências cotidianas. Facultam ainda, compreender alguns aspectos da sociedade riocontense da época a partir do “esmiuçar das mediações sociais”. Conforme explicita Maria Odila Leite Silva Dias, ao estudar a hermenêutica do cotidiano:

Através do esmiuçar das mediações sociais, pode trabalhar a inserção de sujeitos históricos concretos, homens e mulheres, no contexto mais amplo da sociedade em que viveram. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em contraposição à reiteração de papéis normativos.⁸

Desse modo, foi possível observar, através da consulta aos documentos, o tecer de redes e a formação de laços de famílias que envolviam não somente o parentesco consanguíneo (pai, mãe e filho), mas também os laços espirituais de compadrio, as relações afetivas, de solidariedade e de vizinhanças formalizadas no sacramento do batismo e nos matrimônios.⁹ Ainda, permitiu identificar os vínculos sociais entre escravos, libertos e livres (pobres e ricos) constituídos na irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Logo, perscrutar os registros eclesiásticos possibilitou penetrar na multiplicidade das mediações sociais durante o período escravista, descortinando sociabilidades entre sujeitos de diferentes estatutos jurídicos e sociais, como também, uma possível compreensão da vida particular de escravo e liberto dentro do convívio familiar e comunitário. Assim, tanto dentro como fora do cativo, a noção de família passa a ter outra dimensão, e, nesse sentido, é (re)criada. Com isso, “[...] a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados”, foi possível historicizar os conceitos de família escrava e compadrio tendo em vista as singularidades locais e regionais.¹⁰

Cabe ressaltar que, para compreender os laços da vida familiar desses sujeitos em suas especificidades foi preciso uma leitura atenta e minuciosa em diversos tipos de fontes, como

⁸ DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. In: *Projeto História*, n. 17, pp. 223-258, 1998, p.232.

⁹ Na obra *Ser escravo no Brasil*, a historiadora Kátia de Queirós Mattoso interpretou o compadrio como “as solidariedades procuradas”. O conceito de compadrio apresentado por Mattoso é de grande relevância para este estudo. Para a autora, “os laços do compadrio são o próprio fundamento da vida de relação. Eles se harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira baseada na família extensa, ampliada, patriarcal. E os laços não prendem apenas padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma promoção excepcional”. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 132.

¹⁰ DIAS, Maria Odila Silva. “Teoria e Métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (Org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, 1992, p. 41.

nos registros eclesiásticos, inventários *post-mortem*, processos-crime, livros de notas do tabelionato, fontes impressas, dentre outras, articulando-as através do método da “ligação nominativa de fontes”, sugerido pela micro-história.¹¹ Mediante a utilização desta metodologia foi possível estabelecer diálogos entre as diversas fontes perscrutadas nesta pesquisa, visando sempre a construção de uma narrativa histórica que fizesse “ouvir” as milhares de “vozes” de escravos e libertos, que outrora ficaram gravadas nesses documentos.¹² Assim, busquei traçar e problematizar suas trajetórias de vida, utilizando-se de alguns “casos exemplares”, que possibilitaram “interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo”.¹³ Esse procedimento metodológico possibilitou à historiadora Napoliana Pereira Santana acompanhar trajetórias de homens e mulheres que viveram na região do São Francisco, no século XIX, e “[...] reconstituir percursos da vida familiar e social de escravos e traçar graus de estabilidade de suas uniões”.¹⁴

¹¹ Conforme o historiador Carlo Ginzburg a análise micro-história é bifronte, “[...] por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”. O autor explicita ainda, como o nome pode guiar o pesquisador no labirinto documental, possibilitando-o “reconstituir o entrelaço de diversas conjunturas”, visto que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. GINZBURG, Carlo. “O Nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Ed. Bertrand Brasil, Cad. Memória e Sociedade, 1989, p 175 e 177-78, respectivamente.

¹² O método da “ligação nominativa de fontes” foi denominado e utilizado pelo historiador Robert Slenes no livro *Cafundó: A África no Brasil*, recentemente reeditado (2013). Nele, o autor utiliza o nome como vestígio para seguir as pistas nos arquivos e reconstituir histórias do Cafundó pregressas da África, ver: VOGT, Carlos, FRY, Peter e SLENES, Robert. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 49-123. Com esta perspectiva metodológica, pode-se citar: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2011; _____. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Cord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997, PP. 233-290; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. (Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2007). REIS, João José. *Domingos Pereira Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008; _____. GOMES; Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010; FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014; dentre outros. E, voltados para a história dos sertões baianos, têm-se os trabalhos de Ferreira. “Entre vazantes, caatingas...”; NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “‘Viver por si’, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no ‘Certam de Cima do Sam Francisco’ (1730-1790)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. 2011); SANTANA, Napoliana Pereira. “Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. 2012); ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. “Trabalho escravo, laços de família e liberdade no Alto Sertão da Bahia: Caetité (1830 - 1860)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia, 2014); dentre outros.

¹³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 15.

¹⁴ Santana. “Família e Microeconomia...”, p. 22.

Conforme os estudos de Maria Odila Dias, sobre a hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea, “da urdidura dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida, que traduzem necessidades sociais”.¹⁵ Desse modo, foi possível problematizar os batizados e os casamentos de escravos e libertos buscando interpretar suas relações familiares e sociais e os possíveis significados dessas experiências em suas vidas.

A análise dos registros de batismo, por exemplo, possibilitou entrever a formação e extensão das relações sociais vivenciadas por esses sujeitos, as quais se estenderam a livres ricos e pobres e a escravos de outras propriedades, numa relação de reciprocidade, amizade e confiança, que consolidaram laços de solidariedade importantes às suas vidas. Certamente, os laços espirituais de compadrio tecidos por esses segmentos contribuíram para amparar a sua família nos momentos de necessidades, auxiliando-o na criação dos filhos ou mediando sua inserção na sociedade e/ou na comunidade escrava já estabelecida. Por outro lado, facultou pensar nos espaços de autonomia conquistados por escravos, os quais os possibilitaram transitar por outras propriedades e paragens, na medida em que os apadrinhamentos evidenciaram suas mobilidades espaciais. Assim, compreendo que o sacramento do batismo e o compadrio foram essenciais para a vida escrava e liberta e foram utilizados como elos para ligar e fortalecer os laços familiares e comunitários.

Esses aspectos mais íntimos da vida escrava revelaram a importância da família para esses sujeitos sociais. Conforme explicita Jonis Freire, nos estudos sobre a família escrava em Minas Gerais no Oitocentos, “por meio dela eles tiveram a oportunidade de manter e redefinir suas raízes africanas. Puderam também contar com uma instituição forte que lhes possibilitava auferir ganhos (sociais, econômicos e políticos), constituir espaços de sociabilidade e solidariedade”.¹⁶

A análise dos registros eclesiásticos de Minas do Rio de Contas, os quais guardam vestígios da vida escrava e liberta experimentada entre os anos 1840 a 1888, revelou casamentos e uniões consensuais entre escravos, libertos e livres pobres na região do alto sertão da Bahia.¹⁷ Os dados encontrados nessas fontes registraram a predominância das uniões

¹⁵ Dias. “Hermenêutica do cotidiano...”, p. 258.

¹⁶ Freire. “Escravidão e família...”, p. 162.

¹⁷ Conforme os estudos do historiador Eivaldo Fagundes Neves, sobre o povoamento e o desenvolvimento do sertão baiano, a região do alto sertão da Bahia abarca uma vasta área territorial do Estado, cuja identificação se dá por meio da cultura, usos e costumes. A região não tem contornos precisos, é constituída por uma população “[...] consciente da identidade sócio-ambiental, desenvolvida com vínculos de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de folguedos, religião, tradições, representação política, atividades econômicas, enfim, usos e costumes, na convicção de conterraneidade e no sentimento de integração naquele sertão. Todos esses

consensuais, permitindo problematizar os possíveis significados dessas relações na vida cotidiana daquelas pessoas e no convívio comunitário. Por outro lado, indicaram uma noção de família mais ampla, envolvendo num mesmo seio familiar, em muitos casos, pessoas com estatutos jurídicos e sociais diferentes ligados pelos sacramentos do casamento e batismo. Esses documentos têm revelado famílias nucleares (pai, mãe e filho) e mães com filhos (relações matrifocais), como também, famílias constituídas por escravos, libertos e livres pobres entrelaçadas nas teias do compadrio, as quais estenderam os laços de suas vidas para além do parentesco consanguíneo.

O exame da vida social e afetiva permitiu entrever uma forte proximidade entre moradores locais e circunvizinhos, na medida em que foram identificados casais de noivos e de padrinhos formados por indivíduos que moravam em localidades diferentes. Ainda, observei no contexto do tráfico interprovincial um acentuado número de casamentos mistos envolvendo sujeitos de diferentes estatutos jurídicos e social. Em alguns casos, foi possível identificar a interferência direta do tráfico interno nas relações afetivas dos escravos, a qual pode ter influenciado na escolha da parceira e nas uniões matrimoniais, principalmente, por estas evidenciarem um alto índice de casamentos mistos, em especial, envolvendo homem escravo e mulher livre pobre.

A pesquisa aos registros eclesiásticos, em especial nos de óbitos, atesta a fragilidade da vida e da saúde de escravos e libertos em Minas do Rio de Contas oitocentistas. Esses segmentos estavam sujeitos aos mais variados tipos de doenças, algumas do tipo viral, infectocontagiosa, epidemiológica e ainda as adquiridas pelas condições insalubres em que viviam. Para além das precárias condições de vida, os óbitos revelaram a importância dos laços de família no leito da morte, no qual os enfermos e familiares puderam contar com o cuidado dos parentes consanguíneos e, ainda, com os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Vale ressaltar o quanto os registros eclesiásticos são ricos em informações e, quando articulados com outras fontes, permitem conhecer vários aspectos da vida de escravos e libertos e observar suas vivências de modo extensivo, articuladas a livres pobres e ricos e a

sentimentos, sensações e afinidades, além de se desenvolverem num espaço geográfico específico, constituem práticas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma comunidade, aglutinada num determinado contexto, a partir de certo tempo – a transição para o século XVIII, quando se iniciou a ocupação econômica regional –, transmitidas por sucessivas gerações, como sua memória, forjando suas representações e preservando seu patrimônio histórico-cultural. [...] Esse espaçamento alcança a região da Serra Geral, partes do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina”. NEVES, Erivaldo Fagundes. “Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)”. (Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2003), p. 18-9.

conjuntura social, econômica e cultural da época. Conforme Stuart Schwartz, nos estudos sobre o compadrio escravo:

É sempre muito difícil recuperar tais laços, mas no ato ritual do batismo e do parentesco religiosamente sancionado do compadrio, que acompanha esse sacramento, temos uma oportunidade de ver a definição mais ampla de parentesco no contexto dessa sociedade católica escravocrata e de testemunhar as estratégias de escravos e senhores dentro das fronteiras culturais determinadas por esse relacionamento espiritual.¹⁸

O “chão social” dessas vivências, intitulado na documentação analisada de Minas do Rio de Contas, configura-se a uma região predominantemente rural com arraiais, fazendas, sítios e povoados onde escravos e libertos terciam suas relações. A sua vasta área territorial, (como pode ser observada no mapa 01, a seguir) e as longas e penosas léguas que distanciava a vila de Minas do Rio de Contas dos arraiais e fazendas não impossibilitaram os sujeitos de circularem pela região e estabelecerem duradouros laços familiares. No século XVIII, o “carro-forte” da economia da região era a mineração, a qual, no início do Oitocentos, foi perdendo força dando lugar a outras atividades como o comércio, a pecuária e o artesanato. Embora recantada a atividade mineradora não foi abandonada no curso do século XIX, no alto sertão, estando presente, mesmo que timidamente, na economia e sociedade sertaneja.

A sociedade riocontense da época foi marcada pelo domínio do pequeno proprietário, o qual estava sujeito ao domínio dos ricos fazendeiros. Além dos desmandos sociais e econômicos vivenciados pelos sertanejos, eles tiveram que conviver com as instabilidades climáticas e as epidemias ocorridas ao longo do Oitocentos. Certamente suas vivências foram alteradas com a falta de chuva e as dificuldades em plantar, colher, vender e/ou lidar com a criação, esses sujeitos, cotidianamente, elaboraram e reelaboraram estratégias de sobrevivência para vencer as adversidades climáticas e as doenças que os assolavam. Cabe ressaltar que este trabalho preocupou-se em analisar a vida sertaneja interligada a conjunturas mais amplas, como a emergência do tráfico interprovincial de cativos, o fim do tráfico atlântico e a promulgação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre) e seus desdobramentos regionais.

¹⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 330.

O mapa 01 acima retrata a área geográfica que correspondia o termo de Minas do Rio de Contas, nas últimas décadas do século XIX. Revela as freguesias existentes na época, dentre elas, a freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, principal localidade analisada nesta pesquisa.

Como observado, os registros eclesiásticos são fontes essenciais para a compreensão da vida familiar de escravos e libertos no alto sertão da Bahia. No entanto, para se entender as especificidades dessas relações familiares, foi necessária a interlocução com variadas fontes, entre elas, inventários *post-mortem*, processos-crime, livros de notas do tabelionato, literatura regional e os relatos de viajantes que passaram pela região, no século XIX.

Mediante a investigação nas inúmeras páginas dos inventários *post-mortem*, foi possível identificar as particularidades do contexto estudado. Sua problematização possibilitou visualizar, através das descrições dos bens arrolados, a dinâmica socioeconômica de Minas do Rio de Contas oitocentista. Nas primeiras décadas do século XIX, a região passou por uma crise econômica devido à escassez do ouro e, para se erguer novamente, buscou-se o crescimento da lavoura, da criação de gado e do comércio. Permitiu examinar alguns aspectos da vida escrava, como a naturalidade, o estado civil, as condições de saúde, as conquistas de alforrias, a ampliação e a manutenção dos laços de famílias e, assim identificar a predominância de cativos brasileiros nas propriedades sertanejas, sendo a maioria sujeitos oriundos da região. Ainda, foi possível apontar a experiência da cor desses segmentos no momento das avaliações dos bens e sugerir que a categoria cor no alto sertão estava ligada ao lugar social do sujeito e do olhar o avaliador.

O diálogo com a literatura regional e com os relatos de viajantes que percorreram o interior da Bahia possibilitou compreender as particularidades da vida sociocultural e econômica da região em estudo e entrever as vivências cotidianas dos sertanejos ricos e pobres, a exemplo de alguns aspectos da vida religiosa e suas influências no dia a dia desses segmentos. Pesquisar trajetórias de vida por meio da leitura atenta e do cruzamento de vários tipos de fontes facultou observar outras nuances da escravidão no alto sertão da Bahia, no decorrer do século XIX.

Reconstituir experiências de vida familiar e social de escravos e libertos exigiu um olhar cuidadoso aos pormenores, foi um trilhar nas entrelinhas das fontes para compreender as multiplicidades do viver e sobreviver desses sujeitos sociais nos sertões da Bahia. Outrossim, foi na perspectiva da História Social da escravidão que o presente estudo buscou analisar os arranjos de sobrevivência elaborados e reelaborados cotidianamente por esses segmentos a

fim de constituírem diversas relações, bem como interpretar suas experiências vinculadas às peculiaridades da escravidão na região em estudo.

Nas últimas três décadas, vários historiadores vêm seguindo os caminhos trilhados pela História Social da escravidão e novos trabalhos, baseados em fontes e abordagens diversas, vêm despontando na historiografia brasileira, inclusive sobre família escrava. De acordo com Robert Wayne Slenes, esses estudos têm “contestado diretamente a antiga visão da vida sexual e familiar do escravo como pouco mais do que uma *desordem* cultural, ou [...] uma ‘vasta promiscuidade primitiva’”. Noutras palavras, Slenes ressalta que as novas pesquisas “[...] têm apresentado dados qualitativos sugerindo que a constituição de famílias (inclusive externas, incorporando pessoas não aparentadas) interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativoiro”.¹⁹

O historiador José Flávio Motta, ao examinar os últimos vinte e cinco anos de pesquisa historiográfica sobre a família escrava, destaca que as mesmas buscaram

[...] aprofundar cada vez mais a análise das características apresentadas pela família cativa, sua estabilidade possível, seus vínculos com a economia encetada e com o tamanho dos planteis de escravos. Sobretudo estuda-se a questão da natureza mesma dessa instituição família e o papel a ela reservado no período escravista brasileiro.²⁰

Assim, o tema da família escrava recebeu novo enfoque. As pesquisas redirecionaram a visão sobre o cotidiano do cativoiro abordando o escravo enquanto sujeito histórico ativo, referenciado em suas próprias experiências. Os pesquisadores se atentaram para as especificidades das relações e para a diversidade de tempos e espaços nos quais as vivências escravas estavam inseridas e têm demonstrado aspectos mais íntimos da vida de escravos e libertos, enfatizando a importância da família para homens e mulheres que sobreviveram à dura experiência da escravidão, como também a participação de famílias escravas na vida

¹⁹ SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2011, p. 53 e 54, grifos do autor. Cabe aqui ressaltar que Robert Slenes foi um dos primeiros historiadores a estudar a família escrava no Brasil. Em sua tese de doutorado já defendia a existência de núcleos familiares, “[...] concluído que a família conjugal escrava, apesar de sua vulnerabilidade diante das condições da escravidão, ‘havia emergido como uma instituição social viável’, [...]”. Como consequência, “[a família] provavelmente ajudou muitos escravos a reterem sua identidade e lidarem efetivamente com as pressões psicológicas da escravidão [...]” (Slenes. *Na Senzala uma...*, p. 28). Como também, as pesquisas desenvolvidas por Kátia Mattoso (*Ser escravo no Brasil - 1990 e Família e sociedade na Bahia - 1988*), as quais apresentam os primeiros indícios de famílias escravas na Bahia.

²⁰ MOTTA, José Flávio. “A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos”. In: SAMARA, Eni Mesquita (org.). *Historiografia brasileira em destaque: ‘olhares, recortes e tendências’*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002, p. 251-52.

econômica, seja pelo sistema de “sorte ou giz” ou pelo cultivo de alimentos e cereais em suas “roças próprias”.

Diante disso, é redundante afirmar o aumento na produção historiográfica acerca do tema, conquanto pode-se atestar que esses estudos têm abarcando variados aspectos da vida familiar escrava como casamento, compadrio, reprodução natural, endogamia, legitimidade, uniões consensuais, estabilidade, mobilidade, autonomia escrava, identidades culturais, comunidade escrava, estratégias de sobrevivência, dentre outros.²¹ Noutras palavras, são pesquisas que articularam “[...] maneiras de inquirir as experiências dos próprios escravos, entender o sentido que eles mesmos conferiam aos seus labores e lutas cotidianas, resgatá-los, enfim da ‘enorme condescendência da posteridade’”.²²

Desse modo, o diálogo teórico e metodológico com a produção historiadora se fez essencial para a compreensão das relações históricas de escravos e libertos que foram “[...] tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades”.²³

O livro *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações*, de Robert W. Slenes, é uma importante referência aos estudos da família escrava. Nele, o autor utiliza uma diversidade de fontes, dialoga com a antropologia e a linguística e suscita uma revisão do significado da expressão termo família escrava, que para ele, denota “[...] um mundo mais amplo que os

²¹ Destacam-se, aqui, os trabalhos realizados por: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. “Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826)”. In: *África Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, n. 4, 1981; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O libertos: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988; GUDEMAN, Stephen. & SCHWARTZ Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988; SLENES, Robert W. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX”. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987; _____. “Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*, 8:16, mar. 1988; _____. *Na Senzala uma...;* FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FARIA, Sheila de Castro e SLENES, Robert W. “Família escrava e trabalho”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, nº6, 1998; MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001; _____. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. (Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2007); TEIXEIRA, Maria Heloísa. “Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2001); ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. São Paulo: editora da Unicamp, 2004; VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. “Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888”. (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006); ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; Freire. “Escravidão e família...”; Nogueira. “Viver por si’...”; Santana. “Família e Microeconomia...”; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed, rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. Mattos (2013); dentre outros.

²² CHALHOUB, S.; SILVA, F.T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p. 22.

²³ LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E.P.Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: *Projeto História*, nº 12 (1995): 43-56, p. 46.

escravos criaram a partir de suas ‘esperanças e recordações’”.²⁴ Para tanto, apresenta questões novas para a compreensão da vida escrava, como a importância das relações familiares constituídas pelos cativos, as quais os possibilitavam (re)constituir estratégias cotidianas a fim de adquirirem melhores condições de vida sob o cativo. Slenes aponta, ainda, alguns benefícios conquistados pelos escravos a partir da formação de laços familiares, como a obtenção de espaços próprios, a exemplo da moradia, e com isso mais “liberdade” para a manutenção e preservação de suas heranças culturais. Todavia, revela que a família poderia fomentar a autonomia escrava, como também, limitar as ações dos escravos frente às políticas senhoriais transformando-os em “reféns”.

O historiador Jonis Freire, desenvolveu importante trabalho sobre famílias escravas em Minas Gerais, no século XIX. Sob o título “Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista”, essa pesquisa tem demonstrado, dentre outras questões, o importante papel dos laços espirituais de compadrio para a vida escrava e as estratégias utilizadas pelos cativos na formação dos pares de padrinhos. Freire, acompanhando trajetórias de famílias escravas, discute sobre a manutenção e ampliação da posse escrava, demonstra o grau de estabilidade dessas famílias e evidencia que a formação de famílias cativas “[...] não passava necessariamente pelo reconhecimento da igreja, e que os laços familiares se desenvolveram amplamente dentro das relações ditas ilícitas”.²⁵ Conforme o autor,

a ilegitimidade foi reflexo dos costumes senhoriais, mais do que do desinteresse dos escravos pelo matrimônio, ou seja, suas taxas variaram de acordo com o compromisso dos senhores na formalização dos enlaces matrimoniais de seus escravos, levando uniões consensuais a serem documentadas.²⁶

A crescente e instigante produção historiográfica sobre família escrava encontra-se, em grande parte, centralizada na região Sudeste do Brasil. A historiografia da Bahia, apesar de carente de pesquisa sobre o tema, apresenta trabalhos que suscitam valiosas reflexões, que levantam aspectos inovadores a respeito da vida familiar de escravos, libertos e livres pobres. Esses trabalhos conduzem a pensar a família escrava a partir das relações socioeconômicas tecidas entre esses sujeitos e a partir das especificidades da região em que viveram.²⁷

²⁴ Slenes. *Na Senzala uma...*, p. 59.

²⁵ Freire. “Escravidão e família...”, p. 10.

²⁶ Ibid.

²⁷ No que tange à historiografia baiana sobre família escrava, os estudos ainda são incipientes, podendo citar: Oliveira. *O Libertado...*; Reis. *Histórias de vida...*; _____. “A família negra...”; MARTINS, Taiane Dantas. “Da Enxada ao Clavino: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. 2010); Nogueira. “Viver por

A pesquisa dos historiadores Gudeman e Schwartz, sobre compadrio e batismo de escravos na Bahia, no século XIX, é exemplar e pioneira nesta temática. No texto, os autores expõem questões que fazem pensar o batismo para além do sacramento formalizado pela Igreja Católica, compreendendo-o como um elo que serviu “para unir ou conectar pessoas de classes sociais diferentes”.²⁸ Faculta pensar não mais na relação paternalista entre senhor – escravo, mas como elemento que possibilitou o alargamento da família escrava.

Em “A família negra no tempo da escravidão” a historiadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, apresenta discussões pertinentes sobre as vivências familiares de escravos e libertos na Bahia, na segunda metade do século XIX, identificando “os significados dos laços de família para a população negra, independentemente de se tratar de famílias constituídas de forma consensual ou legitimada pela Igreja”.²⁹ No decorrer de suas pesquisas, partindo de “casos exemplares”, identifica laços de família constituídos por pessoas de estatutos jurídicos diferentes, mas ligadas por uma vasta rede de solidariedade. Isso permitiu a autora empregar nova nomenclatura para o tema, “família negra”, uma relação familiar que abarcava não só escravos, mas também libertos, ingênuos e livres.

A historiadora Gabriela Amorim Nogueira, ao acompanhar algumas trajetórias de escravos africanos e “crioulos”, afirma que a família foi o fio condutor da vida desses sujeitos. Aponta que foram intensas as relações sociais tecidas por eles e que os laços de compadrio foram bastante utilizados no “Certam de Sima” do São Francisco, setecentista, e com isso a valorização da comunidade escrava ali estabelecida. Ao estudar o “‘Viver por si’, viver pelos seus”, a autora enfatiza que as alianças estabelecidas por escravos, forros e livres significaram relações de respeito, confiança, amizade e a luta diária pela sobrevivência do grupo familiar comunitário.

Outro estudo sobre a escravidão no sertão do São Francisco, datado do século XIX, que abarca os laços familiares e sociais de escravos, libertos e livres pobres é da historiadora Napoliana Pereira Santana, cujo título é “Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco”. A autora analisa as especificidades das experiências escravas num período de

si?...”; Santana. “Família e Microeconomia...”; Ortiz. “Trabalho escravo, laços...”; GONÇALVES, Victor Santos. “Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava - São Jorge dos Ilhéos, 1806 -1888” (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2014). Vale destacar também alguns historiadores que fizeram referências parciais à família escrava na Bahia, como: GUDEMAN, Stephen. & SCHWARTZ Stuart. “Purgando o pecado...”; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia –1830- 1888*. São Paulo: Annablume, 2003; _____. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006; Ferreira. “Entre vazantes, caatingas...”; Almeida. *Alforrias em Rio...*; dentre outros.

²⁸ Gudeman & Schwartz. “Purgando o pecado...”, p. 49.

²⁹ Reis. “A família negra...”, p. 22.

crise econômica na Bahia, a qual interferiu na organização econômica daquela região e, conseqüentemente, nos arranjos de sobrevivência de escravos, libertos e livres pobres. A partir da leitura atenta nos inventários, livros de registros contábeis e nos livros paroquiais, destaca o papel das famílias escravas na organização de uma microeconomia, fundamental na luta por sobrevivências, frente a um contexto de crise e ameaça constante do tráfico interprovincial. Ao analisar os registros de batismos, os quais evidenciaram certa autonomia escrava, revela o “quanto a mobilidade espacial esteve presente na vida de escravos daquela região” e ressalta o importante papel das redes de convívio para os arranjos de sobrevivência.³⁰

Ao pesquisar as relações sociais de africanos e afro-brasileiros, na segunda metade do século XIX, em Caetité, Ivanice Teixeira Silva Ortiz, identifica a presença de famílias negras na região e as lutas diárias pela sobrevivência do grupo familiar. Ao analisar os registros de batismos desses sujeitos, a autora constata o padrão monoparental dessas famílias com predomínio de filhos naturais, “[...] o que não significa, absolutamente, que fossem frutos de uniões instáveis”.³¹ No cruzamento das fontes eclesiásticas com os livros de tabelionato de nota, Ortiz demonstra a importância dos laços de família nos projetos de liberdade assim como as labutas para se viver entre os seus.

Ao analisar os anos finais da escravidão, Washington Santos Nascimento, no artigo “Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano, nos anos de 1876 a 1888”, identifica a presença de famílias escravas com “uniões aparentemente estáveis”, envolvidas na dinâmica econômica da região. Ao examinar as escrituras de venda de escravos, o autor sinaliza a importância da família e sua interferência no momento das vendas de cativos para outras regiões da Bahia. Demonstra, ainda, que os escravos daquela localidade, conquistaram certa autonomia e, sempre que necessário, se locomoviam para regiões circunvizinhas a fim de preservar suas famílias.

Merecem destaque as pesquisas desenvolvidas pelas historiadoras Maria de Fátima Novaes Pires e Kátia Lorena Novais Almeida, ambas sobre a escravidão no alto sertão da Bahia oitocentista, visto que são fundamentais para a compreensão da vida escrava em Minas do Rio de Contas, no século XIX.

Maria de Fatima Pires analisa diferentes costumes, hábitos e tradições que estavam intrinsecamente relacionados à vida de escravos e libertos, contribuindo para a compreensão dos seus modos de vida e a sociedade na qual estavam inseridos. Utilizando-se de rica

³⁰ Santana. “Família e Microeconomia...”, p. 60.

³¹ Ortiz. “Trabalho escravo, laços...”, p. 49.

documentação das antigas comarcas de Caetité e Rio de Contas, examina criticamente as diversas formas de resistência e organização da vida escrava, na qual as relações de vizinhança e as redes sociais estabelecidas entre escravos, forros, livres pobres e ex-escravos foram essenciais aos arranjos de sobrevivência cotidianos, cujos, “fios da vida” se entrelaçaram.³²

Kátia Lorena Almeida baseia-se em dados seriados para tratar a família escrava nas Minas do Rio de Contas, no século XIX. Ao estudar as alforrias, perscruta variados tipos de fontes, em especial os livros de notas do tabelionato, e pontua questões pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa. A partir das atas de batismos, a autora analisa as alforrias de crianças escravas na pia batismal e salienta que o perfil desse tipo de alforria era de cativos “[...] filhos de escravas domésticas ou mucamas prediletas da família senhorial, com bons serviços prestados a esta”.³³ Possivelmente, “o amor” que esses proprietários nutriam pelas “crias” foi forjado e conquistado nas relações cotidianas, estabelecidas entre as mães dos cativos e seus senhores e formalizadas no sacramento do batismo. Aponta, ainda, a importância da família escrava para concretizar projetos de liberdades como os das escravas Gertrudes e sua mãe, Valquíria.

Partindo dessas discussões e tendo por fontes inventários *post-mortem*, processos-crime, livros de notas do tabelionato, relatos de viajantes, literatura regional e, sobretudo, registros eclesiásticos de Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840-1888, foi que busquei identificar indícios das experiências e labutas cotidianas desses sujeitos, sob a ótica de suas escolhas pessoais.

Desse modo, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, procurei compreender a vida social, cultural e econômica de Minas do Rio de Contas oitocentista. Busquei analisar a sociedade riocontense e alguns aspectos da sua economia, como o padrão de riqueza e as estratégias da população utilizadas frente às adversidades, ora a crise econômica das primeiras décadas do século XIX, ora as fortes estiagens. Para tanto, utilizei dos registros eclesiásticos e, principalmente, dos inventários. Os livros paroquiais permitiram visualizar a formação de laços familiares nos arranjos cotidianos de sobrevivência. A análise dos inventários foi importante para se compreender o poder de riqueza dos senhores abastados e, em alguns casos, a sua manutenção, assim como as características de suas propriedades e, sobretudo, como se deu a manutenção/ampliação da posse escrava.

³² Ver: Pires. *O crime na... e _____*. *Fios da Vida...*

³³ Almeida. *Alforrias em Rio...*, p. 160.

Analisei, no segundo capítulo, a importância dos laços de família para a vida escrava. Dedicando as experiências de escravos e libertos que buscaram tecer laços de amizade, respeito, confiança, afeto, sociabilidade no meio dos seus e entre a população livre da região do alto sertão da Bahia. Assim, demonstro alguns aspectos da vida afetiva e social desses segmentos, tecendo considerações sobre o casamento, o convívio comunitário, legitimidades, uniões consensuais e compadrio.

No terceiro capítulo documentei alguns aspectos das condições de vida de escravos, ingênuos e libertos por meio da análise das doenças e dos óbitos desses segmentos. Examino os laços de famílias, em especial, através dos registros de óbitos, assim como a importância desses vínculos no momento da morte. E ainda disserto sobre a participação de escravos e libertos na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e o seu significado para o cotidiano daqueles sujeitos no alto sertão da Bahia e os laços espirituais de irmãos constituídos, os quais não se restringiram aos compromissos e deveres da mesma, eles, decerto, resultaram em duradouras relações de respeito, cumplicidade e amizade.

2. SENHORES E ESCRAVOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS, NO SECÚLO XIX.

2.1. Arranjos e rearranjos socioeconômicos no alto sertão da Bahia.

Lá dentro no fundo do sertão
 Tem uma estrada das areias de ouro
 Por onde andaram
 Outrora senhores-de-engenho
 E de muitas riquezas
 Escravos e Senhoras
 Naquelas terras imensas
 De Nosso Senhor [...]³⁴

A epígrafe acima foi retirada da canção *Nas Areias da Estrada de Ouro*, do músico e compositor Elomar Figueira de Mello, baiano, que, com sensibilidade e erudição, tem retratado e difundido em suas canções o cotidiano e as experiências vivenciadas pelos sujeitos históricos do sertão da Bahia, inclusive a vida socioeconômica desses sertanejos.³⁵ Os versos sugerem o caminho da riqueza proporcionado pelo ouro de outrora encontrado na região do alto sertão da Bahia, a qual atraiu muitos senhores de engenho, escravos e senhoras.

Em quase todo o Setecentos, a exploração do ouro foi a principal atividade que sustentou a economia do alto sertão, o qual era encontrado nos cascalhos dos rios e córregos e extraído nas lavras e/ou nas faisqueiras, onde trabalhavam mineradores, escravos e livres pobres, “homens que viviam de olhos voltados para o chão, chumbados às bateias, onde lavavam a areia dourada do rio e o cascalho rebrilhante”.³⁶ A imagem abaixo, apesar de retratar, possivelmente, a lavagem do ouro em Minas Gerais, no final do Oitocentos, permite visualizar como este metal foi explorado nas Minas do Rio de Contas e as ferramentas

³⁴ MELLO, Elomar Figueira de. “Nas estradas das areias de ouro”. In: _____. *Das Barrancas do Rio Gavião*. São Paulo: Polygram, 1973. Disponível em < <http://www.elomar.com.br/discografia/barrancas.html> > acessado em 06/08/2015.

³⁵ De acordo com os estudos de Eduardo de Carvalho Ribeiro, Elomar Figueira de Mello nasceu no início do século XX, na Fazenda Boa Vista, na atual cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. Cresceu ouvindo e vivenciando as cantigas sertanejas, os violeiros, os cantadores e repentistas tradicionais, assim, pôde observar e absorver formas arcaicas dos cancionários dos sertões. É músico, compositor, poeta, cantor, arquiteto, criador de bodes e, certamente, um propagador da cultura brasileira. Sua obra é estudada em diversas áreas do conhecimento, entre elas a história, a geografia, a antropologia e a sociologia. Ver: RIBEIRO, Eduardo de Carvalho. “Os Gêneros do Discurso na Obra Operística de Elomar Figueira Mello: uma abordagem bakhtiniana”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011).

³⁶ Santos Filho. *Uma Comunidade Rural...*, p. 5. Sobre a extração do ouro nas Minas do Rio de Contas no século XVIII, ver: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. “Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII”. (Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2012-B). IVO, Isnara Pereira. “O Ouro de Boa Pinta e a Abertura Das Minas Da Bahia: Sertões Conectados, Adaptabilidades e Trânsitos Culturais no século XVIII”. IN: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs). *Escravidão, Mestiçagem, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo: Annablume, 2010 e VASCONCELOS, Albertina Lima. “Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 1998).

comuns a esta atividade, por exemplo, a bateia e o almocafre (enxada específica para a mineração). É possível ainda notar a presença de sujeitos negros, adulto e criança, lavando o ouro sob o olhar de possíveis senhores de escravos, visto que o rio onde trabalhavam passava perto das casas desses prováveis senhores. Acredito que não seria exagero fazer esta alusão, posto que a fotografia do renomado Marc Ferrez, datada de 1880, sugere similaridades entre as regiões.

Imagem 01: Lavagem do Ouro, 1880.



Fonte: Marc Ferez – Lavagem do ouro em Minas Gerais, 1880. Disponível em <http://www.ims.com.br/ims/artista/colecao/marc-ferrez/obra/2482> Acessado em: 22/07/2015.

Com o desenvolvimento da mineração foi criada a freguesia de Mato Grosso (por volta de 1718), sob a invocação de Santo Antônio, “com uma pequenina capela levantada pelos jesuítas”. Logo depois, a Coroa portuguesa ordenou a criação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, entre os anos de 1723 e 1725, assim passou a fiscalizar e regulamentar a extração de ouro. Para isso, criou-se um centro administrativo com

uma casa de Câmara e Cadeia e um Pelourinho e, em 1745, a freguesia de Santo Antônio do Mato Grosso foi transferida para a Vila, agora sob a invocação do Santíssimo Sacramento.³⁷

Logo, a região, que até então era “desconhecida”, passava a incorporar uma extensa área territorial na Província da Bahia, que abrangia as “regiões hoje denominadas de Chapada Diamantina, Serra Geral, Planalto da Conquista e o norte de Minas Gerais – do rio Jequitinhonha ao São Francisco – e partes do vale do Paraguaçu e Jequiçá”.³⁸ O provável aumento da população sertaneja e do desenvolvimento econômico e político dos povoados e arraiais proporcionou a formação de novas vilas, que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, foram se desmembrando politicamente do termo de Minas do Rio de Contas, porém, algumas permaneceram interligadas com vínculos sociais e econômicos, como, a vila Nova do Príncipe e Sant Anna de Caetité, emancipada em 1810, e a vila de Santa Isabel do Paraguaçu, em 1847, entre outras.³⁹

A partir das terras e propriedades declaradas nos inventários da antiga comarca de Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840 a 1888, nos registros eclesiásticos e nas fontes impressas, foi possível conhecer um pouco mais sobre a divisão geográfica, socioeconômica do termo e alguns dos caminhos percorridos pelos sertanejos, os quais possibilitaram trocas sociais e econômicas entre os povos do sertão, ou seja, a formação de laços de família.⁴⁰ No mapa 02, abaixo, é possível localizar alguns povoados, fazendas e sítios pertencentes ao termo de Minas do Rio de Contas no Oitocentos, onde moravam esses sujeitos e celebravam rituais cristãos, por exemplo, o casamento e o batismo.

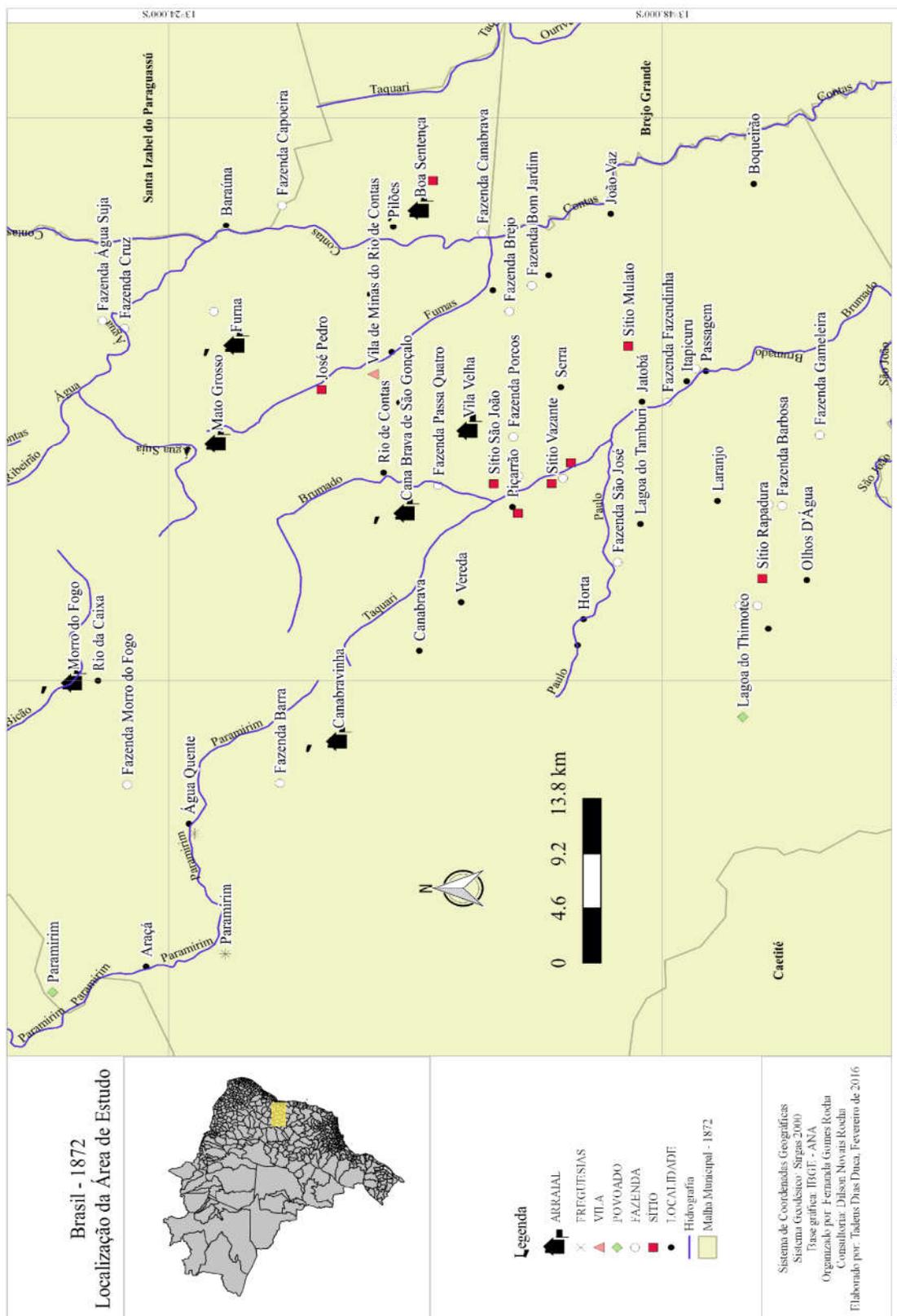
³⁷ GOMES, Joseldeth. “Povoamento da Chapada Diamantina”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 77, p.222-233, 1952. p. 231-32. Sobre o ouro e o povoamento do alto sertão, ver também: Erivaldo Fagundes e MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios colônias dos sertões da Bahia*. Salvador, Ed. Arcádia, 2007; AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*, com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/INL, 1979. p. 147-158; ATAÍDE, Gonçalo Pereira de. *Minas do Rio de Contas*, hoje município do Rio de Contas. Bahia: Typ. São Miguel, 1940 e LIMA, Joaquim Manoel Rodrigues. *Memórias sobre o Estado a Bahia*. Salvador: Typ. e Encadernação do Diário da Bahia, 1893. A respeito da criação da Vila de Minas do Rio de Contas, a mineração e vida dos sertanejos no Setecentos ver: Almeida. “Escravos e Libertos...”; Ivo. “O Ouro de Boa...” e Vasconcelos. “Ouro: Conquistas, tensões...”.

³⁸ Neves e Miguel (Org.). *Caminhos do Sertão...*, p. 59-60.

³⁹ Ver: Almeida. *Alforrias em Rio...*, p. 31-41.

⁴⁰ Para o desenvolvimento desse tópico, selecionei os inventários dos proprietários de escravos, localizados nos registros de paróquias, ou melhor, os mais recorrentes nos assentos de batismo. Assim, analisei 138 processos de inventários e todos com o *monte mor* acima de Rs. 5:000\$000 de réis. Destes, em quatro inventários não constavam escravos, em um, o senhor João de Souza Nunes os libertou, noutro, o senhor Ursino de Souza Meira os vendeu para pagar as dívidas. Consta, ainda, que o capitão Antonio Clemente do Bomfim investiu na atividade de usuário e, quiçá, no comércio, vendendo e emprestando dinheiro a escravos de outrem e Martiniano José de Oliveira era comerciante de “miudezas, fazendas em retalho e molhado compradas á Almeida Brandão e Companhia”. Ver: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: João Nunes de Souza. 1854-1856. Cx 82 / Est 03 / Prat 02 / Mç 160 / Doc 1016 / auto com 91 folhas; Ibid. Ursino de Souza Meira. 1885-1893. Cx 102 / Est 03 / Prat 05 / Mç 197 / Doc 1454 / auto com 146 folhas; Ibid. Antonio Clemente do Bomfim (capitão). 1860-1870. Cx 85 / Est 03 / Prat 03 / Mç 167 / Doc 1143 / auto com 49 folhas e Ibid. Martiniano José de Oliveira. 1860-1878. Cx 88 / Est 03 / Prat 03 / Mç 172 / Doc 1220 / auto com 45 folhas.

Mapa 02: Termo de Minas do Rio de Contas, século XIX.



Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

A pesquisa realizada nos inventários da referida comarca, revelou alguns aspectos da vida social e econômica dos sujeitos que habitaram esta região e facultou conhecer a vida cotidiana dos sertanejos, os quais souberam sobressair diante das dificuldades econômicas articulando-se com outras regiões da Bahia e diversificando seus negócios.

O Major Francisco Justiniano de Moura Costa foi um dos sertanejos que diversificaram suas atividades econômicas. Morador na Vila de Minas do Rio de Contas, residia com sua família em um “sobrado grande com janelas para a praça, e frente para a rua que vai para a Matriz”, avaliado em Rs. 1:800\$000. Na mesma rua possuía outro sobrado, um pouco menor, no valor de Rs. 1:200\$000, e duas casas na rua do meio, que foram compradas do Capitão Bento Mendes de Oliva e vendidas: uma, no valor de Rs. 650\$000, para Luiz Pereira de Melo e a outra para os herdeiros de João Gonçalves de Aguiar, por Rs. 150\$000. Essas transações foram registradas no cartório do amigo Modesto de Oliveira Guimarães, pouco antes dos herdeiros fazerem o inventário e a partilha amigável dos bens deixados pelo patriarca, falecido em 1866, viúvo na época. Entre os imóveis declarados constam ainda terras e uma casa na Fazenda da Água Suja, distrito do Arraial da Furna, um “cercado de frente da cachoeira do rio Bromado [...] com agua de régo”, avaliados em Rs.1:600\$000 e Rs.100\$000, respectivamente, e dezessete escravos (sete do gênero masculino e dez do feminino), entre um e quarenta e seis anos de idade, todos brasileiros e com valores variando de Rs. 200\$000, atribuído a Juliana, cabra, de um ano de idade, a Rs. 1:200\$000, referente a Ignacio, cabra, de trinta e oito anos. Decerto, esses sujeitos circulavam diariamente entre os arraiais da Furna, da Villa Velha e da Vila de Rio de Contas, alguns porque diariamente iam cuidar da lavoura e outros para lidar com as atividades domésticas (ver no mapa acima essas localidades). Embora não constasse dinheiro em papel ou moeda, em seu inventário, o Major também movimentava seu patrimônio realizando empréstimos a juros, o que gerou uma dívida ativa (crédito) de Rs.19:500\$000, isto é, mais de 51% do espólio avaliado em Rs.38:100\$000. Alguns acordos acertados com os devedores, possivelmente foram estabelecidos na sala de estar do seu sobrado, quando conversavam sobre educação, saúde, política, economia e, quiçá, a sociedade riocontence, tendo em vista que alguns desses sujeitos exerciam atividades ligadas a estas áreas e residiam na Vila das Minas do Rio de Contas, por exemplo, o professor Manuel Rodrigues Vilares, o escrivão Modesto de Oliveira Guimarães e o tenente Aquelino Dantas Barbosa. Outros moravam um pouco distante da Vila, há cerca de oito léguas, no povoado de Boa Sentença, como Ricardo Correia e Silva, seu maior devedor, com uma dívida de Rs.12:000\$000, e o médico recém-chegado no sertão, morador do arraial de Villa Velha, o

Doutor José de Aquino Tanajura, que contraiu uma dívida de Rs. 600\$000.⁴¹ Dessa forma, ao se capitalizar, o senhor Francisco criava uma seleta rede de crédito, como isso, contribuiu para a dinâmica da vida econômica no alto sertão da Bahia.

Nota-se que Costa, além da ocupação de major, desenvolvia outras atividades paralelas, como a de fazendeiro, usurário e proprietário de terras e escravos, além de estar envolvido no comércio imobiliário, ao comprar e vender imóveis. Assim, movimentava a economia sertaneja que, desde o final do século XVIII, vinha enfrentando dificuldades por causa do declínio da mineração, ocorrido em razão da escassez do ouro.⁴² Essa situação agravou-se, no início da década de 1840, com a descoberta de diamantes em Lençóis, Mucugê e Andaraí, “os novos campos de produção de riquezas [que atraíram] a atenção da sociedade baiana, e como não poderia deixar de ser, também dos políticos”.⁴³

Cabe ressaltar que, mesmo não sendo o protagonista da economia sertaneja no século XIX, o ouro e a atividade mineradora continuavam movimentando a vida social e econômica no sertão, de forma direta e indireta. A pesquisa aos inventários revelou que o cobiçado metal estava presente entre os bens declarados pelos(as) inventariantes, fazendo parte da riqueza de várias famílias sertanejas. Por exemplo, o inventário de Ambrosio José de Abreu Sampaio, residente no Sítio do Ribeirão da Furna, falecido em 1843. O processo foi aberto em 1844, e na ocasião a viúva, Dona Leocadia Joaquina de Oliveira, declarou que o casal possuía “cincoenta, e meia oitava de oiro em pó”, as quais foram avaliadas, cada oitava, em “três mil, e duzentos reis, e todas por sento e cecenta e hum mil” e mais Rs. 147\$400 em ouro lavrado, distribuídos em peças como colares, medalhas, brincos, fivelas, botões, rosários, entre outras, totalizando de Rs. 309\$000.⁴⁴ Assim como o inventário amigável, realizado em 1847, entre a esposa e os filhos de Martiniano de Moura Albuquerque, morador da Fazenda da Alagoa, termo da Villa de Rio de Contas. A viúva inventariante, D. Francisca Joaquina de Carvalho, alegou ter o casal Rs. 624\$400 em ouro lavrado, entre “hum anel de diamantes p^r vinte mil reis” e mais Rs. 372\$000 em moedas de ouro.⁴⁵ E ainda, a herança deixada por Carolina Amélia de Oliveira Magalhães, residente na fazenda Villa Velha, falecida em 1876, a qual o

⁴¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Francisco Justiniano de Moura Costa. 1866-1866. Cx 88 / Est 03 / Prat 03 / Mç 172 / Doc 1206 / auto com 04 folhas – Documento incompleto.

⁴² Ver: Almeida. “Escravos e Libertos...”, p. 46-60.

⁴³ Martins.ARTINS, Rômulo de Oliveira. “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’. Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840 – 1888)”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013). p. 39, grifos meus.

⁴⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Ambrosio José de Abreu Sampaio. 1844-1845. Cx 74 / Est 03 / Prat 01 / Mç 145 / Doc 838 / auto com 69 folhas. fls. 4v-5. Inventário analisado por Kátia Lorena Novais Almeida (2012 - A).

⁴⁵ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Martiniano de Moura Albuquerque. 1847-1847. Cx 77 / Est 03 / Prat 01 / Mç 150 / Doc 883/ auto com 37 folhas. Fls. 3-4.

viúvo, Zeferino Pereira dos Santos, declarou “duzentas e oito grammas de ouro” avaliadas em Rs.156\$000, Rs.68\$000 em peças de ouro e “treze arrobas de pedras ametistas, que se acham no armazém do Capitão Henriques em São Felix”.⁴⁶

Em algumas fontes, o ouro em pó ou lavrado também aparece nas declarações das dívidas ativas e passivas como moeda de crédito, por exemplo, em 1841, Anna Maria Barbosa, viúva do Capitão João Dantas Barbosa, residente na Villa de Rio de Contas, declarou que o casal devia ao genro, João Jose Dias, “dose oitava de ouro em pó a preço de quatro mil por cada huma oitava e todas no valor de quarenta e oito mil reis” e mais um crédito de Rs. 1:000\$000. Entre os bens declarados estavam quatro almocafre de ferro e uma balança de pesar ouro, o que sugeri a sua participação no comércio do metal, seja na extração do metal ou na pesagem ao comprá-lo ou para vender a terceiros como atravessador. A dívida passiva do casal correspondia a Rs. 4:301\$134, e, em razão da esposa ter declarado que não possuía “nada em dinheiro contado”, os herdeiros tiveram que desfazer de alguns bens para o pagamento delas ou quitaram com a produção e venda da farinha e do algodão, tendo em vista que foi arrolado no processo “hum pequeno sítio de plantar e criar denominado Sacco de Baixo”, em Minas do Rio de Contas, e o “Sitio das Duas Barras [...] com rêgo d’agua, com diversas arvores, engenho de mandioca, dito de escarossar algodão [...] a Fazenda dos Guaribas [...] de plantar e criar com hum curral de caiçara”, no termo da Villa de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens do Monte Alto, entre outras propriedades e terras. A soma da riqueza do Capitão Barbosa, distribuída em escravos, propriedades rurais e urbanas, terras e criações nos termos de Rio de Contas e Monte Alto, ultrapassou o valor de Rs. 13:000\$000, o que demonstra que o patriarca investia não apenas nas “bandas” do Rio das Contas, mas também em outras paragens e em negócios diversificados de acordo com as características topográficas do local.⁴⁷

Não foi apenas ao sogro João Dantas que o fazendeiro João Jose Dias utilizou-se do metal dourado para efetuar suas transações financeiras. Em meio às letras de crédito em dinheiro com e sem juros, emprestou “desoito oitavas, trez quartos, e hum tustão de ouro” ao

⁴⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários: ID Carolina Amélia de Oliveira Magalhães. 1876-1876. Cx 95 / Est 03 / Prat 04 / Mç 184 / Doc 1.343/ auto com 14 fls. fls. 5-v e 12, respectivamente. Infelizmente o documento está incompleto, o que dificultou maiores análises da vida econômica do casal e sua relação com o comércio em São Felix, no Recôncavo Baiano. Conquanto, percebemos que possuía uma “venda” onde comercializava tecidos, secos e molhados e produzia rapadura e cachaça. Dentre os bens discriminados, avaliados em Rs. 32:748\$180, constam onze propriedades no valor de Rs. 15:340\$000, entre casas, terras e sítios; Rs.7:844\$120 de dívidas ativas (crédito); sete escravos(as); no valor de Rs. 5:300\$000; Rs.2:951\$000 em criações de gado, cavalos e mulas.

⁴⁷ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: João Dantas Barbosa. 1841-1850. Cx 72 / Est 02 / Prat 06 / Mç 140 / Doc 791 / auto com 43 folhas. fls. 4-38.

senhor Roberto Lavigne, casado com a sua filha Maria Bernardina. A análise do inventário de Dias, aberto em 1869, não atesta a sua participação direta na mineração, no entanto, revela que comercializava o nobre metal e conservava mais de cento e vinte e sete oitavas de ouro lavrado, avaliadas em Rs. 386\$256, várias peças em ouro, no valor de Rs. 341\$000 e Rs. 128\$000 em prata lavrada, ou seja, que uma pequena parcela da sua fortuna estava indiretamente ligada à atividade mineradora.⁴⁸

Dos 138 inventários analisados para o desenvolvimento desse tópico, encontrei o ouro lavrado e em peças (com destaque para as peças em ouro) em 100 documentos, o equivalente a 72,5%, e em 38 documentos não consta o metal dourado. No entanto, não foi possível identificar alguma ligação direta dos inventariados com a atividade minerada nas Minas do Rio de Contas no Oitocentos, ou que esse ouro fosse oriundo da região. Todavia, os dados analisados são bastante sugestivos e apontam que a mineração, embora decadente, foi relevante para a economia no alto sertão, no século XIX, e que direta e/ou indiretamente esteve presente na vida socioeconômica dos sertanejos, seja por meio da discreta exploração ou pelas peças fabricadas pelos habilidosos artesãos existentes na região.

Nesse cenário de declínio da atividade mineradora, os viajantes Spix e Martius, ao passarem pelo arraial de Villa Velha no início do Oitocentos, perceberam a existência de fazendas com criação de gado, “ricas plantações de algodão” e um “lindo valle de Villa Velha”, atual cidade de Livramento de Nossa Senhora, registrado por Martius na imagem 02 a seguir.⁴⁹ Essas atividades, articuladas com a policultura, artesanato e o comércio, se tornaram as principais fontes de renda que, no curso do século XIX, sustentaram a economia regional, que não se desarticulou da economia provincial. Ao contrário, a região das Minas do Rio de Contas rearticulou-se e continuou a ser um importante entreposto comercial no alto sertão da Bahia por meio da cultura de subsistência e da pecuária.

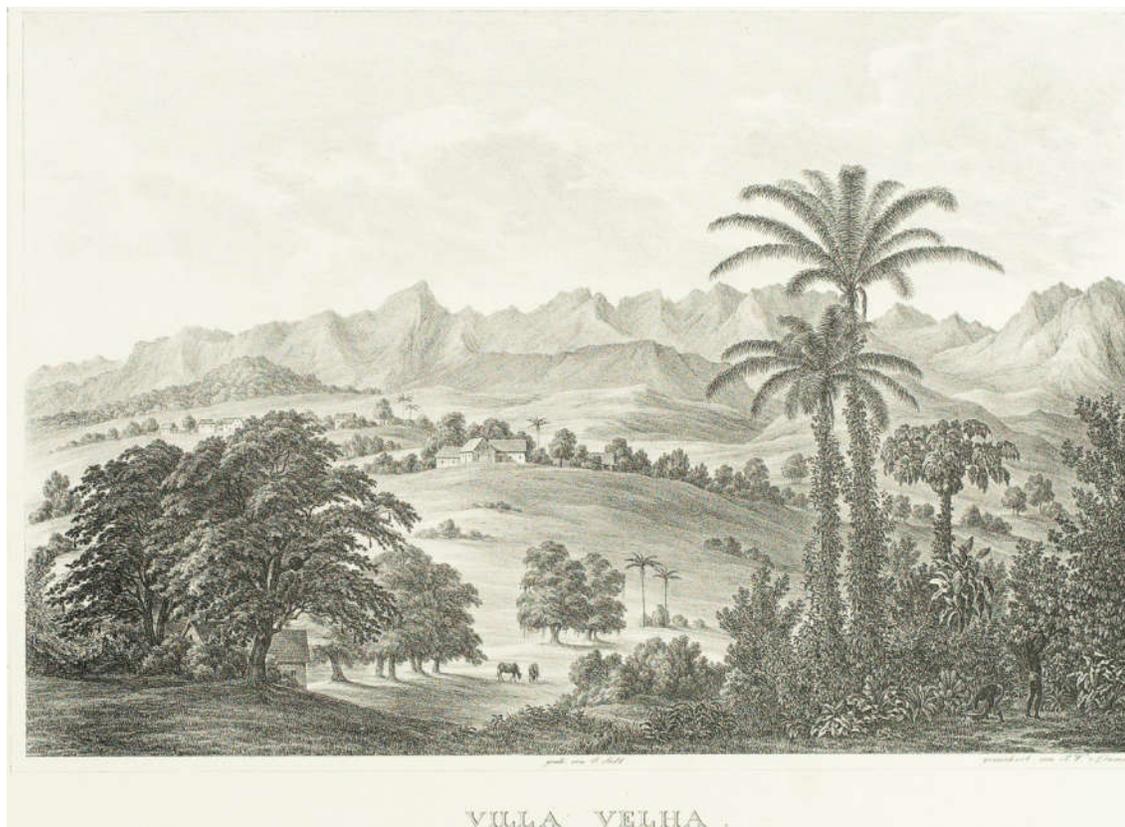
De acordo com as pesquisas de Maria de Fátima Novaes Pires, sobre a economia sertaneja oitocentista, para enfrentar o declínio da produção aurífera, a região adquiriu uma nova dinâmica econômica, elevando-se a polo de propagação de negociantes com firmas de tropeiros articuladas às regiões do rio São Francisco, rio Paraguassú, Recôncavo e Sul da Bahia, bem como às províncias de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, as quais, desde meados do século XVIII, estavam ligadas aos caminhos do comércio de abastecimento. Isto é,

⁴⁸ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: João José Dias. 1869-1869. Cx 89 / Est 03 / Prat 03 / Mç 176 / Doc 1257 / auto com 96 folhas. fls. 8-19.

⁴⁹ SPIX, Johann Baptiste Von, e MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. *Através da Bahia*. Excertos da obra *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 10,18 e 11 respectivamente.

“adaptou às condições de mercado, seja internamente, seja para com Salvador ou outras Províncias”.⁵⁰

Imagem 02: Vila Velha – 1823.



Fonte: Carl Friedrich Phillip Von Martius - Villa Velha, 1823. Disponível em: <http://www.ims.com.br/ims/artista/colecao/von-martius/obra/4373> Acessado em: 05/08/2015.

Essa nova dinâmica estava ligada às singularidades da região, que não “estacionou ou decaiu com o esgotamento das minas” como sugeriu o engenheiro Theodoro Sampaio, em 1879, na visita em que fez à Vila das Minas do Rio de Contas, em que não observou as suas especificidades, comparando-a a outros “lugares que tiveram origem na mineração”.⁵¹ Em contrapartida à visão reducionista de Sampaio, constatei, com base na análise de variadas fontes impressas, a existência de “fazendas em grande número e [...] um gado numeroso e de bom aspecto”,⁵² “terrenos bastante apropriados à cultura do café e da erva-mate, que nasce espontaneamente na serra”, terras que produzem “bem os cereais, e, por sua baixa

⁵⁰ Pires. *O crime na...*, p. 36-49.

⁵¹ SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2. Ed. Salvador: Progresso, 1955, p.199 e 198 respectivamente.

⁵² D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil, 1802-1857*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976, p.111.

temperatura, também a uva, o trigo, o centeio, a cavada, o marmelo, o pêssego etc”, e ainda, plantações de “arroz, cana e fruta”,⁵³ entre outras culturas e atividades peculiares da vida sertaneja.

Os dados apresentados nas fontes impressas foram ratificados na análise dos inventários dos anos de 1840 à 1888. Veja: O capitão Rodrigo de Souza Meira Sertão, residente na Vila de Nossa Senhora do Livramento, declarou, em 1842, possuir 1.500 cabeças *de gado vagum* e 144 cabeças de *gado cavalari*, o equivalente a Rs. 16:698\$000,⁵⁴ o seu sobrinho e genro, Antônio de Souza Meira, em 1865, assegurou ter Rs. 15:500\$000 em criações, existentes nas terras do Pão de Olho, no Arraial de Villa Velha, distribuídas entre 500 cabeças de *gado vagum* e 67 *cavalari*;⁵⁵ e, no mesmo ano, outro genro do Capitão Rodrigo, o Tenente Coronel José de Vasconcellos Bittencourt, alegou possuir Rs. 13:350\$000 em gado e Rs. 5:385\$000 em cavalos, burros, mulas e jumentos, o que corresponde a Rs. 18:735\$000 em criação.⁵⁶

Como se vê, os sertanejos se adaptaram ao novo perfil econômico das Minas de Rio Contas, no Oitocentos. As atividades comerciais ocorreram paralelamente à extração do ouro (pelo menos até a década de 1820), à lavoura e, em especial, à pecuária. Lycurgo Santos Filho, estudando os registros dos “Livros de Razão” da fazenda Brejo do Campo Seco, pôde perceber as movimentações financeiras dessa fazenda, dívidas ativas e passivas, os negócios desenvolvidos pelos donos, o cotidiano dos sujeitos, enfim, a dinâmica econômica e sociocultural da região. Embasado nessas anotações, Santos Filho identificou que, para além da extração do ouro e da lavoura, os proprietários daquela fazenda estavam envolvidos também com o comércio de gado e que o mercado bovino dos sertões baianos estava ligado ao comércio e ao consumo do gado em Salvador e no entorno. Além de suprir as necessidades locais e regionais, o mercado de bovinos do alto sertão da Bahia dinamizou o comércio agroexportador na Província baiana:

Desde fins do século XVIII e pelos anos seguintes, até 1821, o proprietário do Brejo do Campo Sêco realizou o comércio de gado, em grande e em pequena escala, segundo se verifica nos livros manuscritos, comprando e

⁵³ Aguiar. *Descrições práticas da...*, p. 153.

⁵⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Maria Carlota de Castro Meira. 1842-1850. Cx 70 / Est 02 / Prat 06 / Mç 137 / Doc 770 / auto com 65 folhas. fls. 10-11v. Na abertura do inventário, em 1842, o capitão declarou 2.100 cabeças de *gado vagum* e 152 de *gado cavalari*, porém no decorrer do processo, com a seca que atingiu a região, no ano de 1844, morreram 600 cabeças de gado e oito poldros existentes na Fazenda Vazante, ver: fl. 40-f/v.

⁵⁵ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Donatila de Castro Meira. 1865-1867. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 171 / Doc 1201 / auto com 19 folhas. fl. 5.

⁵⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Rodriga de Vasconcellos Meira. 1865-1866. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 171 / Doc 1199 / auto com 16 folhas. fl. 7-8.

vendendo, recebendo e dando animais em pagamento, desde um animal até uma boiada. Comprou e vendeu bezerras e bezerras, garrotes e novilhas, bois e vacas. Negociou para si e também para terceiros, servindo então de intermediário. Vendeu boiadas para negociá-las em Minas e no Salvador.⁵⁷

Os viajantes naturalistas Spix e Martius, ainda de passagem pela região do alto sertão, no início do Oitocentos, observaram a dinâmica socioeconômica de uma fazenda com mais de 160 escravos, os quais, em dias livres, trabalhavam em roças próprias, na lavoura do milho e que, provavelmente, possuíam certa autonomia para o plantio e comercialização de sua produção agrícola:

[...] alcançamos a fazenda da lagoa de N. S. D'ajuda, onde esperavamos socorro, por ser Ella uma das maiores fazendas de todo o sertão; porém justamente a grande população de mais de 160 escravos se oppoz aos nossos desejos. Affirmaram que elles mesmos tinham falta de milho e só conseguimos, com grande custo, comprar-o aos negros, que tinham ocupado os seus dias livres na própria cultura.⁵⁸

O relato desses viajantes permite atestar a importância do cultivo agrícola em pequenas roças para o desenvolvimento econômico e para a sobrevivência dos menos abastados (escravos e livres pobres), como também dos mais abonados. A existência das pequenas roças atreladas ao desenvolvimento socioeconômico foi comum nos sertões baianos, visto que “serviam ao abastecimento doméstico e o excedente era comercializado nas feiras locais e nas relações com tropeiros e ‘viandantes’ que percorriam pelos caminhos dessas fazendas” no sertão nordestino.⁵⁹

Outro aspecto que chama atenção nas anotações dos naturalistas é o número de escravos (160) em uma fazenda. Certamente, os viajantes não exageraram na quantidade de cativos trabalhando na Fazenda Lagoa, posto que um dos proprietários, Timóteo Spínola de Souza, deixou arrolados em seu inventário, aberto em 1824, 156 escravos distribuídos entre as fazendas, sítios e roças.⁶⁰

Salvador da Luz Soares, morador do Sítio das Bananeiras, distrito de Gravatá, rico comerciante, proprietário de escravos, terras e criações, corroborou para essa dinâmica econômica nas Minas do Rio de Contas. Na análise do seu inventário, aberto em 1873, foi possível identificar atividades econômicas ligadas ao comércio, ao campo, ao tropeirismo e ainda à investimentos em terras e imóveis em Santa Isabel do Paraguaçu. A viúva, dona

⁵⁷ Santos Filho. *Uma Comunidade Rural...*, p. 225.

⁵⁸ Spix e Martius. *Através da Bahia...*, p. 14.

⁵⁹ NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si?...” p. 154.

⁶⁰ Almeida. *Alforrias em Rio ...*, p. 51.

Francisca Maria da Silva, declarou que o casal possuía Rs. 2:961\$000 em dinheiro, duas casas e diversas partes e terras compradas nas fazendas Jureminha, do Gado e Lagoinha no termo de Santa Isabel, no total de Rs. 2:635\$000. Em Minas do Rio de Contas, o casal também investiu em propriedades e terras em variadas regiões do termo, por exemplo, comprou terras nos Arraiais da Furna, Vila Velha, Morro do Fogo, Senhor Bom Jesus e na fazenda Gravatá, entre outras localidades, assim os bens de raiz, arrolados no processo, ultrapassaram o valor de Rs. 12:000\$000. No Sítio das Bananeiras, além da casa de morada, Soares possuía uma casa de oficina, para fazer farinha, casa para dispensa, para o engenho, uma pequena para o paiol, “uma casa de taipa e barro para depósito de arreios da tropa” e mais uma casa pequena de taipa e barro, “sendo que todas essas casas são dependência da casa do Sítio”. Nota-se no documento a existência de casa de farinha, de dispensa e de engenho, isso porque, paralelo às atividades mencionadas, Salvador investia ainda em pequenas roças de mandiocas e cana-de-açúcar, que produziam, além da farinha, a cachaça e a rapadura para o consumo interno e comercialização, na ocasião do seu inventário foram declaradas quinze cargas de cachaça, avaliadas em Rs. 90\$000 e sete de rapadura, no valor de Rs. 28\$000.

Para o desenvolvimento da atividade de tropeiro, Soares contou com dezessete burros e dez mulas, avaliados em Rs. 1:081\$000, e ainda possuía mais de 300 cabeças e gado *vagum*, cavalos e éguas. Decerto, muitos desses bens foram provenientes do lucro adquirido no transporte das cargas, pois essa atividade, desde o século XVIII, já proporcionava rentáveis lucros aos donos de tropas.⁶¹ No entanto, o bem de maior valor no seu espólio foram os escravos. Ele possuía cinquenta cativos, todos brasileiros, *a priori*, no valor de Rs. 23:335\$000. Em sua posse escrava havia certo equilíbrio entre os gêneros, com vinte e oito escravos e vinte e duas escravas, com idade de três a sessenta e um anos e em quase a metade foi possível identificar vínculos familiares, como cativos casados que tiveram, no mínimo, quatro filhos, cativas solteiras que tiveram filhos mediante relações consensuais e depois se casaram e ainda cativa casada com “homem livre”.⁶² Esses dados foram ratificados ao cruzar os registros de batismo com o inventário do senhor Soares e sugerem a utilização da reprodução natural como manutenção e ampliação da posse escrava, por outro lado indica laços familiares extensos e certa autonomia escrava, que favoreceu a compra da alforria e a mobilidade espacial desses sujeitos que, até mesmo, circulavam em outros termos, fossem devido às suas atividades ou aos momentos de entretenimentos propícios para a formação de

⁶¹ Ver: PAES, Jurema Mascarenhas. “Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2001) e Pires. *O crime na...*, p. 38-42.

⁶² APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Salvador da Luz Soares. 1873-1882. Cx 92 / Est 03 / Prat 04 / Mç 179 / Doc 1304 / auto com 127 folhas.

nexos de sociabilidade e relações íntimas, como pode ter sido o caso de Frutuosa, preta, de quarenta e cinco anos de idade, que se casou com “homem livre”.⁶³

Buscando conhecer um pouco mais sobre o perfil da posse escrava em Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840 a 1888, ampliei a quantidade de inventários analisados para 734, no entanto, nestes, a pesquisa se deteve apenas aos dados dos escravos. Dos 734 sertanejos que tiveram seus bens inventariados, 132 não possuíam escravos, o equivalente a 18%, por exemplo, o senhor Custodio Ferreira da Silva, morador do Arraial da Villa Velha, que vivia das criações gado *vagum* e *cavalar* e ovelhas e da atividade de usurário, com espólio, em 1870, de quase Rs. 8:000\$000 e Antonio Jose de Oliveira, residente no Sitio de Nossa Senhora do Livramento, que, ao falecer, deixou para os herdeiros Rs. 245\$500, distribuídos em algumas peças de ouro e as criações.⁶⁴ Isto é, muitos sertanejos possuíam, pelo menos, um escravo. Consoante, com os estudos de Kátia Lorena Almeida, sobre a distribuição da posse escrava em Rio de Contas, no século XIX, atestam:

A propriedade de escravos em Rio de Contas esteve presente em diversas faixas de riqueza, não se restringindo aos senhores mais abastados, brancos e livres. Diversos proprietários tinham no escravo seu único patrimônio, e cativos também eram donos de outros cativos, com os quais compravam suas alforrias por meio da substituição. Este foi o caso de Matheus, angola, cativo de Maria Madalena da Conceição, que pagou a sua alforria com um escravo novo, por nome Caetano, também angola. A propriedade escravista, portanto, não só não estava restrita aos grandes proprietários, mas incluía também os escravos.⁶⁵

A tabela 01 abaixo corrobora com esta assertiva, apresenta a quantidade de escravos por propriedade. Os dados expostos revelam que a média de cativos em Minas do Rio de Contas, se manteve estável durante o período estudado, com uma pequena queda na última década da escravidão, chegando a 6,88 %, porém, no geral, a média por propriedade foi de 8,23% do total de 4.845 cativos inventariados. Dado que não se distancia das pesquisas de Maria de Fátima Pires, sobre a escravidão em Caetitê e Rio de Contas, as quais revelam que a média de escravos por proprietário na região era de cinco a dez cativos, caracterizando-a como de médio e pequeno porte.⁶⁶

⁶³ Ibid, fl. 10-v.

⁶⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Custodio Ferreira da Silva. 1870-1871. Cx 90 / Est 03 / Prat 03 / Mç 177 / Doc 1273 / auto com 80 folhas e Ibid, Antonio Jose de Oliveira. 1854-1857. Cx 82 / Est 03 / Prat 02 / Mç 160 / Doc 1017 / auto com 13 folhas.

⁶⁵ Almeida. *Alforrias em Rio...*, p. 53.

⁶⁶ Pires. *O crime na... e _____*. *Fios da Vida...*

Tabela 01: média de cativos por propriedade, Minas do Rio de Contas –1840 a 1888

Décadas	Escravos	Proprietários	Media por plantel
1840-1849	1288	162	7,95
1850-1859	1331	166	8,01
1860-1869	800	95	8,42
1870-1879	951	97	9,80
1880-1887	475	69	6,88
Total	4845	589	8,23

Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

Outro dado observado nos inventários foi a forte presença de escravos naturais da freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, os chamados “Crias de Casa”, assim como a presença e participação da família escrava na manutenção das propriedades sertanejas e ainda a estabilidade dessas famílias que se mantiveram unidas por gerações. Isto será demonstrado no tópico seguinte.

2.2. “Crias de casa”: manutenção e ampliação da riqueza senhorial e estabilidade familiar escrava.

Ao que respondeo chamava-se Anna, filha dos escravos Manuel e Adriana, que não sabia sua idade e que era casada com Manoel escravo de seo mesmo Senhor [Joaquim Manoel da Silva], que servia seos Senhores nos seos serviços Caseiros, era filha do Brasil, nascida no lugar do Tamandú [...].⁶⁷

O fragmento do processo-crime apresentado acima, aberto em meados de 1848, revela “[...] dimensões da vivência escrava que o regime não conseguiu neutralizar”.⁶⁸ Evidencia vestígios do cotidiano e da vida familiar desses sujeitos que, apesar das marcas deixadas pelos “chicotes” da escravidão, vivenciaram experiências com base nas suas próprias escolhas,

⁶⁷ APMRC. Processo-crime de 05/07/1848, documentação não catalogada, grifos meus. Depoimento de Anna, escrava, pertencente a Joaquim Manoel da Silva, natural e residente em Minas do Rio de Contas, 1848. Anna, a ré, foi acusada e condenada por matar seus dois filhos, Lucinda e Ludgero, com cinco e um ano e meio de idade, respectivamente, afogados em uma cisterna no quintal da casa do senhor, onde residiam. Na ocasião, o esposo Manoel, escravo, pertencente ao mesmo Joaquim, estava “trabalhando por fora” “em São José a quinze dias”. Documento analisado pela historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, ver: Pires. *O crime na...*

⁶⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros no município de São Paulo, 1850 – 1880. São Paulo: Hucitec, 1998, p.110.

como casar e ter filhos. Consta no documento supracitado o depoimento de Anna, escrava, pertencente a Joaquim Manoel da Silva, em que é possível perceber a formação de sólidos laços familiares constituídos por, no mínimo, três gerações em uma mesma propriedade, isto é, a depoente filha, presumivelmente, legítima de Manuel e Adriana, casada com Manoel e mãe de Lucinda e Ludgero, todos escravos do mesmo senhor, sendo a cativa Anna e os filhos oriundos das Minas do Rio de Contas.

A pesquisa realizada nos inventários da antiga comarca de Minas do Rio de Contas, dos anos de 1840 a 1888, revela que as “crias de casa”, como foram denominados, na matrícula de 1872, os escravos nascidos dentro da propriedade senhorial, foram fundamentais para a manutenção e ampliação da riqueza no alto sertão da Bahia, no século XIX. Em outras palavras, muitos senhores sertanejos contaram com o trabalho familiar de seus cativos em suas fazendas, sítios e casas, fosse na manutenção das lavouras, das roças, no cuidado com as criações, ou nos mais variados serviços nos quais eram encarregados. Esses segmentos permaneceram juntos à família senhorial por gerações, alguns casaram, outros preferiram permanecer solteiros, tiveram filhos, netos, sobrinhos, formaram laços consanguíneos extensos e compartilharam variados momentos da vida no “meio dos seus”, como foi o caso de Leandra, escrava, pertencente a Caetano Antunes Pereira.

Em 1840, foi aberto o processo de inventário do senhor Caetano Antunes Pereira, morador no Arraial do Senhor Bom Jesus, atual cidade de Piatã. Entre as poucas terras e propriedades, uma vaca parida e algumas peças em ouro e prata declaradas, estavam a maior riqueza da família Pereira, nove escravos: um africano, nomeado Bernardo, com mais de oitenta anos de idade, para o serviço de roça, que conquistou a alforria “não só pelo merecim^{to} do dito Escravo, como p^r elle [ter apresentado] o seu valor de Rs. 30\$000”,⁶⁹ e os demais brasileiros – Anna e Leandra, cabras, adultas, para o serviço de casa e filiação desconhecida; Candida, cega de um olho, e João, crianças, pardas, filhos naturais de Leandra; Joaquim, com mais de cinquenta anos de idade, e Miguel, com vinte e cinco, crioulos, e Luiz, pardo, adulto.

Anos depois da morte do esposo, a viúva Joaquina Vicência de Sant’Anna faleceu e os bens do casal, em especial os escravos, foram declarados novamente e reavaliados por mais duas vezes no mesmo processo, que postergou até o ano de 1883. No arrolamento de 1874, a escrava Leandra, que na ocasião se encontrava doente, com sessenta anos de idade, foi avaliada por Rs. 20\$000, ainda prestava serviços para a família Pereira e contribuiu para a manutenção e o aumento da posse escrava nessa propriedade. Ela teve, no mínimo, mais

⁶⁹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Caetano Antunes Pereira. 1840-1883. Cx 71 / Est 02 / Prat 06 / Mç 138 / Doc 774 / auto com 150 folhas, fl. 14, grifos meus.

quatro filhas (Joanna, com trinta e dois anos de idade; Candida, com trinta; Francisca, com vinte e oito e Maria, com vinte e seis, todas de serviço doméstico e pardas) e quatro netas (Hermelina, com quatro anos de idade, filha natural de Maria e três filhas naturais de Francisca: Herculina, escrava, com quatro anos de idade e Isabel e Joaquina, ingênuas, nascidas “livres pela Lei” e matriculadas no “livro da matrícula de filhos livres de mulher escrava”).⁷⁰ Essa família matrifocal continuou crescendo unida. Em 1883, Francisca, solteira, com trinta e sete anos de idade, foi declarada com mais três filhos ingênuos (Maria, com quatro anos de idade; Silvina, com seis e Miguel, com oito) e Maria (irmã de Francisca), também solteira, com trinta e cinco anos, com mais quatro filhos ingênuos (Senhorinha, com oito anos de idade; Serafina, com seis; Argemiro, com dois e Laurindo com sete meses). Isso demonstra que esses sujeitos mantinham relações conjugais estáveis e duradouras, embora não sacramentadas pela Igreja Católica. Como pode ser observado no histograma 01 (a seguir), a matriarca Leandra e as filhas Francisca e Maria tiveram filhos em um intervalo médio de dois anos, contribuindo, de forma indireta, para o aumento da riqueza senhorial.

No intervalo de uma avaliação para outra, a posse escrava da família Antunes Pereira ampliou e suas condições financeiras melhoraram. Em comparação com a primeira avaliação dos bens em 1840, o número de cativo aumentou, seguido da quantidade de alforrias, por exemplo, consta nas declarações que a viúva, em vida, libertou a escrava Sebastiana por Rs. 1:700\$000, “cuja quantia recebeu apenas quatro centos mil reis, e o restante consta de uma letra incobrável, passada pelo Capitão Manoel Jose de Carvalho Bastos”.⁷¹ Infelizmente, não foi possível averiguar qual tipo de relação existia entre o Capitão e a escrava Sebastiana, presumo que, ao menos, mantiveram uma relação de mútua confiança. Com a família senhorial o Capitão Bastos nutria estreitas relações financeiras e prováveis trocas de favores, posto que o valor da carta de alforria que seria de Rs. 1:700\$000 foi amortizado em Rs. 400\$000 e ainda o casal era credor de uma dívida ativa de Rs. 860\$000 do senhor Manoel Jose.⁷² Outrossim, os cativos Candido, Antonio e Julia, que também foram acrescentados no segundo momento do inventário, conquistaram a liberdade, compraram suas alforrias por Rs. 200\$000 cada.⁷³ Consta também que o “herdeiro Antonio Caetano conduzio para as Lavras do

⁷⁰ Nas certidões de matrículas de escravos presentes em alguns inventários analisados nesta pesquisa, consta que os “filhos livres pela Lei”, ou seja, nascido após o ano de 1871, foram matriculados em livros específicos. Ver, dentre outros: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Clotildes de Magalhães Vianna. 1879-1879. Cx 98 / Est 03 / Prat 05 / Mç 188 / Doc 1382 / auto com 28 folhas, fl. 22 –v. Cabe relatar que não foi localizado no Arquivo de Rio de Contas o referido livro, o que não significa dizer que ele não existe, visto que ainda há documentos para serem catalogados e organizados na instituição e algumas buscas foram dadas superficialmente.

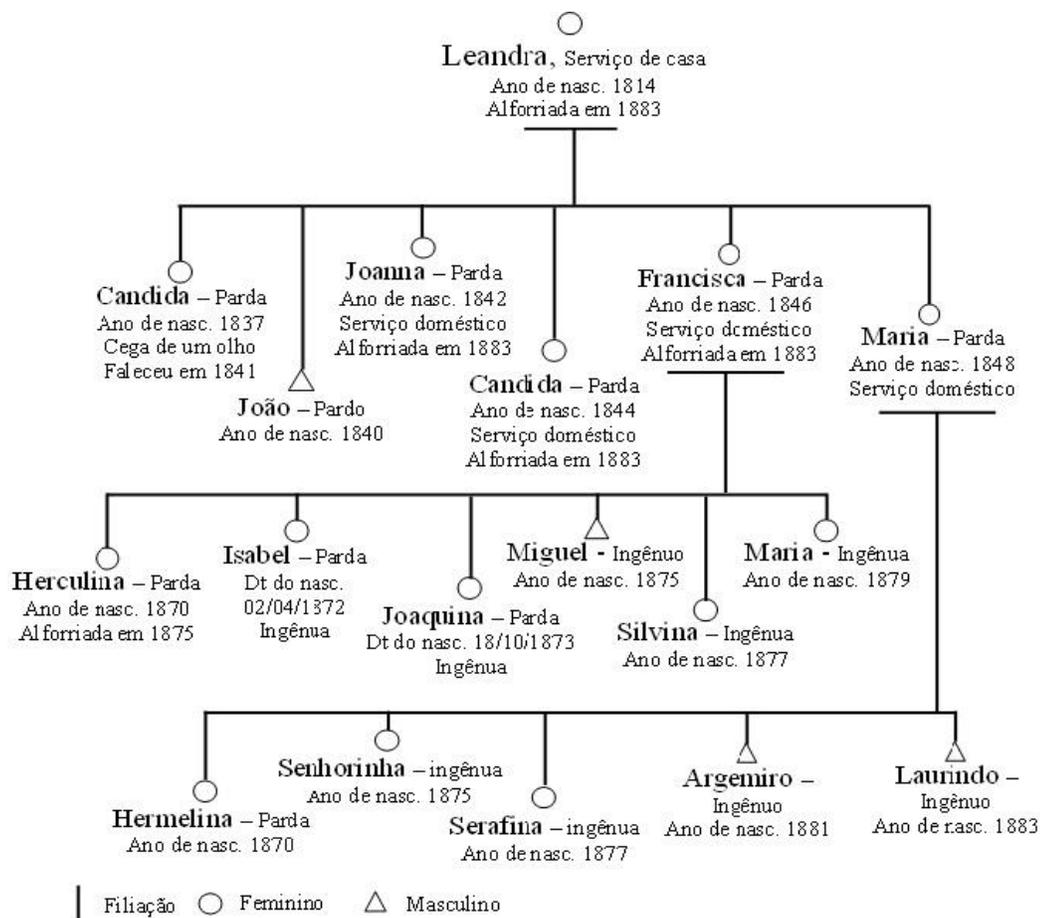
⁷¹ Ibid, fl. 24.

⁷² Ibid, fls. 24 e 102.

⁷³ Ibid, fl. 24 f-v

Gentio, e vendêra os escravos Francisco Joaquim e Miguel”, ambos avaliados em 1840, por Rs. 850\$000.⁷⁴ Além das vendas e alforrias dois cativos faleceram, “Joaquim em companhia do referido herdeiro Antonio Caetano, e a escrava Candida n’esta Villa”, conquanto o aumento na posse escrava foi superior às “perdas”.⁷⁵

Histograma 01: Família de Leandra, escrava pertencente a Caetano Antunes Pereira, 1840 – 1883.⁷⁶



Destarte, a soma bruta dos bens do casal, no primeiro momento do processo, estava próximo a Rs. 3:000\$000 e, apesar de ter ocorrido uma desvalorização das propriedades, no final do inventário o valor do *monte mor* ultrapassou Rs. 6:000\$000.⁷⁷ Esse crescimento de mais de 50% se deu em consequência do aumento do número de cativos, mediante a

⁷⁴ Ibid, fls. 25, 8 e 15-v respectivamente.

⁷⁵ Ibid, fl. 25.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid, fl. 107-v.

ampliação e manutenção da família escrava e, em especial, a estabilidade familiar da escrava Leandra, a qual permaneceu com a família senhorial por quarenta anos, no mínimo.

Será interessante destacar a vida desses sujeitos, sobretudo, durante os trâmites legais do inventário, pois, sem a presença física do senhor, eles puderam desfrutar de relativa autonomia, de modo que conseguiram manter-se unidos e compraram suas alforrias com o acúmulo de pecúlio. Em 1875, Francisca, apresentou em juízo o valor de Rs. 300\$000, referente à avaliação da filha Herculina e solicitou a carta de liberdade dela.⁷⁸ Tempos depois, em 1883, Francisca e as irmãs, Candida e Joanna, “em conformidade como § 2º do artigo 4º da Lei de 28 de Setembro de 1871”, apresentaram ao inventariante os respectivos valores – Rs. 100\$000, Rs. 250\$000 e Rs. 200\$000 – e conquistaram a alforria. Nesse período, a escrava Leandra também conseguiu a liberdade.⁷⁹ No auto da partilha, Maria (filha mais nova de Leandra), acompanhada dos quatro filhos ingênuos, e um escravo permaneceram unidos, ficaram na meação da viúva. E o provável único filho homem de Leandra, o escravo João, pardo, de quarenta e três anos de idade, aproximadamente, ficou com a herdeira Maria d’Apresentação, casada com Antonio Cascais de Araujo, com morada no Sítio da Cachoeira, no Arraial do Senhor Bom Jesus. Isto é, embora separados juridicamente, eles permaneceram no mesmo lugar, fortalecendo os laços de família.

A análise dos inventários de Minas do Rio de Contas oitocentista revela que muitos sertanejos utilizaram da família escrava como recurso para garantir-lhes a manutenção da posse escrava em suas propriedades. Alguns proprietários contaram com apenas um casal de escravos ou com uma escrava, por exemplo, o Major Antonio Firmo Vieira Celio e Francisco José de Oliveira.

Depois da morte da esposa do Major Antonio, Emerecianna Garcia Vieira, em 1875, o patrimônio do casal foi inventariado. Nas descrições dos bens constam que o casal possuía terras, avaliadas em Rs. 2:400\$000, casa com móveis, no valor de Rs. 1:709\$000, algumas ferramentas em cobre, peças em ouro e prata, equivalente a Rs. 235\$000, variadas dívidas ativas a juros, quatorze éguas orçadas em Rs. 350\$000 e duas escravas: Antonia, cabra, com trinta anos de idade, cozinheira e a irmã, Frutuosa, cabra, com vinte e sete anos, costureira, ambas avaliadas em Rs. 500\$000. Nessa ocasião, Joaquim e Luiza, cativos do mesmo senhor, presumivelmente casados, pais de Antonia e Frutuosa, haviam falecido, por isso não

⁷⁸ Ibid, fl. 46.

⁷⁹ Ibid, fls. 93, 65, 99 e 110 respectivamente. Em relação à lei de 28 de setembro de 1871, o artigo 4º legaliza e regulariza o acúmulo de pecúlio por parte do escravo e o parágrafo 2º deste artigo garante ao cativo o direito à alforria mediante indenização de seu valor ao seu proprietário. Ver: *Lei n° 2.040 de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715> Acessado em 02/02/2014.

entraram no montante dos bens, o qual corresponde aproximadamente a Rs. 7:000\$000.⁸⁰ Já o viúvo Francisco José de Oliveira a princípio possuía apenas a escrava Heduvirgens. Em 1874, foi realizado o arrolado dos bens do casal e a riqueza senhorial ultrapassava Rs. 2:300\$000, quase 62% desse valor referente à escrava Heduvirgens, preta, trinta anos de idade, avaliada em Rs. 400\$000 e os filhos presumivelmente naturais: Benedicto, preto, de onze anos de idade; Victoria, preta, com nove; Josepha, parda, com sete e; Manoel, pardo, com cinco, avaliados em Rs. 400\$000, Rs. 300\$000, Rs. 200\$000 e Rs. 100\$000, respectivamente.⁸¹

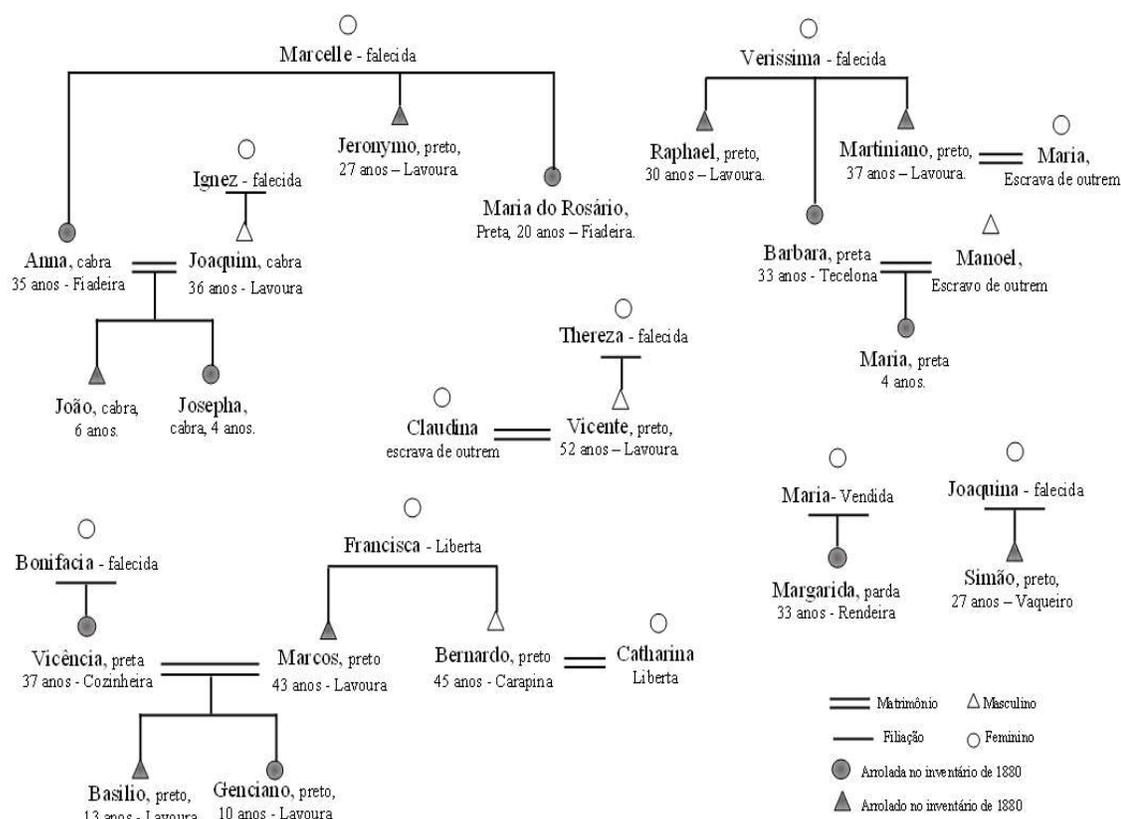
Havia ainda senhores que possuíam núcleos de famílias escravas em suas propriedades, nas quais a quantidade de escravos com vínculos familiares consanguíneos foi bastante relevante, em alguns casos chegando à sua totalidade, como ocorreu na posse escrava de Caetana Luiza de Castro, solteira, moradora no Engenho de São Miguel, no Arraial de Villa Velha. Proprietária de parte de terras em comum na Fazenda Villa Velha, nove cabeças de gado *vagum* e dezoito escravos, matriculados em 1872, destes, dois morreram e um foi vendido.⁸² No seu inventário, datado de 1880, foram arrolados quinze cativos – doze adultos, de quatorze a quarenta e cinco anos de idade; duas crianças, de dez e doze, e uma com cinquenta e um anos – todos com vínculos familiares e naturais da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento de Villa Velha. Estes, com exceção de dois, que foram adquiridos por herança, são “crias de casa”. Veja os laços familiares dos escravos de Caetana Luiza no histograma 02 abaixo, conforme apresentados na matrícula de 1872.

⁸⁰ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Emerenciana Garcia Vieira. 1875-1875. Cx 94 / Est 03 / Prat 04 / Mç 183 / Doc 1331 / auto com 12 folhas.

⁸¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Anna Tereza de Jesus. 1874-1877. Cx 94 / Est 03 / Prat 04 / Mç 182 / Doc 1324 / auto com 21 folhas.

⁸² APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Caetana Luiza de Castro. 1880-1880. Cx 98 / Est 03 / Prat 05 / Mç 189 / Doc 1389 / auto com 24 folhas, fls. 4-6 e 13.

Histograma 02: Vínculos familiares dos escravos de Caetana Luiza de Castro, matriculados em 1872.⁸³



Os dados demográficos computados nesse estudo revelam algumas características da população escrava do alto sertão da Bahia, no Oitocentos. A tabela 02 evidencia a predominância de cativos brasileiros nas Minas do Rio de Contas. Dos 4.845 escravos encontrados nos inventários de 1840 a 1888, 4.473 eram brasileiros, o que corresponde a 92,3%, entre eles havia equilíbrio entre os gêneros, com 1.121 escravos do gênero masculino e 1.122 do feminino, ambos na faixa etária de treze a quarenta e cinco anos, como pode ser observado na tabela 02 abaixo. Isso facultou a formação de famílias e a reprodução natural nas propriedades sertanejas, o que não significa dizer que os senhores do sertão não se valeram do comércio de escravos africanos. Pelo contrário, até o “último momento” os sertanejos recorreram, em especial, aos portos de Salvador e Recôncavo para adquirir cativos novos vindos da África, como se verá adiante.

⁸³ Ibid, fl. 13.

Tabela 02: nacionalidade dos escravos nos inventários de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.

Nacionalidade	Década / Gênero										Total
	1840		1850		1860		1870		1880		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Africanos	133	50	77	30	21	24	14	02	04	02	372
Angola	02	03	-	02	-	01	-	-	-	-	08
Mina	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-	03
Congo	01	-	02	01	-	-	-	-	-	-	04
Nagô	03	01	01	-	01	01	-	-	-	-	07
Benguela	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Cassange	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Cabinda	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
Jeje	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
S/I*	125	45	72	35	29	18	14	02	04	02	346
Brasileiros	562	532	591	624	356	393	465	470	218	251	4473
Total	695	582	668	663	386	414	479	472	222	253	4845

*Sem Identificação / M – Masculino / F – Feminino

Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

Muitos desses sujeitos eram oriundos do sertão baiano, como atestam as certidões de matrículas existentes em alguns inventários e os documentos paroquiais analisados. Veja a posse escrava de Clotildes Vianna de Magalhães Abreu, que não necessitou de recursos financeiros para possuir seis escravos. Quando seu pai Theophilo de Magalhães Vianna faleceu, em 1864, deixou de herança para ela, entre outros pertences, três escravos: Custodia, parda, de quatorze anos de idade; Eustaquio, *cabra*, de dezesseis e; Toquarto, *crioulo*, de dois anos.⁸⁴ Depois de efetuada a partilha dos bens, Custodia e Eustaquio se casam. Com o falecimento de Clotildes Vianna, em 1879 (na época, casada com o primo, José Castor de Abreu) é feito o levantamento do patrimônio do casal e o arrolamento dos bens, lá estavam os escravos Eustaquio, *pardo* com trinta e dois anos, e Custodia, com vinte e nove, casados, lavradores, acompanhados dos seis filhos legítimos: Iria, de treze anos de idade; Delfina, de doze; Manoel, de onze, todos pardos, e os filhos ingênuos; Hortencio, Ludovina e Germano. Havia ainda o escravo Toquarto (adquirido também por herança paterna) de dezesseis anos, *preto*, filho legítimo de João, africano, liberto, e Eva.⁸⁵ Além dos cativos o casal possuía uma casa mobilhada no Arraial da Furna, onde residiam, terras em Rio de Contas e na fazenda do

⁸⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Teófilo de Magalhães Viana. 1864-1882. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 171 / Doc 1196 / auto com 105 folhas, fl. 24, grifos meus. Nota-se que a classificação de “cor” dos escravos Toquarto e Eustaquio está em destaque, isto porque, como se verá no decorrer do texto, a mesma é alterada com o tempo e tipo de fonte. Assim, a temática “cor” será problematizada no tópico seguinte.

⁸⁵ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Clotildes de Magalhães Viana. 1879-1879. Cx 98 / Est 03 / Prat 05 / Mç 188 / Doc 1382 / auto com 28 folhas, fls. 8-11, grifos meus.

Riachão, em Macaúbas, engenho para a produção de cachaça, rapadura e açúcar, peças em ouro e prata.

Cruzando os inventários com os registros eclesiásticos oitocentistas, identifiquei o assento de batismo do escravo Torquato, *pardo*. Em 1862, dois meses após seu nascimento, os pais João e Eva, escravos pertencentes à Theophilo Vianna, o levou para receber os santos óleos no altar da Capella de São Bernardo, no Arraial da Furna, e escolheram como padrinhos os irmãos Antonio Ambrosio de Abreu e Lisarda Joaquina de Abreu, pessoas livres e de posses, cunhados do senhor Theophilo.⁸⁶ Há ainda, no livro de batizados realizados nas capelas e filiais da Matriz da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, nos anos de 1856 a 1863, mais cinco atas de batismos de crianças escravas nascidas nas propriedades desse senhor, realizados no período de cinco anos, foram elas: Susana, parda, e Segismunda, cabra, filhas naturais de Thomasia; Benedicto e Maria, crioulos, filhos legítimos de Matheus e Justina, e Sebastiana (irmã de Toquarto), cabra, filha legítima de João e Eva. Com exceção da madrinha Lisarda, escrava, pertencente à D. Lisarda Joaquina de Oliveira (cunhada de Theophilo) os demais padrinhos e madrinhas foram pessoas livres, a maioria membros da família senhorial.⁸⁷

Veja a quantidade de cativos que foram arrolados no inventário do senhor Theophilo, em 1864. A viúva Anna Maria de Oliveira declarou nos autos do processo vinte e cinco escravos: sete homens, de idade entre treze a trinta e dois anos; oito mulheres, de quatorze a trinta e oito, e dez crianças, de dois meses a dez anos.⁸⁸ Esses números demonstram equilíbrio entre os escravos adultos dos gêneros masculino e feminino e significativa presença de crianças, o equivalente a 40% do total de cativos. Desse total foi possível identificar, no cruzamento com os batismos, dez escravos (40%) com vínculos familiares consanguíneos, dois casais, uma mãe solteira, quatro filhos legítimos e um natural. Isso atesta a utilização da reprodução natural nas terras do senhor Vianna, não somente pela filha Clotildes (como apresentado acima), mas como prática recorrente de ampliação da posse escrava no alto Sertão da Bahia, no Oitocentos. Por outro lado, esses dados revelam a estabilidade familiar

⁸⁶ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fl. 190, grifos meus.

⁸⁷ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fls. 56-v, 148, 165-v, 189 e 178. Sobre o compadrio de escravos, ver o capítulo 2, em especial, o segundo tópico.

⁸⁸ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Teófilo de Magalhães Viana. 1864-1882. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 171 / Doc 1196 / auto com 105 folhas, fls. 6v-7v.

desses segmentos, os quais permaneceram juntos aos seus, inclusive depois da partilha dos bens.

É interessante ressaltar que, embora utilizando-se da reprodução natural para a manutenção e ampliação da posse escrava, os proprietários sertanejos recorreram ao tráfico Atlântico de cativos, fosse através do porto de Salvador ou do de Ilhéus, pelo menos, até o final do ano de 1849. Consta no livro de registro de batismo da Matriz do Santíssimo Sacramento o batizado de dez escravos africanos (um sujeito batizado no ano de 1848 e nove cativos receberam o sacramento em 1849). Entre eles, oito eram jovens em fase adulta (de doze a vinte anos) e duas crianças de quatro e cinco anos de idade.⁸⁹

Embora com pouca expressividade numérica nos inventários, o equivalente a 7,7% dos cativos de Minas do Rio de Contas, no século XIX, os escravos de origens africanas também constituíram sólidos laços familiares, que foram essenciais para a ampliação da posse escrava na região, pois foi possível apontar sertanejos que possuíam, a priori, um casal de africanos ou de brasileiro com africano e com os descendentes desses casais tiveram a quantidade de cativos em suas propriedades ampliada, como se verá abaixo.

Dos 372 escravos africanos encontrados nos inventário *post mortem*, foi possível identificar, mediante o cruzamento com os registros paroquiais, trinta e dois sujeitos com vínculos familiares, o que corresponde a 8,6%. Desses, alguns escolheram se casar com parceiros oriundos do mesmo continente, como o casal Manoel Bahia e Catharina, africanos, escravos pertencentes à Anna Maria de Carvalho.⁹⁰ Outros, uniram-se em matrimônio com sujeitos naturais da região, por exemplo, Luzia, “procedente” da Costa da África, filiação desconhecida, que se casou com Manoel, natural da Paróquia de Villa Velha, distrito de Minas do Rio de Contas, filho natural de Anna (escrava de outrem), ambos pertencentes ao capitão Antonio de Souza Meira.⁹¹

Veja como a família formada pelo casal Manoel, africano, e Senhorinha, foi fundamental na ampliação da posse escrava e do patrimônio de João da Cunha Ramaldes. Morador da fazenda Itapicurú, no distrito de Villa Velha, o senhor Ramaldes e a esposa Simplicia Maria do Espirito Santo não tiveram filhos. Ao longo de suas vidas conseguiram acumular considerada riqueza, o equivalente a mais de Rs. 12:000\$000. Desse total, 95,8%

⁸⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, fls. 88v a 103.

⁹⁰ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Anna Maria de Carvalho. 1846-1847. Cx 76 / Est 03 / Prat 01 / Mç 148 / Doc 870 / auto com 42 folhas.

⁹¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Antônio de Sousa Meira. 1885-1888. Cx 102 / Est 03 / Prat 05 / Mç 195 / Doc 1453 / auto com 108 folhas.

eram representados pelos cativos e o restante distribuído entre algumas cabeças de gado *vagum* e *cavalar*, um tacho de cobre, um carro e terras nas fazendas da Barra, Fazendinha e Itapicuru. O casal possuía quinze escravos, todos com laços familiares oriundos de dois núcleos parentais, ou seja, 100% dos escravos presentes em seu inventário, aberto no ano de 1880, foram classificados como “crias de casa”. Os libertos, Senhorinha – preta, filha natural de Joaquina liberta, natural da Freguesia de Rio de Contas – e Manoel – *africano* –, tiveram, no mínimo, onze filhos legítimos: Benedicto, com vinte quatro anos de idade; Francisco, com vinte e três; Marcellino, com vinte um; Jose, com vinte; Camillo, com dezenove; Rufino, com dezessete; Justino, com doze; Josepha, com vinte e dois; Zeferina, com dezoito; Maria, com onze e; Joaquina, com dez; todos pretos e, com exceção de Benedicto, que era vaqueiro, os filhos eram lavradores e as filhas fiadeiras (mais de 73% dos cativos pertencentes àquele senhor eram filhos de Senhorinha e Manoel). O outro casal, também de libertos, formado pelos conjugues Manoel e Benta, tiveram quatro filhos legítimos, pelo menos: Modesto de trinta e três anos, casado com Bernardina; Raymundo de vinte e oito; Benedicto de vinte e um – todos lavradores – e; Liberata, de trinta anos, costureira; todos pardos.⁹² Essas famílias permaneceram unidas por três décadas, no mínimo, o que sugere estabilidade familiar desses sujeitos conquistada em suas vivências diária, cuja, possivelmente, favoreceu a compra das alforrias de Manoel e Senhorinha e Manoel e Benta.

Antes de falecer, João da Cunha deixou explícito em seu testamento a importância das “crias de casa” em suas propriedades, indicando certa proximidade entre eles, constituída por meio de barganhas, o que possibilitou aos cativos a liberdade e terras para plantar e criar, isso após o falecimento de sua esposa.⁹³ Para isso, deixou para a viúva, única herdeira, todos os escravos da sua *meiação*:

Deixo, com condição de acompanharem, e servirem á sua senhora, minha mulher enquanto viva [...] todos os escravos que me pertencer de minha meiação, os quais por morte da dita minha mulher gosarão de suas liberdades, servindo-lhes esta verba de titulo, pois isso faço em rasao dos bons serviços que me tem prestado, e mesmo *pelo grande amor, que tenho á maior parte d'elles, por serem minhas crias, cujo beneficio será feito á elles por amá-los* – Assim mais na mesma conformidade *deixo as terras de plantar e criar, que me pertencer de meiação n'este logar da Fazendinha*

⁹² APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: João da Cunha Ramaldes. 1880-1881. Cx 98 / Est 03 / Prat 05 / Mç 189 / Doc 1395 / auto com 35 folhas, fl. 11. Mapa da matrícula, grifos meus. Documento analisado pela historiadora Maria de Fatima Pires. Sobre a procedência de Manoel ver: Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santissimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fls. 171 e 188.

⁹³ Sobre as alforrias em Rio de Contas e as estratégias utilizadas pelos escravos para conquistá-las, inclusive, como um projeto coletivo e familiar ver: Almeida. *Alforrias em Rio...*; _____. “Escravos e libertos...” e Pires. *Fios da Vida...*, p. 66-96.

*para os referidos escravos morarem, e viverem n'ellas, com a condição, porem, de não poderem vender, e nem d'ellas dispor por forma alguma, podendo tambem afinal os outros, que forão meus escravos, e que de presente se achão libertos, morarem, e viverem na mesma forma que os outros, cujo direito e garantia irá sucedendo aos descendentes dos ditos escravos.*⁹⁴

Nota-se que João Ramaldes não se esqueceu dos libertos que foram seus escravos. Presumivelmente, esses segmentos moravam em torno das propriedades senhorial, numa ambígua condição de liberdade e cativo, evidente na “fala” do senhor: “meus escravos, e que de presente se achão libertos”, com isso sugere que mesmo “libertos” eles não desvincularam “dos seus”, pois continuaram perto dos seus filhos e netos.⁹⁵

É interessante destacar que esses sujeitos, por meio da família consanguínea e espiritual, (re)construíram suas vidas desbaratadas pelo tráfico Atlântico e puderam cultivar suas raízes culturais no sertão baiano. Analisando a vida social dos africanos (escravos e forros) no sertão de cima do São Francisco, no Setecentos, Gabriela Nogueira ratifica a importância dos laços de família constituídos na nova terra, os quais se formaram tendo como base as “[...] trajetórias pessoais vividas do outro lado do atlântico e também na diáspora”. Os africanos traficados, diante dessa nova realidade de sujeitos escravizados no novo continente “[...] recriaram suas práticas através de trocas entre as suas heranças culturais e elementos de outras culturas ali encontradas (indígena, europeia)”. Dessa forma, os africanos reelaboraram seu *modus vivendi* e “[...] encontraram na família um lugar essencial para a transmissão e recriação das suas heranças culturais”.⁹⁶

É notório na tabela 02 supracitada a presença de “nações africanas”, entendida aqui como categorias que agrupam a população africana escrava e forra no Brasil. Dos 372 africanos identificados nos inventários de 1840 a 1888, vinte e seis foram classificados pelos “grupos de procedências”:⁹⁷ onze sujeitos vindo da África Ocidental – sete nagôs; três minas;

⁹⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: João da Cunha Ramaldes. 1880-1881. Cx 98 / Est 03 / Prat 05 / Mç 189 / Doc 1395 / auto com 35 folhas, fl 13-14, grifos meus.

⁹⁵ Sobre o viver na fronteira entre a escravidão e a liberdade, ver: Reis. “A família negra...”, especialmente o capítulo V.

⁹⁶ Nogueira, “Viver por si...”, p. 65-79.

⁹⁷ Os conceitos de nação e grupos de procedência desenvolvidos nesse trabalho se baseiam nos estudos de Mariza de Carvalho Soares. De acordo com a autora, o termo nação não corresponde “[...] necessariamente, a um grupo étnico, podendo ser resultado da reunião de vários grupos étnicos embarcados num mesmo porto”. (SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 104). Considerando as possibilidades de os africanos reorganizarem suas vidas na nova terra, sob a condição de cativo e não mais aquelas previamente desenvolvidas em suas sociedades tribais, Soares propõe a noção de “grupo de procedência”: “Esta noção, embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada. [...] O que me leva a alterar o enfoque da análise de deslocamentos de escravos da África para o Brasil é que as formas de organização dos

um jeje – e quinze da África Centro Ocidental – oito angolas; quatro congos; um benguela; um cassange; um cabinda. Isso não significa que esses segmentos necessariamente pertenciam a estas “nações” no continente africano, pois muitos adquiriram esses termos depois de serem capturados e embarcados para o Brasil, conforme vem demonstrando a historiografia a respeito do tema.⁹⁸

A historiadora Mariza de Carvalho Soares, ao estudar as nações e os grupos de procedências dos africanos no Rio de Janeiro, no século XVIII, alerta para a complexidade e imprecisão do termo “nações africanas”, visto que é cunhado fora da África pelos agentes encarregados da identificação dos escravos traficados (comerciantes, padres e autoridades), ao passo que permite aos africanos reunidos em torno de uma determinada nação utilizá-lo como uma ferramenta de organização de grupo. Consoante:

O termo ‘nações africanas’ é cunhado fora da África para dar aos escravos transmigrados uma unidade que nunca lhes foi própria e que nem sempre existiu aqui tampouco. Ao longo de toda a vigência do tráfico atlântico nações corresponderam ao modo de classificar a procedência dos escravos traficados e distinguiam angolas de minas, moçambiques, caboverdes e outros. [...] sobre a variedade de nações encontradas no Brasil, assim como em outras partes das Américas, é importante esclarecer que essas nações devem ser entendidas como categorias que agrupam a população escrava africana e que, nesse sentido, não correspondem a grupos étnicos. Por outro lado, são constituídos tendo como referência alguns critérios, entre os quais os grupos étnicos, lugares, e outras variáveis que compõem os referentes de uma determinada rota, fazendo, portanto, de algum modo, parte da experiência dos traficados. Entretanto a problemática da escravidão, se beneficiando de falarem duas ou mais línguas, reelaborando antigas formas de convivência e conflito com seus vizinhos, os escravos submetidos ao tráfico atlântico têm diante de si a possibilidade de redefinir suas identidades e as fronteiras que os separam. Desse longo e drástico processo, surgem novas formas de organização que ficaram conhecidas como nações.⁹⁹

Faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre a variada cultura do continente africano para aproximações de identidades que acompanharam africanos escravizados nas suas vivências no alto sertão da Bahia. Mas já é sabido que essas identidades étnicas foram reelaboradas ao longo do tempo a partir de experiências sociais, desde as labutas diárias

pretos africanos têm tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com o seu passado tribal. Os critérios de filiação a este ou aquele grupo são definidos aqui, e não na África” (Ibid, p. 116). Outro estudo que contribuiu para a compreensão do conceito de nação foi o trabalho de Maria Inês Cortes de Oliveira. Ver: OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de Oliveira. “Quem eram os “Negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia.” In: *Afro-Ásia*, n. 29/30, p. 37-73, 1997.

⁹⁸ Soares. *Devotos da Cor...*; OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. “Viver e Morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. In: *Revista USP*, n.28, p. 174-193. Dentre outros

⁹⁹ SOARES, Mariza Carvalho. “Introdução”. In: _____ (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: Da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF, 2011 [2007], p. 23-24.

vivenciadas nas fazendas, sítios, arraiais e vila, nas relações amorosas, de amizades e de vizinhanças, que muitas vezes foram formalizadas em casamentos e batizados. Para tanto, a herança cultural africana também foi transmitida através dos laços de família de pais para filhos, netos e sobrinhos. Consoante, Jonis Freire explicita:

É nesse grupo de parentesco que os africanos baseiam suas raízes, a noção de uma ancestralidade os acompanha para onde quer que vão. Desta maneira, as experiências transmitidas pela linhagem daqueles grupos constituíam-se como um fator importante na formação de suas identidades, que afinal de contas também se fizeram a partir de um sentimento de pertencimento a uma memória geracional. Essa memória de sua família manteve, então, um sentido de identidade baseado no parentesco.¹⁰⁰

Analisando a população escrava por faixa etária, constatei que 49,9% dos cativos presentes nos inventários da antiga comarca das Minas do Rio de Contas, no século XIX, possuíam entre treze e quarenta e cinco anos de idade, ou seja, 2.420 sujeitos estavam em fase adulta e, biologicamente, em idade de reprodução, o que, de certo modo, justifica a forte presença de crianças de zero a doze anos nas propriedades sertanejas, o equivalente a 30,2% do total. Em números significativos encontrei os cativos acima dos quarenta e cinco anos, os quais corresponderam a 12,2%, como se é observado na tabela 03. Isso demonstra que muitos escravos que constituíram laços de famílias conseguiram preservá-los ao longo do tempo, mantendo-se unidos por gerações, como a escrava Leandra (citada acima), que aos sessenta e nove anos de idade conquistou a liberdade com suas filhas e netas.

Tabela 03: idade da população cativa de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.

Décadas	Faixa etária								Total
	0-12	%	13-45	%	Acima de 45	%	S / I*	%	
1840	416	32,3%	594	46,1%	167	13,0%	111	8,6%	1288
1850	474	35,6%	610	45,8%	139	10,4%	108	8,1%	1331
1860	281	35,1%	382	47,8%	86	10,8%	51	6,4%	800
1870	272	28,6%	499	52,5%	110	11,6%	70	7,4%	951
1880	18	3,8%	335	70,5%	89	18,7%	33	6,9%	475
Total	1461	30,2%	2420	49,9%	591	12,2%	373	7,7%	4845

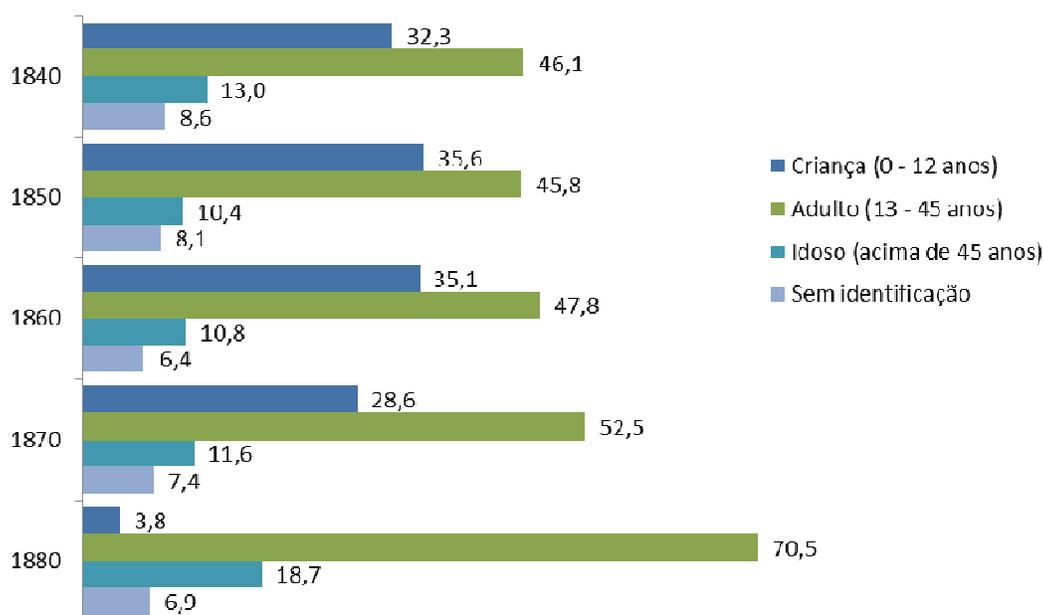
*Sem Informação

Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

¹⁰⁰ Freire. “Escravidão e Família...”, p. 152.

Outro dado observado na leitura dos inventários é o amadurecimento da população cativa em Minas do Rio de Contas, há um aumento dos escravos adultos, o que ratifica a percepção da estabilidade familiar escrava no alto sertão, no Oitocentos. O gráfico 01 abaixo revela os percentuais etários dos escravos inventariados e corrobora com essa assertiva.

Gráfico 1: Percentuais etários distribuídos por década da população cativa inventariada em Minas do Rio de Contas, 1840 – 1880.



Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

Na análise do gráfico 01 e tabela 03 acima é possível perceber uma significativa presença de escravos no alto sertão até a véspera da abolição, ou seja, embora o tráfico interprovincial tenha atuado fortemente e as dificuldades econômicas vivenciadas na região no decorrer do século XIX, muitos proprietários sertanejos contaram com o trabalho de cativos adultos em pleno “vigor físico” até os últimos dias do sistema escravista, chegando na última década da escravidão a 70,5% dos segmentos inventariados. Os dados revelam ainda a diminuição no percentual de crianças escravas e o aumento dos idosos nas décadas de 1870 e 1880, o que faculta pensar no envelhecimento dessas crianças e suas permanências nas propriedades sertanejas, muitas ao lado da família. Esses dados corroboram com as pesquisas de Maria de Fátima Pires sobre a posse escrava em Rio de Contas e Caetité no século XIX, as quais revelam significativa presença de escravos no alto sertão até a véspera da Abolição.¹⁰¹

¹⁰¹ Ver: Pires. Fios da Vida..., p. 117-127.

Isso não significa que as mulheres escravas deixaram de constituir laços de família e de terem filhos nas duas últimas décadas da escravidão. O que ocorreu foi a mudança no estatuto jurídico desses sujeitos, a partir de 1871, com a promulgação da Lei nº 2,040 de 28 de setembro, conhecida como Lei do Ventre Livre, que determinava em seu Art. 1º: “Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”.¹⁰² Na prática, o que mudou foi o estatuto jurídico da criança de escravo para ingênuo, pois os filhos das mulheres cativas continuaram sob a tutela dos proprietários vivenciando o cativo e sendo acrescentado na riqueza senhorial, como fez o tenente coronel Manoel Alves de Castro Coelho ao inventariar os bens deixados pelo filho Joaquim Pereira de Castro Coelho, que na época já se encontrava viúvo.¹⁰³

Residente no Sítio do Cafundó, distrito da Boa Sentença, termo da Villa de Minas do Rio de Contas, Joaquim Coelho vivia de suas lavouras – entre elas, cultivava cana-de-açúcar e mandioca para a produção de cachaça, farinha e outros derivados – e da criação de gado *vagum* e *cavalar*, mulas e ovelhas. Em 1884, ano da abertura do seu inventário, Coelho possuía quatorze escravos, sete do gênero masculino e sete do feminino, todos adultos e interligados por laços familiares. Desses, seis cativos foram adquiridos em causa dote, dois por doação, dois por compra e os demais eram “crias de casa”. Junto às declarações das escravas estavam os filhos ingênuos, devidamente matriculados, dos quais os “serviços foram avaliados”. Veja: Joanna, parda, casada com José, com trinta e oito anos de idade, avaliada em Rs. 300\$000, acompanhada dos cinco filhos ingênuos, legítimos – Josepha, preta, nascida em 1875, “cujos serviços foram avaliados por vinte mil reis”; Justiniano, preto, nascido em 1877, “serviços avaliados por trinta mil reis”; Angela, preta, nascida em 1879, “serviços avaliados por quinze mil reis”; Callixto, preto, nascido em 1880, “serviços avaliados por dez mil reis” e Sabina, preta, nascida em 1883, “ainda por matricular-se”, decerto não teve os serviços avaliados por ter somente cinco meses de idade – Anna, preta, casada com Miguel, com trinta e quatro anos, avaliada por Rs.200\$000, acompanhada do filho ingênuo, legítimo, de nome Constancio, nascido em 1876, “serviços avaliados por trinta mil reis”; Carolina, parda, de vinte e cinco anos, avaliada por Rs.350\$000, acompanhadas das filhas ingênuas, presumivelmente naturais, Balbina e Afra, de quatro e dois anos de idade, respectivamente; Angelica, parda, de vinte e um anos, avaliada em Rs.380\$000, acompanhada da filha ingênuo, presumivelmente natural, Petronilla, parda, nascida no ano de 1882, “serviços avaliados por

¹⁰² Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496715> Acessado em 02/02/2014.

¹⁰³ Sobre as crianças filhas de escravas nascidas após a Lei do Ventre Livre ver: MATTOSO, Katia de Queiros. “O filho da escrava (em torna da Lei do Ventre Livre)”. In. *Revista Brasileira de História*, V 8, n. 16, p 37-55, 1988.

cinco mil reis”. O inventariante, o tenente coronel Manoel Alves, não se esqueceu de declarar e avaliar os serviços dos filhos ingênuos, legítimos, da liberta Damiana, casada com Paulo, que certamente estavam sob sua tutela: Antero, nascido em 1873, “serviços avaliados em quarenta mil reis”, e Martinho, nascido no ano de 1874, “serviços avaliados em trinta mil reis”.¹⁰⁴ Cabe destacar aqui a luta da família de Damiana para conquistar a liberdade e poder viver com mais dignidade sem as tensões e medos vivenciados no cativeiro.

Após dar à luz os filhos Prudencio, cativo, nascido em 1871, Antero e Martinho, ingênuos, Damiana conquistou a alforria, possivelmente após 1875, um ano depois do nascimento do caçula do casal. Depois de adquirida a liberdade, Damiana buscou meios de acumular dinheiro para comprar a alforria do esposo Paulo e do filho Prudencio, agora liberta, poderia trabalhar na Vila ou em outra fazenda vizinha e até mesmo com seu antigo senhor e guardar o dinheiro dos seus onerários para o projeto familiar de liberdade.¹⁰⁵ O pai das crianças, Paulo, preto, de quarenta e um anos, avaliado em 1884, em Rs. 500\$000, percebendo a possibilidade de continuar em cativeiro, devido ao alto valor que lhe foi atribuído e, assim, frustrar o projeto familiar da manumissão, solicitou ao Juiz Municipal nova avaliação:

[...] que tendo se lhe dado o valor de 500\$000 reis no respectivo inventario sem attenção a idade maior de 40 annos do Supp^e, e a se achar elle já classificado com quota para a sua alforria por conta do fundo de emancipação, contestando vem requerer nova avaliação de sua pessoa, visto que aquella por excessiva não pode subsistir sem injustiça, á vista do Aviso do Ministério da Agricultura de 30 de Junho de 1883, que em tais casos autorisa contestação sobre a avaliação”.¹⁰⁶

Uma nova avaliação foi realizada e o valor de Rs. 500\$000 foi mantido, mas isso não impediu Paulo de conquistar a liberdade. Sabendo das poucas possibilidades de ser atendido a

¹⁰⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Maria da Gloria Pereira Castro Coelho e Joaquim Pereira de Castro Coelho. 1884-1903. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 195 / Doc 1443 / auto com 108 folhas, fl. 8-10.

¹⁰⁵ Nas últimas décadas a historiografia brasileira sobre família oitocentista tem revelado trabalhos que apontam a alforria como um projeto familiar, ver: Almeida. *Alforrias em Rio...*; Pires. *Fio da Vida...*, p. 66-96; Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade...*; Gonçalves. “Escravos e senhores...”; NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. “Viver por si: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista, Feira de Santana, 1850-1888”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2012); Ferreira. “Entre vazantes, caatingas...”, capítulo 6; SOUSA, Jorge Prata de & ANDRADE, Rômulo Garcia de (orgs). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012; PINTO, Natália Garcia. “A Benção Compadre: Experiências de parentescos escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850”. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS, 2012), capítulo 3; PRADO JUNIOR, Manoel Batista do. “Entre senhores escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença - Mangaratiba, 1831-1888. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011); ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, capítulo 5; ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; dentre outros. Como trabalho de síntese, ver: LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010.

¹⁰⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Maria da Gloria Pereira Castro Coelho e Joaquim Pereira de Castro Coelho. 1884-1903. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 195 / Doc 1443 / auto com 108 folhas, fl. 29.

sua solicitação, Paulo pode ter utilizado esse pedido para ganhar tempo e poder acumular o restante do valor para a sua liberdade e do filho Prudencio, tendo em vista que a resposta do Juiz demorou mais de um mês.¹⁰⁷ Enfim, a família de Damiana, após anos de luta, conquistou a tão esperada alforria. Essas ações reforçam a importância da família para a vida escrava, como também sugerem que Paulo e Damiana estavam cientes dos “direitos” adquiridos nos anos finais da escravidão e dispostos a lutarem, dentro do possível, por eles. Não foi por acaso que a categoria de liberta da matriarca foi substituída por “mulher livre” na nova avaliação de Paulo.¹⁰⁸

No auto da partilha, as famílias que não conquistaram a liberdade foram preservadas. Ou seja, os herdeiros ficaram com um casal ou a mãe e seus respectivos filhos ingênuos, porém as avaliações dos serviços desses ingênuos, embora acrescidas ao *monte mor*, não foram adicionadas no pagamento da herança.¹⁰⁹

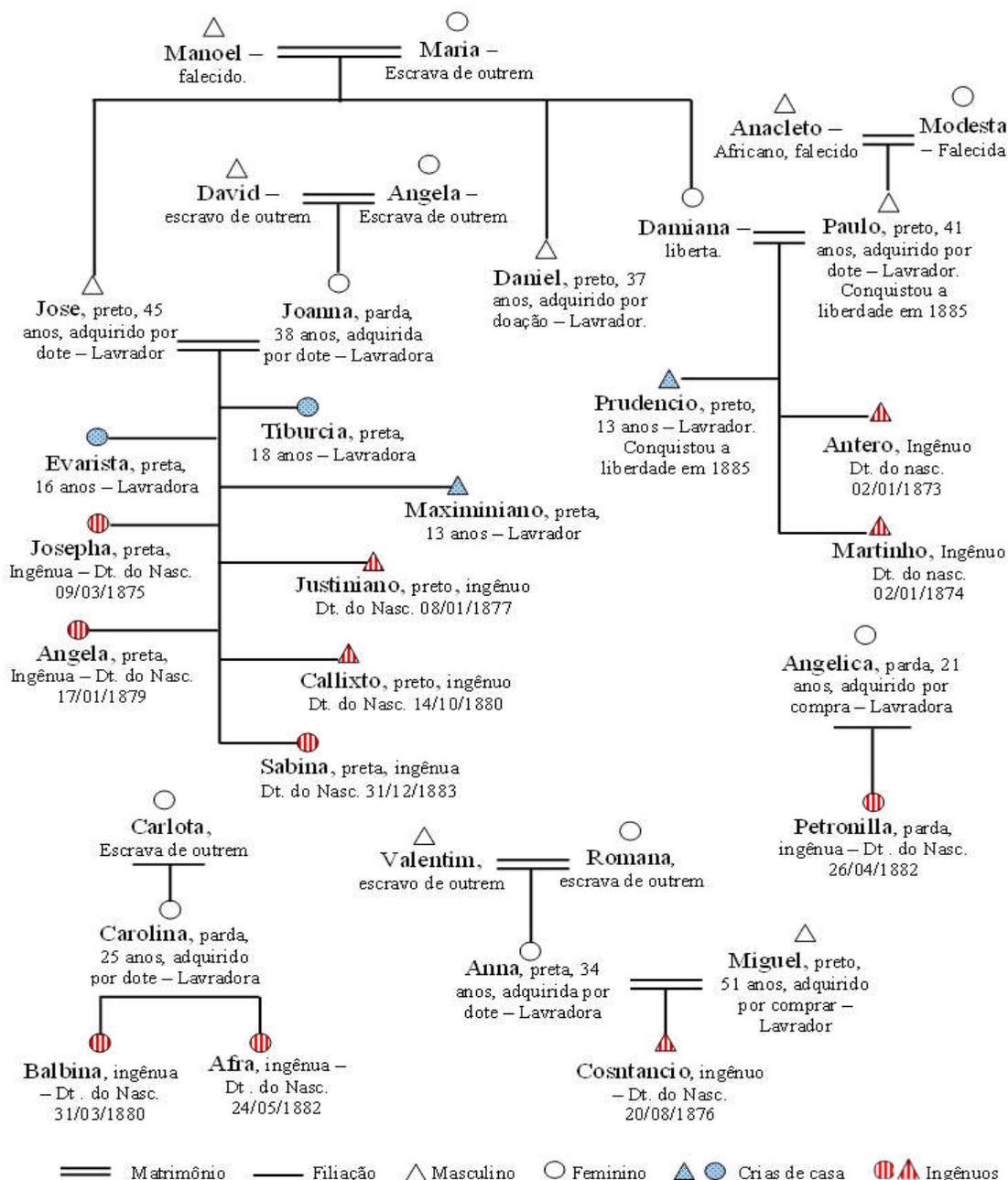
No histograma 03 abaixo pode-se observar a participação dos ingênuos na posse escrava de Joaquim Coelho, os quais corresponderam a mais de 78% do total de vinte e cinco sujeitos, entre escravos e “livres”, inventariados em 1884. Evidencia ainda que a reprodução natural foi uma estratégia senhorial adotada para a manutenção e para a ampliação da posse escrava em sua propriedade, visto que, esse senhor se dispôs somente de dois cativos adultos, um do gênero masculino e um feminino, adquiridos por compra no tráfico interno. Por outro lado, realça a importância da família para a vida escrava, pois por meio dela conseguiram vivenciar e manter vivas suas heranças e tradições, preservando suas identidades e culturas através da comunidade constituída mediante as redes de parentescos tecidas cotidianamente.

¹⁰⁷ Ibid, fls. 29-32.

¹⁰⁸ Ibid, fls. 31v.

¹⁰⁹ Ibid, fls. 39v a 56. É necessário ressaltar que, em relação aos ingênuos, destaca-se neste trabalho apenas a sua participação nas propriedades sertanejas e que ainda há muito a ser estudado sobre esses segmentos no alto sertão da Bahia, posto que até o momento não existe trabalho específico sobre as crianças “livres” que viviam no cativeiro. No entanto, algumas pesquisas vêm despontando na historiografia brasileira, em especial, na região sudeste sobre o tema. Ver: TEIXEIRA, Heloísa Maria. “A não infância: Crianças como mão-de-obra em Mariana, 1850-1888”. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007); ZERO, Arethusa Helena. “O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro, 1871-1888”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2004); MOTTA, Flávio José e VALENTI, Agnaldo. “Dinamismo econômico e batismo de ingênuos: A libertação do ventre da escrava em Casa Branca e Iguape, Província de São Paulo (1871-1885)”. In: *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 2, p. 211-234; dentre outros.

Histograma 03: Laços da família de Jose e Joanna, escravos pertencentes a Joaquim Pereira de Castro Coelho.¹¹⁰



Traços da continuidade de suas heranças culturais são notáveis na constituição de uma economia interna, como fez a família de Damiana, assim como na memória genealógica preservada por meio dos nomes conferidos aos seus descendentes, por exemplo, o nome da avó, Angela, que Joanna deu à filha. Joanna teve, no mínimo, oito filhos, e, possivelmente, no

¹¹⁰ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Maria da Gloria Pereira Castro Coelho e Joaquim Pereira de Castro Coelho. 1884-1903. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 195 / Doc 1443 / auto com 108 folhas.

momento em que sua mãe se distanciou (por óbito ou venda), decidiu manter viva a memória e os ensinamentos recebidos. Isso, tendo em vista que mesmo sendo Angela “escrava de outrem”, não deixou de vivenciar a família e compartilhar no meio dos seus suas “lembranças e recordações”, visto que seu proprietário era o sogro de Joaquim Coelho que morava também no Cafundó, por isso não é demasiado pensar que avós, pais, filhos e netos conviveram juntos por, no mínimo, quatro gerações. Pode-se pensar ainda na formação de uma comunidade constituída pelos escravos da família Castro Coelho, em que esses puderam vivenciar e transmitir suas heranças culturais.

A pesquisa minuciosa aos inventários permitiu perceber outras nuances da população escrava do alto sertão. Os dados apresentados na tabela 04 e nos gráficos 02 e 03 abaixo, revelam que o equilíbrio entre os cativos dos gêneros masculino e feminino, em fase adulta (treze a quarenta e cinco anos de idade), prevaleceu em todo período estudado (1840-1888).

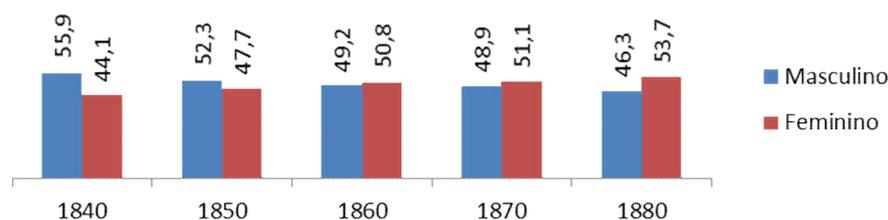
Tabela 04: população cativa de Minas do Rio de Contas, distribuída por década, faixa etária e gênero – 1840-1888.

Faixa etária	1840			1850			1860			1870			1880			Total
	M	F	%	M	F	%	M	F	%	M	F	%	M	F	%	
0 – 12	202	210	28,3	216	258	32,5	135	146	19,3	136	136	18,7	07	11	1,2	1457
13 – 25	179	129	24,7	181	156	27	97	91	15,1	137	122	20,8	78	77	12,4	1247
26 – 35	88	71	23,4	83	84	24,5	62	56	17,3	59	75	19,7	42	61	15,1	681
36 – 45	63	60	25,2	55	51	21,7	29	47	15,6	48	58	21,7	35	42	15,8	488
46 acima	104	63	28,3	80	59	23,5	36	50	14,5	60	50	18,6	46	43	15,1	591
S/I*	59	49	29,2	53	55	29,2	27	24	13,8	39	31	18,9	13	20	8,9	370
Total	695	582	26,4	668	663	27,5	386	414	16,6	479	472	19,7	221	254	9,8	4834

* Sem Informação / M – Masculino / F – Feminino.

Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

Gráfico 02: Percentual da população cativa, na faixa etária de 13 a 45 anos, por década.



Fonte: APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. 1840-1888

Gráfico 03: População cativa, na faixa etária de 13 a 25 anos, por gênero.



No entanto, ao deslindar as idades desses sujeitos em intervalos médios de dez anos, observa-se uma diferença entre os gêneros dos sujeitos na faixa etária de zero a dose anos. Percebe-se que a quantidade de crianças do gênero feminino foi superior ao masculino, correspondendo a 761 e 696, respectivamente. Isso demonstra que nasceram e/ou foram adquiridas por compra no tráfico interno mais meninas do que meninos. Esse dado sugere que os proprietários sertanejos preocuparam com a manutenção da posse escrava, uma vez que essa diferença é acentuada na década de 1850, quando houve a proibição definitiva do tráfico transatlântico. Já na faixa etária seguinte (treze a vinte e cinco anos) o número de cativos masculinos (672) ultrapassou o feminino (575), o que proporcionou o equilíbrio entre os gêneros da população escrava adulta.

Nas décadas de 1860 a 1880, a população escrava feminina na faixa etária de vinte e seis a quarenta e cinco anos é mais significativa, com 339 sujeitos, contrapondo a masculina, com 275 escravos. Essa sutil diferença pode ter sido causada pela interferência do tráfico interprovincial, que, segundo as pesquisas de Erivaldo Fagundes Neves e Maria de Fátima N. Pires, ocorreu no alto sertão da Bahia com mais intensidade nesse período, provocando variadas mudanças na vida desses segmentos, em muitos casos, a fragmentação da família escrava e redefinições no convívio familiar e na labuta diária com os companheiros de cativo.¹¹¹

Cabe ressaltar que nem todos os escravos do alto sertão comercializados no tráfico interno foram registrados nos devidos livros de notas do tabelionato. Muitos proprietários e traficantes utilizaram-se de meios para descumprir a lei de 15 de setembro 1869, que proibia no seu Art. 2º “a venda de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, [...] sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”.¹¹² Assim como, para burlar os impostos cobrados pelo governo do Império sobre o

¹¹¹ Ver: Pires. Fios da Vida... e NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista”. In: *Afro-Ásia*, n. 24, p. 97-128, 2000.

¹¹² Ver: Decreto nº 1.695, de 15 de Setembro de 1869.

comércio de cativos, como fez o Capitão e comerciante Ursino de Sousa Meira que vendeu “[...] vários escravos d’este Municipio, para fóra da Província” por meio de procuração particular “[...] para insertar-se do pagamento de imposto de exportação e multa de infracção”.¹¹³

Algumas pesquisas sobre a população escrava no interior da Bahia, no século XIX, também revelam a utilização da reprodução natural como meio de assegurar a posse escrava nas propriedades interioranas e, conseqüentemente, o maior número de cativos brasileiros, por outro lado, apontam a estabilidade das famílias escravas e a importância dos laços de família para a vida escrava. Estes trabalhos têm corroborado com a análise social da escravidão, assim como para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Em seu estudo sobre a escravidão e liberdade em Rio de Contas, no século XIX, a pesquisadora Kátia Lorena Novais Almeida revela que o padrão da demografia escrava na região, para a primeira metade desse século, era de 70% de cativos nascidos no Brasil. Ao calcular a razão de masculinidade e os preços, a autora aponta que o escravo do gênero masculino, na faixa etária de treze a quarenta e cinco anos de idade, era mais valorizado em comparação com o valor da escrava na mesma condição. Com isso, os sertanejos foram direcionados a adquirir cativos do gênero feminino, o que fez elevar a quantidade de escravas em suas propriedades, influenciando o “processo de criouliização” no alto sertão. Para tanto, utilizando o conceito de “criouliização demográfica, isto é, ‘o crescimento da população crioula (crioulo aqui entendido como indivíduo negro de ascendência africana nascido no Brasil)’” explorado por Luís Nicolau Parés. Almeida analisa a taxa geral de fecundidade ou a razão de criança/mulher e demonstra que, embora em “proporções consideradas baixas”, a taxa de sobrevivência da população cativa facultou a “reprodução natural da mão de obra escrava, o que se confirma no alto índice de escravos nascidos no Brasil”.¹¹⁴

A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, analisando a vida socioeconômica no alto sertão da Bahia oitocentista, explica que o perfil da população cativa na região está relacionado às dificuldades econômicas que a região enfrentou no curso do Oitocentos e “aliadas à desconfiança quanto ao fim do cativo”. Conforme explicita:

As dificuldades econômicas, acentuadas nos anos finais da escravidão, aliadas à desconfiança quanto ao fim do cativo, fizeram com que muitos

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acessado em 17/02/2016.

¹¹³ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Ursino de Sousa Meira. 1885-1893. Cx 102 / Est 03 / Prat 05 / Mç 197 / Doc 1454, auto com 146 folhas, fls. 18 e 93-v.

¹¹⁴ Almeida. Alforrias em Rio..., p. 104-109.

senhores deixassem de investir na compra de escravos para aplicar noutras atividades mais rentáveis que pudessem proporcionar maior dinâmica aos seus negócios. [...] a aquisição de um escravo demandava um investimento em ‘capital fixo’ bastante elevado. Um conto de réis (ou pouco menos) respondia a bens referentes a casas, sítios e gado do espólio de muitos lavradores. Por isso, muitos senhores se apoiaram na reprodução natural.¹¹⁵

Em pesquisa recente sobre a família negra em Caetité, nos anos 1830 a 1860, Ivanice Teixeira Silva Ortiz, ao aferir os registros de batismos, constata que a relação do número de escravas com o de crianças encontrados na documentação paroquial viabilizou o crescimento vegetativo da população cativa na região. A autora afirma que “a reprodução natural foi uma realidade em Caetité”, no entanto, explica que não “havia um ‘criatório’, mas sim possibilidades reais de formação de casais estáveis e legítimos”.¹¹⁶

Outro trabalho recente que analisa a vida social do escravo no século XIX, porém, numa região portuária, é o de Victor Santos Gonçalves. Ao examinar o perfil populacional de escravos e forros, em São Jorge dos Ilhéus, mediante o cruzamento das cartas de alforrias, inventários *post mortem* e do censo de 1872, o autor demonstra que o equilíbrio entre os gêneros existente na primeira metade do Oitocentos, também prevaleceu no período posterior. Dos 1.051 escravos matriculados em Ilhéus, em 1872, 47% corresponde ao gênero masculino e 53% ao feminino, o que “[...] possibilitou a formação de famílias cativas estáveis, fossem estas matrifocais ou nucleares”. Segundo Gonçalves:

Esses dados tendem a indicar que a reprodução natural foi uma alternativa utilizada por alguns senhores de Ilhéus, especialmente os dos grandes plantéis. E que a formação de famílias escravas com relativa estabilidade talvez tenha sido viável, tendo em vista que os senhores permitiam que seus escravos constituíssem uniões consensuais fora de suas unidades, mesmo que uniões entre cativos de diferentes senhores implicassem residências distintas.¹¹⁷

Já o pesquisador Alex Andrade Costa aponta um desequilíbrio entre os escravos do gênero masculino e feminino, no Recôncavo Sul da Bahia, na segunda metade do século XIX. Conquanto, de acordo com o autor, esse dado não impediu nem “uma grande reprodução endógena” nem a marcante presença de família escrava nas fazendas da região.¹¹⁸

A pesquisa de Napoliana Pereira Santana sobre família escrava, na região do São Francisco, nos anos de 1840 a 1880, evidencia que a reprodução natural foi importante para o

¹¹⁵ Pires. *Fios da Vida...*, p. 125-126.

¹¹⁶ Ortiz. “Trabalho escravo, laços...”, p. 47.

¹¹⁷ Gonçalves. “Escravos e Senhores...”, p. 109.

¹¹⁸ COSTAS, Alex Andrade. “Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo-Sul da Bahia, 1850-1888”. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2009), p. 71.

crescimento da população escrava no sertão, por outro lado demonstra que a decisão de constituir famílias e ter filhos, ou não, está relacionada com as escolhas pessoais dos escravos, pois a família para eles “significou [...] o *locus* onde homens e mulheres escravizados puderam elaborar formas de resistências cotidianas e lutar pelas suas sobrevivências”, caso contrário “[...] seriam anuladas as ações conscientes de tantos homens e mulheres que, sob a escravidão, lutaram pela liberdade e sobrevivência pessoal e familiar”.¹¹⁹

Alguns trabalhos sobre reprodução natural e estabilidade familiar escrava em outras regiões do Brasil com o perfil econômico semelhante ao do alto sertão, isso é, com uma economia voltada para o mercado interno, também têm revelado a importância do vínculo familiar nos arranjos cotidianos sob o cativo.¹²⁰ Entre esses, o historiador Tarcísio Rodrigues Botelho, ao analisar a família escrava nas fazendas pecuárias do norte de Minas Gerais, no século XIX, explica que a reprodução natural foi necessária para a manutenção e para a ampliação da posse escrava na medida em que favorecia a estabilidade familiar escrava, ou seja, os laços familiares mantidos por gerações dentro de uma mesma propriedade e, por meio destes, esses sujeitos puderam preservar seus valores, heranças culturais e sociais e lutarem por melhores condições de vida.¹²¹ Conforme explicita:

A nosso ver, fica claro que, do ponto de vista senhorial, a reprodução natural é um componente que entra positivamente em seus cálculos econômicos. Muitos adotam como estratégia única de manutenção e ampliação do plantel. Outros, mesmo lançando mão de mercado, não desprezaram sua importância. A reprodução natural parece significar também a manutenção da família escrava. Constantemente preservada, vemos casos de gerações que se sucedem dentro de um mesmo plantel, trazendo à vida dos cativos nela integrados um grande fator de estabilidade.¹²²

Desse modo, a análise dos inventários permitiu conhecer alguns aspectos da população escrava de Minas do Rio de Contas, no século XIX. Os dados computados revelaram predomínio de cativos brasileiros nas propriedades sertanejas, sendo que a maioria era natural do alto sertão, e a formação de laços de famílias estáveis, o que justifica a naturalidade desses sujeitos. Se por um lado, as “crias de casa” foram fundamentais para a manutenção de

¹¹⁹ Santana. “Família e Microeconomia...”, p. 48-9.

¹²⁰ Ver: Teixeira. “A não infância...”; _____, Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001); VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. “Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888”. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006); BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1994); MOTTA, Flávio José e VALENTIM, Agnaldo. “A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de e Apiaí-SP”. In: *Afro-Ásia*, n.27. 2002, p. 161-192; dentre outros.

¹²¹ Botelho. “Famílias e escravarias...” p. 84-170.

¹²² *Ibid*, p. 122.

ampliação da posse escrava na região e, conseqüentemente, da riqueza senhorial, por outro, foram os elos que interligavam e fortificavam as famílias no meio dos seus, além de proporcionarem a preservação da herança cultura recebida de seus antepassados.

2.3. A experiência da cor: mudança de cor e hierarquia social de escravos e libertos

Ao pesquisar inventários da antiga comarca de Minas do Rio de Contas, dos anos de 1840 a 1888, e em dois livros de batismos da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, entre os anos de 1838 a 1863, foi possível perceber uma heterogeneidade nas avaliações e nos assentos referentes à categoria cor aplicada a escravos e libertos. Exemplo disso encontra-se no inventário, aberto em 1864, de Constancia Joaquina da Silva Dourado, moradora no Sitio do Bebedouro, distrito de Morro do Fogo, termo de Minas do Rio de Contas.

O viúvo, Clemente Marques das Neves, declarou sessenta escravos: trinta e três do gênero masculino e vinte e sete do feminino, distribuídos entre crianças (de zero a doze anos de idade), jovens (de treze a vinte e cinco), adultos (de vinte e seis a quarenta e cinco) e idosos (acima de quarenta e seis anos), como pode ser observado no quadro 01 abaixo. Os avaliadores ao classificar a cor e a nacionalidade desses sujeitos não se limitaram aos termos africano e crioulo, pelo contrário, utilizaram-se de cinco tipos de classificações diferentes (crioula, cabra, parda, fula e mulata) e, em alguns casos, chegaram até a qualificá-los. Veja como os descreveram: “Gil, *criôlo fulo* com vinte e dois annos de idade”; “Toquarto, *criôlo* de bonita figura de dez annos”; “Manoel funga, *molato* de bonita figura com dez annos”; “Malaquias, *fulo* com sete annos”; “Joaquina *cabôcolado*, *cabra* com seis annos”; entre outros.¹²³ A análise desse documento corrobora com a discussão apresentada nesse trabalho sobre as crias de casa e revela que a posse escrava da senhora Constancia era composta por cativos adquiridos no tráfico atlântico e interno e as crias de casa, assim como há um equilíbrio entre os gêneros e a formação de laços de família estáveis, o que favoreceu sua manutenção e ampliação.

¹²³ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Constancia Joaquina da Silva Dourado. 1864-1864. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 171 / Doc 1186/ auto com 197 folhas, fls. 11-v e 12 do documento anexo, grifos meus.

Quadro 01: Escravos pertencentes a Constança Joaquina das Neves Dourado, Sítio do Bebedouro, Morro do Fogo – 1864.¹²⁴

Escravos	Cor / Origem	Idade	Filiação	Vinculo familiar	Ocupação	Cond. Fisica / Saúde
Ritta	Crioula	25 anos		Casada c/ Manoel do Meio	Serviço de Casa	Boa Figura
Placido	Cabra	50 anos				Aleijado de uma perna
Juliana	Crioula	20 anos		Solteira		Boa Figura
Gil - fulo	Crioula Fulo	25 anos		Casada	Serviço de Lavoura	
Jacob	Crioula	20 anos		Solteira		Boa Figura
Benedicta Constança	Crioula	30 anos		Casada com Lazaro		
Rosaura	Crioula	50 anos		Solteira		Doente dos Olhos
Angela	Parda	30 anos		Consensual		
Milania	Parda	3 anos	Angela-Parda			
Adrião	Crioula	12 anos				Boa Figura
Andre	Crioula	10 anos				
Felicidade - Nagô	Africana	37 anos		Casada com Pedro		
Joaquim	Parda	6 anos				
Honorio	Crioula	14 anos				Boa Figura
Lazaro	Crioula	40 anos		Casado com Benedita Constança		Má figura
Pedro	Africana	52 anos		Casado com Felicidade Nagô		Doente de callor no figado
Querino	Crioula	21 anos				Má figura
Honorato	Cabra	21 anos		Solteira		
Thomas	Crioula	10 anos				Boa Figura
Desiderio	Crioula	40 anos		Casado com Benedica Cesaria		Com defeito na mão direita e desdentado
Claudino	Cabra	32 anos				
Braz	Crioula	26 anos				Com falta de dente na frente
Dionizia	Crioula	8 anos				Doente dos olhos
Sebastião	Crioula	20 anos				
Manoel do Meio	Crioula	32 anos		Casado com Ritta		
Benedicto	Cabra	28 anos		Casado com Damasia		
Manoel	Parda	14 anos				
Toquarto	Crioula	14 anos				Bonita figura

¹²⁴ Ibid.

Marcelina	Crioula	7 anos			
Felipe	Crioula	3 anos			
Galdino	Crioula	3 anos			
Andresa	Parda	6 anos			
Maria	Crioula	1 ano			
Manuel Martins	Crioula	25 anos			Má figura
Malaquias	Fula	9 anos			
Victor	Crioula	20 anos			Boa Figura
Francisca	Crioula	40 anos		Consensual	
Damasia- Gêge	Africana	34 anos		Casada com Benedicto	Doente
Victoriana	Crioula	2 anos	Damasia e Benedicto		
Francisca	Crioula	2 meses	Damasia e Benedicto		
Clara	Crioula	15 anos			
Benedicta Cesaria	Cabra	33 anos		Casada com Desiderio	
Baldoina	Crioula	1 ano			
Josefa	Cabra	25 anos			Baixa
Euzebio	Parda	1 ano			
Hippolita	Crioula	1 ano	Francisca-Crioula		
Justino	Crioula	14 anos			Mau crescimento e Má figura
Constança - Angola	Africana	54 anos			Cega de hum olho
Luiza	Crioula	72 anos			
Thereza	Africana	62 anos			
Simião	Crioula	16 anos			Gago
Feliciana	Africana	80 anos			
Maximiliano	Mulata	40 anos		Vaqueiro	
Manoel Junga/Funga	Mulata	10 anos			Bonita figura
Estevão	n/c	4 meses			
Joaquina - Cabôcolado	Cabra Cabocólada	6 anos			
Estevão		4 meses			
Anna		2 meses	Angela-Parda		
Januario		60 anos			Potrôzo
Uma Cria		28 dias	Damasia e Benedicto		

Essa heterogeneidade se deu pelo processo de mestiçagem procedente da mistura de povos e culturas que habitaram o alto sertão da Bahia, o qual muito provavelmente se fortificou com a criação da Vila, no início do século XVIII, e, conseqüentemente, com a migração de portugueses, brasileiros e africanos para a região, os quais juntaram-se à população indígena aqui presente.¹²⁵

¹²⁵ Nos últimos anos vários pesquisadores têm se dedicado ao estudo da mestiçagem no Brasil, cujo tema tem ganhado destaque nos centros acadêmicos, suscitando novos problemas e reinterpretções de problemas já apresentados na historiografia brasileira. Vários historiadores debruçaram-se sobre novas fontes, abordagens e temáticas como racialização, cidadania, identidade étnica, cor e classificação social, para tentar compreender questões bastante pertinentes na história do “negro” no Brasil, principalmente, quando analisada com base no processo de formação das identidades raciais negras no país. Essas pesquisas têm demonstrado que a construção das identidades raciais negras “não se fez como contrapartida direta da violência intrínseca ao processo de diáspora africana provocado pelo tráfico atlântico de escravos”, e sim, “como fruto mais direto do surgimento do racismo moderno e dos processos de racialização dele decorrentes” (MATTOS. Hebe Maria. “Prefácio”. In: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 12). Assim, tem sido difundido que as categorias classificatórias expressas na cor são uma construção histórica, logo, podem ser modificadas no tempo e no espaço e serem compreendidas como lugar social. Ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: O significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2013 [1995]; _____. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; REIS, João José. “Cor, Classe, Ocupação etc: o perfil social (às vezes pessoal) dos rebeldes baianos, 1823-33”. In: REIS, João José e AZEVEDO, Elciene (org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012; _____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. In: *Afro-Ásia*, n.24, 2000, p. 199-242; DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2010; LIBBY, Douglas Cole. “A Empíria e as Cores: Representações Identitárias nas Minas Gerais dos séculos

Para além do processo de mestiçagem ocorrido na região ficou evidente, na leitura dessas fontes, variações na classificação da cor desses segmentos, num mesmo documento e também ao cruzá-lo, cujas oscilações foram se modulando ao longo do tempo de acordo com o lugar social do sujeito e com o olhar de quem produzia o documento.

A pesquisa desenvolvida por Hebe Maria Mattos, sobre escravidão e cidadania no Brasil, no final do século XVIII e início do XIX, revela que a categoria cor é uma construção histórica instituída devido ao crescimento da população livre de cor, logo, poderia haver modificações ao longo do tempo e do espaço, até porque a cor denota a um lugar social e expressa hierarquias na sociedade de época, em especial, aos sujeitos egressos do cativo. Conforme explicita:

A própria construção da categoria ‘pardo’ é típica do final do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de ‘mulato’ (este, sim, um termo de época ligado diretamente à mestiçagem) ou mestiço que muitas vezes lhe é associada. Na verdade, durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado do século XIX, os termos ‘negro’ e ‘preto’ foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, ‘preto’ foi sinônimo de africano, e os índios escravizados de ‘negros da terra’. ‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quanto se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estas tendiam congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava. Ou seja, a expressão ‘pardo livre’ sinalizará para a ascendência escrava africana [...]. Era, assim, condição de diferenciação em relação à população escrava e liberta, e também de discriminação em relação à população branca; era a própria expressão da mancha de sangue.¹²⁶

XVIII e XIX”. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009; GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo* – Trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentsos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007; VIANA, Larissa Moreira. *O Idioma da Mestiçagem – As Irmandades de Pardos nas Américas Portuguesas*. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2007; SANTOS, Jocelio Teles. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: Classificações raciais nos Brasil dos séculos XVIII-XIX”. In: *Afro-Ásia*, n.32, 2005, p 115-137; Grinberg. *O fiador dos...; SPITZER, Leo. Vida de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780 -1945*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001; GRAHAM, Richard. “Cor e cidadania no Brasil escravista”. In: *Revista Maracanã*, ano 1, nº 1, 1999/2000; entre outros.

¹²⁶ Mattos. *Escravidão e Cidadania...*, p. 16-18.

As tabelas 05 e 06, a seguir, revelam que a categoria cor foi bastante utilizada pelas autoridades locais para classificar ou, quiçá, qualificar o escravo do sertão. Foram poucos os casos em que houve a omissão da cor desses sujeitos, tanto nos inventários quanto nos registros eclesiásticos. Normalmente, quando não havia a classificação da cor nos processos de inventários era porque se tratava da declaração de um escravo que foi doado em causa dote, ou seja, que não estava presente no momento da abertura do mesmo e foi avaliado com os demais bens doados. Situação que diferencia dos estudos de Hebe Mattos, sobre “a cor inexistente” no antigo Sudeste escravista, em meados do século XIX. A autora analisa inventários, testamentos, escrituras públicas e processos criminais e civis e constata o sumiço da cor dos sujeitos, em especial a dos “homens de cor” e sugere que “[...] quando a cor era mencionada por obrigatoriedade (como no caso dos censos e, depois, dos registros civis), isso ainda se fazia majoritariamente como referência à condição cativa”.¹²⁷

Acredito que o sumiço da cor nas fontes tem a ver com a conjuntura socioeconômica do local e com quem as produziram. Em relação à classificação, ou não, da cor nos assentos de batismo cabem algumas considerações. Primeiro, em 1851, o governo imperial instituiu o registro civil, assim, transferiu das paróquias para as instituições civis a obrigação de registrar o nascimento, casamento e óbito, fato que, possivelmente, para algumas regiões do país, pode ter influenciado no desaparecimento/omissão da cor nesses registros.¹²⁸ Segundo, pode-se pensar nas condições adversas em que se elaboravam os registros paroquiais: a) o padre realizava o sacramento e depois o anotava em uma folha de papel avulsa, nesse processo, dependendo da quantidade de batismos realizados, não seria difícil o religioso esquecer-se de registrar alguma informação, recebida ou identificada, e copiar o dado já registrado, como a cor da mãe para os filhos; b) em muitos casos (na grande maioria) não era o pároco que havia realizado o sacramento, quem o registrava nos livros, pois nas igrejas existiam o coadjutor, eram os coroinhas ou outras pessoas responsáveis para elaborar o assento, pois, na maioria das atas, registrava-se no final: “Do que, para constar, mandei fazer este assento, em que me assigno”.¹²⁹ Entretanto, vale destacar que “era o registro de batismo que oficialmente definia se cada criança nascida no Brasil era livre, e cidadã brasileira, ou escrava”.¹³⁰

¹²⁷ Mattos. *Das cores do...*, p. 106. Para maiores detalhes ver o capítulo 5.

¹²⁸ MATTOS, Hebe Maria. “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 20.

¹²⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livros de Registros de batismo, casamento e óbitos do século XIX.

¹³⁰ Mattos. “Raça e cidadania...”, p. 21.

A pesquisa aos registros de batismo da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, do século XIX, de modo geral, não constatou o desaparecimento/omissão da cor nas atas analisadas, foram poucos os casos em que a cor não estava explícita, e, nestes casos, acredito que houve negligência no momento da elaboração da ata, visto a condição de escrita dela.

Veja o assento de batismo de Bento, cabra, de cinco meses de idade, filho legítimo de Francisco e Francisca, crioulos, escravos de Rodrigo de Sousa Meira, realizado no ano de 1856, na fazenda Umbuzeiro, no Arraial da Vila Velha em Minas do Rio de Contas:

Aos quatro de Maio de mil oito centos e cincoenta e seis annos na Fazenda do Umbuzeiro em caza de Rodrigo de Sousa Meira, continente do Arraial da Villa Velha Filial desta Matriz do Santissimo Sacramento da Villa e Minas do Rio de Contas baptisou e poz os Sanctos Oleos o Padre Lucrecio Dantas Barbosa, a Bento parvulo *cabra*, nascido a vinte e nove de Novembro do anno findo, filho legitimo de Francisco, e Francisca *criolos*, escravos de Rodrigo de Sousa Meira. Forão Padrinhos Luduvico Vieira e sua mulher Maria Jose, todos moradores do mesmo continente, e Parochianos da referida Matriz. Do que para constar mandei fazer este lançamento em que me assigno. O Jeronymo Dantas Barbosa ¹³¹

No assento acima a categoria cor é utilizada, não apenas para Bento, que é identificado como cabra, mas também para seus pais, Francisco e Francisca, ambos identificados como crioulos. Percebe-se que a cor utilizada é diferente para pais e filho, o que nos permite pensar em categorias raciais, ou seja, no porquê da diferença de classificação da cor, já que Bento é filho legítimo dos crioulos Francisco e Francisca e é um párvulo de apenas cinco meses, idade em que os pigmentos da pele dos indivíduos não estão visivelmente definidos, podendo haver dúvida em relação à sua cor.

Essa possibilidade de dúvida é abordada por Jocélio Teles dos Santos nos seus estudos sobre classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII – XIX. Santos, analisa os registros de crianças expostas na Santa Casa da Misericórdia e constata que não era fácil registrar a cor daquelas crianças “[...] mesmo havendo um limitado repertório de cores, havia a possibilidade da dúvida classificatória”. Também nos chama a atenção para perceber que essa imprecisão também poderia existir quando a cor da criança não se enquadrava em “[...] cores socialmente construídas com base em polaridade – preto ou branco –”, entretanto afirma que havia uma

¹³¹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de batizados realizados na Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas - 1856 a 1863, fl. 6. Grifos meus

“terminologia oficial no Brasil colonial”, que nos permite pensar na representação identitária de escravos e libertos e na construção social da cor desses sujeitos.¹³²

Silvia Hunold Lara, analisando a multidão de pretos e mulatos na América portuguesa setecentista, corrobora com essa assertiva e ressalta o significado da cor associado à condição social dos sujeitos e que, embora houvesse incertezas, a cor empregada aos indivíduos é bastante reveladora. Conforme a autora:

Elas indicam que, geralmente, a cor da pele estava associada à condição que separava a liberdade da escravidão. (...) ela era lida, no Reino e na América portuguesa, como uma dentre as muitas marcas simbólicas de distinção social. Incorporada à linguagem que trazia visualmente as hierarquias sociais, a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido escravos, a cor era um importante elemento de identificação e classificação social.¹³³

Na ata de batismo do párvulo Bento, localizei pistas importantes para tentar compreender possíveis aspectos da representação identitária de escravos e libertos em Minas do Rio de Contas, na segunda metade do século XIX. O interessante nesse registro é que ele permite questionar o significado da cor que era empregada às crianças nos assentos de batismo, por exemplo, como aplicar a cor cabra ao filho de crioulos já que “‘cabra’ era aplicado ao filho de preto e mulato”?¹³⁴ Crioulo também poderia representar a cor preta e/ou mulata a depender da ocasião/situação? Ao que tudo indica, o vigário Jeronymo Dantas Barbosa, ao classificar a cor de Bento, utilizou-se dos critérios raciais atrelados à especificidade da região.

Há na historiografia brasileira alguns trabalhos que têm demonstrado a problemática da categoria cor empregada aos sujeitos no Brasil escravista.¹³⁵ Entre esses, as pesquisas de João José Reis, sobre “as cores do canto”, nos últimos anos da escravidão, em Salvador, e de Douglas Cole Libby, sobre as representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, contribuem e fornecem vestígios para essa discussão.¹³⁶

João José Reis, analisando o livro de matrícula dos “cantos” de Salvador, revela alguns aspectos dos ganhadores, entre eles a cor, registrados pela polícia local. Evidencia que diferenças sutis eram empregadas para classificar as cores daqueles sujeitos e para distinguir

¹³² Santos. “De pardos disfarçados...”, p. 122-125.

¹³³ Lara, “Fragmentos setecentista”, p. 143-44.

¹³⁴ Idem, p. 119.

¹³⁵ Ver nota 62.

¹³⁶ Ver: Reis. “De olho no...” e Libby. “A Empiria e...”.

“[...] entre pardo e mulato, por exemplo, ou entre fula e cabra. Muitas vezes a diferença estava no cabelo”. Sobretudo, ressalta a categoria cor entendida com “classificação racial é em grande medida situacional, depende do contexto, da posição social de quem classifica e de quem é classificado”. Sobre o significado da cor, Reis atesta que o termo crioulo desapareceu do livro de matrícula, no entanto, significava o “negro nascido no Brasil, para diferenciá-lo do africano”. O termo preto era utilizado para “descrever o negro brasileiro ou africano. O que acredito ser mais um indício de que a sociedade se adaptava para conviver com apenas um tipo de negro: aquele nascido no Brasil”. O Fula era “o negro cuja pele não é de um preto denso, seguro, mas característico dos africanos da nação fulani”. O cabra, “entendia-se alguém com a pele entre parda e preta; caboclo, alguém com as características mais próximas do indígena brasileiro”.¹³⁷

Os estudos de Douglas Libby, sobre as representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, não se distanciam dos significados das cores sugeridos por Reis, ao que parece ser um complemento, mesmo se tratando de período, região e tipologia de fontes diferentes. Segundo Libby, a terminologia crioula “constituía, sobretudo, uma referência à ascendência africana/escrava e, ao que tudo indica, perpassou várias gerações ao longo dos períodos Sete e Oitocentistas”; a cabra também poderia se referir à ascendência africana, desde que fosse filho de “pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, a um mulato) e o outro crioulo ou africano”; a parda “poderia abrigar múltiplas tonalidades de pele, mas sempre se referia a algum grau de miscigenação (e, portanto, quase sempre a algum vínculo ancestral ao cativo)”.¹³⁸

Os dados apresentados na tabela 05 evidenciam que apenas 7,8% dos escravos inventariados não tiveram a classificação de cor explicitada no documento, por outro lado, apontam o predomínio do termo crioulo, empregado na população escrava no alto sertão da Bahia oitocentista, seguidos de pardo, cabra e preto. Dos 4.473 cativos brasileiros inventariados, 1.579 foram classificados de crioulos, o equivalente a 35,3%, 974 identificados de pardos (21,8%), 909 agrupados em cabras e 524 em pretos, os quais corresponderam a 20,3% e 11,7%, respectivamente.

¹³⁷ Reis. “De olho no...”, p. 233-234.

¹³⁸ Libby. “A empiria e...”, p. 48-50.

Tabela 05: classificação da cor dos escravos inventariados – Minas do Rio de Contas, 1840-1880.

Cor	Década / Gênero										Total
	1840		1850		1860		1870		1880		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Crioulo ¹	268	227	281	295	167	164	79	88	04	02	1579
Cabra	139	129	161	142	98	130	45	50	08	07	909
Pardo	104	121	67	100	36	60	163	162	70	91	974
Preto	-	-	-	-	-	-	128	130	128	138	524
Negra	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Mulato	12	11	20	21	15	17	-	01	-	-	97
Mestiço	03	04	01	02	-	-	-	-	-	-	10
Fula	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
S/I* ²	36	38	61	64	39	22	50	39	08	13	377
Total	562	532	591	624	356	393	465	470	218	251	4473

* Sem Informação / M – Masculino / F – Feminino

1 – Foram acrescentados 04 cativos crioulos, arrolados na década de 1840, sem identificação de gênero.

2 – Foram acrescentados 07 cativos sem classificação de cor e gênero, arrolados na década de 1840.

Nota-se que a cor preta foi adicionada ao rol de cores dos escravos inventariados a partir da década de 1870, especificamente a partir do ano de 1873, e se manteve em números constates, ou seja, para a década de 1870 foram identificados 258 sujeitos de cor preta, 128 do gênero masculino e 130 do feminino, na década de 1880, praticamente não houve alteração, se comparada com a anterior, pois foram classificados 128 escravos e 138 escravas, o que corresponde a 266 cativos de cor preta. Ao passo que as autoridades sertanejas começaram a empregar a cor preta nos escravos inventariados, houve uma diminuição significativa no uso dos termos crioulo e cabra. Teria a cor preta substituída os termos crioulo e cabra na classificação da cor desses sujeitos, em Minas do Rio de Contas, nas últimas décadas da escravidão? Qual o porquê e o significado dessa mudança na sociedade da época?

Em alguns casos foi possível identificar, mediante o cruzamento com o batismo, que a classificação de preto foi utilizada em substituição aos termos crioulo e cabra. Algumas crianças foram classificadas de crioulas e cabras nos registros paroquiais e, posteriormente, nos inventários foram identificadas de pretas. A terminologia preta também foi usada em substituição do termo africano. Por exemplo, Joaquim, africano, casado com Carlota, cabra, escravos pertencentes ao capitão Antonio Calisto de Oliveira, morador na Fazenda dos Lenções, no lugar denominado Barra do mulato. O casal teve, ao menos, três filhos legítimos: Benedicto, Severa e Appollinaria, todos cabras, escravos pertencentes ao mesmo senhor e

batizados logo no primeiro mês de vida, nos anos de 1857, 1860 e 1862, respectivamente.¹³⁹ Tempos depois, o capitão Calisto falece e é feito o inventário de seu patrimônio, em 1887. Na declaração dos semoventes, Joaquim e Carlota foram classificados de pretos, o que pode ter sido utilizada para suprimir a naturalidade africana de Joaquim e a ascendência africana de sua esposa Carlota, já que o termo cabra fazia referência aos descendentes diretos dos africanos, conforme sugere Douglas Libby (supracitado). As filhas, Severa e Apollinaria, não foram arroladas entre os bens do Capitão, podem ter sido vendidas no tráfico interno ou terem falecido. Benedicto continuou trabalhando ao lado dos pais, foi matriculado em 1872, na época com vinte e sete anos de idade e de cor parda, mas no momento da avaliação dos bens se encontrava fugido.¹⁴⁰

Nos casos em que houve a mudança de cor dos genitores, normalmente a dos filhos também era alterada. Em outros, percebe-se que a cor preta foi utilizada pelos avaliadores de forma genérica, como sinônimo da condição de ser escravo. Por exemplo, no inventário da senhora Custódia de Souza Spínola, moradora na fazenda Alagoa, aberto em 1881, o neto inventariante, o tenente Gaudêncio de Vasconcelos Mendonça, ao descrever os semoventes, todos os escravos foram classificados de cor preta pelos avaliadores, inclusive os cativos que estavam em poder de seu tio Faustino Fogaça de Souza, que foram acrescentados nas declarações, entre eles estavam Pacifico e Julia. Faustino é taxativo ao responder a declaração do sobrinho: “quanto aos escravos, Raymundo, prêto, Pacifico, **parado, e não prêto como foi declarado**, e Josepha, prêta, foram na verdade vendidos [...] a escrava Julia foi doada por escritura particular” ao seu irmão Thimotheo de Souza Spínola Fogaça. No documento de escritura, elaborado em 1865 e anexado ao processo, a inventariada declara **Julia de cor cabra** de dose anos de idade, adquirida por herança do filho Domingos Antonio de Souza.¹⁴¹ O que significa que os escravos não estavam presentes no momento da avaliação e, quiçá, há bom tempo entre os cativos da senhora Custódia. O cruzamento dos inventários da senhora Spínola com o do filho Domingos Antonio, aberto no ano de 1853, corrobora com essa assertiva. Domingos possuía dezoito escravos, dentre esses, os cativos que ficaram de herança para a mãe: Patricio, Raymunda, Josepha e Florencia, crioulos; Julia, cabra e Pacifico,

¹³⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fls. 67-v, 134 e 187.

¹⁴⁰ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Antonio Calisto de Oliveira (capitão). 1887-1888. Cx 103 / Est 03 / Prat 06 / Mç 199 / Doc 1476 / auto com 89 folhas, fls. 8-10 e 20-v.

¹⁴¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Custódia de Souza Spínola. 1881-1881. Cx 99 / Est 03 / Prat 05 / Mç 190 / Doc 1406 / auto com 50 folhas, fls. 10 -11, 17 e 35, grifos meus.

mulato.¹⁴² Nota-se que o avaliador dos bens de Domingos utilizou categorias de cor variadas para classificar a cor desses segmentos.

Outro dado a ser observado na tabela 05 acima é que, com o aparecimento da cor preta na classificação dos escravos inventariados, a quantidade de pardos aumenta, visto que vinha de uma queda significativa na década de 1860. Isso faculta pensar que os termos crioulo e cabra não mais abarcariam os descendentes de africanos de primeira e segunda geração, esses segmentos seriam classificados de pardos ou pretos.

Sobre esse aspecto, pode-se pensar no perfil da posse escrava em Minas do Rio de Contas, no século XIX. Como já demonstrado, grande parte dos escravos inventariados eram “crias de casa”, sujeitos que permaneceram com suas famílias por gerações, outros eram naturais da freguesia e, a partir da década de 1870, os cativos oriundos do continente africano quase não aparecem na documentação analisada, correspondendo a 1,6% dos escravos inventariados nas duas últimas décadas (ver tabela 02). Isso sugere que o uso dos termos cabra e, em especial, do crioulo como indicativo de escravos brasileiros não corresponderia mais à realidade local da época.

Já os registos de batismos, incluindo aí seis assentos de crianças forras na pia batismal e uma liberta, atestam que cabras e crioulos foram os mais classificados nessa fonte, pois houve uma diferença de mais de 4% na classificação de cabra, comparada com a de crioulo. Do total de 740 registros de batismo, 279 crianças foram identificadas como cabras, correspondendo a 37,7%, 248 foram registradas como crioulas, o que corresponde a 33,5%, 181 como pardas, o equivalente a 24,5%, três crianças foram classificadas individualmente de branca, mulata e tapuia (0,40%) e duas identificadas de mestiças, ou seja, em 0,3% do total. A tabela 06 (a seguir) aponta a classificação da cor de escravos e libertos e corrobora com esta assertiva.

O interessante em contrastar os dados dos inventários com os do batismo, entre outros aspectos, é perceber a mudança de cor desses segmentos, na documentação eclesiástica houve predomínio da classificação crioula, ao passo que nos registros eclesiásticos os cabras se destacaram. Veríssimo, escravo, pertencente a Antonio Querino da Silva Rego, filho natural de Francisca, crioula, escrava pertencente ao mesmo senhor, foi identificado, em 1856, no registro paroquial como *crioulo*, pouco mais de um ano após ter sido batizado foi classificado

¹⁴² APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Domingos Antonio de Souza. 1853-1853. Cx 81 / Est 03 / Prat 02 / Mç 159 / Doc 993 / auto com 9 folhas, fls. 3v-4.

no inventário do senhor Antonio Querino, em 1858, como *cabra*.¹⁴³ Antonia, Joaquina e Antonio filhos naturais de Catharina, cabra, escravos pertencentes a Joaquim Nunes Dourado, foram identificados nos assentos de batismo como *cabras*, nos respectivos anos de 1857, 1860 e 1863 e no inventário desse proprietário, aberto em 1870, como *crioula*, *parda* e *pardo*, respectivamente.¹⁴⁴ O vigário Jeronymo Dantas Barbosa, ao mandar lançar o batizado de Maria – nascida em quatro de setembro de 1858, filha legítima de Anselmo e Sabina, escravos pertencentes ao tenente Candido Alves de Castro Coelho –, no livro de assentos de batismos, a classificou como *parda*.¹⁴⁵ Quase cinco anos se passaram e os avaliadores do inventário de dona Anna Zeferina de Jesus de Castro Coelho, esposa do tenente, aberto em 1863, ao avaliar os bens do casal identificou a pequena Maria de *cabra*.¹⁴⁶

Tabela 06: classificação da cor de escravos e libertos nos registros de batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, 1838-1863.

Cor	Quantidade	%
Cabra	279	37,7
Crioulo	248	33,5
Pardo	181	24,5
Mestiço	02	0,3
Mulato	01	0,1
Tapuia	01	0,1
Branco	01	0,1
Sem identificação	27	3,7
Total	740*	100

Fonte: Livros de registros de batizados do século XIX. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859 e 1856 – 1863. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

*Deste total foram excluídos 10 assentos de africanos registrados no ano de 1849.

No cruzamento das fontes eclesiásticas com os inventários foi possível identificar vários outros casos de divergências na classificação da cor desses segmentos ao longo do período estudado, e quase todos possuíam vínculos familiares. Assim, o registro da cor

¹⁴³Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fl. 45 e APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Antonio Quirino da Silva Rego. 1858-1858. Cx 84 / Est 03 / Prat 02 / Mç 165 / Doc 1092 / auto com 14 folhas, fl s/n, grifos meus.

¹⁴⁴ Ibid, fls 50, 169 e 199-v e Ibid, ID: Joaquim Nunes Dourado. 1870-1870. Cx 90 / Est 03 / Prat 03 / Mç 176 / Doc 1264/ auto com 31 folhas, fls. 7 e 11, grifos meus.

¹⁴⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863. fls.131-v, grifos meus.

¹⁴⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Ana Zeferina de Castro Coelho. 1863-1874. Cx 87 / Est 03 / Prat 03 / Mç 170 / Doc 1183 / auto com 23 folhas, fl 5, grifos meus.

poderia depender da fonte, de quem a produziu e da ocasião, bem como das relações sociais tecidas pelos sujeitos. Se eram “conhecidos” das autoridades civis e eclesiásticas sertanejas, por que houve variações nas classificações da cor desses segmentos, a depender da fonte?

A pesquisa de Roberto Guedes, sobre mudança de cor dos escravos de Porto Feliz, nas primeiras décadas do século XIX, fornece pistas que contribuem para a discussão. Guedes analisa as listas nominativas, mapas da população e o censo e constata que “nem sempre há consonância entre os termos utilizados por autoridades”, o que o faculta pensar em dois critérios utilizados por elas, ao registrar a cor dos cativos: “um critério pontual e outro genérico”, ou seja, “as cores aludem, nos mapas, a uma coletividade abstrata, mas nas listas, trata-se de uma observação pontual dirigida”.¹⁴⁷ Mesmo tratando de diferentes tempos, espaços e fontes, presumo que esses critérios poderiam ter sido aplicados pelas autoridades sertanejas ao classificar a cor dos sujeitos. Como já demonstrado, em algumas ocasiões, o escravo não estava presente no momento da avaliação dos bens e mesmo assim era realizada a revelia, penso que nesses casos os avaliadores empregaram o “critério genérico”. Considero que no assento de batismo o vigário utilizou-se do “critério pontual”, por se tratar de um sacramento que para ser realizado necessitaria, no mínimo, do batizando e ao realizá-lo o padre estaria frente-a-frente com o escravo.

Em suma, as questões levantadas aqui, permitem atentar para as variações do significado das terminologias empregadas ao longo do tempo e do espaço, e assim compreender que essas categorias de cor não se sustentaram sozinhas, que foram representações constituídas e associadas às condições de vida de cada indivíduo e que esses termos estavam associados ao estatuto jurídico de livre, escravo ou forro/liberto. Portanto, não são classificações fixas, fincadas nos sujeitos, de modo que não permitem alterações. Pelo contrário, as fontes indicam que as categorias de cor oscilaram de acordo com a conjuntura socioeconômica e política, no momento em que se produzia o documento, das autoridades ao classificar os sujeitos e, ainda, mediante as relações sociais tecidas cotidianamente pelos “homens de cor” de forma vertical, fossem por meio dos nexos de sociabilidade com vizinhos, amigos e, até mesmo, com pessoas livres que dividiam com eles as labutas diárias, ou por meio de relações mais íntimas entre “brancos” e “não brancos”.

¹⁴⁷ Guedes. *Egressos do Cativo...*, p. 99.

3. TECER REDES, PROTEGER RELAÇÕES: LAÇOS FAMILIARES E SOCIAIS DE ESCRAVOS E LIBERTOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS – BAHIA

3.1. Uniões ao pé do altar: a legitimação da família

É no seio da família que se aparelha o bem-estar do indivíduo e do povo a que ele pertence. Os costumes domésticos é que permanecem, porque ninguém pode extirpá-los.¹⁴⁸

O romancista Lindolfo Rocha, ao escrever sobre a vida social dos sertanejos, na região da Chapada Diamantina, na Bahia, na segunda metade do século XIX, demonstra a importância da família para a vida desses sujeitos e para a preservação dos costumes, os quais foram vivenciados no ambiente familiar. Com muita sensibilidade e perspicácia, Rocha aponta não apenas a importância da família, mas, sobretudo, os laços constituídos entre indivíduos de diferentes estatutos jurídicos e sociais. Assim, ao ampliar o sentido do termo família, ultrapassa os limites estabelecidos pela Igreja Católica, de união legítima, possibilitando que se agreguem outros elementos da vida social dos sujeitos, como cumplicidade, amizade, sociabilidade e solidariedade.

Vivências sociais como as apresentadas acima, em algumas ocasiões, foram documentadas pelos párocos das Igrejas Católicas e, até mesmo, pelos padres das freguesias espalhadas no município de Minas do Rio de Contas. Esses registros marcaram os eventos de máxima relevância dos católicos, como o casamento, o batizado e o óbito.

Inicialmente, será útil tecer breves comentários sobre os registros eclesiásticos, que, criados como instrumentos de controle e distinção da comunidade cristã católica, foram regulamentados no Concílio de Trento (1545-1563), que encarregou a cúria de cada paróquia a registrar em livros e atas (separados) os batismos e casamentos ali realizados. Em 1614, os registros de óbitos também passaram a ser obrigação das paróquias que, oficialmente, ficaram responsáveis pelos registros individuais do princípio ao fim (batismo, casamento e óbito) da vida da população católica.¹⁴⁹ Na ocasião, o Concílio de Trento estabeleceu normas para as informações que deveriam conter nos registros eclesiásticos, as quais, em 1720, foram reiteradas no Brasil por meio das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

¹⁴⁸ Rocha. *Maria Dusá...*, p. 39.

¹⁴⁹ Cabe lembrar que, a prática de registrar os batismos, casamentos e óbitos não era novidade na Europa, pois, algumas dioceses da Itália e da França já registravam esses sacramentos desde o final da Idade Média. Ver: MARCILIO, Maria Luiza. “Os registros paroquiais e a História do Brasil”. *Varia História*, n. 31, 2004, pp. 13-20.

Na ata de casamento era imprescindível conter data, local, pároco responsável, as informações de cada cônjuge (condição jurídica, filiação, idade, residência, naturalidade), impedimentos e/ou dispensas, nomes e informações dos padrinhos/ testemunhas, assinatura do pároco e dos envolvidos. Em alguns registros era acrescentada a ocupação, a cor dos nubentes e, em caso de estado de viuvez, o nome do(a) primeiro(a) esposo(a).

Tais informações podem ser observadas no registro do enlace matrimonial de Rodrigo Antônio de Souza, escravo, pertencente a José de Souza Soares, e Cecília Maria de Jesus, livre, viúva de Eduardo José de Carvalho. A cerimônia foi realizada “por ocasião da Missão”, em 1871, na Capela de Nossa Senhora da Saúde, filada a Matriz de São Sebastião do Sincorá, há, aproximadamente, quatorze léguas da Vila e Minas do Rio de Contas. Assim, como no trecho do romance de Lindolfo Rocha, citado acima, no casamento de Rodrigo e Cecília pode-se notar pessoas de diferentes estatutos jurídicos, ligadas por laços de família.

Aos trinta de Maio de 1874, na Capella de N. Senr^a da Saude, filial à Matriz de S. Sebastião do Sincorá, por *ocasião da Missão* e authorisação do Rev.do Encomendado, P.^o Jeronymo José das Neves, assisti ao sacramento entre *Rodrigo Antonio de Sousa e Cecilia Maria de Jesus*, seos parochianos: *elle, filho natural de Severina, escravos de José de Sousa Soares e ella, viúva de Eduardo José de Carvalho*. Confessarão e commungarão, sendo lhes dispensados os 2 proclamas, por Despacho do Rev.^o Senr.^o Con.^o, Vigario Geral, de 29 de Maio; assim como, por Despacho do Rm.^o P.^o M.^o, Camillo Bareil, Missionario apostólico, de 24, o impedimento de consaguinidade, no 4 gráo attingente ao 3^o da linha geral trãsvorsal igual. Fôrão testemunhas presentes, Zephyrino Ferreira Alves e Lino José da Silva. Do que, para constar, a 27 de outubro d 1875, fiz e assignei este assento. O Parocho, Procopio José Rufino.¹⁵⁰

Certamente, esse dia foi de alegria para os familiares e para o casal, principalmente, para a noiva Cecília Maria, visto o estado de viuvez que, na ocasião, se achava e a decisão de experimentar novamente os votos do matrimônio. Observa-se, neste registro, que os nubentes tinham o conhecimento de que, para se casarem, era necessário informar a decisão ao pároco e providenciar os banhos do casamento, “antes de se celebrar o matrimônio de presente, para os denunciar, o qual, antes que faça as denunciações, se informará se há entre os contraentes algum impedimento”.¹⁵¹ Logo, solicitaram junto ao Vigário Geral e ao padre missionário

¹⁵⁰ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de casamento freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 – 1914, fl. 2v, grifos meus.

¹⁵¹ DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo Introdutório e edição de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza. São Paulo: EdUSP, 2010, p. 118. Os banhos do casamento referem-se aos proclamas. “O banho é o ato de anunciar o casamento, por três vezes, com o fim de ver se alguém denuncia algum impedimento. A expressão comum é ‘correr os banhos’”. (LOTT, Mirian Moura. “Fontes

Camilo Bariel, dispensas dos proclamas e do impedimento canônico de consanguinidade. E, no dia anterior ao que o casal recebe os sacramentos da comunhão, confissão e do matrimônio, suas solicitações foram aceitas.¹⁵²

A ata do casamento de Rodrigo (escravo) e Cecília Maria (livre) demonstra alguns vestígios da vida social desses sujeitos, que foram documentados no livro de registro de casamento, da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, 1873 – 1914. Assim como esse casal, muitos escravos, libertos e livres tiveram suas uniões legitimadas e assentadas nesse livro de casamento.

Seguindo as pistas deixadas nos registros eclesiásticos, a pesquisa realizada nos assentos de batismo, casamento e óbitos de Minas do Rio de Contas oitocentista, suscita aspectos relevantes da vida social de escravos e libertos, como a legitimidade das famílias, as uniões consensuais, sua ampliação por meio do compadrio e das irmandades.¹⁵³ Desse modo, a fim de se compreender a importância dos laços familiares consanguíneos e espirituais para a vida de escravos e libertos, foram analisados três livros de batismo, um livro de casamento e três de óbitos, entre os anos de 1825 a 1888, totalizando 1.403 registros de escravos e libertos, que se casaram, batizaram seus filhos(as) e receberam o sacramento da extrema unção.¹⁵⁴

Paróquias, suas permanências e mudanças”. Comunicação apresentada no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2006, p. 5.)

¹⁵² As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleceram as normas para a realização do matrimônio católico, as quais deveriam ser seguidas pelas freguesias e paróquias espalhadas pelo Brasil Colônia e Imperial. No Livro Primeiro, Título LXXI, Sebastião Monteiro da Vide, esclarece que o cativo poderia casar-se com outra pessoa, fosse livre ou escrava, e que seu proprietário não poderia impedir, em momento algum, a sua união, pois esse era um direito divino e humano (Ibid, p. 133). Sobre as determinações católicas para a realização dos casamentos de escravos e libertos, ver, dentre outros: Freire. *Escravidão e Família...*; LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica*. São Paulo: Annablume, 2008; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Século XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007 e SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁵³ Cabe ressaltar que o termo família legítima ou consensual identificado nos registros eclesiásticos condiz com a classificação das crianças e adultos frente ao estado civil-religioso dos pais. O batizando era identificado como filho(a) legítimo(a) quando era fruto de uma relação conjugal legitimada pela Igreja Católica, ou seja, a união dos pais foi sacramentada pelos laços da matrimônio católico, recebendo as bênçãos do padre e testemunhas/padrinhos. A família consensual refere-se à formação familiar envolvendo, teoricamente, mãe e filho(a), quando a criança ou adulto no ato do batismo foi identificada como filho(a) natural. Esse termo provém de relações conjugais que não foram sacramentadas pelo casamento católico, muito embora, em alguns casos, o pai e a mãe convivessem no mesmo lugar e, quiçá, mantivessem relações estáveis e duradouras.

¹⁵⁴ Os livros de batismos da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas, não seguem uma sequência cronológica, o que dificulta o trabalho do historiador. São batizados que foram celebrados nas capelas, oratórios e nas residências de alguns fazendeiros da região e, em sua maioria, em atos de desobriga. Assim, foi analisado três livros de registro de batismo do século XIX, denominados: Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859; Livro de registro de batismo da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas / 1856 – 1863 e Livro de Registros de batismos da Paróquia do Santíssimo Sacramento da cidade de Minas do Rio de Contas – 1887 a 1905. Foi examinado o Livro de registro de casamento da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas / 1873 – 1888 e três livros de óbitos: Livro de Óbitos da Matriz e suas filiais: N. S. Santana e N.S. do Rosário e do Cemitério Paroquial / 1825 – 1874; Livro de Óbitos da filial de Nossa Senhora

A análise conjunta dos batismos e casamentos possibilitou acompanhar alguns aspectos da vida desses segmentos, que tiveram suas uniões legitimadas pela Igreja Católica e puderam batizar seus filhos, alargando, assim, os laços familiares por meio dos vínculos espirituais do compadrio. Como exemplo, pode-se citar, brevemente, a trajetória dos escravos Henrique Dias Coelho e Tiburcia Alves Coelho, pertencentes a Manoel Alves Coelho Sobrinho, os quais escolheram a Capela do Senhor do Bomfim, há, aproximadamente, duas léguas de distância da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, no povoado de Casa de Telha, para sacramentar suas relações afetivas e batizar o filho legítimo “Heliodoro”.¹⁵⁵ (Ver histograma 04, abaixo).

Os últimos anos da vida sob o cativo foram mais favoráveis para Henrique, Tiburcia e seus familiares, especialmente, pela formalização da união do casal e pela chegada de mais um membro na família, o nascimento do filho ingênuo Heliodoro, agora com o estatuto jurídico de livre /ingênuo, embora, ainda sob o estigma da escravidão.¹⁵⁶ O ano escolhido pelos nubentes para o casamento foi 1885, talvez, não por acaso, pois a noiva já se encontrava com poucas semanas de gravidez e corria no Juizado dos Órfãos de Minas do Rio de Contas o processo de inventário do Capitão Joaquim Pereira e dona Maria da Gloria pais de Manoel Sobrinho (citado no capítulo anterior) e legitimar a união do casal seria uma forma de permanecerem unidos, no mínimo, pelo sacramento do matrimônio, visto a possibilidade de serem separados por venda no desfecho do inventário. Os nubentes Henrique – com trinta e seis anos de idade, lavrador, filho legítimo de João Alves Coelho e Constança Alves de Jesus, falecidos e que também foram escravos de Manoel Sobrinho – e Tiburcia – costureira, com dezenove anos de idade, filha legítima de José e Joana, escravos, pertencentes ao mesmo Manoel Sobrinho – apresentaram-se diante do Conego Procópio José Rufino, a fim de contraírem o matrimônio e receberem as bênçãos da confissão e comunhão. Na ocasião, escolheram para padrinhos Jesuíno Alves de Amorim, Manoel Ribeiro da Silva e Emídio de Souza Guimarães, todos livres. Dois anos após o casamento, o casal levou o filho

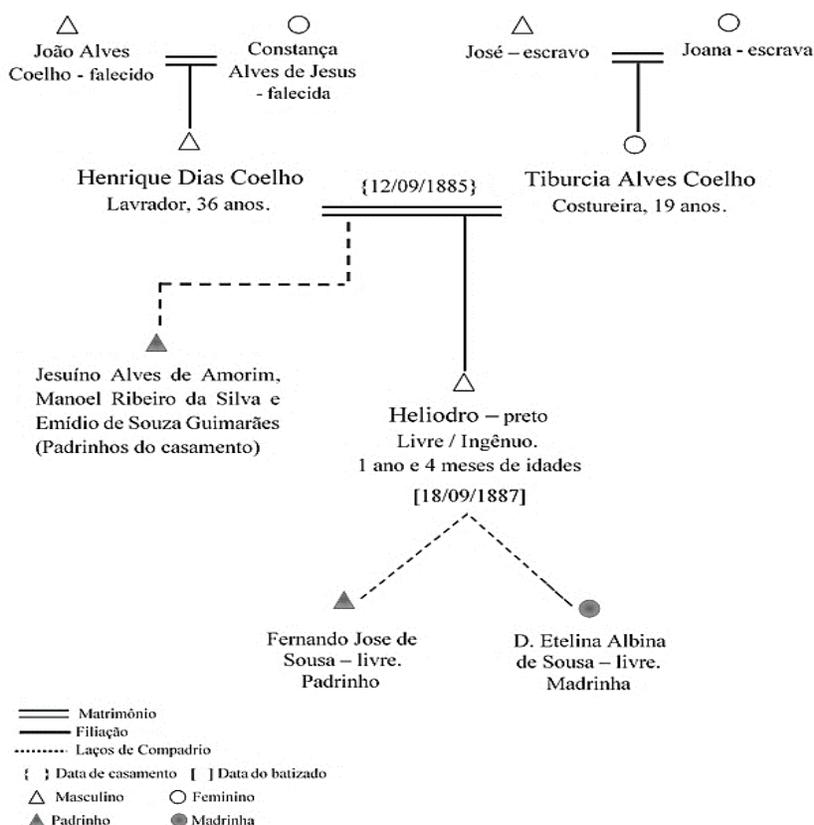
do Livramento do Arraial de Villa Velha / 1839 – 1861 e Livro de Óbitos da Matriz e suas filiais: N. S. Santana e N.S. do Rosário e do Cemitério Paroquial / 1874 – 1915.

¹⁵⁵ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de casamento. Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 – 1914, fl. 42f. Livro de registro batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento da cidade de Minas do Rio de Contas – 1887 a 1905, fl. 4f.

¹⁵⁶ O termo ingênuo corresponde às crianças que nasceram após a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), a qual determinava no seu artigo 1º, §1 que os filhos das escravas que nascessem após 1871, seriam considerados de condição livre, mas ficariam em “poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos”.

“Heliodoro”, preto, ingênuo, de um ano e quatro meses de idade, para receber os santos óleos do batismo. Novamente, escolheu pessoas livres para estreitar suas relações de amizade e sociabilidade e alargar os laços familiares, sendo padrinho do pequeno Heliodoro, Fernando Jose de Sousa e madrinha, D. Etelina Albina de Sousa. (Ver histograma 04 abaixo)

Histograma 04: Laços familiares de Henrique Dias Coelho e Tiburcia Alves Coelho, escravos pertencentes a Manoel Alves Coelho Sobrinho¹⁵⁷



Percorrendo as vivências de Henrique e Tiburcia, foi possível perceber que o casamento formal foi comum no meio familiar do casal, visto que eram filhos de pais que tiveram suas uniões afetivas legitimadas. É possível se pensar na ampliação da vida social dessa família a partir do matrimônio, que pode ter significado a manutenção das conquistas sociais, quiçá, econômicas, adquiridas por esses sujeitos, pois, além de prescindirem de uniões legítimas, os padrinhos do casal e do filho Heliodoro eram pessoas livres e,

¹⁵⁷ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de casamento. Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 – 1914, fl. 42f. Livro de registro batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento da cidade de Minas do Rio de Contas – 1887 a 1905, fl. 4f.

possivelmente, ocupavam posições privilegiadas na sociedade da época.¹⁵⁸ Essas relações permitiram pensar, ainda, numa certa autonomia adquirida por essa família (avôs, avós, pai, mãe e filho) e sua diferenciação dentro do cativoiro.

Consoante, Silvia Maria Jardim Brügger, ao estudar o casamento e o concubinato de escravos em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, evidencia que “[...] o casamento poderia viabilizar maior autonomia, no sentido de constituição de habitação em separado do restante da escravaria, e a possibilidade, inclusive, de manutenção de padrões culturais de origem africana”.¹⁵⁹

Além da conquista da legitimidade das relações afetivas de Henrique Dias *Coelho* e Tibúrcia *Alves Coelho*, percebe-se que, provavelmente, possuíam lugar de destaque entre os seus, tendo em vista que, na posse escrava da família Alves Coelho, a maioria dos cativos foi identificada apenas com o prenome e poucos possuíam o sobrenome do proprietário.¹⁶⁰ Outro indício que reforça a compreensão de uma vida mais autônoma dessa família, foi a condição de lavrador do noivo e de costureira da noiva, visto que estas atividades, além de proporcionarem ao casal certa liberdade no cultivo de alimentos para o sustento da família, poderiam auferir ganhos monetários com a venda do “excedente” de produção e do trabalho especializado com a costura. Em outras palavras, esses espaços de autonomia conquistados por essa família foram essenciais nas labutas cotidianas pela sobrevivência do grupo familiar, assim como para o seu convívio comunitário.

As pesquisas de B. J. Barickman sobre as roças de escravos no recôncavo da Bahia, nos séculos XVIII e XIX, revela a importância do cultivo de roça para a vida escrava, até porque lhes proporcionavam autonomia para a venda e o consumo. De acordo com Barickman:

“[...] mediante o cultivo de alimentos por conta própria, os escravos conseguiram um grau limitado, mas real, de autonomia em suas vidas

¹⁵⁸ No tópico seguinte, serão discutidos os estatutos jurídicos dos padrinhos e madrinhas de escravos e libertos em Minas do Rio de Contas, no século XIX. A maioria dos compadres e comadres foram pessoas livres e muitos deles eram pessoas que desfrutavam posições estratégicas na sociedade local, como funcionários do governo e da justiça, padres e fazendeiros.

¹⁵⁹ Brügger. *Minas Patriarcal...*, p. 120.

¹⁶⁰ Infelizmente, não foi encontrado no Arquivo Municipal de Rio de Contas – AMRC o inventário de Manoel Alves Coelho Sobrinho, por isso não se tem maiores informações sobre a sua posse escrava. Conquanto, pesquisei os inventários da família Alves Coelho com monte mor acima de Rs. 5:000\$000, e poucos foram os escravos que, ainda sob o cativoiro, utilizam-se do sobrenome da família senhorial. No tópico seguinte, discuto alguns desses inventários, sobretudo o do Comandante Superior Coronel Miguel Alves Coelho, bisavô do dito Manoel Sobrinho. Com isso, foi possível identificar que vários membros dessa família senhorial, ocuparam variados cargos públicos, como o de major, tenente, coronel, entre outros. O valor do *monte mor* encontrado nos inventários, na sua maioria, foi acima de 10:000\$000, portanto, tratava-se de uma família rica e de muito prestígio na sociedade riocontense da época. Para maiores detalhes, ver o tópico 2.2 deste capítulo.

cotidianas. Mais que isso, em algumas áreas, as roças lhes permitiam desenvolver ampla variedade de atividades produtivas e comerciais independentes”.

Com base nas trajetórias dos casais Rodrigo, escravo, pertencente a José de Souza Soares, e Cecília Maria de Jesus, livre, e de Henrique Dias Coelho e Tibúrcia Alves Coelho, escravos, pertencentes a Manoel Alves Coelho Sobrinho, entende-se a importância dos laços familiares, consanguíneos e espirituais para a vida escrava, até mesmo como instrumento de ampliação e coesão do grupo familiar.

A formação de laços familiares foi recorrente na vida dos escravos e libertos. O livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas documentou vestígios da vida cotidiana desses segmentos a partir dos matrimônios. A pesquisa realizada nos assentos deste livro revela que 61 casais formalizaram suas relações afetivas entre o período de 1873 a 1888. Deste total, 16 foram registrados em 1887, ano que apresenta o maior número de uniões envolvendo escravos e libertos. Para o ano de 1875, não foi encontrado nenhum registro de casamento, o que não significa dizer que, nesse ano, não existiram uniões desses segmentos, pois os laços de famílias não se formaram apenas por meio da instituição religiosa católica, mas também mediante uniões consensuais.¹⁶¹

Os resultados encontrados no livro de casamento demonstraram a formação de famílias constituídas por indivíduos com estatutos jurídicos diferentes, ou seja, uniões formadas entre escravos, libertos e livres pobres. Das 61 uniões, 25 foram de cativos com livres pobres (41,0%), 13 entre escravos, o que equivale a 21,3% dos matrimônios, 10 de libertos e livres pobres, correspondendo a 16,4%, nove de escravos com libertos (14,8%) e quatro entre libertos (6,5%). (Ver tabela 07, abaixo). Cabe ressaltar que foi possível identificar a cor/etnia dos nubentes somente em 11 registros (oito africanos e três crioulos de primeira geração) e da filiação em apenas três assentos, todos africanos (dois filhos legítimos e um natural). Assim, o termo escravo pode-se referir ao africano, crioulo, cabra, pardo e/ou preto.

¹⁶¹ Esse não é o número total de casamentos encontrados no presente trabalho. Optou-se por evidenciar os 61 matrimônios em virtude de terem sido registrados no livro de casamento, possuírem mais informações sobre o cotidiano da vida escrava, como, por exemplo, a ocupação e registrar uma quantidade expressiva de uniões mistas, principalmente, entre escravos e livres pobres. O quantitativo total de relações legitimadas pela Igreja Católica e identificadas nas atas de batismos e casamentos é de 309 uniões legítimas e 601 consensuais. No decorrer do capítulo esses dados serão discutidos.

Tabela 07: quantidade de casamentos envolvendo escravos, libertos e livres pobres nas Minas de Rio de Contas nos anos de 1873 a 1888

Casamentos	Quantidade	%
Escravos com livres	25	41,0
Entre escravos do mesmo senhor	07	11,5
Entre escravos de senhores diferentes	06	9,8
Libertos com livres	10	16,4
Escravos com libertos	9	14,8
Entre Libertos	04	6,5
Total	61	100 %

Fonte: Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

Os dados apresentados na tabela 07 evidenciam que as relações afetivas desses sujeitos ultrapassaram os limites da cor, origem ou estatuto jurídico, com um número maior de uniões mistas. Provavelmente, a predominância dos casamentos mistos (41,0 %) envolvendo escravos, libertos e livres pobres, nos anos finais da escravidão em Minas do Rio de Contas, possui relação com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, como a extinção do tráfico atlântico de escravos mediante a Lei 581, de 04 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), a ascensão do tráfico interprovincial de cativos e a promulgação da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), que determinava no seu artigo 1º que os filhos das escravas que nascessem após 1871 seriam considerados de condição livres.

Por outro lado, pode-se pensar no aumento do contingente populacional na região do alto sertão da Bahia, a partir dos anos finais da década de 1840. Nesse período, várias pessoas foram atraídas pela promessa de enriquecerem ou de conquistarem melhores condições de vida, com a extração de pedras preciosas nas localidades da Chapada Diamantina, as quais começaram a mudar o panorama da população regional.

As pesquisas de Marcia Cristina Dantas Pina sobre o povoamento da Chapada Diamante revelam, através da análise nas fontes impressas, o rápido aumento da população na Vila de Santa Isabel do Paraguaçu, como foi ocupada e quem era sua população, o que suscitou nos sertanejos “[...] uma ideia de ‘cidade de estrangeiros’”.¹⁶²

O historiador Rômulo de Oliveira Martins, nos estudos sobre a ocupação da Chapada Diamantina, no século XIX, ratifica esta assertiva e revela que houve três etapas distintas no desenvolvimento populacional e econômico. O autor evidencia que a segunda fase da

¹⁶² PINA, Marcia Cristina Dantas. “Santa Isabel do Paraguaçu: Cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, Século XIX”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2000), p. 50.

ocupação, após a descoberta de diamantes em 1844, mudou o seu antigo panorama de “[...] pouco fascínio sobre indivíduos de outras regiões [...] [e] não demorou muito para que aquela população, sedenta por fabulosas riquezas, colonizasse as múltiplas serras que circundam a Chapada”.¹⁶³ Entretanto, Martins salienta:

Nem todos conseguiram edificar casas suntuosas, sobrados bem estruturados – casarões que, pouco tempo depois do caos inicial, tornaram-se o tipo comum de moradia entre os abastados – casarões que contribuíram para dar fama de pompa e riqueza às minas da Chapada. Riqueza que não foi alcançada pela maior parte da população, incluindo escravos e ‘desclassificados’ que viveram uma vida bem modesta.¹⁶⁴

As uniões entre escravos e livres pobres (41,0%) demonstram que, decerto, as relações afetivas tecidas pelos escravos extrapolaram o convívio com a sua família e os companheiros de cativeiro. Suas vivências estenderam-se aos livres pobres, numa relação de reciprocidade, amizade, confiança, afetividade, sem descartar, é claro, as possíveis inimizades e os momentos de tensões. Se por um lado, esses laços familiares proporcionaram às vidas desses segmentos um viver na “fronteira” entre o cativeiro e a liberdade, por outro, havia a possibilidade de conquistar espaços de autonomia, de mobilidade espacial e, quiçá, a compra da alforria. Consoante as pesquisas de Kátia Lorena N. Almeida sobre manumissões em Rio de Contas, no século XIX:

a família escrava foi importante para concretizar projetos de liberdade. O pagamento feito pela família do escravo foi recurso amiúde utilizado para alcançar a alforria [...]. Ao buscar espaços de autonomia como moradia, cultivo e preparação dos alimentos, a família escrava apresentava interesses próprios, às vezes antagônicos aos interesses senhorias. A construção de laços familiares possibilitava, por outro lado o enfretamento da escravidão por meio de uma rede de solidariedade entre seus membros.¹⁶⁵

Desse modo, os dados perscrutados no livro de registro de casamento de Minas do Rio de Contas, entre 1873 a 1888, demonstraram que 72,1% dos enlances matrimônias envolveram sujeitos de diferentes estatutos jurídicos e 27,9% foram entre pessoas do mesmo segmento social. O percentual de uniões mistas é alterado quando, analisado os tipos de casamentos entre os escravos (21,3%), ou seja, dos 13 casamentos encontrados entre cativos, apenas 11,5%, correspondem a uniões de uma mesma posse escrava. Assim, a pesquisa revela que não houve uma tendência endogâmica nos casamentos de escravos analisados nesse estudo.

¹⁶³ Martins. ““Vinha na fê...””, p. 21.

¹⁶⁴ Ibid, p. 29.

¹⁶⁵ Almeida. *Alforrias em Rio...*, p. 148.

Essa predominância de casamentos mistos, ou seja, uma tendência exogâmica nos matrimônios de escravos em Minas do Rio de Contas, diferencia-se de algumas pesquisas sobre família escrava no Brasil, as quais têm demonstrado baixos índices de uniões mistas.¹⁶⁶

Os estudos de Gabriela Nogueira, sobre casamentos de escravos e forros, têm demonstrado que os cativos dos Guedes de Brito, proprietários de grandes latifúndios na região do sertão de cima do São Francisco, no século XVIII, optaram por contrair matrimônio entre os seus, cuja escolha foi ratificada pela autora ao cruzar os assentos de batismos com os de casamentos. Conforme a mesma:

No período de 1721 a 1758, foram identificados 181 casamentos que envolveram escravos e/ou forros, nota-se endogamia por origem e condição social, ou seja, escravos casaram-se mais com escravas, forros com forros e buscaram pares com a mesma naturalidade.¹⁶⁷

Para o século XIX, na Bahia, a pesquisa de Isabel Cristina Reis, sobre família negra e legitimidade, revela baixos índices de casamentos entre a população negra em geral. A autora, ressalta que houve uma “forte tendência endogâmica” entre os casais que se uniram em matrimônio na Freguesia da Sé, os quais preferiram companheiros(as) do mesmo grupo, isto é, “as uniões matrimoniais foram realizadas sobretudo entre nubentes da mesma origem, cor e estatuto jurídico”.¹⁶⁸

Os estudos de Robert W. Slenes sobre escravidão e famílias escravas em Campinas, no século XIX, demonstraram que nas grandes e médias propriedades os cativos se casavam entre si, já nas pequenas, prevaleciam as uniões consensuais. Slenes analisa os padrões de casamento e a estabilidade familiar relacionando-os com o tamanho da posse escrava e a razão de masculinidade/feminilidade e demonstra, por meio do cruzamento da lista de matrícula de 1872 com os registros eclesiásticos, que “os senhores de Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres”.¹⁶⁹ Consoante o autor,

¹⁶⁶ Ver: SAMARA, Eni de Mesquita. “A família negra no Brasil: escravos e libertos”. In: VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais, Olinda: ABEP, 1988; SLENES, Robert W. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, nº 17(2), 1987; _____. *Na Senzala uma...*; COSTA, Iraci Del Nero, SLENES, Robert W. e STUART, B. Schwartz. “Família escrava em Lorena (1801)”. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. & KLEIN, Herbert S. (Orgs.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009; Reis. “A família negra...”; Nogueira. ““Viver por si’...””; dentre outros.

¹⁶⁷ Nogueira. ““Viver por si’...””, p. 112.

¹⁶⁸ Reis. “A família negra...”, p. 108-109.

¹⁶⁹ Slenes. *Na Senzala uma...*, p. 83.

[...] a escolha do cônjuge era circunscrita, em grande parte, pelo limite legal do plantel. De fato, com exceção de algumas poucas pessoas que eram casadas com libertos, todos os escravos casados na amostra tinham cônjuges que pertenciam ao mesmo senhor. Os assentos de casamento de escravos nos arquivos da Igreja confirmam este quadro; era raro em Campinas um escravo se casar com uma mulher de outro plantel, não só nos anos 1870, mas durante todo o século XIX. [...], o índice de casamento nos plantéis pequenos era muito baixo entre ambos os sexos; nestes casos, a dificuldade de se casar pela Igreja com uma pessoa de outro dono tornava a escolha de um cônjuge extremamente limitada.¹⁷⁰

Em uma análise mais atenta desses registros de casamentos foi possível identificar que das 122 pessoas envolvidas no matrimônio, 60 eram escravas (38 homens e 22 mulheres), 35 livres pobres (08 homens e 27 mulheres) e 27 libertas (15 homens e 12 mulheres). Desse modo, ao examinar a formação dos pares por estatuto jurídico e sexo, os dados demonstram um número maior de homens cativos casando em relação às mulheres cativas, assim como os libertos casaram-se mais do que as libertas. Nesse sentido, a pesquisa revela uma quantidade significativa de mulheres livres pobres unindo-se em matrimônio, dessas 27 mulheres, 20 casaram-se com escravos e sete com libertos, conforme evidencia a tabela 08.

Tabela 08: formação dos casais por estatuto jurídico e sexo – Minas do Rio de Contas, 1873-1888

Uniões Matrimoniais					
Estatuto Jurídico Social / Sexo		HOMENS			Total
		ESCRAVOS	LIBERTOS	LIVRES	
MULHERES	ESCRAVAS	13	04	05	22
	LIBERTAS	05	04	03	12
	LIVRES	20	07	-	27
Total		38	15	08	122

Fonte: Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

Por outro lado, a tabela 08 atesta a tênue participação das mulheres cativas nos matrimônios: 13 casamentos com escravos, cinco, com livres e quatro, com libertos. Mas, por que as mulheres cativas tiveram pouca participação nos casamentos, principalmente, nas uniões com livres? Será que havia resistência dos senhores de Minas do Rio de Contas

¹⁷⁰Slenes. “Escravidão e família...” p.2120-21, grifos do autor.

oitocentista, para autorizar as uniões dessas escravas com livres? Ou houve alguma interferência da conjuntura socioeconômica da época em sua vida familiar?

Considerando as mudanças jurídicas e políticas da escravidão brasileira e o contexto emancipacionista da segunda metade do século XIX, a exemplo da promulgação da Lei do Ventre Livre e da interrupção do tráfico transatlântico de escravos (1850), acredito que não seria exagero pensar que a emergência do tráfico interprovincial de cativos pode ter influenciado a vida conjugal desses sujeitos.

Ao estudar o comércio de escravos em Rio de Contas e Caetité, na segunda metade do século XIX, Maria de Fátima Pires afirma que muitos proprietários, especialmente a partir de 1860, venderam seus escravos para as “Províncias do Sul”. Para a autora, essas vendas estavam relacionadas às mudanças na conjuntura econômica que ocorreram no país a partir de 1850, às quais sufocaram a economia sertaneja. Conforme explicita:

Os livros de notas de Rio de Contas apresentam, 268 registros, com 385 escravos comercializados entre 1860-1880. Na década de 1860 foram comercializados 121 escravos. Na década seguinte, sob pressão da demanda cafeeira, registrou-se um aumento de 85% (224 escravos comercializados). A década de 1880 assinalou uma redução de 82% em relação ao decênio precedente (40 escravos comercializados).¹⁷¹

Conforme Pires, os traficantes de escravos interessavam-se por cativos “[...] com vigor físico e aptos aos desafios dos longos percursos da migração compulsória”. Atesta ainda que os comerciantes que atuaram no alto sertão optaram pelas mulheres cativas, correspondendo a quase 40% do total de escravos traficados. A esse fato, Pires sugere que a diferença dos preços entre os cativos pode ter influenciado na hora da negociação, visto que as escravas eram comercializadas com preço menor do que os escravos. Esses dados podem ser observados na tabela 09 elaborada pela autora, mediante rigorosa análise nos livros de notas do tabelionato de Rio de Contas, 1860-1880.¹⁷²

¹⁷¹ Pires. *Fios da Vida...*, p. 39.

¹⁷² *Ibid*, p. 40.

Tabela 09: Escravos vendidos, Rio de Contas – 1860-1888

PERÍODO	Escravo (Adulto)	Valor Médio (Rs.)	Escrava (Adulta)	Valor Médio (Rs.)	Crianças (12 anos abaixo)	Valor Médio (Rs.)
1860-64	10	925\$000	29	957\$000	22	526\$000
1865-69	13	1:006\$000	23	954\$000	24	541\$000
1870-74	17	952\$000	27	627\$000	26	357\$000
1875-79	65	1:150\$000	53	640\$000	36	620\$000
1880-84	13	690\$000	16	500\$000	-	-
1885-89	07	910\$000	04	470\$000	-	-
Total	125	-	152	-	108	-

Fonte: Pires. *Fios da Vida...*, p. 41.

Desse modo, para além das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, sobretudo, na segunda metade do século XIX, e do aumento da população no alto sertão da Bahia, o tráfico interprovincial influenciou a formação de laços familiares, embora ainda não formalizados. Isso pode ser atestado por meio da análise do percentual das uniões mistas encontradas em Minas do Rio de Contas (72,1%), exatamente no período em que se tem o maior número de mulheres escravas sendo traficadas. Esses dados refletem, principalmente, nos casamentos de escravos com livres pobres (41,0%), posto que 80% dessas uniões correspondem ao matrimônio de escravos com mulheres livres e apenas 20% de escravas com livres.

Dentre os casamentos analisados neste trabalho, as relações afetivas estabelecidas por José, escravo, pertencente ao Capitão Antonio Sempronio Alves, chama a atenção, pois contraiu matrimônio por duas vezes com mulheres livres.¹⁷³ O tráfico interno de cativos teria influxo nas experiências conjugais desse sujeito? Pergunta difícil de responder, no entanto, o elevado número de escravas traficadas entre 1860-80, como apontado por Maria de Fátima Pires e, com isso, o desbaratamento de suas vidas, como o baixo índice de mulheres cativas em relação às livres pobres nos casamentos mistos, induz a presumir que sim. Veja, brevemente, a trajetória de José.

No ano de 1881, José aos cinquenta e quatro anos de idade, dirigiu-se à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas para unir-se em matrimônio, perante Deus e testemunhas, com a jovem Francisca Maria de Jesus, na época com vinte e quatro anos. Escolheu como padrinhos Platão Dantas Barbosa, liberto, e Antônio Manoel de

¹⁷³ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de casamentos. Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914, fl. 23v.

Oliveira, livre, com os quais mantinha laços de consideração e amizade. José, naquela data viúvo de Hedivirges Maria dos Santos, tinha preferência por companheiras com estatutos jurídicos diferentes do seu, visto que sua primeira esposa também era livre. Na ocasião, os pais dos noivos já haviam falecido: Nicolão Pires de Monção e Damasia Maria de Jesus (da noiva) e Francisco Alves da Conceição e Rosa (do noivo), como pode ser observado no histograma 05 abaixo.

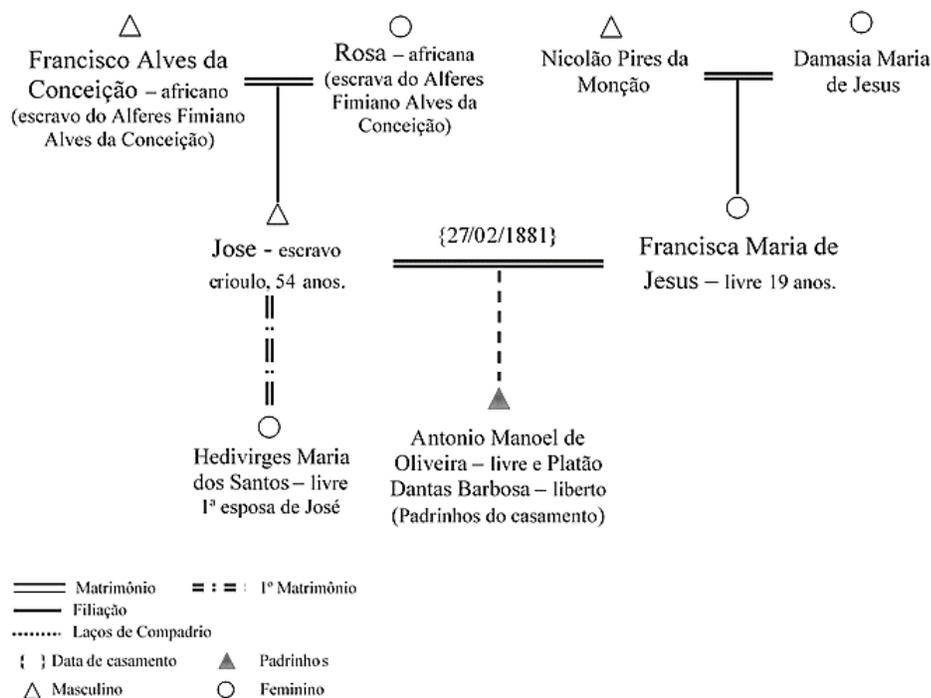
As vivências do escravo José não se limitaram à Vila de Minas do Rio de Contas. Ele transitava por outras paragens, estendendo os laços de amizade e afetividade, pois sua noiva residia na Vila de Água Quente, onde foi batizada na Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, há, aproximadamente, oito léguas de Minas do Rio de Contas. Dessarte, entre o ir e vir à vila, ele foi ampliando o espaço de convivência social e conquistas, como a realização da segunda núpcia e a dispensa dos “proclamas de ambas as Parochias, por Despacho de Rm.º Senr.º Conego, Vigario Geral”, etapa essencial do matrimônio católico, principalmente, porque o noivo era viúvo e a noiva pertencia a outra paróquia. Essa mobilidade espacial desfrutada por José, pode ter ocorrido como acompanhante do Capitão Antonio que, no ofício de escrivão, saía percorrendo as freguesias pertencentes a comarca de Minas do Rio de Contas a fim de exercer suas obrigações.

O cruzamento dos registros eclesiásticos com os inventários possibilitou conhecer um pouco mais da vida de José. A análise identificou que era crioulo de primeira geração e filho legítimo de pais africanos. O pai, Francisco Alves da Conceição, africano, escravo, pertencente ao Alferes Firmiano Alves da Conceição, faleceu de inchação e foi amortalhado em hábito branco e sepultado no dia 20 de outubro de 1851, dentro da Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Vila de Minas do Rio de Contas. Antes de falecer, recebeu os sacramentos da confissão e extrema unção.¹⁷⁴ Com a abertura do inventário de Firmiano Alves, em 1863, pelo inventariante e herdeiro Antonio Sempronio Alves, entre os bens declarados (dinheiro, prata, animal, meios dotes), estava José, na época com trinta e quatro anos, foi avaliado em Rs. 800\$000 e sua mãe, Rosa, africana, com sessenta anos, avaliada em Rs. 30\$000. Outros companheiros de cativo também foram arrolados: Rita, com quarenta e cinco anos, e Mauricio, com oito meses, possivelmente, mãe e filho, avaliados em Rs. 50\$000 e Rs. 25\$000, respectivamente, valores referentes apenas à parte de Firmino Alves. O valor total do *monte mor* foi de Rs.1:908\$883. Com a partilha dos bens, José e a mãe ficaram no

¹⁷⁴ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de Registro de Óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1825 a 1874, p. 69f.

quinhão de Antonio Sempronio Alves.¹⁷⁵ Tempos depois, Rosa conquista a liberdade, visto que, em seu registro de óbito, consta que é liberta. Faleceu de moléstia interna, com mais de setenta anos de idade e foi sepultada no cemitério da Igreja Matriz, em 1875.¹⁷⁶

Histograma 05: Laços familiares de José, escravo, pertencente ao Capitão Antônio Sempronio Alves.¹⁷⁷



Provavelmente, a pequena posse escrava do Alferes Firmiano e do Capitão Antonio tenha também influenciado José nas escolhas por companheiras livres, assim como o fato de residir na Vila de Minas de Rio de Contas e, presumivelmente, ter uma vivência maior com pessoas livres pobres, talvez, egressas da escravidão, que buscavam na vila melhores condições de vida. Conforme Maria de Fátima Pires, nas pesquisas sobre vivências escravas no alto sertão da Bahia, no século XIX, “[...] as relações de vizinhanças dos escravos do sertão com os demais segmentos da sociedade local foram não somente regulares, mas intensa”. A autora, destaca que esses sujeitos “[...] entrelaçaram os fios de suas vidas em

¹⁷⁵ AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Fimiano Alves da Conceição. Cx 86 / Est 03 / Prat 03 / Mç 169 / Doc 1.166 / auto com 9 folhas.

¹⁷⁶ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA Livro de Registro de Óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874 a 1915, p. 2f.

¹⁷⁷ Livro de Registro de casamento da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914, fl. 23v. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

trajetórias conjuntas ou muito próximas” e que “[...] a vivência conjunta [desses segmentos] ampliava as possibilidades de barganha e expressões de vidas partilhadas nos meios mais pobres”.¹⁷⁸

Alguns estudos sobre família escrava no Brasil, o século XIX, têm demonstrado o quanto esses sujeitos lutaram a fim de manter os laços de família.¹⁷⁹ Vale ressaltar alguns aspectos dessas pesquisas para se tentar compreender o “imaginário” de escravos frente à possibilidade de desbaratamento de suas famílias, embora sejam experiências de vida diferentes, mas vivenciadas por sujeitos numa mesma condição jurídica, a escrava.

A pesquisa de Isabel Cristina Reis sobre o comércio interprovincial de cativos em Salvador, na segunda metade do século XIX, evidencia o drama do escravo Alexandre ao saber que sua senhora o havia vendido para outra Província. Em ato de desespero, o escravo atenta contra a vida da sua senhora e, não conseguindo, atentou contra a própria vida. Conforme Reis:

Alexandre disse que não pretendia matar a sua senhora, e que nunca passara por sua cabeça ofender a seus senhores: ‘se praticou o acto da noite do dia vinte e trez de Abril sempre com a intenção de obter de sua senhora o não vender fora da terra como já tinha feito a irmãos seus e lhe havia prometido’. Desta forma, apesar de Alexandre agir tomado pelo desespero, antes da violência ele vislumbrou a possibilidade de algum acordo com a sua proprietária, ‘que não o vendesse para fora da terra, ou que mesmo esperasse mais algum tempo a ver se elle arranjava o dinheiro para dar por sua liberdade’.¹⁸⁰

O drama vivenciado pelo escravo Alexandre não foi o único na dura e cruel luta dos cativos “baianos” contra o tráfico interno. Nesse mesmo período, na década de 1870, porém no Sertão do São Francisco, Noberta e seus filhos, Maria e Francisco, enfrentaram uma ação na justiça de anulação das cartas de alforria concebidas pela senhora D. Maria Joaquina. A ação foi movida pelo capitão José Marinho Cavalcante, o traficante de escravos, pois a “liberdade” dessa família impedia o seu comércio no profícuo mercado interno de cativos. Napoliana Santana, ao analisar a triste história da “liberta” Noberta, na investigação feita sobre a vida escrava no alto sertão da Bahia, entre 1840-1860, demonstra a fragilidade da vida

¹⁷⁸ Pires. *O crime na...*, p.72 e _____. *Fios da vida...*, 101 e 26, respectivamente.

¹⁷⁹ Sobre a influência do tráfico interprovincial na vida afetiva e social dos escravos e as estratégias utilizadas por esses sujeitos, ver: Santana. “Família e microeconomia...”; Pires. *Fios da Vida...*; Reis. “A família negra...”; MATTOS, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1997]; Neves. “Sampauleiros traficantes...”; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; dentre outros.

¹⁸⁰ Reis. “A família negra...”p. 40.

desses sujeitos perante o desmanche do tráfico interprovincial, até mesmo a vida daqueles que desfrutavam do apoio e da ajuda de pessoas influentes, ao menos, na sociedade local, como o caso de Noberta. Conforme explicita a autora “muitos senhores desrespeitaram a condição de liberto, utilizando, muitas vezes, da força e coerção para restabelecer ou manter a condição cativa do negro”.¹⁸¹

A historiadora Hebe Mattos, utilizando-se dos processos-crimes da Corte de Apelação, os quais envolviam escravos da região centro sul do país (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), na segunda metade do século XIX, identificou que muitos cativos desta região também passaram a conviver com o “fantasma” do tráfico interprovincial e a ameaça do desbaratamento de suas vidas. Ao analisar as vivências da escrava Justina, que em ato de loucura e desespero matou os três filhos menores e depois tentou, sem sucesso, o suicídio, demonstra que o motivo que levara a cometer os crimes foi “[...] porque ela estava convencida de que seria vendida pelo seu senhor na viagem que fariam para o sertão do Morro do Coco”.¹⁸² Justina, os filhos e outros escravos moravam na casa do pequeno senhor rural, Antônio Pais da Silva, na freguesia de São Sebastião, município de Campos – RJ. Seus filhos “[...] formavam uma terceira geração de cativos juntos à família Pais, argumento usado por Antônio Pais para tentar demovê-la da ideia de que seria vendida”.¹⁸³ Tudo indica que Justina não acreditara no discurso do seu senhor, pois a incerteza de que sua família seria conservada a levou a cometer tamanho ato de desatino, matar os filhos menores, provavelmente, livres ingênuos, pois o fato aconteceu em 1878, após a Lei do Ventre Livre de 1871 (embora, a autora não discorre sobre o estatuto jurídico das crianças).

Embora o desmanche das trajetórias vivenciadas por Alexandre, Noberta e Justina ter sido favorável aos abusos do tráfico interno e, conseqüentemente, ao desmantelo dos laços familiares constituídos nas suas comunidades, esses sujeitos souberam negociar mediante situações bastante conflituosas em que estavam em voga os lucros monetários proporcionados pelo mercado importador de escravos. Noutras palavras, nem sempre o poder de barganha dos escravos e as lutas de resistências forjadas cotidianamente por eles os possibilitaram ultrapassar a sua cruel condição de mercadoria frente ao lucrativo comércio de cativos, proporcionado pelo tráfico interprovincial de escravos, especialmente, para os pequenos proprietários que enfrentavam dificuldades econômicas.

¹⁸¹ Santana. “Família e microeconomia...” p. 84.

¹⁸² Mattos. “Laços de Família...” p. 349.

¹⁸³ Ibid.

Outro dado examinado nos assentos de casamentos é a idade dos nubentes. Na análise da faixa etária, foi possível perceber que muitos dos laços matrimoniais realizados na Matriz da Vila de Minas do Rio de Contas foram constituídos por indivíduos com mais de vinte anos. Dos 122 nubentes (homens e mulheres), apenas 12 mulheres tinham idades entre quatorze a dezenove anos, o que corresponde a 9,8% dos envolvidos. A tabela 10 corrobora com essa assertiva.

Tabela 10: Faixa etária dos nubentes por gênero - Minas do Rio de Contas, 1873-1888

Idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
14 – 19	-	-	12	19,7	12	9,8
20 – 29	14	23,0	22	36,1	36	29,5
30 – 39	18	29,5	11	18,0	29	23,8
40 – 49	07	11,5	03	4,9	10	8,2
50 – 56	08	13,1	03	4,9	11	9,0
60 – 69	05	8,1	01	1,6	06	4,9
Não consta	09	14,8	09	14,8	18	14,8
Total	61	100%	61	100%	122	100%

Fonte: Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

Como pode ser observado na tabela 10, a maioria dos homens se casou com idade entre trinta e trinta e nove anos e a maioria das mulheres, com idade entre vinte e vinte e nove anos, o que corresponde respectivamente, a 29,5% e 36,1% do total dos nubentes envolvidos nos laços do matrimônio. Com a distribuição dos noivos por idade, percebe-se que a formalização das relações afetivos se deu, principalmente, entre sujeitos jovens na faixa etária de quatorze a trinta e nove anos (32 do gênero masculino e 45 do feminino), o equivalente a 63,11% do total. Esses dados revelam que as mulheres riocontenses se casaram mais jovens do que os homens, com idades entre quatorze e vinte e nove anos e, presumivelmente, em pleno vigor físico para gerar filhos, claro que dentro de suas condições de vida.

Jonis Freire, analisando os escravos casados ou viúvos das pequenas, médias e grandes posses do distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora, na primeira metade do século XIX, identificou-se que a maioria dos cativos pertencia à faixa etária de quinze a quarenta anos e que havia certo equilíbrio entre os sexos (76 mulheres e 70 homens). Aponta, ainda, que as “mulheres tiveram maiores oportunidades de contrair aquele sacramento católico. Em todas as

faixas, foram elas que percentualmente mais se casaram”.¹⁸⁴ Os dados apresentados por Freire, são similares aos apontados por esta pesquisa, porém, ao cruzar a faixa etária dos nubentes com o gênero, percebe-se que não houve o equilíbrio dessas variáveis entre noivos e noivas que estavam aos pés do altar da Matriz do Santíssimo Sacramento, entre 1873 – 1888.

Os dados apresentados na tabela 10 apontam também a presença de idosos, pessoas acima de quarenta anos, contraindo matrimônio nos anos finas da escravidão. Dos 61 registros de casamentos em, ao menos, 13 pode-se identificar a presença do cônjuge com idade entre quarenta a sessenta e nove anos.

Os libertos Manoel Cândido de Novaes, lavrador, e Felicidade Ribeiro de Novaes Costa, costureira, africana, quando casaram no dia 27 de novembro de 1886, estavam com sessenta e dois e sessenta anos de idade, respectivamente. Nesse dia os pais dos cônjuges não estavam presentes, pois, no registro, não consta a filiação da noiva e, na época, Maria Domingas de Jesus, a mãe de Manoel, já havia falecido. O casal escolheu pessoas livres e de prestígio social e econômico para apadrinhar a união. Tiveram como padrinhos o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Guimarães, Miguel Caires dos Santos e Juvêncio de Oliveira Santos. Infelizmente, não se pôde verificar a que posse escrava eles pertenciam, pois não foi encontrado os registros de batismos dos nubentes. Conquanto, analisando o sobrenome dos noivos, Novaes, presume-se que pertenciam à mesma posse escrava, tendo em vista que muitos escravos, ao conquistarem a liberdade, adquiriam o sobrenome do proprietário. Isso sugere que, provavelmente, o casal iniciou a vida conjugal antes do casamento, quando ainda escravos, e com a liberdade formalizaram essa união.¹⁸⁵

No mesmo ano de 1886, o casal Estanislão, com cinquenta e cinco anos, escravo, pertencente ao Tenente Coronel Francisco de Oliveira Guimarães, e Benedicta Clara de Jesus, com cinquenta e seis anos, livre, costureira, também se casaram. Ambos eram filhos naturais, respectivamente, de Maria Lizarda, escrava do mesmo Tenente Coronel, e Clara de Jesus, falecida. A noiva era “natural e batizada na paróquia de N. Senhora do Carmo do Morro do Fôgo” e residente em Minas do Rio de Contas. Os padrinhos do casamento foram Victorio de Oliveira Rocha, D. Maria da Conceição Oliveira e Januario Xavier da Cruz pessoas que desfrutavam de prestígio social naquela localidade, pois Victorio e Januario apadrinharam, ao

¹⁸⁴ Freire. “Escravidão e família...”, p. 175

¹⁸⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914, fl. 48v.

menos, mais três casais e o título de “dona” de Maria da Conceição, indica que fazia parte de alguma família importante, muito embora não apareça em outros registros de casamentos.¹⁸⁶

A análise dos registros de casamento de escravos, libertos e livre pobres permite, ainda, compreender a formação dos casais por faixa etária. Os dados encontrados demonstraram que a maioria dos pares foi formada por sujeitos com idade de vinte e vinte e nove anos, isto é, foram encontrados sete casais se casando nesta faixa etária e todos mistos, ratificando os dados já apresentados no texto: sete escravos (três do gênero masculino e quatro, feminino), cinco livres pobres (três masculinos e dois femininos), e dois libertos (um masculino e um liberto). Em seguida, os pares com idade de trinta a trinta e nove anos com quatro casais, os quais foram quatro escravos e quatro escravas (dois livres pobres e duas libertas).

Os cônjuges Raphael (pedreiro, escravo, pertencente a Adalberto de Oliveira Rocha) e Laureana (costureira, liberta) casaram-se com trinta e dois e trinta e nove anos de idade, respectivamente. Ambos eram filhos naturais: o noivo filho de Lizarda, falecida, e a noiva filha de Maria de Jesus Vieira. Chama atenção, nessa cerimônia, o fato dos noivos convidarem dois casais de padrinhos/madrinhas: Tenente Elpidio de Oliveira Martins e sua mulher D. Isabel Rufina de Oliveira Martins e o Tenente Fulgencio Antonio da Silva e sua mulher D. Emilia Fausta da Silva, pessoas livres e de prestígio social.¹⁸⁷ Foram poucos os registros de casamento com a presença da madrinha e apenas dois assentos com a presença de duas madrinhas.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no Livro Primeiro, Título LXVIII, determinavam que “[...] para valer o matrimônio se requer [...] duas ou três testemunhas. E as pessoas que em outra forma se quiserem casar são pelo mesmo concílio havidas por inábeis para assim contraírem, e os tais contratos julgados e declarados por nulos, e de nenhum vigor”.¹⁸⁸ Certamente, Raphael e Laureana gozavam de certo prestígio naquela sociedade, pois, embora burlando as normas da Igreja Católica e correndo o risco de ter o casamento anulado, no dia 4 de março de 1886, contraíram o matrimônio na presença, ao menos, de dois padres, quatro testemunhas/padrinhos, familiares e amigos. E, no final do registro, o pároco Procópio José Rufino declarou “[...] ter sido o casamento feito, em minha

¹⁸⁶ Ibid, fl. 44f.

¹⁸⁷ Ibid, fl. 44 f/v.

¹⁸⁸ Da Vide. *As Constituições Primeiras...*, p. 129.

presença, por comissão especial, pelo Rev. P.^e o padre Antonio Joaquim de Góes”.¹⁸⁹ Talvez, as ocupações de pedreiro e de costureira tenham favorecido as relações sociais estabelecidas pelo casal.

Embora houvesse certa “concentração” da formação dos casais entre os jovens/adultos, não identificou-se, para o período estudado, um padrão de casamentos de escravos e libertos. A tabela 11 corrobora essa assertiva, ao mesmo tempo em que permite visualizar outros casamentos entre indivíduos com idades variadas e, assim, compreender algumas nuances da escravidão em Minas do Rio de Contas.

Tabela 11: formação dos pares de cônjuges por faixa etária, 1873 – 1888

CASAMENTOS								
Faixa Etária	MULHER							Total
	14 – 19	20 – 29	30 – 39	40 – 49	50 – 59	60 – 69	N/C	
HOMEM	14 – 19	-	-	-	-	-	-	-
	20 – 29	6	7	1	-	-	-	15
	30 – 39	5	8	4	-	1	-	17
	40 – 49	1	2	2	2	-	-	7
	50 – 59	-	4	2	1	1	-	8
	60 – 69	-	-	2	-	1	1	5
	N/C	-	1	-	-	-	-	8
Total	12	22	11	3	3	1	9	122

Fonte: Livro de registros de casamento da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, 1873 a 1914. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

Desse modo, a análise dos registros de casamentos possibilita compreender alguns aspectos da vida social e afetiva de escravos e libertos que vivenciaram os anos finais da escravidão, em Minas do Rio de Contas. Permite também “visualizar” como esses segmentos estavam inseridos na sociedade riocontense da época, consolidando as relações afetivas, reforçando os laços de amizades e sociabilidade, não somente com pessoas da mesma condição jurídica social, mas, sobretudo, com livres que possuíam algum prestígio naquela sociedade. Contribui, ainda, para se pensar nas conquistas e no poder de barganha desses sujeitos, principalmente, de escravos que se casaram com livres, pois essas uniões geravam ônus para o proprietário (os custos do casamento) e muitos desses casamentos foram de escravos (masculino) com livres (feminino), os quais gerariam filhos judicialmente livres e, possivelmente, com melhores condições de vida. Nessa perspectiva, pode-se pensar na compra da alforria por intermédio (direto ou indireto) dos laços consanguíneos e espirituais

¹⁸⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, 1873 a 1914, fl.44 f/v.

que uniam essas famílias, cuja “liberdade” acarretaria na perda de, no mínimo, dois trabalhadores na propriedade escrava.

3.2. Batismo e compadrio: laços espirituais que unem a família numa comunidade

Ela nasceu na laje do Gavião [...]

Batizou-se na vila do Poção

Na igreja do santo padroeiro

Numa quadra escura de Janeiro

Nasceu Dassanta do Gavião.

Numa noite de relampo e trovão

Resolveram fazê o sacramento

Seu pai com ela e o facho na mão

Sua mãe montada no jumento

Sairam no mei da escuridão

Sofreram mas com muito contentamento [...]

Resolveram fazê o sacramento.

Depois que a manhã era chegada

Eles também chegaram no lugar

A menina tava toda molhada

Levaram entonce pra batizá [...].¹⁹⁰

A canção do músico Elomar Figueira, intitulada *Da Catingueira*, aponta a importância do batismo para a vida sofrida dos sertanejos pobres, que, apesar das labutas e dificuldades enfrentadas, geográfica e financeiramente, “resolveram fazê o sacramento” e “levaram entonce pra batizá”.

Como se observa nos versos acima, o batismo era essencial para a vida cristã católica de muitos sertanejos. A realização desse sacramento na criança ou no adulto – seja livre, escravo ou liberto – era documentado pelo pároco em livros que ficavam guardados nos arquivos eclesiásticos, os quais muitos se perderam com a ação do tempo. Assim, na medida em que são “descobertos” acervos paroquiais e disponibilizados para pesquisa, novos estudos, embasados nos assentos de batismos, casamentos e óbitos, despontam com questões pertinentes e inovadoras sobre a vida familiar de homens e mulheres, que, outrora tiveram os eventos vitais de suas vidas documentados.

¹⁹⁰MELLO, Elomar Figueira de. *Da Catingueira*. In: _____ Auto da Catingueira (1984). Disponível em <http://www.vagalume.com.br/elomar-figueira-de-melo/da-catingueira.html> acessado em 07 de setembro de 2013.

Diferente dos assentos de casamentos, nas atas de batismos haviam os registros caracterizados como casos especiais, a exemplo dos batizados de crianças expostas (abandonadas), adulterinas ou sacrílegas (filhas de padres), em perigo de morte e, no caso de filiação natural, a permissão do pai da criança para pôr o nome dele no registro. Para as crianças batizadas em perigo de morte, o batismo, necessariamente, não era realizado pelos párocos em igrejas, capelas ou oratórios, era feito por qualquer pessoa e em qualquer lugar, desde que fosse informado ao pároco para que ele fizesse o registro. Todavia, a pessoa, ao realizar o sacramento, deveria obedecer a “forma: ‘eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo’, e a matéria: água e sal”.¹⁹¹

A historiadora Denise Vieira Demetrio, ao estudar famílias escravas no Recôncavo da Guanabara, no século XVII e XVIII, aponta que, muito embora houvesse uma regulamentação para registrar os batismos, casamentos e óbitos, “os assentos permaneceram marcados pela particularidade e memória dos padres que os produziram”.¹⁹²

Os registros eclesiásticos de Minas do Rio de Contas oitocentista também foram marcados “pela particularidade e memória dos padres”. Alguns registravam somente as informações básicas. Outros eram mais detalhistas (para sorte dos pesquisadores) e enriqueciam os assentos com informações adicionais: em alguns registros de óbitos, eram identificadas a causa da morte, cor e tipo da mortalha, irmandades filiadas e quantidade de clérigos que acompanharam as cerimônias fúnebres; nos casamentos, as ocupações dos nubentes, se fosse viúvo(a) o nome do(a) falecido(a), quando escrava(o) o nome do proprietário(a).

Esses “detalhes” foram percebidos, principalmente, em alguns registros de batismos realizados nas capelas, oratórios e fazendas da região. Em algumas atas, o pároco escreveu, nas margens laterais, pequenas notas para ratificar a informação, como nos assentos em que o proprietário(a) batizava sua “cria por forra”, ou para explicitar alguma informação que, por hora, tivesse ficado ambígua no corpo do registro, a exemplo da condição jurídica da criança: livre, escrava ou liberta. Veja como o pároco Jeronymo Dantas Barbosa foi cuidadoso ao fazer o assento do batizado de Maria, crioula, de apenas oito dias de nascida, filha legítima de Jose e Joanna, escravos pertencentes a Joao Nunes de Souza, realizado no Oratório do Retiro, em 1839.

¹⁹¹ Marcilio. “OS registros paroquiais...” p. 15. Sobre as normas para a realização do sacramento do batismo, ver: Da Vide. *As Constituições primeiras...*, p. 15-31.

¹⁹² DEMETRIO, Denise Vieira. “Assentos de batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia”. *Primeiros Escritos*, v. 13, 2008, pp. 1-12, p. 6.

Aos vinte quatro de Janeiro de mil oito centos e trinta e nove no Oratorio do Retiro baptizou e poz os Santos Oleos o Rev. Manoel da Silva Leite. *Sub. Conditione a Maria parvula crioula por ter sido Baptizada pelo seo Senhor João Nunes de Souza in articulo mortis, a qual mandou que fosse baptizada por forra*, com oito dias de idade filha legitima de José, e Joanna escravos do dito Nunes, e assistio esse Sacramento Silverio pardo liberto, e o dito Rev. Manoel da Silva Leite que se for necessário jura aos Santos Evangelhos. Parochianos desta Matriz. Do que para constar este mandei fazer no qual me assigno. O P. Jeronymo Dantas Barbosa.¹⁹³

Nota-se que o batizado da pequena Maria foi realizado pelo Reverendo Manoel da Silva Leite “*Sub. Conditione*” (sob condição), por ela já ter sido batizada por João Nunes, pois estava *in articulo mortis* (perigo de morte). Na presença de Silverio, pardo, liberto, o senhor Nunes “mandou que fosse baptizada por forra”, sendo testemunha também o padre Manoel. Cruzando os registros de batismo, óbitos e os inventários de João Nunes e da esposa Joanna Maria de Jesus, abertos em 1854 e 1852, respectivamente, não foi localizada outras informações sobre a família de Jose e Joanna. Não seria demasiado imaginar que Maria tenha vindo a falecer e o sepultamento não ter sido registrado nos livros de óbitos, o que não seria uma exceção, visto que esse tipo de omissão foi recorrente no alto sertão da Bahia, como se verá no próximo capítulo. Por outro lado, a falta de dados sobre Jose e Joanna nos processos de inventários, faculta pensar na conquista de suas alforrias, pois, antes de falecer, o senhor João Nunes, em testamento, libertou todos os seus escravos.¹⁹⁴

Seja como for, o batismo era utilizado como um instrumento de purificação e inserção do pagão na comunidade cristã e foi o primeiro sacramento religioso católico concebido aos africanos e crioulos escravizados no Brasil. Para esses sujeitos, o sacramento do batismo ultrapassou os significados estabelecidos pela Igreja Católica e os limites do cativeiro, especialmente, por possibilitar fortalecer laços sociais, relações de amizade, solidariedade e reciprocidade. Consoante, Carlos Engemann, ao estudar os assentos de batismos da fazenda Santa Cruz, no século XIX, atesta:

A pia batismal é um dos espaços mais loquazes que se pode citar na formação de laços de solidariedade. Trata-se, de fato, de um outro meio de

¹⁹³ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, s/n, grifos meus. Documento analisado por Katia Lorena Novais Almeida.

¹⁹⁴ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Joana Maria de Jesus. 1852-1853. Cx 80 / Est 03 / Prat 02 / Mç 157 / Doc 975 / auto com 44 folhas e Ibid. ID: Joao Nunes de Souza. 1854-1856. . Cx 80 / Est 03 / Prat 02 / Mç 160 / Doc 1016 / auto com 91 folhas.

se conquistar aparentados, instituindo um rito que sanciona formalmente uma aliança forjada anteriormente.¹⁹⁵

O historiador Stuart Schwartz, nos estudos sobre compadrio e família escrava na Bahia e em Curitiba, aponta que, “no início do século XIX, o batismo de escravos tornara-se costumeiro e tanto os senhores quanto outros escravos exerciam pressão social para a prática do ato”.¹⁹⁶ Portanto, a prática do batismo foi muito utilizada nas igrejas das vilas e cidades, como também em atos de desobrigas realizadas por padres e freis missionários, nas capelas e oratórios espalhados por diversos distritos, povoados, fazendas e roças, pertencentes às paróquias e freguesias.

Os livros de razão dos proprietários da fazenda Brejo do Campo Sêco, no alto sertão da Bahia, atestam a realização de desobrigas pelos padres de Minas do Rio de Contas. Essas fontes foram analisadas por Lycurgo Santos Filho, que destaca alguns aspectos da vida religiosa dos sertanejos, nos séculos XVIII e XIX. Aponta, ainda, que os proprietários dessa fazenda contribuíram para a realização das desobrigas. Segundo o autor, “realizava-se a desobriga de tempos em tempos, quando o vigário da freguesia comparecia e ministrava os sacramentos, confessando, dando a comunhão, batizando, casando, pondo, em suma, as pessoas em dia com os sacramentos”.¹⁹⁷

De fato, as desobrigas ocorreram no alto sertão da Bahia e com certa frequência, dos 771 batismos de escravos e libertos analisados nesse trabalho, apenas quatro foram realizados na Matriz do Santíssimo Sacramento da Villa do Rio de Contas, entre 1838 e 1888, ou seja, 767 batizados ocorreram nos arraiais, fazendas, sítios e povoados espalhados pela zona rural desse termo e a grande maioria, em atos de desobrigas. Como foi possível atestar, frequentemente, a vida cotidiana dos sertanejos era movimentada pelos constantes atos de desobrigas para as realizações dos batizados.

O casal Januario, escravo, pertencente a José Thomas de Novaes, e Felismina Ribeiro da Conceição, livre, aguardou o período da desobriga para batizar a filha Maria, cabra, livre, com cinco meses de idade. O batizado foi realizado na Capella de Senhor do Bomfim da Boa Sentença, continente de Casa de Telha, em 18 de janeiro de 1857. Tudo indica que o casal, ainda, não havia formalizado a união, pois, Maria não foi declarada pelo padre como filha legítima. Na época, Januario e Felismina escolheram Caetano Ribeiro Guimaraes e Carlota Candida de Jesus, livres, para apadrinharem a filha, possivelmente os avós da pequena Maria,

¹⁹⁵ Engemann. *De laços e...*, p. 107.

¹⁹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 269.

¹⁹⁷ Santos Filho. *Uma Comunidade Rural...*, p. 187.

ou algum parente, tendo em vista o sobrenome Ribeiro do padrinho ser o mesmo de Felismina.¹⁹⁸ Quase dois meses depois, em 13 de março, no Oratório do Jatobá, continente de Villa Velha, Clemencia, escrava, pertencente a José Joaquim da Silva, batizou a filha Benedicta, parda, com um mês de idade. Embora, em lugar e com experiências de vida diferentes, Clemencia também optou por pessoas livres para formalizar os laços de compadrio, escolhendo Ignacio Ferreira Coelho para padrinho e Carlota Maria do Espirito Santo para madrinha.¹⁹⁹

Os assentos de batismos de Maria e Benedicta fornecem condições para se analisar alguns vestígios da vida familiar desses sujeitos e as possíveis relações sociais formalizadas com base no sacramento do batismo: por um lado, demonstram o aspecto religioso, o qual pode ser compreendido como o momento simbólico da passagem e integração da criança na comunidade Cristã Católica; por outro, ratificam a dimensão social do batismo, interpretada por meio das redes de compadrio constituídas entre os pais e os padrinhos e madrinhas dos batizados, as quais serviram “para tecer laços de proteção e ajuda mútua”.²⁰⁰

Fragmentos das vivências do casal Januario, escravo, e Felismina, livre, e de Clemencia, cativa, perscrutadas nas atas de batismos das filhas, permite perceber como vários escravos no Brasil (re)construíram suas histórias no contexto do cativo por meio da formação de famílias (legítimas e consensuais) e do compadrio. Na ocasião do batismo, os pais de Maria e Benedicta buscaram formalizar as relações de vizinhança, amizade, afetividade com pessoas livres, convidando-os para serem seus compadres e comadres e assim constituírem redes de sociabilidade verticais e horizontais. Decerto, as labutas cotidianas naquelas fazendas proporcionaram aproximações com os compadres e comadres livres, pois não é exagero imaginar que eles poderiam ser trabalhadores ou agregados naquelas propriedades rurais.

Certamente, Maria e Benedicta tiveram suas famílias ampliadas, pois os padrinhos e madrinhas eram os responsáveis pela formação moral dos afilhados, uma espécie de pais espirituais. Vê-se, que esses sacramentos “podiam ser usados, para reforçar laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais”.²⁰¹

¹⁹⁸ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livros de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fl. 51f/v..

¹⁹⁹ Ibid. fl. 53f.

²⁰⁰ FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 92.

²⁰¹ Schwartz. *Escravos e roceiros...*, p. 266.

A historiadora Silvia Maria Jardim Brügger, ao estudar família e sociedade em São João Del Rei, nos séculos XVIII e XIX, suscita que os laços de compadrio foram utilizados como um mecanismo de duas vias, pois, “[...] tantos os padrinhos podiam beneficiar-se dos trabalhos, dos préstimos e da fidelidade dos afilhados, quanto estes esperavam contar com o cuidado, a proteção e o reconhecimento daqueles”.²⁰² A autora, pontua que o compadrio não foi somente um instrumento de barganha social, mas também “um ‘capital’ político importante” e de reconhecimento perante a sociedade. Ou seja:

A especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes. Por outro lado, entre eles não haveria qualquer implicação de ordem patrimonial, como ocorria, por exemplo, no estabelecimento de alianças matrimoniais. O afilhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor, ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante.²⁰³

As alianças formadas por escravos e libertos, em Minas de Rio de Contas oitocentista, por meio dos laços espirituais do compadrio, facultam pensar na vida cotidiana desses sujeitos e no convívio comunitário, onde partilhavam anseios e experiências com variados segmentos sociais. Dessa maneira, as relações sociais tecidas por eles fizeram-se mediante os laços de parentesco e amizade, de modo que (re)constituíram um ambiente comunitário, tendo em visto que a “[...] família e a autonomia escrava, foram os dois eixos básicos sobre os quais se podiam constituir uma comunidade”.²⁰⁴

Com base nos estudos de Carlos Engemann, sobre as vivências escravas em grandes plantéis do Sudeste, no século XIX, é possível compreender a formação de comunidades que eram atreladas às demandas de sobrevivência desses sujeitos. Para o autor, a existência de comunidades era uma “[...] tendência social da convivência, mesmo que fosse compulsória, por ser ela o mecanismo que poderia organizar a coexistência. É na formação dessa estrutura [...] que se confere um sentido a existência coletiva, inevitável e necessário para o sentido da vida individual”.²⁰⁵

²⁰² Brügger. *Minas Patriarcal...*, p. 325.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Mattos. *Das Cores do...*, p. 145.

²⁰⁵ Engemann. *De laços e...*, p. 144.

O conjunto documental pesquisado indica a presença de comunidades “abertas”, constituídas por cativos, libertos e livres (pobres e ricos), como tem sido apontada por algumas pesquisas sobre famílias escravas no Brasil.²⁰⁶ No entanto, ao analisar as “frestas” dos registros de batismos dos escravos e libertos de Minas do Rio de Contas, entre 1838 a 1888, identificou-se que o ambiente familiar desses sujeitos não foi muito “aberto”. Muitas das relações socioafetivas foram tecidas entre sujeitos da mesma posse escrava, isto é, esses segmentos, preferiram fortalecer os laços de amizade, respeito, afeto e sociabilidade, dentro da sua comunidade, ao passo que iam criando e recriando suas vivências comunitárias. As alianças estabelecidas fortaleciam o convívio comunitário e foram, predominantemente, constituídas por escravos e livres de uma mesma família senhorial.

Veja, por exemplo, a comunidade composta pelos escravos da família Alves Coelho, encabeçada pelo Comandante Superior Coronel Miguel Alves Coelho.²⁰⁷ Dos 771 assentos de batismos analisados, 56 são batizados de crianças escravas pertencentes a essa família. Ao analisar os laços de compadrio estabelecidos por esses segmentos, pode-se compreender o tecer de redes sociais constituídas e as estratégias de sobrevivência estabelecidas por eles a fim de manter a união do grupo familiar no âmbito da comunidade escrava ali formada. A grande maioria dos padrinhos e madrinhas dessas crianças foram escravos, pertencentes a família Alves Coelho, sendo que os cativos do Coronel Miguel Alves foram os que mais apadrinharam. Os demais compadres e comadres escolhidos eram pessoas livres ricas, algumas com vínculos de consanguinidade com o referido Coronel (filhos e netos), outras de relações muito próximas com a família.

O casal Firmino e Rosa, crioulos, escravos, pertencentes ao Coronel Miguel Alves Coelho, no dia 02 de novembro de 1857, foi à Capela de Nossa Senhora do Livramento, continente de Villa Velha, para batizar o filho legítimo. Na época, Luiz, cabra, tinha poucos dias de nascido e os pais optaram por formalizar os laços de compadrio com os cativos da

²⁰⁶ Ver: Freire. *Escravidão e Família...*; Gonçalves. “Escravos e senhores...”; Santana. “Família e microeconomia...”; Nogueira. “Viver por si’...”; Slenes. *Na Senzala uma...*; _____. “Escravidão e família...”; Engemann. *De laços e...*; _____. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; Florentino e Góes. *A paz das...*; FARIA, Sheila de Castro. “Identidade e Comunidade escrava: um ensaio”. In: *Revista Tempo*, nº 22. P.122-146, 2006; MACHADO, Cacilda. “As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX”, In: *Revista Brasileira de História*, vol.26, nº52, p. 49-77, Jul – dez, 2006; dentre outros.

²⁰⁷ Presume-se que o coronel Miguel Alves Coelho recebeu o título de Comandante Superior entre o final de 1858 e início de 1859, pois, nos registros de batismos, esta titulação é acrescentada ao nome do Coronel no batizado do pequeno Zeferino, filho legítimo de João e Rita, escravos do referido senhor, no dia 23/01/1859.

mesma posse escrava, Roberto e Constância.²⁰⁸ Nesse mesmo dia, outros escravos do referido proprietário estavam presentes na cerimônia. Sebastião e Constância, casados, escolheram Marcos e Vicência, escravos pertencentes a D. Caetana Luiza de Castro Coelho, cunhada do dito Coronel, para apadrinharem a filha Concordia, parda, com dois meses de idade.²⁰⁹ No ano seguinte, 1858, o casal Custodio e Modesta, batizou o filho legítimo, Amaro, crioulo, com quinze dias de nascido e escolheu como padrinhos Martinho e Clemencia, todos escravo do Coronel.²¹⁰ Em 1861, esse casal estava novamente na Capela de Nossa Senhora do Livramento para batizar mais um filho. Com poucos dias de nascida, Perpetua, cabra, recebeu os santos óleos nos braços dos padrinhos Francisco, escravo, pertencente ao Coronel Miguel Alves, e Constantina, escrava, porém na ata de batismo não consta a sua posse, mas ao cruzar os registros de batizados dos cativos da família Alves Coelho, identifiquei Constantina, escrava pertencente ao tenente coronel Manoel Alves Coelho, filho do coronel Miguel.²¹¹ Já o casal Isidro e Honorata, no dia 9 de maio de 1858, escolheu Camilo Alves Coelho, livre (possivelmente, membro da referida família) e Vicência, escrava, pertencente a D. Caetana Luiza, para apadrinhar a filha legítima, Marcolina, cabra, com quinze dias de nascida.²¹² Zeferino, filho legítimo de João e Rita, foi batizado no dia 23 de janeiro de 1859 e teve como padrinhos João e Bárbara, escravos, pertencentes, respectivamente, ao Coronel Miguel e sua cunhada, D. Caetana Luiza.²¹³ Por último, o casal Bernardo e Catarina, batizou dois filhos: Ladislau e Maria. Para apadrinhar Ladislau, escolheu como padrinho Tibúrcio de Araújo Maciel e, para madrinha, D. Lisarda Antunes Pereira, livres, e, certamente, de influência e prestígio na sociedade riocontense da época, pois Tibúrcio Maciel apadrinhou, entre 1857 a 1862, pelo menos, seis crianças de diferentes posses escravas. Talvez pelo fato de, ainda, não ter formalizado a união, o casal tenha optado por constituir os laços de compadrio com pessoas livres. Porquanto, dois anos depois do nascimento de Ladislau, Bernardo e Catarina, agora casados, batizaram a filha legítima, Maria, cabra, com quase cinco meses de idade. Na ocasião, escolheram Nicolau, escravo da mesma posse, e Mariana, escrava, pertencente ao Major Rodrigo Alves Coelho, sobrinho e genro do Coronel.²¹⁴ (Histograma 06, abaixo).

²⁰⁸ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fl. 71.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Ibid, fl. 125v.

²¹¹ Ibid, fl. 170.

²¹² Ibid, fl. 125v 126.

²¹³ Ibid, fl. 128.

²¹⁴ Ibid, fls. 49v e 128.

Os escravos do Coronel Miguel também construíram laços de compadrio com outros cativos da família Alves Coelho. No dia 05 de outubro de 1858, na Canabrava, continente de Casa de Telha, a escrava Teresa foi a madrinha e Anastácio (indeterminado) o padrinho do pequeno João, filho natural de Maria Antônia, escravos, pertencentes a “Anna Joaquina Alves da Silva”, neta do dito Coronel.²¹⁵ Em 1857, Manoel e Maria foram padrinhos da pequena Iria, parda, filha legítima de Anastácio e Antônia Maria, escravos, pertencentes também a Anna Joaquina.²¹⁶ Tempos depois, a escrava Maria reforça os laços de compadrio estabelecidos com os referidos compadres. Dessa vez, ao lado de Martinho, companheiro da mesma propriedade, foi madrinha de Martinha. O batizado foi realizado no Oratório do Retiro, continente de Casa de Telha, no dia 08 de janeiro de 1861, data em que a afilhada estava com um mês de idade.²¹⁷ Tudo indica que Maria era bem relacionada naquela comunidade, tendo em vista que aparece como madrinha de outra criança. Agora, com Roberto, escravo, pertencente também ao Coronel, ela formaliza as relações de amizade e confiança com o casal, Marcos e Vicência, batizando o pequeno Basílio, filho legítimo, crioulo, de nove dias de nascido, escravos de D. Caetana Luiza, cunhada de Miguel Alves.²¹⁸

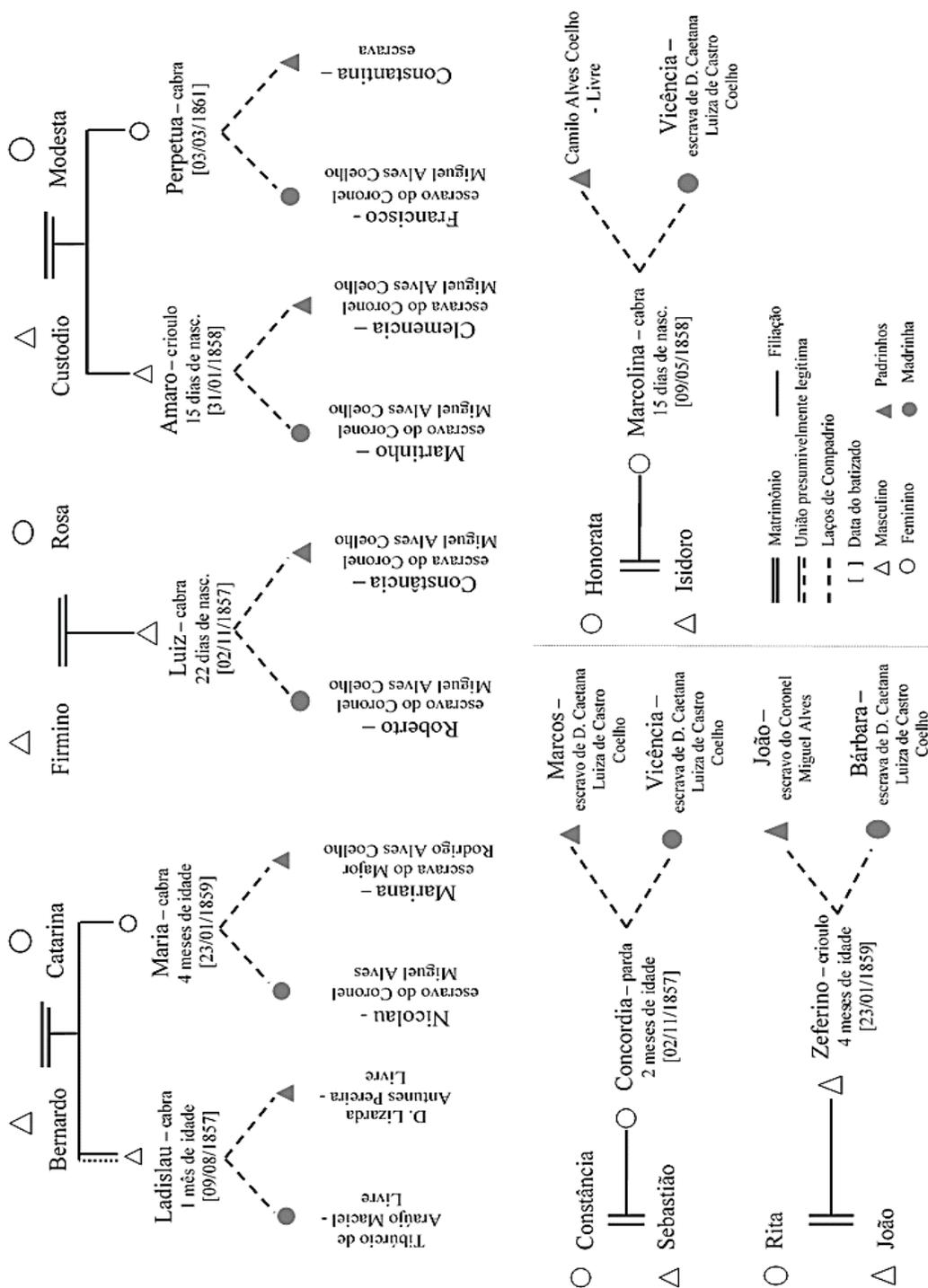
²¹⁵ Ibid, fl. 122v.

²¹⁶ Ibid, fl. 67.

²¹⁷ Ibid, fl. 163.

²¹⁸ Ibid, fl. 131v.

Histograma 06: Vivências comunitárias: formação de laços familiares dos escravos do Coronel Miguel Alves Coelho²¹⁹



²¹⁹ Ibid, fls. 49v, 71, 125v, 126, 128, 170.

Na posse escrava de Miguel Alves Coelho, não foi somente Maria que foi recorrente nos registros de batismos. O escravo Roberto, crioulo, aparece novamente, dessa vez, estreitando as relações de amizade, confiança e sociabilidade com Justina, escrava, pertencente ao Major Rodrigo Alves, genro do Coronel. Ele e Anna, escrava, pertencente a D. Caetana Luiza, foram os padrinhos de “Rufo”, filho natural, pardo, um mês de idade. A cerimônia foi realizada na Capela de Nossa Senhora do Livramento, distrito de Vila Velha, no dia 2 de novembro de 1857.²²⁰ Todavia, o escravo Nicolau foi o mais recorrente, apadrinhou seis crianças: Antonio, crioulo, filho legítimo de José e Zeferina; Maria, cabra, filha legítima de Bernardo e Catarina; Appollinaria, cabra, filha natural de Maria; Nicolau e Mariano, cabras, filhos legítimos de Vicente e Claudina; e, por último, João, cabra, filho legítimo de Cassio e Maria, todos escravos pertencentes à família Alves Coelho. Ver abaixo o histograma 07, com os laços de compadrio do escravo Nicolau constituídos dentro da sua comunidade.

Os assentos concernentes ao escravo Nicolau apontam os laços familiares estabelecidos no âmbito da sua comunidade e demonstram o respeito e afeição que os companheiros de cativeiro tinham para com ele e, sobretudo, constituem elementos que favorecem a ideia de hierarquias internas na estrutura social dentro da comunidade. Talvez, os “varios officios” de Nicolau tenham possibilitado esse lugar de destaque entre os seus, o qual, possivelmente, pôde ter causado tensões e conflitos. Conforme Engemann (supracitado), a estrutura comunal em grandes propriedades, forneceria “ampla desigualdade interna ao cativeiro [...]. A desigualdade, em verdade, era o que podia prover um acréscimo de autoestima àqueles que lograram ascender na exígua escala social do cativeiro”.²²¹

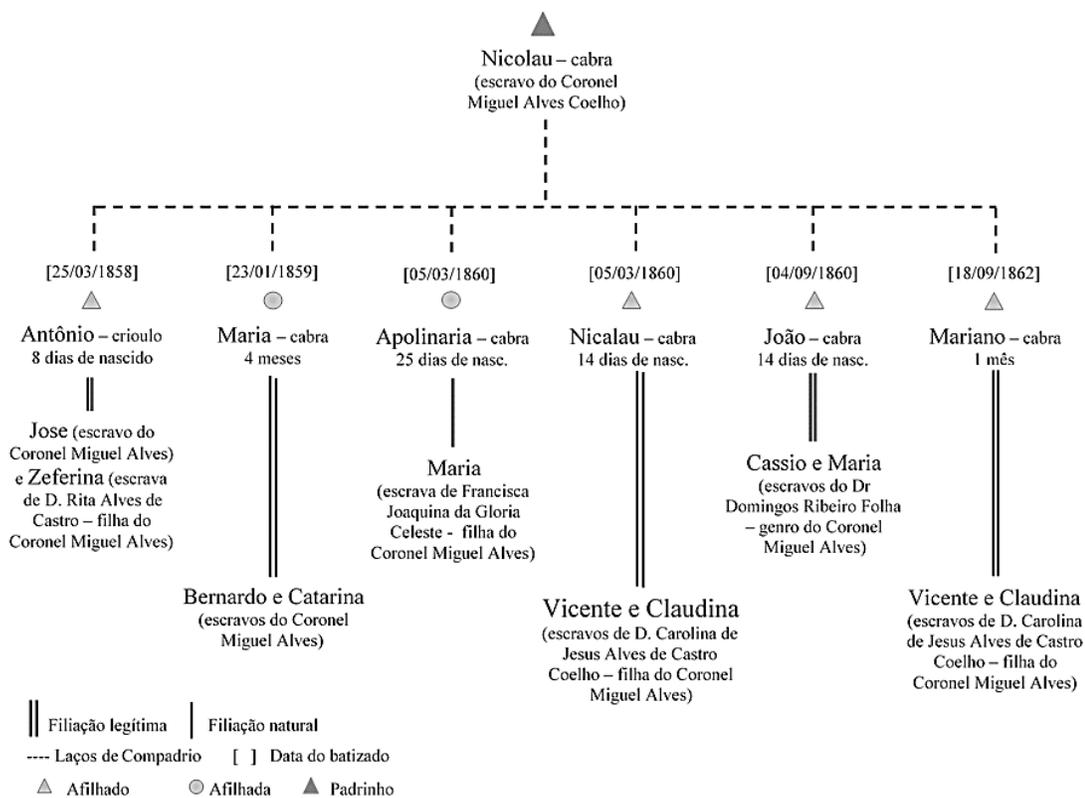
As experiências dos escravos do Coronel Miguel Alves Coelho, perscrutadas nas atas de batismo, indicam o fortalecimento do espaço social, criado e recriado por esses sujeitos, dentro da comunidade, na qual os laços de famílias ali estabelecidos formaram os pilares da vida comunitária. Embora não tenha como certificar o local de moradia desses segmentos, visto que os batizados foram celebrados em atos de desobriga, o dito coronel possuía “cenzálas” espalhadas por suas propriedades, com isso, suas vivências não se limitaram a um só lugar.²²² Eles circulavam entre as fazendas, sítios, arraiais e a Vila de Minas do Rio de Contas, no ir e vir entre as propriedades do referido Coronel.

²²⁰ Ibid, fl. 71.

²²¹ Engemann. *De laços e...*, p. 142.

²²² AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Miguel Alves Coelho. Cx 86 / Est 03 / Prat 03 / Mç 168 / Doc 1.155 / auto com 26 folhas. fls. 4v-7. Inventário analisado por Maria de Fátima Novaes Pires e Kátia Lorena Novais Almeida.

Histograma 07: Laços de compadrio do escravo Nicolau, cabra, “official de varios officios”, pertencente ao Coronel Miguel Alves Coelho ²²³



A análise do inventário de partilha amigável de Miguel Alves, aberto em 1861, corrobora com essa assertiva e possibilita compreender a dinâmica socioeconômica em que esses segmentos estavam inseridos. Além dos trinta e um escravos que consolidaram laços familiares entre si, os quais foram documentados no livro de registro de batismo da Vila de Minas do Rio de Contas, entre 1857 e 1862, os herdeiros do Coronel declararam mais quarenta e três cativos, num total de setenta e quatro, sendo quarenta do gênero masculino e trinta e quatro, feminino. Não foi possível confirmar a existência de laços familiares consanguíneos dos outros quarenta e três escravos inventariados, visto que, na declaração dos bens, não aparece informação sobre filiação. No entanto, o equilíbrio entre o gênero, a idade dos adultos e a presença de crianças, como Caetano, Cassiano, mulato, Úrsula, mulata e Rosa, crioula, todos com sete anos, e Daniel, mulato, com seis anos de idade, indicam possíveis

²²³ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls.. 88f, 128f, 151v, 161 e 187v.

relações parentais consanguíneas entre esses sujeitos, assim como a utilização da reprodução natural como estratégia senhorial para manter e ampliar a sua posse escrava.²²⁴

Esses sujeitos estavam envolvidos em atividades variadas, espalhadas entre a “casa grande” e as fazendas, sítios e terras da família Alves Coelho. O valor elevado do *monte mor*, Rs.186:382\$160, permite constatar o elevado grau de riqueza do Coronel.²²⁵ Na delação dos bens, a esposa Manoela Sofia de Castro, declarou que o Coronel possuía “engenho d’agoa”, “moinho”, “fabrica de farinha”, “mil e trezentas cabeças de gado *vagum* em diversas fazendas sujeitas ao agisamentos”, “quarenta bois”, “vinte burros encangalhados”, “oitenta animais cavalares”, entre outros, os quais possibilitaram que as ocupações dos escravos variassem entre “serviços domésticos”, vaqueiro, alambiqueiro, lavradores e “varios officios”.²²⁶

A pesquisadora Sandra Graham, com base nos estudos sobre a luta da escrava Caetana para anulação do casamento com o escravo Custódio, imposto por seu proprietário, em Rio Claro, no século XIX, suscita um aspecto interessante para se compreender possíveis significados das escolhas dos cativos, em constituir laços familiares no meio dos seus:

Ao servir de padrinho, o cativo ganhava seus próprios dependentes e seguidores fiéis, reproduzindo na senzala os padrões de clientelismo que, em geral, se pensa que incluíam os cativos apenas como recebedores de favores, não como protetores. Os laços que ligavam alguns escravos excluía outros, marcando ainda mais uma hierarquia entre eles. [...] Não obstante, outro escravo, especialmente um da mesma fazenda, podia ser mais acessível e confiável, alguém inclinado a ter em alta consideração o afilhado e os pais e responder com mais rapidez ou generosidade a alguma necessidade. Cativos de consideração, [...] poderiam ser mais eficazes do que padrinhos livres, mas pobres, que mal conseguiam sobreviver nas margens da sociedade branca respeitável (Ibid, p. 73-5).

O cruzamento dos registros de eclesiásticos com os inventários contribuiu para se ampliar o olhar sobre a vida social e econômica desses segmentos em Minas do Rio de Contas, na segunda metade do século XIX. Possibilitou compreender a dinâmica de grupo constituída pelos escravos da família Alves Coelho e estabelecida na região, em especial, a comunidade e o nível de autonomia conquistado por ela, visto que a intensidade das relações sociais vivenciadas nesses ambientes “[...] foi quase sempre um exercício de aproximação da

²²⁴ Ibid, fls. 7f-10f.

²²⁵ Fátima Pires, analisando as grandes propriedades de alto sertão da Bahia, no século XIX, identificou outros fazendeiros abastados na região, como o Barão de Caetité, José Antônio Gomes Neto, com bens avaliados em Rs. 160:049\$103 e João Severino da Luz Lisboa, com *monte mor* orçado em Rs. 104:211\$764. Ver: Pires. Fio da Vida..., p. 158-172.

²²⁶ AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Miguel Alves Coelho. Cx 86 / Est 03 / Prat 03 / Mç 168 / Doc 1.155 / auto com 26 folhas. fls. 3v-11v.

experiência de liberdade com a qual conviviam”.²²⁷ Também a reflexões sobre as intensas relações socioafetivas construídas por esses sujeitos no âmbito comunitário, as quais interferiam na relação senhor e escravo, na medida em que a comunidade ia se ampliando e fortalecendo com a formação de novos laços, numa relação de ganho para os dois lados. Cabe ressaltar que essas experiências foram vivenciadas “de forma diferenciada e com objetivos culturalmente distintos, eram as relações entre iguais que socializavam escravos, livres pobres e senhores para uma convivência entre desiguais”.²²⁸

Os registros paroquiais guardam vestígios do passado de muitos escravos, libertos e livres e tornaram-se documentos históricos privilegiados para a produção historiográfica, sobretudo, para as pesquisas referentes à família e à escravidão no Brasil. Por meio da análise desses assentos, alguns aspectos da vida escrava surgiram no cenário historiográfico e passaram a ser investigados com base nas experiências históricas da escravidão. Com isso, estudos sobre história da família escrava, compadrio de escravos, comunidade, reprodução natural, legitimidade, entre outros, têm revelado aspectos mais íntimos das vivências desses sujeitos e isto é o que se pretende demonstrar nos tópicos seguintes.

3.3. Famílias: uniões legítimas e consensuais

Como se viu, os laços familiares foram essenciais para a vida escrava em Minas do Rio de Contas, no século XIX. A análise das vivências desses sujeitos demonstra de que modo, cotidianamente, eles criavam e recriavam redes de convívio, trocavam experiências, buscavam fortalecer as relações entre si e com os demais segmentos sociais, enfim, foram sujeitos ativos de suas próprias histórias, os quais constituíram famílias, ora legítimas, ora consensuais.

As fontes eclesiásticas estudadas, nesse trabalho, revelaram que as uniões consensuais foram corriqueiras entre os escravos e libertos da região, o que não significa dizer que eles não vivenciaram as experiências do matrimônio e/ou que não tivessem uma vida conjugal estável. Isso pode ser observado na análise da família de Clara, escrava, pertencente a

²²⁷ Mattos. *Das cores do...*, p. 145.

²²⁸ *Ibid.*, p. 79.

Sebastião José do Bomfim, residente no Engenho Novo, povoado de Minas do Rio de Contas. Ela teve, no mínimo, cinco filhos: Eva, Zeferino, Ricardo, Manoel e Francisca.

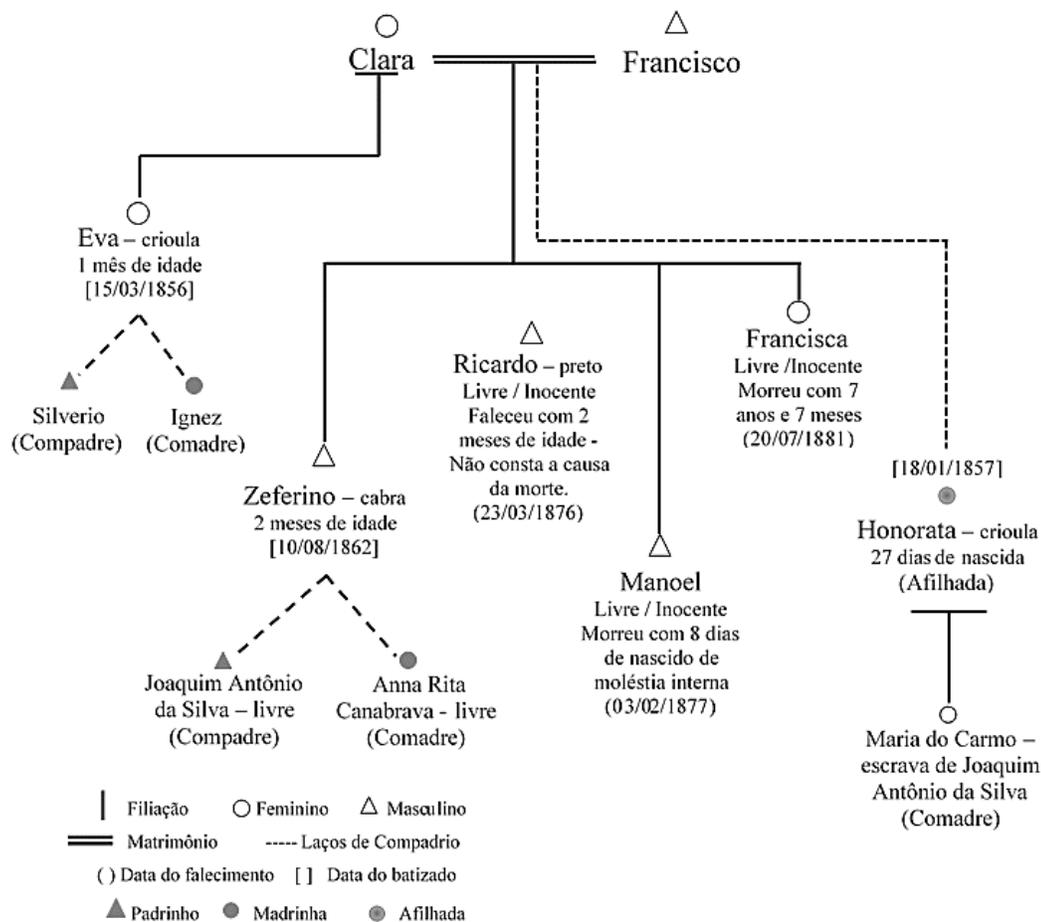
Em 1856, no batizado da filha natural, Eva, crioula, de um mês de idade, a sua mãe, Clara, foi identificada pelo padre Manoel da Silva Leite como solteira. Para compadre e comadre, Clara escolheu Silverio, escravo pertencente ao mesmo senhor, e Ignez (indeterminada), “todos moradores do mesmo continente”. Em 1862, quase seis anos depois do batizado da pequena Eva, Clara, agora casada com Francisco, escravo do já mencionado Sebastião, batizou, no Oratório do Retiro, continente de Casa de Telha, o filho legítimo Zeferino, cabra, com dois meses de idade, que teve como padrinhos Joaquim Antonio da Silva e Anna Rita Canabarro, livres.²²⁹ Possivelmente, desde o ano de 1857, Clara e Francisco já vivenciavam uma vida conjugal. Nesse período, o casal apadrinhou a pequena Honorata, filha natural de Maria de Carmo, escrava, pertencente a Joaquim Antonio da Silva, compadre de Clara e Francisco.²³⁰ Os filhos Ricardo, Manoel e Francisca nasceram em 1876, 1877 e 1874, respectivamente, depois da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), portanto, foram considerados de condição livre. Embora os filhos fossem “livres”, infelizmente, o casal não pôde acompanhar o crescimento deles, pois faleceram precocemente: Ricardo com dois meses de idade, Manoel com oito dias de nascido, faleceu de moléstia interna e Francisca com quase oito anos, acometida de febre.²³¹ Percebe-se que, embora marcada por fortes tragédias, a vida conjugal de Clara e Francisco foi estável e bastante expressiva. O casal conviveu por volta de vinte e quatro anos juntos, formalizou a união e as relações sociais e afetivas mediante os laços de compadrio, constituídos dentro e fora do cativeiro. O histograma 08, abaixo, possibilita visualizar as redes sociais e familiares tecidas pela escrava Clara.

²²⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 20 e 191v. Na ata de batismo da pequena Eva, não consta maiores informações sobre Silverio e Ignez, porém no cruzamento das fontes identifiquei Silverio como escravo do senhor Sebastião. Ver no próximo tópico a discussão sobre os estatutos jurídicos dos compadres e comadres dos escravos e libertos.

²³⁰ Ibid, fl. 73.

²³¹ Livro de óbitos da Matriz e suas filiais: N. S. Santana e N.S. do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874-1915, fls. 7f, 14f e 30v. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

Infelizmente, não foi possível localizar os registros de batismos de Ricardo, Manoel e Francisca, pois os livros de batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas não contemplam todo o século XIX. No acervo há uma lacuna de mais de 20 anos entre os livros, referente ao período de 1864 a 1886.

Histograma 08: Laços familiares de Clara, escrava pertencente a Sebastião Jose do Bomfim²³²

Além do casal, Clara e Francisco, muitos escravos e libertos constituíram laços de família, em Minas do Rio Contas. Do total de 771 assentos de batismos que “forão feitos fora da Matriz do SS. Sacramento”, entre o ano de 1838-1888, 533 (69,2 %) são referentes às uniões consensuais.²³³ Dessas uniões, 346 (44,9 %) correspondem aos filhos naturais e 187 à filiação presumivelmente natural, ou seja, quando no assento registrava-se apenas o nome da mãe, sem especificar a naturalidade da criança, o que equivale a 24,3 % das famílias

²³² Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, pp. 20, 191v e 73. Livro de Óbitos da Matriz e suas filiais: N. S. Santana e N.S. do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874-1915, pp. 7, 14 e 30v.

²³³ No texto que ora apresento, considero uniões consensuais os filhos de escravos e libertos identificados como naturais e presumivelmente naturais. Essa é uma presunção baseada nas fontes eclesiais e na bibliografia pertinente ao tema da família escrava. Nessa classificação também estão incluídos os 10 registros de africanos(as), pois considerei que essas classificações foram baseadas em concepções católicas e, baseando nesses registros, pouco, ou quase nada, se sabe sobre a procedência desses africanos.

estudadas. Os párvulos considerados legítimos totalizaram 210 filiações, isto é, os filhos que foram frutos de uniões conjugais legitimadas pela Igreja Católica, que corresponde a 22,4 %. E somente 5 % das crianças batizadas nesse período foram identificadas como presumivelmente legítimas, isto é, os 38 filhos que tiveram em suas atas de batismo, o nome do pai e da mãe, porém, não foram identificados pelo pároco como filhos legítimos.

Os dados encontrados e apresentados na tabela 12 demonstram alta incidência de filhos naturais, com predominância de uniões consensuais entre os escravos e libertos da região, no período de 1838 a 1888.

Tabela 12: Legitimidade nos batizados que “foram feitos fora da Matriz do SS Sacramento da Villa do Rio de Contas”, 1838 – 1888

Legitimidade	Quantidade de filhos (as)	%
Filho (a) Natural	346	44,9
Filho (a) Presumivelmente Natural	187	24,3
Filho (a) Legítimo	172	22,3
Filho (a) Presumivelmente Legítimo	38	5,0
Não consta filiação	27	3,5
Total	770	100

Fonte: Livros de registros de batizados século XIX. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, 1856 – 1863 e 1887 – 1905. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

De acordo com os dados perscrutados nas atas batismais, o índice de casamentos entre escravos(as) e libertos(as) foi relativamente baixo, comparando com a quantidade de batizados realizados no período. Cerca de 22 % dos filhos foram classificados como legítimos e 5 % com filiação presumivelmente legítima. Juntando esses percentuais, identifiquei cerca de 27% dos filhos sendo criados pelo pai e pela mãe. Em outras palavras, os assentos de batismo de escravos e libertos apontaram predominância das uniões consensuais (69,2 %) entre as relações amorosas e/ou sexuais das escravas e libertas. Isso indica que muitas famílias escravas foram constituídas por mães solteiras e seus filhos, o que não implica que elas não tivessem companheiros estáveis e que seus filhos fossem criados sem a presença paterna.

As famílias de Marcelina e Catarina, escravas, pertencentes a Joaquim Nunes Dourado, estão entre as 533 uniões consensuais encontradas nos registros de batismo utilizados nesse trabalho. Marcelina, em 1843, levou a filha Valentina, cabra, com três meses de idade, para ser batizada na Capela de Nossa Senhora do Livramento, “districto de Villa

Velha”.²³⁴ Já Catarina, batizou, ao menos, três filhos: Antônia, de três meses de idade, Joaquina, de três meses e Antônio, com um mês de nascido. Esta matriarca escolheu Valentim José da Rocha e Aguida Maria de Jesus, livres, para batizar a pequena Antônia, cabra, no dia 15 de agosto de 1857. Os escravos Francisco e Maria apadrinharam a filha do “meio”, Joaquina, cabra, no dia 01 de novembro de 1860. E no dia 16 de agosto de 1863, lá estava Catarina, novamente, na Capela de Nossa Senhora do Livramento, batizando mais um filho, desta vez foi o “caçula”, Antônio, cabra, que recebeu os santos óleos nos braços dos padrinhos Jose Felipe dos Reis, livre, e Valentina, escrava, pertencente a Jose de Carvalho.²³⁵

Os dados abordados acima podem sugerir uma possível interferência senhorial na formação dos laços familiares desses sujeitos, ao menos, na formalização de suas uniões afetivas, visto que, para a realização do matrimônio, o escravo necessitava da autorização do proprietário para que sucedesse a cerimônia. Além da autorização, tudo indica que quem ficava com os encargos do casamento religioso era o senhor do escravo.

Santos Filho, analisando as despesas dos herdeiros de Miguel Lourenço de Almeida, grande proprietário de terras, gados e escravos, no alto sertão da Bahia, demonstra que o genro Antônio Pinheiro Pinto, em especial, além das despesas com os batizados e casamentos de seus escravos, gastou também com as festas. Conforme o autor:

Pinheiro Pinho escriturou no seu ‘Livro de Razão’ os gastos efetuados com os batizados e casamentos de escravos. Em 1796 êle pagou 1\$280 por ‘hum batizado da cria’ [...]. E, num assentamento de 1798, noticiou a celebração de batizados e casamentos, num só dia, de escravos da viúva do Familiar, sua sogra. Esse era um velho costume convidava-se o sacerdote à fazenda para a celebração simultânea dos sacramentos, seguindo-se uma festa ou ‘função’, com distribuição de aguardente e rapadura aos negros [...].

P. dinheiro que dey para os banhos.....	6\$4000
P. dinheiro que paguei de batizados.....	2\$560
P. dinheiro q’ dey ao Pe. pa. vir fazer os Cazamentos.....	12\$800
P. dinheiro q’ dey a vigo. das Licenças.....	8\$000
P. agoa ardente q’comprey pa. a fonção.....	1\$200
P. dinhro que paguei aos Santos da f. do r.....	1\$920
P. dinhro q’ paguei ao Queiros das rapaduras.....	2\$560

Soma 51\$440²³⁶

²³⁴ Livro de registro de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, fl. 40f. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

Não foi possível identificar os nomes dos padrinhos na ata do batismo da pequena Valentina.

²³⁵ Livro de registro de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 50f, 169f e 199v (respectivamente). Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

²³⁶ Santos Filho. *Uma Comunidade Rural...*, p. 128-129, grifos meus.

Além dos ônus que o proprietário teve com o matrimônio, pode-se pensar, ainda, que, talvez, ao assumir a postura de não fomentar o casamento de seus escravos, estava buscando, estrategicamente, enfraquecer a família escrava (mãe e filho), a qual, por não ser legitimada pela Igreja Católica e com isso não dispor de “proteção” do padre, poderia ser mais facilmente desbaratada sem a interferência do pároco, numa eventual venda da mãe ou do filho no tráfico interno de cativos.

Os estudos da historiadora Márcia Cristina Vasconcellos sobre relações conjugais de escravos em Angra do Reis, no século XIX, corroboram essa assertiva. Ao analisar as famílias escravas, Vasconcellos constata um elevado índice de famílias chefiadas por mulheres cativas solteiras. Conforme a autora, esse índice aumenta quando são analisados no período posterior ao fim do tráfico transatlântico, isto é, para a primeira metade do século XIX, encontrou 97 (67,8 %) famílias matrifocais, já na segunda metade, a porcentagem chega a cerca de 60 % (156) a mais em relação ao quartel anterior. Para a autora, a ilegitimidade dessas famílias concerne ao “desinteresse senhorial na oficialização da união de seus cativos”:

Este perfil resultou do desinteresse senhorial na oficialização da união de seus cativos, evitando, assim, a intervenção da Igreja em sua relação com os escravos e, particularmente, quando houvesse necessidade de vender separadamente um dos cônjuges. Esta preocupação aumentou na segunda metade do século XIX, num contexto onde a oferta de cativos africanos havia cessado e existia um mercado avido por adquirir novos braços. Neste momento, muitos senhores estavam encontrando dificuldades em manter suas atividades produtivas e acabaram recorrendo ao tráfico interno não para adquirir trabalhadores, mas para vender seus escravos. Tais negociações foram facilitadas quando envolveram cativos solteiros aos olhos da Igreja.

Outro estudo sobre família escrava na região sudeste, que também relata baixas taxas de legitimidade, é o da historiadora Heloisa Maria Teixeira. A autora, ao analisar a vida escrava em Mariana – MG, entre os anos de 1850-1888, revela que as famílias matrifocais foram a maioria, correspondendo a 57,2 % de um total de 407 famílias escravas analisadas.

O reduzido número de uniões conjugais de escravos que eram legitimadas perante a Igreja Católica, ao longo do século XIX, não foi peculiar da região sudeste do Brasil. As elevadas taxas de uniões consensuais também foram encontradas na Bahia, no século XIX.

Isabel Reis, ao examinar os assentos de casamentos da Freguesia da Sé, localizada na região urbana de Salvador, entre 1801-1888, verifica baixos índices de casamentos legítimos entre os africanos e afrodescendentes (escravos, libertos e livres). Os dados contabilizados pela autora demonstram que “[...] foram celebrados cerca de 3.139 casamentos na Paróquia da

Sé, sendo que 874 (27,84 %) entre africanos, afrodescendentes e alguns poucos brancos”.²³⁷ Examinando os números por décadas, constata significativo aumento nas uniões legítimas a partir da década de 1840 (83,5% dos casamentos foram realizados na segunda metade do século XIX). Para a autora, esse aumento significou mudanças na postura senhorial:

[...] fico inclinada a acreditar que a partir do momento em que o tráfico entrou na ilegalidade, a classe senhorial teria estrategicamente incentivado as uniões matrimoniais entre os seus cativos e/ou a reprodução natural entre eles; também não se pode desconsiderar que, uma vez promovendo a formação de famílias escravas e a geração de filhos cativos, como uma forma de compensar o fim da oferta de mão-de-obra via tráfico internacional, os senhores também teriam problemas quando da necessidade de vender os cativos que faziam parte de famílias nucleares, por causa da revolta que tal procedimento gerava entre eles.²³⁸

Os resultados encontrados por Napoliana Santana são semelhantes aos apresentados nesse estudo. A autora, ao investigar as atas de batismos e identificar os laços familiares e sociais de escravos no sertão sanfranciscano, entre 1840 a 1880, aponta altas taxas de filhos naturais. Dos 261 assentos de filhos(as) de escravos analisados, 234 foram identificados como filhos(as) naturais, ou seja, 89,7% dos batizados procederam de uniões consensuais das escravas. De acordo com Santana:

O baixo índice de casamento formal encontrado para a freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, na segunda metade do século XIX, não impediu a formação familiar de escravos. Pelo contrário, a documentação revelou que os escravos dessa região estavam fortemente envolvidos por laços de parentesco. Certamente, fatores econômicos ou a falta de incentivo dos senhores locais tenham contribuído de algum modo nos baixos índices de casamento católico entre escravos. Contudo, esses índices guardam muito mais as escolhas pessoais dos escravos.²³⁹

Os assentos de batismo de escravos e libertos de Minas do Rio de Contas oitocentista, atestaram predominância das uniões consensuais entre esses sujeitos, isto é, menos de 30 % das crianças batizadas eram frutos de uniões legitimadas pela Igreja Católica. Entretanto, esse fato não diminuiu o valor da família para a vida escrava, pelo contrário, possivelmente, viabilizou a expansão e a ampliação das relações sociais desses segmentos. De acordo com Schwartz “[...] a escassez de casamentos na Igreja não são, de modo algum, uma medida da

²³⁷ Reis. “A família negra...”, p.92.

²³⁸ Ibid, p. 92-3.

²³⁹ Santana. “Família e microeconomia...”, p. 63.

realidade escrava e da capacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem um significado real e permanente em suas vidas. ”²⁴⁰

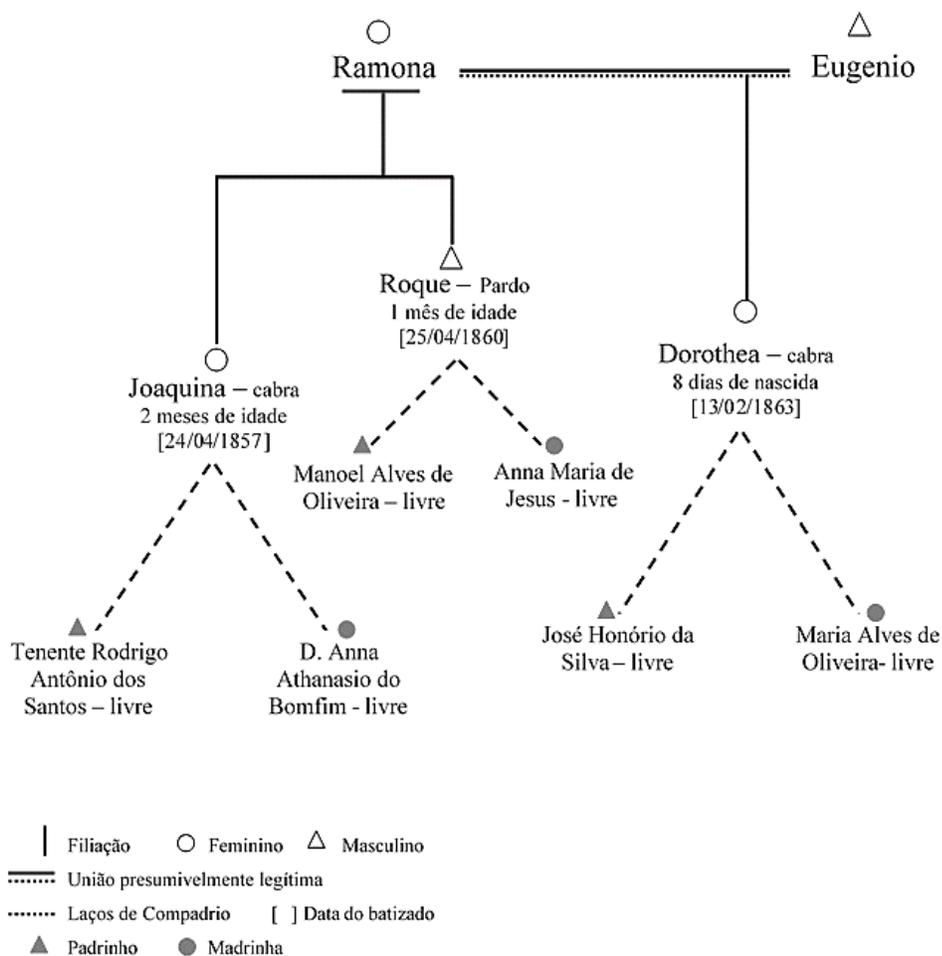
Além disso, o fato de batizar o filho como solteira não significava que essa mãe ficasse impossibilitada de contrair o matrimônio posteriormente. Isso foi o que aconteceu com Ramona, escrava, pertencente ao Capitão Antônio Calisto de Oliveira, que, após batizar os filhos Joaquina e Roque, casou-se com o escravo Eugênio, da mesma propriedade, e concebeu, ao menos, mais um filho, Dorothea. O batizado da “primogênita”, Joaquina, cabra, de dois meses de idade, ocorreu na “Fazendinha, continente de Villa Velha”, no dia 24 de abril de 1857. Três anos depois, Ramona levou à Capela de Nossa Senhora do Livramento, no arraial da Villa Velha, o filho Roque, pardo, com um mês de idade, para ser batizado. E, em 1863, agora casada com o escravo Eugenio, batizou a filha Dorothea, cabra, com apenas oito dias de nascida.²⁴¹

Conforme o histograma 09 (abaixo), todos os compadres e comadres de Ramona foram pessoas livres, influentes na sociedade riocontense da época e de posses. O Tenente Rodrigo Antônio dos Santos e a esposa D. Anna Athanasia do Bomfim batizaram a pequena Joaquina, e Manoel Alves de Oliveira e Anna Maria de Jesus apadrinharam o filho do meio, Roque. Os livres José Honório da Silva e Maria Alves de Oliveira batizaram a filha “caçula”, Dorothea. Infelizmente, não foi possível verificar se este casal de padrinhos eram pessoas de prestígio naquela sociedade, no entanto, presume-se que fossem livres pobres, visto que os nomes não precedem de titulação e não foi encontrado, para o século XIX, outra fonte que pudesse auferir mais detalhes sobre eles. Talvez, ao batizar os filhos naturais, Ramona buscasse fortalecer os laços de amizade e sociabilidade com pessoas influentes, a fim de manter a sua família unida e “protegida” contra possíveis desbaratamento por meio do comércio de escravos. “Proteção” que, possivelmente, foi alcançada pela filha Dorothea na legitimidade da união da mãe com o escravo Eugenio, pois a Igreja Católica proibia a venda separada e, conseqüentemente, o dismantelo das famílias escravas legítimas.²⁴²

²⁴⁰ Schwartz. Segredos internos..., p. 311.

²⁴¹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 56v, 153v e 194v, respectivamente.

²⁴² Sobre a legislação da Igreja Católica para o casamento e manutenção da família escrava ver nota 14.

Histograma 09: Laços de família: a escrava Ramona, os filhos e o marido.²⁴³

O casamento de algumas escravas após o batizado dos filhos não foi um privilégio das cativas em Minas do Rio de Contas, no período estudado. A historiografia brasileira sobre família escrava tem revelado que muitas mães escravas e libertas identificadas como solteiras nos registros de batismos e, conseqüentemente, os filhos como naturais mantiverem relações estáveis com parceiros e se casaram após o batizado de dois ou três filhos.²⁴⁴

A historiadora Cristiany Miranda Rocha, analisando o casamento e a ilegitimidade entre os escravos de um grande proprietário de Campinas, no decorrer do século XIX,

²⁴³ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 56v, 153v e 194v, respectivamente.

²⁴⁴ Ver: Santana. “Família e Microeconomia...”; Luna, Costa e Klien (Orgs.). *Escravidão em São Paulo...*; Slenes. “Escravidão e família...”; _____. *Na senzala uma...*; ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. São Paulo: editora da Unicamp, 2004; Motta e Valentim. “A estabilidade das...”; TEIXEIRA, Maria Heloísa. “Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001); dentre outros.

identifica diversos casamentos de escravas após o batizado de mais de dois filhos, como, por exemplo, as cativas Eugenia, que batizou cinco filhos entre 1840-1866 e casou-se com Diogo, em 1868, e Rosa, que contraiu matrimônio com Amaro em 1868, depois do batizado dos filhos Aleixo (1866) e Elidia (1868). Após o cruzamento e análise criteriosa de fontes variadas, a autora conclui que:

[...] o cálculo das taxas de ilegitimidade das crianças escravas baseado nos assentos de batismos nos diz muito pouco acerca da realidade vivida pelas famílias. Tais índices revelariam uma ilegitimidade formal, ou seja, do ponto de vista legal, que poderia estar muito distante da prática. Mesmo levando em conta que não é possível saber ao certo se todas as crianças tidas antes do casamento eram filhas do mesmo homem que se casa com a mãe delas, acreditamos que o mais importante é a presença desse pai ou padrasto na socialização dessas crianças.²⁴⁵

Mesmo sendo predominantes as uniões consensuais entre escravos e libertos em Minas do Rio de Contas oitocentista, os dados apresentados na tabela 12 (citada acima) apontaram significativa presença de cativos casados na região. Das 771 famílias analisadas, 172 precederam de uniões conjugais legitimadas pela Igreja Católica e 38 crianças foram procedentes de uniões presumivelmente legítimas (respectivamente, 22,3 % e 5 %).

Das 210 uniões encontradas nos assentos de batismos, apenas 16 não foram realizadas entre escravos de uma mesma propriedade, ou seja, 194 (92,4 %) casais preferiram contrair o matrimônio entre os companheiros de cativo. O casal Raimundo, cabra, e Maria, crioula, foi um dos muitos que optou por formalizar suas uniões com companheiros da mesma posse escrava. Veja, brevemente, as vivências desse casal que, após estreitar os laços afetivos entre si, buscou ampliar sua rede de convivência com pessoas de estatutos jurídicos diferentes do seu. Raimundo e Maria, escravos, pertencentes a “Jeronymo de So^a Gomes”, moravam na fazenda Tamanduá, há, aproximadamente, três léguas de Minas do Rio de Contas, provavelmente, contraíram o matrimônio em 1843 e tiveram, pelo menos, três filhos legítimos: Vicente, cabra, nascido em 03 de abril de 1844; Agostino, crioulo, nascido em 03 de maio de 1846; e Francisca, cabra, nascida em 09 de dezembro de 1851. Esse casal conservava uma relação conjugal legitimada pela Igreja Católica e buscou inserir os filhos, logo nos primeiros meses de vida, na comunidade cristã, mediante o sacramento do batismo e, assim tecer redes de sociabilidade e proteção, importantes para sua família. No ano de 1844, Raimundo e Maria batizaram o filho Vicente (provavelmente, o primogênito do casal) com um mês de vida, que teve como padrinhos Jose Justino de Asevedo, e sua irmã Candida Rosa

²⁴⁵ Rocha. *Histórias de Família...*, p. 101.

de Azevedo, ambos solteiros e livres.²⁴⁶ Dois anos depois, batizaram o filho Agostino, com dois meses de idade, se apadrinhando com José Joaquim Cordeiro, casado, e a solteira Maria Lisarda de Jesus, ambos livres.²⁴⁷ O casal festejou os batismos dos filhos ao lado de amigos, vizinhos escravizados e livres e, também, do proprietário Jeronymo de Sousa Gomes, que teve aumento em sua posse escrava com o nascimento de Vicente e Agostino. Com o passar do tempo, quase seis anos depois, Raimundo e Maria tiveram novos motivos para comemorar: em 1852, batizaram a filha Francisca, de um mês e meio de idade. Na ocasião, escolheram, para padrinho da filha, Gonçallo Garcia de Moraes e, para madrinha, Anna Sofia de Azevedo, livres.²⁴⁸ (Ver histograma 10).

Esses dados reforçam, mais uma vez, a intensa relação dos escravos Raimundo e Maria com a família Azevedo e uma forte relação com pessoas de estatutos jurídicos e sociais diferentes do seus, visto que todos os compadres e comadres do casal foram pessoas livres. Ainda pode indicar a quantidade de escravos(as) pertencentes a Jeronymo Gomes, a qual, *a priori*, sugere que o proprietário possuía poucos escravos(as), com poucas opções de escolhas para padrinhos e madrinhas. Numa perspectiva senhorial, esses dados apontam que o proprietário optou pela manutenção da posse escrava via reprodução natural, com prováveis “incentivos” à formação de famílias.²⁴⁹

Robert Slenes, ao estudar “senhores e subalternos no oeste paulista”, nos chama a atenção para as duas “faces” da família escrava, visto que, por um lado “transformava os cativos em ‘refêns’, tanto de seus próprios anseios quanto do proprietário [...] além disso, estava associada ao sistema de incentivos senhoriais: daí um de seus atrativos para os escravos”,²⁵⁰ por outro, as escolhas pessoais por companheiros(as) livres ou cativos(as) de outras fazendas permitem entrever nos arranjos cotidianos desses sujeitos pela sobrevivência, nos quais “[...] as tramas senhorias iam ao encontro de certas estratégias dos cativos para lidar com um mundo inseguro em extremo”.²⁵¹

²⁴⁶ Livro de registro de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, fl. 77f. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

²⁴⁷ Ibid, fl. 79.

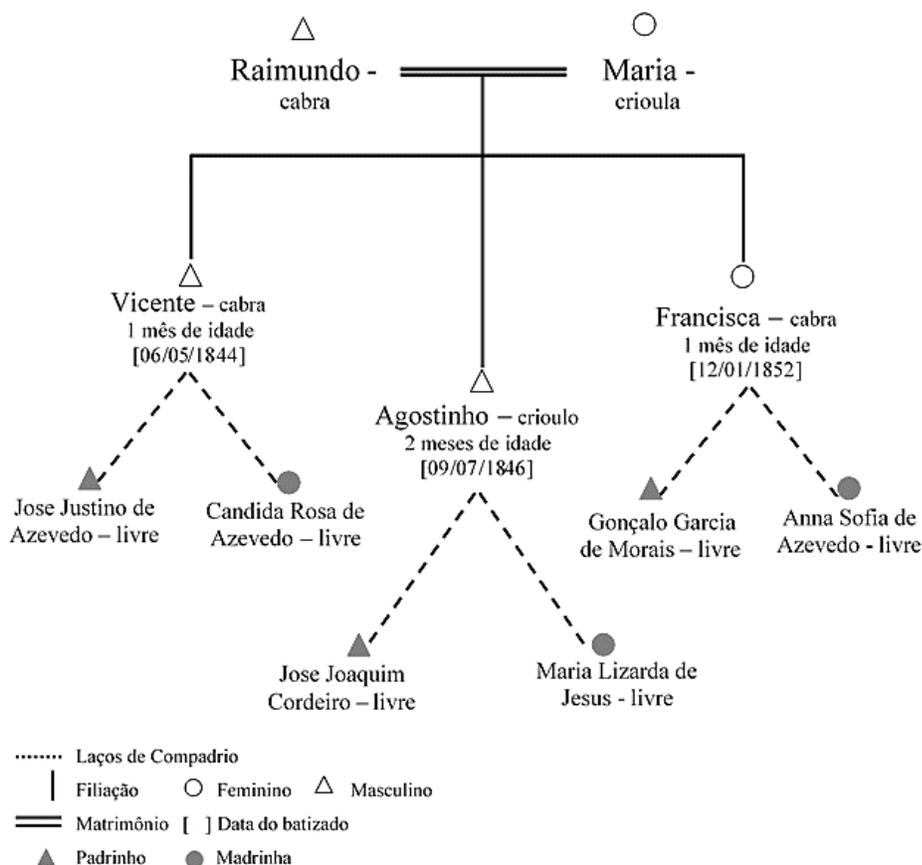
²⁴⁸ Ibid, fls. soltas, sem numeração.

²⁴⁹ Infelizmente, não foi localizado no Arquivo Municipal de Rio de Contas o inventário de Jeronimo de Souza Gomes, por isso, não se teve como aprofundar a discussão sobre a vida escrava na posse do referido senhor. Conquanto, sobre reprodução natural e posse escrava ver o capítulo 1.

²⁵⁰ SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In. NOVAIS, Fernando A. (Cord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997, pp. 233-290, p. 276.

²⁵¹ Ibid. p. 268.

Histograma 10: Redes de convívio: laços familiares e sociais do casal Raimundo e Maria, escravos de Jeronymo de Sousa Gomes, 1844-1852²⁵²



Diferente dos registros de casamentos já analisados, em que as uniões de escravos e libertos legitimadas pela Igreja foram, na maioria, mistas, os assentos de batismo atestam pouca incidência de casamentos mistos para o período de 1838-1863 e 1887-1888, em Minas do Rio de Contas. Essa diferença entre os tipos de uniões nas atas de batismo e casamentos, possivelmente, tem a ver com o desenvolvimento do tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia, pois o comércio interno de escravos se intensificou na região, sobretudo, na década de 1870, dado que corrobora com a assertiva apresentada anteriormente.²⁵³

Nos assentos de batismos, foram identificadas quatro uniões entre cativos de posses diferentes, três entre libertos, três entre escravos e libertos, um casal de crioulos livres e cinco crianças provenientes de casamentos mistos. Nestes matrimônios mistos a formação dos pares

²⁵² Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, fls 77, 79 e fls. soltas, sem numeração.

²⁵³ Ver discussão no tópico 2.1 Uniões ao pé do altar.

foi de escravos homens casando-se com mulheres livres pobres, os quais ratificam os dados apresentados nas atas de casamentos.

O escravo Ricardo, pertencente a D. Anna Rosa, e a esposa Igenes Maria de Jesus, livre, batizaram, ao menos, dois filhos: Emília, crioula, e João, pardo, “livres”. Emília foi batizada com um mês e idade, no dia 02 de fevereiro de 1860 e teve como padrinhos Tiburcio Araujo Maciel e Francisca Rosa de Victoria. O batizado de João ocorreu no povoado Olho d’Água do meio, continente de Villa Velha, no dia 15 de junho de 1862, na época em que tinha três meses de idade e os padrinhos foram Juvencio de Araujo Bransiliense e Felippa Maria da Silva, todos livres.²⁵⁴ Outro casal misto que batizou, no mínimo, dois filhos foi Pedro, escravo, pertencente a José Rodrigues da Mata, e Maria da Conceição, livre. As filhas Gracinda e Benedicta, pardas, foram batizadas na Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Fazenda dos Cristaes, continente de Vila Velha. O casal consolidou os laços de compadrio com os livres Benedicto de Sant’Anna e Florentina Maria do Sacramento padrinhos da pequena Gracinda, em 1861, e dois anos depois com Benedicto Antonio da Silva e Camila Maria da Conceição, também livres, os padrinhos da caçula Benedicta.²⁵⁵ Por fim, o escravo Januario, pertencente ao Major José Thomas de Novaes, e Felismina Ribeiro da Conceição, livre, que batizaram a filha Maria, no dia 18 de janeiro de 1857, na “Capela do Senhor do Bomfim da Boa Sentença, continente de Casa de Telha”. Na ocasião, a pequena Maria estava com cinco meses de idade e recebeu os santos óleos nos braços dos padrinhos Caetano Ribeiro Guimaraes e Carlota Candida de Jesus, livres.²⁵⁶

As vivências entre esses sujeitos, certamente, fizeram nascer sentimentos de afetividade, amizade e solidariedade, que resultaram em casamentos e apadrinhamentos dos filhos, tecendo, assim, as suas redes de convívio e sociabilidade. Fragmentos da vivência conjunta entre escravos, libertos e livres (pobres e ricos), podem ser observadas nas redes sociais tecidas pelo casal Jose de Borba Galo, liberto, e Luduvina, escrava, pertencente ao senhor Vencesllão Jose da Silva.

Tudo indica que Jose, liberto, e Luduvina, escrava, casaram-se no final da década de 1830 e tiveram uma vida conjugal duradoura. Em 1837, nasceu o filho legítimo, o

²⁵⁴ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 167 e 182, respectivamente.

²⁵⁵ Ibid. fls. 174v e 198v, respectivamente.

²⁵⁶ Ibid. fl. 51f/v.

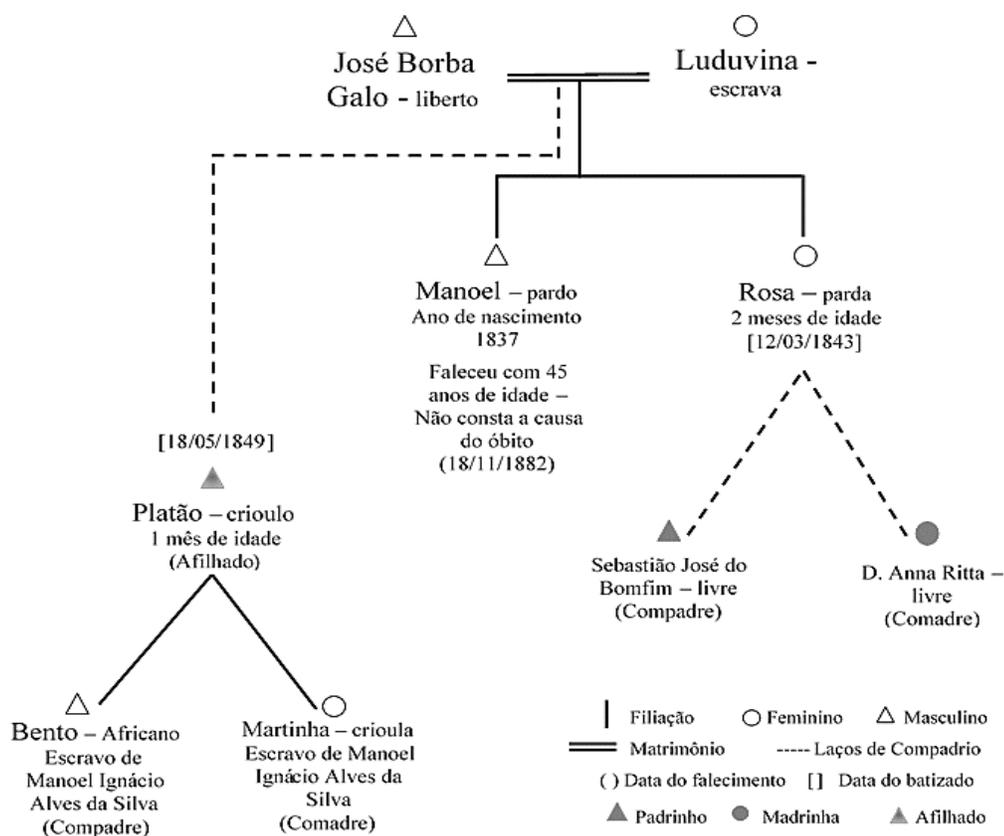
“primogênito” Manoel, pardo.²⁵⁷ No dia 11 de janeiro de 1843, na época, moradores da Casa de Telha, povoado de Minas do Rio de Contas, fortaleceram novamente a aliança do matrimônio com o nascimento da filha Roza, parda. No dia 12 de março, passados dois meses, o casal estreitou os laços de amizade com os livres Sebastião Jose do Bomfim e D. Anna Ritta, pessoas de posses e de prestígio socioeconômico na sociedade escravocrata de Minas do Rio de Contas, visto que eram proprietários de escravos, terras, gados, entre outros bens.²⁵⁸ Seis anos depois, Jose e Luduvina formalizaram os laços de compadrio estabelecidos com o casal Bento, africano livre, e Martinha, escrava crioula, pertencente a Manoel Ignacio da Silva, ao apadrinharem o pequeno Platão, crioulo, filho presumivelmente legítimo, nascido em 18 de abril de 1849.²⁵⁹ Certamente, o casal transitava por outras paragens, convivia com pessoas de estatutos jurídicos sociais diferentes e buscava formalizar os laços de compadrio com pessoas de posses, escravos e livres pobres. Com isso, tiveram sua família ampliada mediante os laços de compadrio estabelecidos nos sacramentos de batismos. Por outro lado, esse caso faculta pensar nos espaços de autonomia conquistados pelo casal, em especial, por Luduvina, escrava, que vivenciou a “liberdade”, conseguindo casar-se com o liberto Jose, ser mãe de, ao menos, dois filhos, Manoel e Roza, e formalizar alianças sociais com livres, ricos e pobres. (Ver a histograma 11).

²⁵⁷ Manoel faleceu no dia 18 de novembro de 1882, com 45 anos, escravo, pertencente a Joaquim Jose de Abreu e seus pais, na ocasião, já haviam falecidos. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874 a 1915, fl. 43f.

²⁵⁸ Não foi localizado no AMRC o inventário do padrinho Sebastião do Bomfim, porém, ele aparece como inventariante e herdeiro, pelo menos, em dois inventários: No de Maria Angélica da Conceição, aberto em 1867, com *monte mor* alçado em Rs.8:752\$930, cujos bens declarados foram escravos, propriedades, gados, cavalos, entre outros, e no de Virginia Maria de Jesus, aberto em 1884, *monte mor* somando Rs. 3:291\$000. Além disso, a pesquisa nos registros eclesiásticos atesta que Sebastião possuía, no mínimo, 20 escravos. A madrinha D. Anna Rita era esposa de Venceslau Jose da Silva e teve os bens avaliados em 1885, com *monte mor* de cerca de 2 contos. Cabe ressaltar que a posse escrava do casal, perscrutada nos registros paroquiais, foi de 23 escravos. AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Maria Angelica da Conceição. Cx 89 / Est 03 / Prat 03 / Mç 1174 / Doc 1.228 / auto com 27 folhas. ID: Virgínia Maria de Jesus. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 194 / Doc 1.430 / auto com 23 folhas. ID: Ana Rita de Jesus. Cx 102 / Est 03 / Prat 05 / Mç 197 / Doc 1.457 / auto com 28 folhas.

²⁵⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do SS Sacramento da Villa do Rio de Contas / 1838-1859, p. 53 e 81, respectivamente.

Histograma 11: Redes de convívio: laços familiares e sociais do liberto Jose Borba Galo e da esposa Luduvina, escrava, 1843-1849²⁶⁰



Desse modo, esses espaços de autonomia experimentados pelo casal “[...] podia significar, no mínimo, uma melhor sobrevivência ao cativo, quando não a liberdade”.²⁶¹ Conforme Chalhoub, “a liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, o espaço de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas”.²⁶²

A pesquisa aos registros de batismos identificou que muitas famílias escravas em Minas do Rio de Contas, nos períodos de 1838-1863 e 1887-1888, foram constituídas por mães solteiras e seus filhos naturais, as quais encabeçaram a maioria dos fogos familiares, criaram os filhos dentro dos limites da vida sob o jugo do cativo e buscaram ampliar e

²⁶⁰ Livro de registros de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838-1859, fls. 53 e 81 e Livro de registros de óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial. 1874 a 1915, fl. 43f. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora - BA.

²⁶¹ SILVA, Ricardo Tadeu Caires. “Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2000), p. 64.

²⁶² Chalhoub. *Visões da Liberdade...*, p.98.

proteger sua parentela.²⁶³ Por outro lado, demonstrou famílias legítimas nucleares (pai, mãe, filho) convivendo juntas, envolvidas por intensas relações consanguíneas e espirituais (compadrio). Logo, os laços familiares construídos por esses sujeitos ocasionaram a formação de comunidades escravas e o fortalecimento do convívio familiar.

Vale salientar que, embora o perfil das famílias escravas, em Minas de Rio de Contas oitocentista, possa ser considerado como, predominantemente, de uniões consensuais, o diálogo com os autores supracitados e o cruzamento do conjunto documental pesquisado demonstram o quanto eram múltiplas as relações afetivas desses segmentos, assim como suas experiências, as quais estavam atreladas às especificidades do tempo e do espaço, ou seja, ao “chão social” em que eles “pisavam”.

Desse modo, percebe o quanto foram fluidas as relações sociais, quiçá, as afetivas de escravos e libertos. Por isso, ainda que os registros de batismos possam oferecer um perfil das famílias escravas, as relações conjugais desses sujeitos foram muito mais complexas do que a distinção entre famílias legítimas e consensuais.

3.4. Significados para o compadrio e a ampliação da família escrava

Os registros de batismo que “forão feitos fora da Matriz do SS. Sacramentos da Villa e Minas do Rio de Contas” evidenciaram laços consanguíneos e espirituais de famílias escravas, que teceram redes de amizades e conseguiram ampliar suas relações de sociabilidade, estabelecendo relações verticais de compadrio com pessoas de diferentes estatutos jurídicos e sociais e horizontais, escolhendo compadres/comadres no meio dos seus. Essas fontes, além de revelar possíveis significados, que excedem a dimensão religiosa cristã do batismo, suscitam possibilidades de acompanhar os arranjos de sobrevivências e a trajetória de vida de escravos e libertos, a partir de suas próprias escolhas. Nesse sentido, viabilizam perceber os “papéis informais que escapam aos papéis prescritos, às normas, às institucionalizações, situados num espaço intermediário entre a norma e ação dos agentes históricos”.²⁶⁴

²⁶³ O termo “fogos” utilizado no texto significa domicílios. Para maiores detalhes, ver: Slenes. *Na Senzala uma...;* CUNHA, Maísa Faleiros da. “Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2005); dentre outros.

²⁶⁴ Dias. “Teoria e Métodos...”, p. 50.

Cabe retomar, brevemente, as vivências das escravas Valentina e Ilaria presentes nos assentos de batismos dos filhos, citadas anteriormente. No ano de 1843, Valentina, mãe solteira, escrava, pertencente a Domingos Fernandes de Sousa, levou o filho Roberto, de um mês de idade, para ser batizado na casa do fazendeiro Domingos Fernandes da Costa, no Brejo, povoado da Vila e Minas do Rio de Contas. Na ocasião, escolheu, para padrinho, Bento, escravo de D. Anna Maria de Jesus, e, para madrinha, Prissianna, também escrava, pertencente a Joaquim Pires. No mesmo dia, a escrava Ilaria também batizou o filho natural, Antonio, cabra, com um mês de idade. Diferente da companheira de cativo, a escrava Ilaria optou por compadres livres e de uma mesma família: para padrinho, Agostinho Correia de Sá e Maria Custodia de Jesus, sua irmã, para madrinha. Os batismos dos pequenos Roberto e Antonio foram realizados pelo reverendo Manoel da Silva Leite, em atos de desobriga no dia primeiro de maio.²⁶⁵

Na análise da formação do casal de padrinhos, foi possível perceber que a escrava Valentina optou por constituir e formalizar os laços de compadrio no meio dos seus, não se limitando aos companheiros de cativo. Escolheu, para padrinho do filho Roberto, o escravo Bento, pertencente a D. Anna Maria de Jesus, e Prissianna, escrava de Joaquim Pires, para madrinha. As escolhas de Valentina facultam inferir que suas relações de amizade e sociabilidade estenderam-se a outras posses escravas. Certamente, transitava entre os arraiais, fazendas, povoados e vila da região, dividindo entre os seus as alegrias e os anseios da difícil vida no cativo. Dada a sua mobilidade espacial, infere-se certo grau de autonomia. Possivelmente, fortalecer as relações de vizinhança e solidariedade entre os(as) escravos(as) poderia garantir a Valentina algum prestígio dentro da comunidade escrava e ampliar a força/resistência da sua família contra prováveis contratempo dentro ou fora do cativo.

Já a escrava Ilaria fez escolhas diferentes: seus compadres foram pessoas livres, de posses, com certo prestígio na sociedade riocontense da época e membros de uma mesma família. A escolha dos irmãos Agostinho Correia de Sá e Maria Custodia de Jesus como compadres poderia assegurar-lhe certa proteção e estabilidade familiar, principalmente, caso houvesse o risco de desbaratamento da sua família por meio da venda de algum dos membros para outra região ou província.²⁶⁶

²⁶⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados século XIX. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859. fl. 54v.

²⁶⁶ AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Agostinho Correia de Sá. Cx 86 / Est 03 / Prat 03 / Mç 169 / Doc 1.169 / auto com 25 folhas.

Experiências como as vivenciadas por Valentina e Ilaria demonstram como vários escravos sertanejos (re)construíram suas histórias, por meio de arranjos familiares e de laços de compadrio dentro e/ou fora da comunidade escrava. Os dados da tabela 13 corroboram essa assertiva. Apresentam a classificação dos padrinhos e madrinhas segundo a condição jurídica e a formação dos pares de compadres e comadres.

Tabela 13: Estatutos jurídicos dos compadres e comadres dos escravos da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Rio de Contas, 1838-1859

Estatutos jurídicos	Padrinhos		Madrinhas		Total	%
	Quantidades	%	Quantidades	%		
Livres	510	66,2	459	59,3	969	62,7
Escravos(as)	175	22,7	193	24,9	368	23,8
Indeterminados(as)	69	8,9	81	10,5	150	9,7
Libertos(as)	6	0,8	6	0,8	12	0,8
Não consta	11	1,4	20	2,6	31	2,0
Santo(a) Católico	-	-	10	1,3	10	0,6
Não Teve	-	-	5	0,6	5	0,4
TOTAL	771*	100	774*	100	1545	100

Fonte: Livros de registros de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, 1856 – 1863 e 1887 – 1905. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

No total de 1.499 apadrinhamentos, entre livres, escravos e libertos, 760 foram padrinhos e 739 madrinhas. Em 20 registros não constava o nome da madrinha e, em 11, o do padrinho, possivelmente, por esquecimento do pároco local ao registrar a ata do batizado. Isso não significa que essas crianças não tiveram padrinhos e/ou madrinhas, pois em outros cinco registros, o padre Jerônimo Dantas Barbosa foi claro ao afirmar que a criança “não teve madrinha”, sendo apadrinhada apenas pelo padrinho, o que não era proibido pela Igreja Católica, assim como o nome de 10 madrinhas identificadas como Santas Católicas.

Os dados contabilizados revelaram que a maioria das crianças batizadas teve padrinhos e madrinhas livres, respectivamente, 66,2 % e 59,3 % dos registros. Em alguns casos, foi possível identificar que a pessoa livre pertencia a elite local (major, capitão, tenente, alferes e “dona”) e/ou parente do proprietário.

Sobre a questão dos padrinhos e madrinhas, Slenes chama atenção para a encruzilhada que envolvia escravos e seus compadres livres no “compromisso de dependência” assumido por eles e as prováveis consequências:

[...] o compromisso de ‘dependência’ que foi assumido pelos escravos pode ter tido um custo significativo: ou a renúncia à solidariedade com os cativos de seu senhor, ou um constante esforço de dirimir as dúvidas dos parceiros a respeito do lado em que estava, de fato, sua lealdade. Em contrapartida, o compromisso de ‘proteção’ assumido pelas partes livres nessa relação era relativamente pouco oneroso.²⁶⁷

Talvez essa tenha sido a situação vivenciada pelo casal Joaquim, africano, e Carlota, cabra, escravos, pertencentes ao Capitão Antônio Calisto de Oliveira, ao escolher os compadres e comadres no batizado dos filhos Benedicto, Severa e Appollinaria, nos anos de 1857, 1860 e 1862, respectivamente. Vale relatar as experiências dessa família ao estabelecer alianças sociais dentro e fora do cativo, mediante os laços de compadrio.²⁶⁸

A escrava Carlota, natural de Minas do Rio de Contas, concebeu o “primogênito” do casal aos vinte e quatro anos de idade, na época, o esposo Joaquim, mais novo que ela quatro anos, estava em pleno vigor físico. O nascimento do filho Benedicto, cabra, foi a consumação dos votos do matrimônio e a esperança do africano Joaquim de (re)constituir sua vida no âmbito familiar, visto que havia vivenciado o dismantelo dos seus laços familiares constituídos na África ao ser traficado, não se sabe com quantos anos, como escravo para o Brasil. Pode-se atestar que o casal teve uma vida conjugal intensa que durou, no mínimo, trinta anos e gerou, ao menos, três filhos. Com o nascimento do filho, em 1857, os laços familiares de Joaquim e Carlota foram ampliados, os quais se estenderam a Joaquim Dias da Silva e Honoria Maria de Jesus, livres, ao batizarem o pequeno Benedicto, com um mês de idade. O batizado foi realizado na Fazenda Jatobá, continente do Arraial da Villa Velha, pelo padre Jeronymo Dantas Barbosa. Quase três anos depois, em 17 de agosto de 1860, o casal estava, novamente, constituindo os laços de compadrio. Dessa vez optou por estreitar as relações com Domingos, escravo, pertencente a Francisco Xavier, e Joaquina de Lima, livre, moradores no continente de Villa Velha. Na ocasião, a filha do “meio”, Severa, cabra, estava com dez dias de nascida e recebeu o sacramento do batismo pelo referido padre na Fazenda Lenções, localizada, também, no continente de Villa Velha. Em 1862, o casal estreitou suas relações de amizade e sociabilidade com os compadres Raimundo Alves Pereira e sua esposa Maria Bernardina de Jesus, livres, formalizadas no batizado da filha Appollinaria, cabra, de um mês de idade, realizado no Sítio Fazendinha, no mesmo continente.²⁶⁹ As escolhas dos

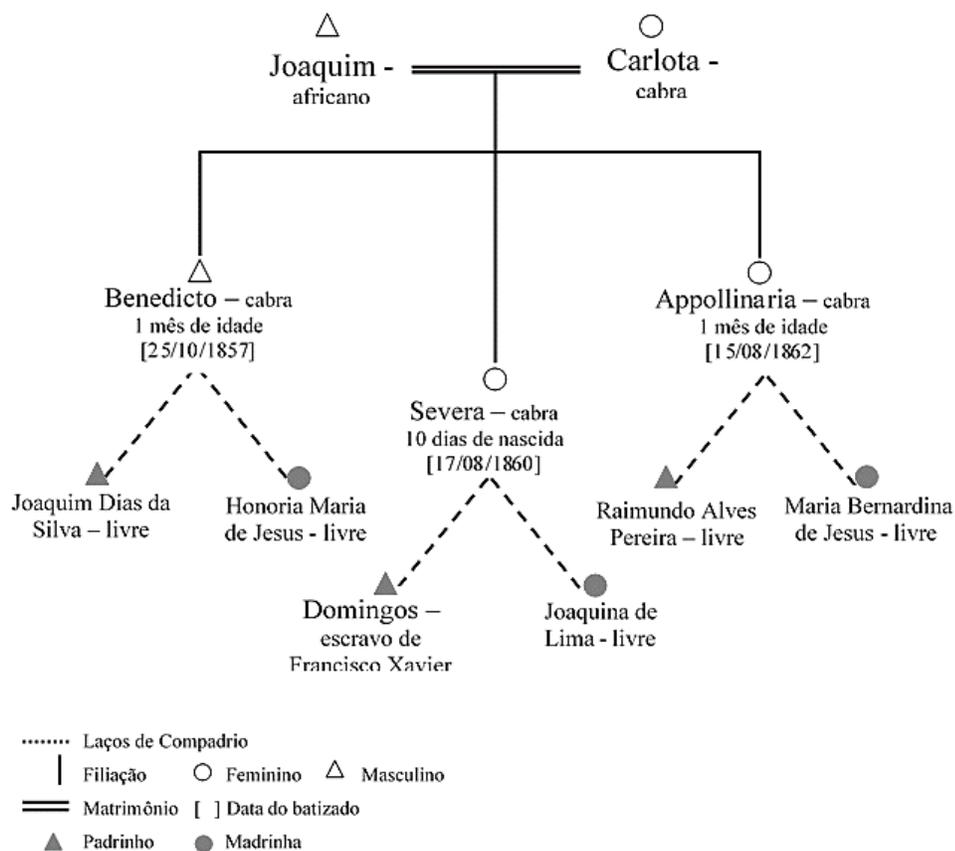
²⁶⁷ Slenes. “Senhores e Subalternos...”, p. 271.

²⁶⁸ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 67v, 134 e 187, respectivamente.

²⁶⁹ Ibid.

escravos Joaquim e Carlota podem ser observadas no histograma 12 que demonstra as alianças estabelecidas pelo casal.

Histograma 12: Laços familiares de Joaquim e Carlota, escravos pertencentes ao Capitão Antônio Calisto de Oliveira²⁷⁰



Possivelmente, Joaquim e Carlota moravam na Fazenda dos Lenções, visto que o Capitão Antônio Calisto, além de possuir uma “casa de marada na Fazenda dos Lenções no lugar denominado Barra do mulato”, tinha “um quarto na frente, que serve de despensa, casa de farinha e mais quartos na frente, que serve, para tenda de ferreiro e paiol”, entre outros bens.²⁷¹ O casal permaneceu junto, ao menos, até 1888, período em que foi finalizado o processo de inventário do referido Capitão, no qual Joaquim, na época com cinquenta e um anos de idade, e Carlota, com cinquenta e cinco anos, foram declarados. No entanto, as filhas

²⁷⁰ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1856 a 1863, fls. 67v, 134 e 187, respectivamente.

²⁷¹ AMRC. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Antonio Calisto de Oliveira. Cx 103 / Est 03 / Prat 06 / Mç 199 / Doc 1.476 / auto com 89 folhas. fl. 12.

Severa e Appollinaria não foram mencionadas no dito inventário e o filho Benedicto, na época com vinte e sete anos, encontrava-se fugido. Na ocasião, Joaquim foi avaliado pela quantia de Rs. 50\$000, “o qual apresentou n’este dito a quantia de dôze mil trezentos e quarenta reis para sua liberdade; e pelo herdeiro Victor Alves Pereira foi dito que tomara o restante em seu quinhão, afim de desde já ser considerado livre este escravo”.²⁷² A esposa Carlota, foi avaliada em Rs. 120\$000 e teve que aguardar mais quatro dias, depois de findo o inventário para desfrutar da liberdade ao lodo do esposo.²⁷³

As escolhas desse casal permitem compreender a dinâmica das suas ações. Mesmo transitando por outras paragens, constituindo e formalizando laços com pessoas livres e de influências socioeconômicas em Minas do Rio de Contas, Joaquim e Carlota não se desvincularam dos seus, convidando Domingos, escravo, como compadre. Ainda foi possível perceber que, sempre que possível, eles utilizaram das experiências para fortalecer suas alianças, conquistar espaços de autonomia, melhores condições de sobrevivência e a liberdade. Logo, identifiquei que os laços familiares foram essências para vida cotidiana desses sujeitos, os quais lhes possibilitaram arranjos sociais e, quiçá, ganhos econômicos, permitindo-os constituir redes de sociabilidade e solidariedade.

Pode-se apontar, então, que a escolha por compadres e comadres livres em Minas do Rio de Contas demonstra possíveis estratégias de escravos e libertos em de busca de proteção social, quiçá, econômica, para suas famílias, pois, na medida em que ampliavam suas redes sociais com pessoas livres, principalmente, com indivíduos de algum prestígio econômico, poderiam “criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos seus filhos”.²⁷⁴ Observei que, em alguns casos, os compadres e comadres eram pessoas que mantiveram relações de vizinhança, amizade e que, possivelmente, dividiam as mesmas angústias e labutas nos trabalhos diários nas roças, fazendas ou na vila. Noutras palavras, esses padrinhos e madrinhas, provavelmente, não viviam distantes socialmente de seus compadres, comadres e afilhados. Segundo Fátima Pires, os escravos e forros consolidaram aproximações com livres pobres nas labutas cotidianas, as quais intensificaram com o ir e vir entre as vilas e roças:

As relações internas entre escravos e demais segmentos pobres se fizeram sentir no âmbito do compadrio e apadrinhamento, nas cerimônias de batismos e casamentos. Nos processos-crime e nos registros de batismos e casamentos foi possível verificar que as relações de vizinhança dos escravos

²⁷² Ibid, fl. 8f/v.

²⁷³ Ibid, fl. 9v.

²⁷⁴ Slenes. “Senhores e Subalternos...”, p. 271.

no sertão com os demais segmentos da sociedade local foram não somente regulares, mas intensas.²⁷⁵

Os resultados apontados nesse trabalho não diferenciam muito dos demais encontrados para outras regiões da Bahia. Taiane Dantas Martins, na análise das relações de compadrio em Xique-Xique, na Bahia, na segunda metade do século XIX, encontra elevada taxa de padrinhos e madrinhas livres, 86 % e 82,5 % respectivamente. A autora sinaliza que “os cativos foram progressivamente preferindo os livres para apadrinharem seus filhos que, a partir de 1871, já não eram mais considerados escravos, sendo que o percentual de padrinhos escravizados caiu de 24,5 para apenas 5,5 em pouco mais de uma década”.²⁷⁶ Gabriela Nogueira, aponta que 65,8% dos padrinhos e 50,6 % das madrinhas dos escravos dos Guedes de Brito, no sertão do São Francisco, no século XVIII, eram livres.²⁷⁷ Napoliana Santana, pesquisando a mesma região, no século XIX, revela que houve um aumento na participação dos livres nos apadrinhamentos de escravos, em relação ao século anterior, ou seja, 86 % e 75,3 % dos padrinhos e madrinhas, respectivamente, eram livres e 12,8 % padrinhos escravos e 16,8 % madrinhas escravas. Esses dados podem ser compreendidos pelo aumento da população livre pobre na região do São Francisco, visto que a maioria dos livres analisados por Santana eram pardos e “[...] muitos deles viviam como agregados nas fazendas pecuaristas e conviviam dia a dia com escravos, compartilhando dificuldades e arranjos de sobrevivência”.²⁷⁸

A preferência de escravos por compadres e comadres livres foi observada fora da Província da Bahia. Sílvia Maria J. Brügger, no estudo sobre apadrinhamento de cativos, aponta resultados semelhantes aos apresentados por este estudo, para São João del Rei, entre os anos de 1730-1850. Ao encontrar, em média, 62 % e 79 % de padrinhos e madrinhas livres, respectivamente, a autora afirma que esse dado “[...] indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças ‘para cima’”.²⁷⁹ É interessante, também, na pesquisa de Brügger, o índice elevado de madrinhas livres, sendo superior ao número de padrinhos livres. Todavia, a autora não levanta uma análise minuciosa sobre essa diferença. Esse dado, em especial, diferencia dos resultados encontrados para Minas do Rio de Contas

²⁷⁵ Pires. *O crime na...*, p. 72.

²⁷⁶ MARTINS, Taiana Dantas. “Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2010), p. 106.

²⁷⁷ Nogueira, ““Viver por si’...””, p. 135.

²⁷⁸ Santana. “Família e microeconomia...”, p.67.

²⁷⁹ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP, 2004, p. 6.

oitocentista, pois, de acordo com a tabela 13 (supracitada), a quantidade de madrinhas livres, 459 (59,53 %), é menor do que a de padrinhos, 510 (66,2 %). O número menor de madrinhas livres pode ter sido motivado pelas variadas opções de escolhas, pelo número superior de madrinhas escravas (193) em relação ao número de padrinhos escravos (175) ou pelos assentos em que os batizados não tiveram madrinhas, sendo apadrinhados apenas pelo padrinho.

O estudo da historiadora Ana Maria Lugão Rios, sobre o compadrio escravo na Paraíba do Sul, no final do século XIX, sugere que a escolha por compadres e comadres livres estava relacionada com o tamanho da posse escrava. De acordo com Brügger, que interpretou as análises de Rios, “[...] a busca de padrinhos escravos era maior nas escravarias mais numerosas e que, inversamente, nas menores, crescia a escolha por livres”.²⁸⁰ Essa análise é muito interessante, uma vez que condiz com o perfil da posse escrava em Minas do Rio de Contas, no século XIX, a qual se manteve constante com média de oito cativos por propriedade.²⁸¹

Tudo indica que o perfil dos laços de compadrio constituídos entre escravos e libertos em Minas do Rio de Contas, no século XIX, não distanciou de resultados e perfis já abordados pela historiografia brasileira concernente à temática. Entretanto, as expectativas de cada um desses sujeitos, ao instituir relações sociais e de parentesco espiritual por circunstância do batismo, eram inerentes às suas vivências.

A pesquisa nesses registros de batismos demonstra, ainda, que muitos escravos e libertos se preocuparam em fortalecer as relações de amizade, sociabilidade, afeto e confiança no meio dos seus. Dos 771 assentos analisados, 184 constavam com, pelo menos, um dos padrinhos/madrinhas escravo(a), ou seja, encontraram-se 368 escravos(as) apadrinhando, dos quais 175 foram padrinhos e 193 madrinhas. A escolha de compadres e comadres escravos foi comum dentro e fora da comunidade escrava.

Muitas mães solteiras e casadas constituíram laços de compadrio com cativos e cativas de outras fazendas. Como exemplo, pode-se citar o batizado da pequena Bertolina, cabra de um mês de idade, realizado no dia 21 de junho de 1845, na Fazenda Água Suja, em Minas do Rio de Contas. Na ocasião, sua mãe Simplicia, escrava, pertencente a Maria Magdalena de Jesus, buscou alargar suas relações entre os escravos de outros proprietários, formalizando os laços de compadrio com o escravo Januário, pertencente a José Antônio Aguiar e com

²⁸⁰ Ibid, p. 4. Não foi possível conhecer este estudo de Ana Rios (“*Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1990), porém, considero pertinentes as colocações levantadas pela historiadora Silvia Brügger.

²⁸¹ Ver discussão sobre a posse escrava em Minas do Rio de Contas oitocentista, no capítulo 1.

Antônia, escrava de José Joaquim Correia.²⁸² Embora em quantidade menor que os livres (62,7 %), os escravos padrinhos (22,7 %) e escravas madrinhas (24,9 %) estavam presentes no sacramento religioso do batismo apadrinhando 368 crianças, ou seja, 23,8 % dos laços familiares constituídos mediante o compadrio foram entre compadres e comadres cativas.

Marcia Vasconcellos, a partir da análise do compadrio em Angra dos Reis – RJ, no século XIX, sinaliza que os momentos de mudanças econômicas e sociais, possivelmente, interferiram nas escolhas por compadres e comadres cativos, sendo preciso levar em consideração a “[...] diminuição da propriedade escravista e, talvez, também, a maior mobilidade dos escravos na freguesia facilitando o conhecimento e as amizades entre indivíduos separados pelos ‘muros’ das propriedades”.²⁸³

Em alguns casos, percebe que esses arranjos foram construídos de fora para dentro da comunidade escrava, ou seja, foi a mãe livre, possivelmente, pobre, solteira, quem buscou formalizar e reforçar os laços de compadrio com os escravos, como pode ser observado no assento de batismo da pequena Maria, no ano de 1848:

No mesmo dia [03/02/1848] baptizou o dito Rev. á Maria parvula parda com idade de oito dias filha natural de Francisca Maria de Jesus. Padrinhos **José, preto escravo de Francisco Jose dos Santos, e Messias escrava de Maria Rosa de Faria, todos deste continente.** Do que para constar, este mandei faser, no qual me assigno. O P. Jeronymo Dantas Barbosa.²⁸⁴

Ao que tudo indica, Francisca Maria de Jesus, livre pobre, tinha estreita relação de amizade, confiança e vizinhança com o preto José, possivelmente, africano, escravo de Francisco José dos Santos e com a escrava Messias, pertencente a Maria Rosa de Faria, pois os escolheram para padrinho e madrinha da pequena Maria, filha natural, de apenas oito dias de idade.

De acordo com a análise do conjunto documental utilizado nesse trabalho, foi comum a proximidade entre escravos e livres (pobres e ricos) em Minas do Rio de Contas, no Oitocentos, visto que muitos cativos os escolheram para tecer laços familiares, sejam conjugais ou espirituais (padrinho ou madrinha). Portanto, o batismo da pequena Maria (citado acima) reforça essa assertiva e demonstra que a hierarquia sociojurídica entre escravo e livre é relativizada em um jogo de estratégias e arranjos de sociabilidade estabelecidos em

²⁸² Arquivo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora-BA. Livro de registros de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838 – 1859, folhas soltas.

²⁸³ Vasconcellos. “Famílias escravas em...”, p. 167.

²⁸⁴ Ibid, fl. 102, grifos meus.

prol do apoio mútuo. Assim, as redes verticais de solidariedade, constituídas entres esses segmentos, não excluem os laços de relações horizontais. Desse modo, pode-se pensar na possibilidade de os escravos José e Messias terem condições socioeconômicas mais elevadas ou correspondentes ao de Francisca Maria de Jesus e no prestígio desses sujeitos dentro e fora da comunidade escrava.

A formação dos pares de padrinhos das crianças batizadas “fora da Matriz do SS Sacramento” é um aspecto importante a ser considerado nas análises sobre compadrio em Minas do Rio de Contas. Como já apontado na tabela 13 os cativos e os libertos tinham preferência por pessoas livres para apadrinhar seus filhos. Essa tendência foi observada também na análise da formação dos casais de compadres e comadres, conforme a tabela 14.

Tabela 14: formação dos padres de padrinhos e madrinhas dos escravos e libertos – Minas do Rio de Contas, 1838-1888

		MADRINHA							Total
		Livre	Escrava	Indet.	Liberta	S/C ¹	N/C ²	N/T ³	
PADRINHO	Livre	434	36	17	2	6	11	4	510
	Escravo	14	150	3	2	-	5	1	175
	Indeterminado	7	2	59	-	-	1	-	69
	Liberto	-	3	-	2	-	-	-	5
	Santo Católico	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não consta	4	4	2	-	-	3	-	11
	Não teve	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		459	195	81	6	6	20	5	1540

Fonte: Livros de registros de batizados século XIX. Assentos dos Batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838-1859, 1856-1863 e 1887-1905. Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA

1: Santo Católico 2: Não consta 3: Não Teve

Os 434 casais de padrinhos e madrinhas apresentados acima ratificam a predominância de pessoas livres nas escolhas dos compadres e comadres de escravos e libertos. Foram encontrados, ainda, 150 casais formados por escravos e escravas. A grande maioria desses pares foi formada por cativos, que pertenciam a senhores diferentes: em alguns casos, padrinhos, madrinhas e afilhados pertenciam a diferentes proprietários, em outros, a posse escrava diferenciava apenas entre os compadres e comadres. Esse foi o caso dos escravos Sertorio e Thereza, casados, pertencentes a João Nunes de Souza. Esse casal escolheu Antonio, companheiro de cativo, e Joanna, escrava de D. Anna Maria de Jesus, para apadrinhar a pequenina Joanna, filha legítima do casal, com apenas oito dias de vida, no

Oratório do Retiro, capela filiada à Matriz do Santíssimo Sacramento, no ano de 1843.²⁸⁵ Embora, não fossem companheiros de cativo, Sertorio, Thereza e Joanna mantinham relações intensas de afetividade, as quais, provavelmente, tiveram como resultado a homenagem dos pais à comadre, ao nomear a filha com o mesmo nome, Joanna.

Nos apadrinhamentos que envolviam escravos de diferentes proprietários, percebeu-se, ainda, que mesmo sendo de posses escravas variadas, em alguns casos, os escravos envolvidos no sacramento de batismo poderiam pertencer a mesma parentela senhorial. Talvez esses sujeitos tivessem sido separados legalmente, com o falecimento de um dos membros família senhorial, em decorrência da partilha dos bens. Isso pode ser observado no registro do batizado da pequena Claudiana, cabra, filha natural de Silveria, escravas da viúva Dona Maria Joaquina de Novaes. No dia 05 de novembro de 1843, a escrava Silveria fortaleceu os laços de amizade e sociabilidade com o compadre Julio, escravo, solteiro, pertencente a Anna Liberata de Sousa, e com a comadre, Anna Maria, escrava de Antonio Francisco de Novaes. Presumivelmente, Silveria e Anna Maria eram escravas de uma mesma família senhorial e puderam trocar experiências dentro do cativo, visto que os proprietários Maria Joaquina e Antonio Francisco possuem o mesmo sobrenome e grafia, Novaes. Esse dado permite pensar que, entre eles, poderia existir uma relação familiar maternal de mãe e filho. Outro indício desta relação é o estatuto social de viúva de Maria Joaquina, o qual possibilita entrever que a escrava Anna Maria, fazia parte do quinhão do “filho” na partilha dos bens, inventariados por ocasião do falecimento do esposo.²⁸⁶

Observei, ainda, a formação de casais mistos. Em oito assentos, os pares foram formados por padrinhos livres e madrinhas escravas e, em três, por padrinhos libertos e madrinhas escravas. Esses dados demonstram que não havia um padrão nas formações dos pares de compadres e comadres e que, embora também houvesse uma predominância de livres na formação dos pares, as escolhas pessoais dos escravos e libertos variavam com base nas suas experiências e expectativas de vida.

Desse modo, pode-se inferir que, no período de 1838 a 1888, em Minas do Rio de Contas, houve uma tendência na formação dos pares de padrinhos e madrinhas, os quais, predominantemente, foram constituídos por pessoas do mesmo estatuto jurídico. Pode-se, também, atestar a manutenção dos laços de amizade após a conquista da alforria e a vivência cotidiana entre livres (pobres e ricos), escravos e libertos.

²⁸⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de batizados século XIX. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas / 1838-1859, fl. 57.

²⁸⁶ *Ibid.*, fl. 77v.

As relações de amizade, afetividade, sociabilidade, vizinhanças e considerações expressas no sacramento do batismo evidenciaram que a constituição da família escrava e os laços atrelados à sua parentela envolveram pessoas de diferentes estatutos jurídicos e sociais. Dessa forma, é possível afirmar o quanto à mobilidade espacial, quiçá, social, esteve presente na vida de escravos do alto sertão da Bahia. Esses sujeitos souberam lidar com as adversidades impostas pelo cativo e buscar apoio e ajuda mútua, negociar e conquistar a liberdade, adquirir espaços de autonomia e diferenciação na sua comunidade.

O cruzamento e a análise dos registros eclesiásticos e os inventários possibilitaram reconstituir vestígios da vida familiar de escravos e libertos, os quais, mediante a prática do compadrio, teceram redes de parentesco espiritual e simbólico. Assim, conclui-se que essas experiências contribuíram para a proteção, ampliação e manutenção das famílias, não apenas dentro da comunidade escrava, mas também na sociedade riocontense da época, pois “[...] o parentesco ritual foi decisivo no peculiar processo de produção e reprodução de uma sociedade”.²⁸⁷ Desse modo, foi possível compreender algumas “faces” e significados do compadrio e constatar que a escravidão imposta a esses sujeitos não os impediram de constituir e ampliar famílias e laços de amizade e afetividade, uma vez que eles estavam inseridos em intensas redes sociais e de solidariedade mútuas.

²⁸⁷ Machado. “As muitas faces...”, p. 75.

4. OS LAÇOS DE FAMÍLIA DIANTE DO ÚLTIMO SACRAMENTO: A MORTE DE ESCRAVOS, INGÊNUOS E LIBERTOS EM MINAS DO RIO DE CONTAS – BAHIA.

4.1. Alguns aspectos das condições de vida e saúde: As doenças e as causas das mortes de escravos, ingênuos e libertos no alto sertão.

As fontes deixaram transparecer as duras condições de vida a que eram submetidos homens e mulheres sob o cativo. O corpo escravo foi marcado pela intensa e degradante condição de trabalho somada à precariedade da vida material. As consideráveis doenças e deformidades físicas sublinhadas nos inventários expressam esse quadro desolador.²⁸⁸

As análises empreendidas pela historiadora Santana, conforme explicitadas acima, indicam as duras condições de vida dos escravos sertanejos, no século XIX, as quais não passaram despercebidas do olhar dos avaliadores e registradas nos inventários associadas aos valores financeiros desses sujeitos. Autora sugere que, para além do olhar mercadológico, as marcas deixadas nos corpos escravos revelam a “degradante condição de trabalho somada à precariedade da vida material”. Situações semelhantes foram encontradas nos inventários da antiga comarca de Minas do Rio de Contas e nos registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Villa do Rio de Contas, nos anos de 1840 a 1888. É sobre a precariedade das condições vida e da saúde dos escravos e libertos que ora apresento este texto.

A análise dos registros de óbitos e dos inventários atesta a fragilidade da vida e da saúde dos escravos e libertos em Minas do Rio de Contas oitocentistas, os quais estavam sujeitos aos mais variados tipos de doenças, algumas virais infectocontagiosas, como o sarampo e a varíola, outras causados por bactérias, a tuberculose e a coqueluche, e ainda as adquiridas pelas condições insalubres em que eram submetidos esses segmentos, a exemplo do amarelo, doença transmitida por vermes.

O quadro nosológico abaixo corrobora com esta assertiva na medida em que apresenta o rol de *causa mortis* encontradas nos documentos pesquisados. Aponta que muitas das causas identificadas nos óbitos dos sujeitos adultos foram decorrentes de acidentes de trabalho, a exemplo, contusões, queimaduras, “peito arreventado”, “intrevação” e afogamentos, e ainda pela falta de assistência médica, como “resultado de paridura de gêmeos”, “resoluções de parto”, paralisia e “rhemautismo”. As mortes prematuras das crianças de zero a dose anos de idade estavam ligadas a doenças dos tipos infecto-parasitárias: coqueluche, sarampo, febre

²⁸⁸ Santana. “Família e microeconomia...”, p. 34.

intermitente (malária), “syphilis”, tétano, tosse convulsa (tuberculose) e “phtysica pulmonar” (tuberculose); respiratórias: “bronchite aguda”, tosses e “asthma” (asma); do sistema digestivo: diarreia, inflamação, indigestão e dores na barriga; primeira infância e malformação congênita: mal-do-sete-dias, mal do umbigo, recém-nascidos, dentição, defluxo e convulsões; sistema nervoso e sintomas neuropsiquiátricos: estupor; de pele: sarna, sarnas recolhidas e lepra; entre outros.

Consoante à pesquisa de Maria de Fátima Pires, sobre a vida escrava em Caetité e Rio de Contas, no século XIX, as doenças e deformidades físicas e mentais desses sujeitos “estavam relacionadas à intensa e degradante condição do trabalho escravo imprimindo em seus corpos a dureza de suas condições de vida”. Pires, chama a atenção para o fato de algumas doenças serem congênitas o que, segundo a mesma, não diminui o peso das péssimas e insalubres condições de trabalho, visto que “[...] é evidente que esse congênito também indica as condições de gestação de uma escrava submetida aos duros trabalhos na lavoura e mesmo nas casas dos seus senhores”. A autora acrescenta ainda outros elementos que, certamente, foram favoráveis às doenças e mortes dos escravos, como “[...] os castigos aplicados pelos senhores; as penalidades decididas no âmbito da lei, bem como as lesões corporais provenientes das brigas, desavenças e intrigas, sempre presentes no cotidiano desses segmentos”.²⁸⁹

O primoroso trabalho da historiadora Mary C. Karasch, sobre as condições de vida dos escravos no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX corrobora com a análise ora apresentada. A autora atesta que a causa das mortes de muitos cativos na Corte era as doenças infectocontagiosas, as quais se davam, sobretudo pelas “más condições de vida e trabalho” e pela “falta de cuidado médico apropriado e descaso” por parte de seus senhores.²⁹⁰ Assim explicita:

Os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença. A falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas [...].²⁹¹

²⁸⁹ Pires. *O crime na...*, p. 64.

²⁹⁰ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 184.

²⁹¹ *Ibid*, p. 207.

Quadro 02: Causas das mortes de escravos, ingênuos e libertos nos registros de óbitos, 1840-1888.

Causa dos óbitos	Quant.	Causa dos óbitos	Quant.	Causa dos óbitos	Quant.
Desastres ¹	05	Engasgamento	01	Moléstia interior ¹²	41
Achada morta ²	05	Esquinência	01	Mordedura de cobra	02
Afogamento ³	03	Estupor	15	Não Consta	108
Alienação mental	02	Execução ¹⁴	01	Naturalmente	02
Amarelão	01	Febre	27	Pancadas	01
Angina	02	Febres – variadas ⁹	11	Paralisia	01
Apoplexia	07	Feridas ¹⁰	06	Parto ou consequência	12
Apostema ⁴	02	Fome	04	Peito arrebetado	01
Athma	01	Gastro-interiles	01	Peste da bexiga	20
Bronchite	01	Hemorragia	03	Phtysica ¹³	15
Catarrão	13	Hidropesia	17	Pleuris	05
Congestão ⁵	03	Indeterminada	31	Pneumonia	03
Constipação	05	Indigestão	04	Pobreza	01
Contusões	02	Inflamação	18	Queimaduras	13
Convulsões	01	Inflamações – variadas ¹¹	18	Repentinamente	07
Coqueluxe	06	Intrevação	01	Retenção urinaria	02
Coração ⁶	02	Inxação	14	Rheumatismo	01
Cranco ⁷	02	Lepra	01	Sarampo	09
Defluxo	04	Logo após o nascimento	07	Sarnas	03
Dentição	10	Lombrigas	01	Syphilis	02
Diabetes	01	Mal da gota	01	Tetano	01
Diarreia	04	Mal de sete dias	02	Tosse	14
Doente do vento	01	Mal do umbigo	07	Tumor na cabeça	01
Dores ⁸	06	Maligna	09	Velhice	14
TOTAL				569	

Fonte: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filias da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

¹ Decorrente de alguma desavença: Morte por facada 03; por tiro, 01 – ² Supõe por afogamento 01; por vertigem 01; Deitada na rede 01; Deitada de sangue 01 – ³ Com aleitamento materno 01 – ⁴ Nos rins 01 – ⁵ Cerebral 01 – ⁶ Por ossificação 01; por hypertrophia 01 – ⁷ No nariz 01 – ⁸ Na barriga 03; no coração 01; aguda 01 – ⁹ Maligna 05; Intermitente 01; Typhica 03; Puerperal 01; Podre 01 – ¹⁰ Nas pernas 02; na goelas 01; Gallicas 01 – ¹¹ Internas 06; No estmago 03; No intestino 03; No útero 02; Nos bofes e tripas 02; No figado 01 – ¹² Desconhecidas 06; No coração 02; No cerebro 02; Interior 02; No estomago 01; Galliscas 01; Do tempo 01; Repentina 01; No peito 01; Na barriga 01 – ¹³ Pulmonar 04; Laryngea 01 – ¹⁴ Executado em praça pública na forca, por ter sido condenado por crime de morte.

As *causas mortis* de escravos, ingênuos e libertos no alto sertão evidenciam uma dieta alimentar e carência de assistência médica básica. As más condições de trabalho, de vida e de moradia a que esses segmentos estavam submetidos poderiam transmitir doenças e se contaminar facilmente. A consequência da dura e degradante vida escrava pode ser percebida nas mortes ocasionadas por doenças disseminadas entre escravos da mesma posse, em especial, na diminuição do tempo de vida das crianças cativas e ingênuas, como mostra o quadro 03 abaixo.

Quadro 03: Óbitos de escravos e ingênuos por propriedade, 1840-1888.

Dt. do Rg	Nome	Idade	Causa da morte	Filiação	Proprietário
17/02/1841	Felisarda	10 M	Coqueluche	Bernardina	João Gonçalves de Aguiar
19/07/1841	Ritta	18 A	Parto	Não consta	Idem
16/08/1841	Manoel	2 M	Não identificada	Ritta	Idem
14/12/1842	Bernardino	38 A	Não identificada	Não consta	Idem
14/09/1844	Maria	40 A	Peste da bexiga	Não consta	João José Dias
26/09/1844	Manoel	15 D	Peste da bexiga	Matheus e Maria	Idem
04/06/1852	Um Anjinho	C	Não consta	Lizarda	Idem
04/02/1856	Matheos	60 A	Não consta	Não consta	Idem
18/03/1857	Joao	Ad.	Inflamação Interna	Não consta	Idem
27/03/1860	Gregorio	3 M	Sarnas recolhidas	Victoria	Idem
18/05/1860	Victorino	1 A	Inflamação Interna	Ifigênia	Idem
14/08/1864	Theodora	45 A	Inflamação Interna	Não consta	Idem
20/09/1864	Placido	30 A	Hydropesia	Não consta	Idem
28/11/1867	Vicente	62 A	Hydropesia	Não consta	Idem
14/02/1868	Marcos	12 A	Inflamação	Não consta	Idem
02/02/1869	Miguel	C	Catarrão	Romana	Idem
20/02/1869	Manoel	50 A	Inchação	Não consta	Idem
24/03/1876	Ricardo	2 M	Não consta	Francisco e Clara	Ingênuo – Pais, escravos, pertencentes a Sebastião Jose do Bomfim
17/08/1876	Baldoino	35 A	Não consta	Não consta	Sebastião Jose do Bomfim
03/02/1877	Manoel	8 D	Moléstia Interna	Francisco e Clara	Ingênuo – Pais, escravos, pertencentes a Sebastião Jose do Bomfim
10/04/1878	Escholastica	14 A	Febre	Maria	
26/12/1878	Manoel	7 D	Tétano	Iria	Ingênuo – Mãe, escrava, pertencente a Sebastião Jose do Bomfim
07/01/1879	Lucrecia	2 A	Inflamação	Lina	Ingênuo - Idem
07/02/1879	Petronilla	9 A	Queimaduras	Benedicto e Fructuosa	Sebastião Jose do Bomfim
26/12/1879	Agostinho	1 A	Febre	Heduvirges	Ingênuo – Mãe, escrava, pertencente a Sebastião Jose do Bomfim
21/07/1881	Francisca	7 A	Febre	Francisco e Clara	Ingênuo - Idem
10/12/1881	Clemente	20 M	Febre	Hedurvirges	Ingênuo - Idem
17/05/1846	José	12 A	Contusões	Não consta	Bernardo Teixeira da Silva
16/11/1847	Maria	3 M	Coqueluche	Romana	Idem
15/12/1848	Uma Cria	C	Não consta	Romana	Idem
13/11/1850	Benedicto	1 A	Sarnas	Romana	Idem
27/04/1856	Agostinho	2 A	Achado morto	Romana	Idem
18/12/1879	Sebastianna	24 A	Moléstia Interna	Romana	Idem
28/11/1885	Ursula	1 A	Dentição	Theodora	Ingênuo – Mãe, escrava, pertencente ao Bernardo Teixeira da Silva
24/02/1886	Ursulina	1 A	Dentição	Theodora	Idem
05/04/1888	Jose	1 A	Dentição	Theodora	Idem

Fonte: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filias da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

Dt. Rg. – Data do Registro / A – Anos / D – Dias / C – Criança / M – Meses / Ad. – Adulto.

Como demonstrado no quadro 03 acima, algumas doenças infectocontagiosas chegaram a dizimar famílias ou, pelo menos, parte dela, por exemplo, a “peste da bexiga” causou a morte de Maria e Manoel, mãe e filho, escravos pertencentes a João Jose Dias, dentre outros óbitos encontrados nos documentos pesquisados. A falta de cuidados médicos e o trabalho excessivo também provocaram a morte daqueles sujeitos, como foi o caso de Ritta, escrava pertencente a João Gonçalves de Aguiar que faleceu de “quebrantamento de parto”, o que, certamente, contribuiu para que, em menos de um mês, o filho Manoel viesse a falecer. E ainda a “dentição”, doença ocasionada pela deficiência de cálcio e vitamina D nas mães e que afetava gravemente a crianças levando-as a óbito, como ocorreu com os filhos de Theodora, escrava, pertencente ao Major Bernardo Teixeira da Silva: Ursula, Ursulina e Jose.

Por outro lado, as fontes revelam que, com a chegada do experiente Dr. José de Aquino Tanajura, no termo de Minas do Rio de Contas, na década de 1850, alguns serviços médicos foram ofertados para a população sertaneja, até mesmo para escravos e libertos, como exames, tratamentos medicinais e vacinação, uma espécie de “elixir anticolérico, ‘composto de cardeosanto, raiz de angélica, losma e cálamo aromático’”.²⁹² Inclusive, os assentos de óbitos evidenciam que, na região, existia um hospital e/ou casa de saúde, como é retratado em alguns registros, onde esses segmentos buscavam o tratamento de suas enfermidades mediante os cuidados do Dr. José de Aquino, “carinhosamente chamado de ‘Pai Doutor’”.²⁹³

Certamente, alguns enfermos conseguiram se curar e, quiçá, viver durante longos anos; outros não resistiam e acabaram morrendo antes mesmo do final do tratamento. Esse foi o caso de Manoel, crioulo, escravo pertencente à Dona Maria Victoria de Souza Gomes, que “padeceu á muitos annos de úma ferida numa perna”. Ele, com a permissão da sua senhora, deslocou-se do Sítio d’Outra Banda, distrito do arraial da Furna, e buscou “se curar-se no hospital” que existia na Vila, onde ficou internado durante quarenta e sete dias e “ahi morreo sem sacramento algum”, com trinta e cinco anos de idade. Segundo as anotações do pároco, Jeronymo Dantas Barbosa, seu corpo foi encomendado e “involto em pano branco, e sepultado no Adro” da igreja Matriz do Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas, no dia cinco de março de mil oito centos cinquenta e oito.²⁹⁴ No mesmo ano, outras três escravas, pertencentes também a Dona Maria Victoria, necessitaram de tratamento médico e

²⁹² CASTRO, Manoel Candido de Oliveira. *Castro: ‘Tesouro de família’ – histórias, estórias e genealogias da família Castro*. Olímpia: S.C. de O. Castro, 2002, p. 247.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 92-v.

passaram pelo hospital. Foram examinadas e medicadas pelo Dr. José de Aquino e tudo indica que não tiveram o mesmo fim que o escravo Manoel, haja vista que, nos livros analisados, não constam os respectivos registros de óbitos, pelo menos até o ano de 1888.

Dona Maria Victoria também se favoreceu dos serviços prestados pelo médico Tanajura, tratou de uma séria “inflamação dos intestinos”, da qual padecia a quase seis meses, falecendo em onze de junho de 1858.²⁹⁵ Ela seguia piamente o tratamento prescrito pelo Doutor, o qual realizava visitas periódicas em sua residência, no Sítio d’Outra Banda, a fim de examiná-la, prescrever e vender alguns remédios. Os outros medicamentos complementares, a enferma mandava buscar na Vila das Minas do Rio de Contas, onde eram vendidos na botica do major Jose Joaquim de Oliveira Rocha.²⁹⁶ De acordo aos dados analisados em seu inventário, os gastos que tivera com a sua saúde e de alguns dos seus escravos correspondem a mais de 57% da dívida passiva do casal, sendo que as maiores despesas foram com o seu tratamento.²⁹⁷ Veja a conta apresentada pelo médico, cujos valores foram pagos com o dinheiro da alforria da escrava Justina, costureira:²⁹⁸

O casal da finada Sen ^a D. Maria Victoria de Sousa Gomes ao Dr. José de Aquino Tanajura D ^e -	
Despesas com o finado Manoel na sua casa de saúde durante 47 dias -----	
-----	87\$800
Consulta e remédios p ^a tres escravas -----	66\$000
Visitas e remédios p ^a a m ^{ma} Finada d’esde 9 de Novembro do anno pp. até 14 de Maio do corr ^e anno -----	1:000\$000

	1:153\$000

Villa e Minas do Rio de Contas 15 de Julho de 1858.

Dr. José de Aquino Tanajura.²⁹⁹

Cabe destacar aqui o cuidado que a senhora Gomes teve com a saúde de seus escravos, ou, pelo menos, com a de Manoel e das três escravas, pois, *a priori*, não os deixou padecer sem um tratamento médico. Tal atitude pode ser explicada pelo auto preço dos seus cativos, que variou entre Rs. 2:000\$000, referente ao escravo Eduardo, pardo, de vinte e cinco anos de idade, arrieiro, e Rs. 200\$000, concernente a caçulinha, Joanna, cabra, com três meses de

²⁹⁵ Ibid. Livro de registros de óbitos das filiais da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1839 a 1861, folha sem numeração.

²⁹⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Maria Victoria de Souza Gomes. 1858-1864. Cx 84 / Est 03 / Prat 02 / Mç 165 / Doc 1105 / auto com 42 folhas, fl. 18.

²⁹⁷ Ibid, fl. 11.

²⁹⁸ Ibid, fl. 23.

²⁹⁹ Ibid, fl. 19.

idade, filha presumivelmente natural da costureira Justina. A fazendeira possuía vinte dois cativos, sendo sete mulheres e quinze homens, avaliados em Rs. 26:700\$000, correspondendo a 53,35% do seu patrimônio.³⁰⁰

Os estudos de Maria de Fátima Pires, sobre o preço dos escravos no alto sertão da Bahia, no século XIX, corroboram com esta análise. Dos 200 sujeitos encontrados nos inventários de Rio de Contas, 31 apresentavam algum tipo de doença e/ou deformidade física e, segundo a historiadora, “essas enfermidades influenciavam os ‘preços dos cativos’”.³⁰¹

A pesquisadora Napoliana Santana demonstra que, no Sertão do São Francisco, no século XIX, o preço do cativo estava relacionado a alguns aspectos da vida escrava, como funções desenvolvidas, gênero, idade e demanda de mercado, inclusive, ao seu estado de saúde. A autora, ao analisa os inventários da antiga comarca do Santo Antonio do Urubu de Cima, demonstra como o estado de saúde do escravo influenciou em sua avaliação no momento em que o inventariante declara a riqueza da família e identifica alguns proprietários sertanejos que buscaram tratamentos médicos e/ou alternativos para a cura das moléstias de seus cativos, a fim de assegurarem o seu valioso “bem”. Contudo, Santana explicita que nem todos os escravos enfermos e idosos tiveram o cuidado de seus senhores, muitos sujeitos “[...] após anos de dedicação aos seus proprietários, tinham que conviver com o desprezo por não ter mais condições físicas para se submeter aos ritmos intensos de trabalho”, além de conviverem com o fantasma do desbaratamento dos laços de família constituídos após anos de luta.³⁰² Em alguns casos esta separação foi efetivada com a justificativa senhorial de preservar o seu patrimônio, o que, decerto, causou novas dificuldades para a vida escrava.

Os registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento e das filias da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas, do ano de 1840-1888, apresentaram um número de 569 escravos, libertos e ingênuos que faleceram nesse período e tiveram seus corpos encomendados pelos párocos, alguns recebendo os santos sacramentos, outros não.³⁰³ Desse total, 363 são referentes aos assentos dos escravos, o equivalente a 63,8%, 77 dos libertos, correspondendo a 13,5% e 129 registros de filhos de cativas que nasceram livres, após setembro de 1871, o que equivale a 22,7%, consoante os dados abordados nas tabelas 15 abaixo.

³⁰⁰ Ibid, fl. 6-v a 8. O termo presumivelmente natural significa que, a partir da análise deste documento, não identifiquei o nome do pai, tendo apenas especificado o da mãe, sugerindo que mãe fosse solteira e a criança filha natural, por isso a utilização do presumível. Conferir no capítulo seguinte a discussão sobre a legitimidade dos filhos de escravas, casamentos e uniões consensuais, no alto sertão, no período em estudo.

³⁰¹ Pires. *O crime na...*, p. 62.

³⁰² Santana. “Família e microeconomia...”, p. 36.

³⁰³ O termo ingênuo refere-se somente aos filhos de mães escravas nascidos após a Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).

Tabela 15: Quantidade de óbitos assentados nos livros de registros da freguesia de Nossa Senhora do Livramento e das filias da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas, 1840-1888.

Décadas	Escravos	Libertos	Ingênuos	Total
1840-1849	135	17	-	152
1850-1859	77	16	-	93
1860-1869	49	02	-	51
1870-1879	75	18	87	180
1880-1888	27	24	42	93
Total	363	77	129	569

Fonte: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filias da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

A ausência de censos demográficos periódicos, por conseguinte, a inexistência de dados quantitativos sobre a população cativa do século XIX, e as lacunas existentes na documentação eclesiástica estudada, a exemplo da falta de livros de batismos das décadas de 1860 a 1880, dificultam uma análise mais precisa desses números. Inclusive, há falhas nos próprios registros de óbitos, posto que os vigários responsáveis pelas freguesias do termo das Minas do Rio de Contas duvidavam dos dados levantados por eles, quando faziam cumprir a “Lei Prov.^{al} N° 112”, de nove de março de 1840, que exigia dos padres um mapa resumo semestral contendo detalhadamente a quantidade de batismos, casamentos e óbitos realizados nas igrejas, capelas e oratórios espalhados na região. Os párocos, quando enviavam os mapas para o Juiz de Direito da Comarca, alertavam para as lacunas existentes nos números, afirmando que “gr^{de} parte d’elles deixa de ser inscripta”:³⁰⁴

He sempre inexacta similhante relação, q. sou obrigado a dar; principal.^e dos mortos, pelo abuso insanavel de sepultarem pelos Cemiterios do matto, e m.^{mo} nas diversas Capellas desta freg.^a, sem a devida Encommendação determinada pela Igr.^a, q. honra, e distingui o corpo humano, do Christão, q. encerrou úma alma racional, mas q. quase geralm.^e se abandona á manr.^a de bárbaros, já com os livres, como lastimosam^c com os captivos.³⁰⁵

Além dos sepultamentos clandestinos, alguns religiosos justificavam a ineficácia dos mapas alegando carência de livros para os assentos de batismos, casamentos e óbitos.³⁰⁶ Já o

³⁰⁴ APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Governo da Província. Série: Juizes de Minas do Rio de Contas (1827-1859). Maço: 2483 (não classificado), 1849, página sem numeração. Correspondência do Vigário Jeronymo Dantas Barbosa ao Dr. Juiz de Direito da Comarca, Felis Ribeiro Rocha, 22 de fevereiro de 1849.

³⁰⁵ Ibid, 20 de fevereiro de 1849.

³⁰⁶ Ibid, correspondência do Conego Vigário José de Souza Barbosa ao Juiz Municipal Provedor das Capellas, Major José Joaquim de Oliveira Rocha, 12 de outubro de 1845.

juiz de direito interino da comarca, Ermano Domingues, argumentava que a imprecisão dos números ocorre também pela falta de interesse dos “subdelegados e Juizes de Paz deste Termo” ao cumprirem seus deveres.³⁰⁷

Para além dos dados quantitativos, a leitura dos registros de óbitos permite analisar alguns aspectos do cotidiano da população sertaneja, com ênfase nos escravos, libertos, ingênuos e livres pobres, sujeitos mais vulneráveis a contrair doenças devido às suas precárias condições de vida e que, muitas vezes, ao compartilhamento das labutas pela sobrevivência.

As décadas de 1840 a 1860 foram marcadas, sobretudo, pelas fortes estiagens que ocorreram na Bahia, inclusive no alto sertão causando fome, pobreza, morte e a migração de muitos sertanejos, fosse livre, escravo ou liberto.³⁰⁸ Nesse período, Felix da Costa, de mais de trinta anos de idade, escravo, pertencente ao casal de finado José Thimoteo; João, cabra, de trinta anos de idade, escravo, pertencente a Joaquim de Almeida Pina e José, crioulo, “escravo do Baptista do Districto do Morro do Fogo, prezo nas Cadeias desta Villa por ter morto o seu senhor”, morreram de fome. Tal fim também ocorreu como o liberto Crispiniano de Tal, pardo, de mais de setenta anos de idade e os livres Marcellino Ferreira da Cruz, “criolo, cazado, prezo nas Cadeias desta Villa por furto, morador da Fazendinha, de sessenta annos de idade”; Manuel Ignácio Pinto, “criolo, cazado, Official de justiça, morador desta Villa” e Maria “parvula, parda, filha de Joaquim Antônio Cordeiro, de idade de sete annos”; entre outros.³⁰⁹ Conforme anotações do pároco nas margens dos assentos, esses sujeitos receberam os sacramentos por caridade e/ou gratuitamente; uns foram enterrados no adro da Matriz do Santíssimo Sacramento e outros na Igreja do Rosário.

A falta de alimentos causou a morte de muitos sertanejos no alto sertão da Bahia e interferiu diretamente na vida cotidiana dos sobreviventes, demarcando lugares, reestruturando e restabelecendo diversas relações, inclusive políticas, como as intervenções dos párocos e de alguns sujeitos da elite local em prol dos necessitados, diante ao presidente

³⁰⁷ APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Governo da Província. Série: Justiça – Rio de Contas (1847-1851). Maço: 2559 (não classificado), 1847, página sem numeração. Correspondência do Juiz de Direito Interino, Ermano Domingues, ao Presidente da Província, 21 de Maio de 1847.

³⁰⁸ Sobre as secas que atingiram o alto sertão da Bahia, no Oitocentos ver: RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: A escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 51-52; Santana. “Família e microeconomia...”, capítulos 3 e 4; Neves. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 206-217; Ferreira. “Entre vazantes, caatingas...”, p. 170-180; GONÇALVES, Graciela Rodrigues. “As secas na Bahia do século XIX – Sociedade e Política”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2000); dentre outros. Ver ainda algumas obras da literatura regional que também retrataram as estiagens ocorridas na região: ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. São Paulo, Ática, 2001; FREITAS, M.M. de. *Estradas e Cardos* (descrição histórica dos sertões baianos). Rio de Janeiro: Ministério da Guerra e Laemmert, 1947; dentre outras.

³⁰⁹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fls. 97, 102, 100, 54 e 100, respectivamente.

da Província. As respostas aos pedidos de socorro vinham lentamente, e, enquanto aguardavam a ajuda do governo baiano, a mortandade e as imigrações aumentavam gradativamente, ou seja, “em pouco de meses, cerca de seis mil se tem emigrado: hum grande nº tem morrido, [...] e famílias inteiras tem perecido a falta de alimentos, visto q. nem todos se podem emigrar”.³¹⁰

O historiador Erivaldo Fagundes Neves, ao estudar as consequências das secas que, de tempos em tempos, assolavam o sertão baiano no século XIX, relata que as “as vicissitudes climáticas e pluviométricas” que atingiram a região, provocaram a migração de muitos sertanejos para localidades circunvizinhas e outras regiões, assim como dizimaram muitos sujeitos no alto sertão da Bahia. De acordo com o autor, o pároco da Vila das Minas do Rio de Contas informou ao presidente da Província “a morte de 524 pessoas em consequência da fome em sua freguesia, entre janeiro de 1860 e março de 1861. Esse contingente compunha-se com 67% de homens, 71%, adultos e 28%, escravos”.³¹¹

No decorrer do século XIX, muitos sertanejos foram acometidos por alguns surtos epidemiológicos que afetaram o Império brasileiro, em especial a Bahia, onde o medo e as incertezas fizeram parte do cotidiano dos baianos, pois tiveram que “lidar com diversas doenças contagiosas e muitas vezes desconhecidas”. Conforme explicita Onildo Reis David:

A Bahia enfrentava outro desafio [além da fome]: lidar com diversas doenças contagiosas e muitas vezes desconhecidas. Em março de 1847, por exemplo, o juiz de paz de São Felix, Justiniano Rocha, escrevia ao presidente sobre uma ‘grande mortandade’ na freguesia de Muritiba. Segundo ele não passava um dia sem que não sepultasse pelo menos seis pessoas vítimas de peste desconhecida. E pedia o envio de alcatrão para ser queimado nas ruas afim de afugentar o ‘ar pestilento’.³¹²

As pesquisas realizadas por Christiane Maria Cruz de Souza sobre a assistência à saúde na Bahia, no século XIX, revelam que, constantemente, a população baiana enfrentava surtos de doenças epidêmicas como a febre amarela, varíola (popularmente conhecida por peste das bexigas), malária, gripe e cólera. A autora aponta ainda que as autoridades baianas e as elites locais, atentas à situação de calamidade, na qual se encontrava população, e focadas no combate dessas doenças, introduziram no Estado, em especial em Salvador, algumas ações voltadas à saúde pública, “como a assistência gratuita aos pobres, a inspeção sanitária, a

³¹⁰ APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Presidente da Província - Governo. Série: Seca (1845-1860). Maço: 1607 (não classificado), 1860, página sem numeração. Correspondência do Conego Vigário José de Souza Barbosa ao presidente da Província, 18 de novembro de 1860.

³¹¹ Neves. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 210.

³¹² DAVID, Onildo Reis. “O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56”. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 1993), p. 28-9, grifos meus.

coordenação da vacinação antivariólica, o registro médico e a fiscalização do exercício da medicina”.³¹³

Em Minas do Rio de Contas o Juiz de Direito Interino da comarca, Estevão Vaz Ferreira, estava atento às determinações do governo baiano e aos danos causados pela epidemia de varíola que atingiu a Bahia na primeira metade do século XIX. No ano de 1859, o Dr. Estevão enviou um ofício ao presidente da Província informando-o que o “contagio da bexiga” também havia “invadido esta V^a, fazendo logo algumas vítimas”. Diante da triste situação e preocupado com os prováveis danos, buscou a ajuda do Capitão José Ramos de Oliveira, que lhe doou uma de suas propriedades, e, conforme determinou o Presidente, ele ordenou a “*dispensa indispensável para o curativo dos pobres, que o Dr. Tanajura Vacinador do Município tem feito*”. Em seguida, recolheu e isolou os enfermos na propriedade doada pelo Capitão Oliveira. Após, informou ao presidente que “se o mal, como é de receiar, fôr tomar incremento, darei todas as providencias necessárias, das quais irei dando conta a V. Ex^{as}”.³¹⁴

Tal receio já havia tido precedência na região. No ano de 1844, a peste da bexiga matou, no mínimo, quarenta e quatro sertanejos em Minas do Rio de Contas, em pouco mais de dois meses. Conforme os registros eclesiásticos, essas mortes ocorreram entre o final de agosto a outubro daquele ano. E em 1849, mais três casos foram assentados no livro de óbitos das filiais de freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas, totalizando quarenta e sete sepultamentos. Deste total, dezoito correspondem aos assentos de escravos, o equivalente a mais de 38%, e dois aos de libertos, sendo que todos foram realizados por caridade e/ou gratuitamente, a exemplo do sepultamento da africana Rosa, “que foi escrava de José da Veiga Ajacú morador desta Villa no Gambá” e que faleceu da peste das bexigas, com cinquenta anos de idade. O seu corpo foi envolto em pano branco e sepultado “dentro da Capella do Rozario, donde era Irman”, no dia onze de setembro.³¹⁵ O enterro de Maria, africana, casada com Matheos, africano, escravos, pertencentes ao senhor João Jose Dias, cujo corpo foi unguido pelo padre Jeronymo Dantas Barbosa, amortalhado em pano branco e sepultado também na Capela do Rosário, porém, do lado de fora, no adro.³¹⁶

³¹³ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. “Constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias”. In: *Revista Dynamis*, n.31, V.1, 2011, p. 90.

³¹⁴ APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Governo da Província. Série: Juizes de Minas do Rio de Contas (1827-1859). Maço: 2483 (não classificado), 1859, página sem numeração. Correspondência do Juiz de Direito, Estevão Vaz Ferreira, ao presidente da Província, 17 de janeiro de 1859, grifos meus.

³¹⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 49v.

³¹⁶ *Ibid*, fl. 50v.

Passaram-se doze dias e o vigário Barbosa registra o óbito de Manoel, crioulo, com quinze dias de nascido, filho legítimo do casal de africanos, Maria e Matheos, também ocasionado pela peste da bexiga.³¹⁷

A peste das bexigas não escolheu qual segmento molestar, vitimou pessoas livres (pobres e ricas), escravos e libertos. Por ser a varíola uma doença infectocontagiosa de fácil contágio em ambientes insalubres, com pouca ventilação e com muitas pessoas, não foi difícil a sua disseminação entre os sertanejos, visto que a transmissão desta doença ocorria, principalmente, pela via aérea. Decerto, foi pelo contato direto entre a senhora Dona Ritta de Moura Costa e seus cativos Catharina, Martha e Antonio que contraíram a peste e, em menos de um mês, faleceram. Possivelmente, a primeira morte ocorrida nas dependências do Capitão Francisco Justiniano de Moura Costa, esposo de Dona Ritta, morador na Villa, na Praça da Matriz, foi da escrava Catharina, parda, solteira, de trinta anos de idade, que faleceu de “bexigas da peste”, no dia dez de setembro de 1844. Sem sacramento, o seu corpo foi enterrado ao “pé do cruzeiro no adro da Capella do Rosario desta Villa”.³¹⁸ Três dias depois, a varíola leva a óbito a senhora Ritta Moura, que padecia com a doença, sendo sepultada no dia treze de setembro dentro da Capela do Rosário, sendo “involto seu corpo em habito preto, e caixão”.³¹⁹ No dia dezessete, o padre Jeronymo Dantas encomendou o corpo de Martha, mulata, casada, também vitimada pela varíola, e o enterrou no adro da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento da Villa do Rio de Contas.³²⁰ E, findando o mês de setembro, o vigário registou mais um óbito ocasionado pela peste entre os cativos do Capitão. Dessa vez foi o falecimento de Antonio, africano, de cinquenta anos de idade, que faleceu sem sacramento, como ressaltou o padre, “por me não chamarem”. O seu corpo foi envolto em pano branco e enterrado no adro da Capela do Rosário.³²¹

Na década de 1870, já era conhecida por varíola, a peste das bexigas voltou a aparecer no alto sertão da Bahia. Novamente o Juiz de Direito da comarca das Minas do Rio de Contas, atento aos danos causados pela doença e temendo a sua propagação, solicitou, junto ao presidente da Província, a vacina para ser aplicada gratuitamente pelo Dr. José de Aquino Tanajura, em especial, nos moradores do “districto de V^a Velha d’este Termo”, pois por lá “estão dando alguns casos de varíola, e que provavelm.^e ella se propagará”. No officio enviado no dia treze de fevereiro de 1872, o Dr. Estevão Vaz Ferreira explicita o trabalho de

³¹⁷ Ibid, fl. 51v.

³¹⁸ Ibid, fl. 49v.

³¹⁹ Ibid, fl. 50.

³²⁰ Ibid, fl. 50v.

³²¹ Ibid, fl. 51.

vacinação e prevenção realizado no termo de Minas do Rio de Contas.³²² Decerto suas súplicas foram atendidas, já que não foi registrada nenhuma morte causada pela varíola nesse período, ou melhor, após a epidemia ocorrida na região, na década de 1840, os párocos não detectaram mais a presença da peste como causa dos óbitos dos sertanejos, o que sugere que o trabalho de prevenção realizado pelo “médico vacinador do município”, o Dr. Tanajura, estava surtindo efeito.³²³

Se, por um lado, a peste das bexigas estava controlada; por outro, a população sertaneja enfrentava um “novo flagello” no final da década de 1870 e os três primeiros anos de 1880. Dessa vez foi a “febre thyphica, que, no judicioso opinar do experimentado e incançavel clinico [Dr. Tanajura], tantas victimas tem ceifado no alto sertão”, segundo informava o Juiz Municipal de Minas do Rio de Contas, no dia dezanove de dezembro de 1879, ao presidente da Província.³²⁴ Em outro ofício, enviado em 1882, pediu que enviasse para as Minas do Rio de Contas mais médico para ajudar no tratamento da doença, devido ao seu “caracter assustador fazendo já grande numero de vitimas” e o “máo estado de saude” do Dr. Tanajura, não permitindo-o “socorrer á todos aquelles, que são atacados pelo mal”.³²⁵

De acordo com os estudos de Mary C. Karasch sobre as doenças infectocontagiosas no Rio de Janeiro oitocentista, a “febre thyphica” era uma das denominações da época para a tuberculose assim como a “tizica” ou tísica, “moléstia do peito”, “phthisica pulmonar”, “phthisica laryngeana”, “ética” ou ethica. A autora alerta que, dentre outros fatores, uma das condições para se adquirir a tuberculose eram os “baixos padrões socioeconômicos, a nutrição deficiente, o forte estresse e o excesso de trabalho [...]”. Assim, os escravos caíam vítimas da velha doença”. Uma das características dessa moléstia é o seu desenvolvimento “[...] durante a puberdade, durante a idade adulta jovem nas mulheres e na idade adulta mais velha nos homens”.³²⁶

Dos 569 óbitos de escravos, ingênuos e libertos registrados pelos Vigários das freguesias de Nossa Senhora do Livramento e do Santíssimo Sacramento, nos anos de 1840-1888, vinte e nove mortes foram ocasionadas pela tuberculose. Desse total, três ocorreram na

³²² APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Governo da Província. Série: Juizes de Minas do Rio de Contas (1860-1875). Maço: 2484 (não classificado), 1872, página sem numeração. Correspondência do Juiz de Direito, Estevão Vaz Ferreira, ao presidente da Província, 13 de fevereiro de 1872.

³²³ Ver: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filias da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

³²⁴ APEB: Seção Colonial e Provincial. Fundo: Governo da Província. Série: Juizes de Minas do Rio de Contas (1876-1889). Maço: 2485 (não classificado), 1879, página sem numeração. Correspondência do Juiz Municipal dos Orphaos, Maximino Jose da Silva, ao presidente da Província, 19 de dezembro de 1879, grifos meus.

³²⁵ *Ibid*, 1882, página sem numeração. Correspondência do Juiz de Direito, Octaviano [sic] Cotrim, ao presidente da Província, 28 de março de 1882.

³²⁶ Karasch. *A vida dos...*, p. 213 e 211 respectivamente.

década de 1840, cinco na de 1850, uma na de 1860 e a maioria nas décadas de 1870 e 1880, como informou o Juiz Municipal ao presidente da Província nos ofícios mencionados acima.

Outro dado observado nesses óbitos é que suas características correspondem com as sugeridas por Mary Karasch. Dos vinte e nove registros, quinze correspondem aos sepultamentos de escravas do gênero feminino na faixa etária de quatorze a quarenta anos de idade, ou seja, da puberdade à fase adulta. Entre os registros, estão: Joanna, de vinte e dois anos, escrava pertencente ao tenente Demetrio Antonio d'Araujo, faleceu de “ética” e foi enterrada dentro da Capela de Nossa Senhora do Livramento do Arraial de Vila Velha, no dia vinte e sete de dezembro de 1855; dentre outros sepultamentos;³²⁷ Virginia, cabra, de vinte anos de idade mais ou menos, escrava pertencente à D. Senhorinha Eulália das Dores, falecida de “tysica”, teve o seu corpo foi envolto em habito branco e enterrado no dia trinta e um de agosto de 1869, com todos os sacramentos, dentro de Capela de Nossa Senhora do Rosário;³²⁸ Valentina, crioula, de quarenta anos de idade, também foi sepultada dentro da Capela do Rosário, no dia dezesseis de maio de mil 1874, por ter contraído a “moléstia do peito”;³²⁹ Delmira, preta, honesta (como foi classificada na fonte), de quatorze anos, filha natural de Geralda, e Luisa, cabra, de vinte e oito anos, solteira, filha natural de Victoria, falecida, escravas pertencentes ao tenente Chrystovão de Novais Aguiar, natural de Santa Isabel do Paraguaçu, mas residente na Rua do Meio desta Vila, as quais faleceram de “febre thyphica” e “phthysica”, respectivamente. Entre os sepultamentos, Delmira recebeu todos os sacramentos e o seu corpo foi enterrado no cemitério da Matriz da Vila Nova de Minas do Rio de Contas, no dia doze de março de 1879; Luisa, sem sacramentos, foi sepultada também no cemitério da Vila no dia vinte e um de setembro do ano seguinte.³³⁰

Essa situação não foi específica do alto sertão. A Província da Bahia, no século XIX, padecia de variados surtos epidemiológicos, doenças contagiosas e muitas delas desconhecidas dos médicos brasileiros. Conforme as pesquisas de Onildo Reis David sobre a epidemia da cólera na Bahia, na década de 1850, uma série de fatores socioeconômicos e somáticos, como a falta de um sistema de esgotamento sanitário, a insalubridade da água consumida pelos baianos, o acúmulo de lixo nas vias públicas, entre outros, levou a

³²⁷ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Filial da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1839 a 1861, fl. 52v.

³²⁸ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 129v.

³²⁹ Ibid, fl. 139v.

³³⁰ Ibid, 1874 a 1915, fls. 21v e 27 respectivamente.

proliferação de doenças endêmicas e epidêmicas que se tornaram “uma ameaça constante sobre a população” baiana.³³¹

Outros surtos epidêmicos foram identificados na época. O médico José Pereira Rego informava de modo genérico que no começo de 1854, aparecera uma ‘epidemia de febre’ nas cidades de Cachoeira e Santo Amaro. Na vila de Urubu houve outra denominada de ‘febre biliosa’ -, considerada benigna pelos médicos que a observaram. Já em Camamú um surto de ‘dysenterias’ teria atacado mais de 200 pessoas [...] A varíola, conhecida na época como peste das bexigas, também molestava os baianos.³³²

Não somente a “fome”, a “peste das bexigas” e a tuberculose afetaram a saúde dos escravos, ingênuos e libertos, no alto sertão da Bahia, no século XIX. As fontes analisadas nesta pesquisa revelam que vários infortúnios atingiram a vida cotidiana desses sujeitos, causando muitas mortes: secas ocorridas no curso do Oitocentos, tensões e conflitos gerados no dia a dia, precariedade da saúde sertaneja. Por outro lado, demonstram que muitos deles, apesar das adversidades, conseguiram sobreviver até a “velhice”. Muitos passaram dos setenta anos de idade, conquistaram a alforria, constituíram famílias naturais, legítimas e espirituais, isto é, as alianças constituídas nas irmandades em que eram irmãos/filiados.

Cabe relatar que, embora analisado todos os livros de registros de óbitos disponíveis para a pesquisa, eles não abrangem todo o termo de Minas do Rio de Contas, ou seja, referem-se apenas às freguesias de Nossa Senhora do Livramento e do Santíssimo Sacramento. Logo, ainda há muito para se compreender sobre a vida cotidiana e a saúde desses sujeitos no alto sertão da Bahia, no século XIX, mas, acredito que, na medida em que são abertos os arquivos paroquiais essas as lacunas serão preenchidas.

³³¹ David. “O inimigo invisível...”, p. 31.

³³² *Ibid.*, p. 30.

4.2. Laços de família através dos registros de óbitos.

Aos vinte e um de fevereiro de mil oito centos e setenta e nove, no Cemiterio da Capella do Senhor do Bomfim da Casa de Telha, filial á Matriz d'esta Villa de Minas do Rio de Contas, sepultou-se a innocente *Maria*, livre, com um dia, *filha natural de Simiana*, escrava de José Ambrosio de Abreu. Faleceu hontem, já baptizada. Do que, para constar mandei fazer este assento, em que me assigno.

O Parocho, Conego, Procopio José Rufuno.³³³

Aos dôze de Junho de mil oito centos e oitenta, às seis horas da tarde, no Cemiterio da Capella do Senhor do Bomfim da Casa de Têlha, filial á Matriz d'esta Villa de Minas do Rio de Contas, sepultou-se o cadáver de *Maria*, *parda*, *livre*, *filha natural de Simiana*, [...] escrava de José Ambrosio de Abreu. Faleceu hontem, as duas horas da trade, de moléstia incognita. Do que, para constar mandei fazer este assento, em que me assigno.

O Parocho, Conego, Procopio José Rufuno.³³⁴

Aos cinco de Agosto de mil oito centos e oitenta, no Cemiterio da Capella do Senhor do Bomfim da Casa de Têlha, filial á Matriz d'esta Villa de Minas do Rio de Contas, sepultou-se o *cadáver de Simiana*, *com trinta annos*, *escrava de José Ambrosio de Abreu*, *filha legitima de José*, *livre*, e *Maria*, *escrava de Raymundo Pereira da Silva*. Faleceu hontem, de queimadura. Do que, para constar mandei fazer este assento, em que me assigno.

O Parocho, Conego, Procopio José Rufuno.³³⁵

A pesquisa minuciosa dos registros de óbitos das freguesias de Nossa Senhora do Livramento e do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas, entre os anos de 1840 a 1888, revela a importância dos laços de família e do convívio familiar para a vida desses sujeitos, inclusive, no leito de morte. Os dados analisados demonstram que escravos de posses diferentes, até mesmo separados geograficamente, contaram com os cuidados e carinho da família. Certamente, esse foi o caso da família de Simiana, escrava, pertencente a José Ambrósio de Abreu, filha legítima de José, livre, e de Maria, escrava, pertencente a Raimundo Pereira e Silva, consoante aos registros de óbitos apresentados acima.

Simiana teve, ao menos, duas filhas nascidas livres, após a lei de 1871, e batizou-as dando-lhes o nome da avó, Maria. Decerto, uma homenagem à sua mãe e a certeza da sua presença, visto que, como demonstrado no primeiro capítulo, a memória genealógica era mantida por meio da repetição dos nomes conferidos aos seus descendentes, conservando, assim, suas heranças culturais. As Marias, filhas de Simiana, faleceram ainda crianças: uma,

³³³ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1874 a 1915, fl. 21v, grifos meus.

³³⁴ Ibid, p. 26v, grifos meus.

³³⁵ Ibid.

com apenas um dia de nascida, recebeu os sacramentos do batismo e foi sepultada no dia vinte um de fevereiro de 1879, no cemitério da Capela do Senhor do Bomfim da Casa de Telha; a outra, possivelmente, com menos de um ano de idade, faleceu de “moléstia incógnita” e foi enterrada no mesmo local da irmã, em 1880. No mesmo ano, Simiana, decorrente de “queimaduras” no corpo, falece com trinta anos de idade.

Os registros de óbitos de Simiana e das filhas Marias permitem analisar alguns aspectos de sua vida familiar. É possível presumir que Simiana possuía um parceiro com o qual matinha relações consensuais, visto que engravidou duas vezes no intervalo de dois anos e, ainda, que contou com o aconchego da família nos momentos de alegria, o nascimento das filhas, dor e sofrimento, na perda das crianças e quando se viu acamada por causa das queimaduras. Em especial, pode-se pensar no apoio de seu pai Jose, por ser este sujeito livre e poder transitar livremente pela região, possivelmente, atendendo, mais rápido, os pedidos de consolo da filha, haja vista que José e Maria residiam na Vila, e Simiana, por certo, vivia no Sítio do Engenho, Povoado de Boa Sentença, Distrito da Furna, onde morava seu senhor.³³⁶

Assim como Simiana, Horminia, filha natural de Sara, escrava pertencente ao Major José Joaquim de Oliveira Rocha, pôde contar com os vínculos de família no leito da morte. Com a morte do Major, em 1871, mãe e filha foram separadas: Sara ficou na meação da viúva, Dona Lina Rosa de Oliveira Rocha; a filha, na época com sete anos de idade, avaliada em Rs. 700\$000, foi repartida entre duas herdeiras do casal, residentes na Vila das Minas do Rio de Contas. Mesmo separadas juridicamente, permaneceram unidas, convivendo no mesmo lugar, compartilhando as labutas do cotidiano do cativo e fortalecendo os laços familiares.³³⁷ Com o passar dos anos, Horminia conquistou a liberdade, possivelmente, passa a residir na casa da avó, localizada na Rua do Meio, na Vila, e associa-se à irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Com a saúde frágil, por estar acamada com “phtysica pulmonar” (tuberculose), faleceu nova, aos vinte e quatro anos de idade, na casa da avó, no ano de 1886, e foi sepultada “com todos os sacramentos e absolvição plenária do SS. P.e Bento 14^o”. A honesta Horminia (como foi classificada no registro de óbito) “foi amortalhada de branco, ecommendada na Matriz e acompanhada até o último jazigo pela Irmandade de Nossa Senhora do Rozario” e sepultada no cemitério.³³⁸

³³⁶ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: José Ambrósio de Abreu. 1886-1900. Cx 103 / Est 03 / Prat 06 / Mç 197 / Doc 1465 / auto com 98 folhas. Ibid. Raimundo Pereira e Silva. 1885-1885. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 195 / Doc 1497 / auto com 49 folhas.

³³⁷ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: José Joaquim de Oliveira Rocha. 1871-1872. Cx 90 / Est 03 / Prat 03 / Mç 177 / Doc 1280 / auto com 21 folhas. fls. 7 a 17 v.

³³⁸ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1875 a

Cabe destacar aqui as vivências de Hormínia, as quais sugerem o desenvolvimento de alguma atividade remunerada que a possibilitou filiar-se à confraria de Nossa Senhora do Rosário e comprar sua alforria. Para isso, decerto, contou com o apoio da família, em especial, da avó que, na época, já era liberta e possuía, no mínimo, uma casa de morada, o que demonstra que desfrutava de algum recurso financeiro.

Os dados apresentados na tabela 16 abaixo revelam que dos 569 registros de escravos, ingênuos e libertos, que foram sepultados na Matriz, capelas filiais e no cemitério paroquial de Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840-1888, 237 são óbitos de crianças de zero a doze anos de idade, 165 correspondem aos sepultamentos dos adultos (de treze a quarenta e cinco anos), 141 são assentos dos sujeitos acima dos quarenta e cinco anos e em 26 atas não havia a identificação da idade dos falecidos. Diante dos dados abordados, acredito ser desnecessário tecer comentários sobre a existência dos laços de família no alto sertão, a partir da leitura dos registros de óbitos. A forte presença de crianças escravas e livres ingênuas, o equivalente a mais de 41% do total, atesta, por si só, a formação e a preservação dos vínculos familiares na região até o ano de 1888.

Tabela 16: Óbitos de escravos, libertos e ingênuos, distribuídos por década, faixa etária e gênero, Minas do Rio de Contas, 1840-1888.

Faixa etária	1840				1850				1860				1870				1880				Total
	M	F	N/I	T	M	F	N/I	T	M	F	N/I	T	M	F	N/I	T	M	F	N/I	T	
0 – 12	23	19	07	49	15	06	11	32	11	08	01	20	53	41	-	94	14	28	-	42	237
13 – 45	23	24	-	47	15	13	-	28	06	07	-	13	18	34	-	52	08	17	-	25	165
46 acima	27	16	-	43	12	15	-	27	06	09	-	15	16	14	-	30	09	17	-	26	141
S/I*	06	07	-	13	01	05	-	06	01	02	-	03	01	03	-	04	-	-	-	-	26
Total	79	66	07	152	43	39	11	93	24	26	01	51	88	92	-	180	31	62	-	93	569

Fonte: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filiais da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

M – Gênero Masculino / F – Gênero Feminino / N/I – Não identificado o gênero / T – Total parcial por década / S/I – Sem Identificação da idade.

* Provavelmente, esses sujeitos estavam em fase adulta com mais de doze anos de idade, visto que em alguns destes assentos foram registrados como sujeitos casados e/ou viúvos e em outros, normalmente, a “velhice” aparecia como a causa da morte.

Para tanto, é interessante ressaltar a importância da família para a vida daqueles sujeitos que, por causa da condição jurídica de cativos, muitas vezes viram-se obrigados a

1914, fl. 49 v. Ver no tópico seguinte algumas notas sobre os laços espirituais da família: As irmandades em Minas do Rio de Contas no Oitocentos.

distanciarem-se dos familiares e amigos. Cientes da importância da família na luta cotidiana pela sobrevivência e, ainda, para a “[...] transmissão e reinterpretação da cultura e da experiência entre as gerações”,³³⁹ esses segmentos buscaram, direta e/ou indiretamente, estar presentes no cotidiano de seus familiares, fosse pela escolha do nome do filho, por um ensinamento dado à criança, pela escolha de padrinhos e madrinhas ou pela experiência de vida deixada por algum antepassado, como a formação de laços espirituais entre os irmãos das irmandades, como se verá adiante.

Esses segmentos vivenciaram a experiência do matrimônio, ou seja, legitimaram perante a Igreja Católica suas uniões conjugais: alguns pela segunda e terceira vezes, outros constituíram uniões consensuais com filhos naturais e netos(as). Noutras palavras, esses dados ratificam a importância dos laços de família para a vida desses sujeitos, visto que, em mais da metade das fontes examinadas, pôde-se constatar a presença da família no momento da morte e também na fase adulta e idosa, quando muitos cativos foram separados de seus familiares, alguns apenas juridicamente, pois conviviam na mesma Vila, fazenda, arraial e sítio, outros geograficamente, quando seus senhores se mudavam para outros termos. Todavia, o ir e vir desses sujeitos, percorrendo os “caminhos do sertão” entre as vilas, fazendas, arraiais e sítios, fosse desenvolvendo alguma atividade, em dias festivos ou ainda em tratamento médico, possibilitava-os a convivência familiar e a preservação dos laços de família. Conforme salienta Romulo de Oliveira Martins nos estudos sobre a vida escrava na Chapada Diamantina, no século XIX:

Apesar da opressão e privações a que eram submetidos cotidianamente, escravos e libertos demonstraram como imprimir novos significados para as suas vidas. A família tornou-se uma importante referência nesse processo de reconstrução afetiva do espaço social [...] Essa é uma questão que confirma o quanto a constituição das redes de relações familiares e sociais implicou em uma ‘vida de esperança’ para escravos e libertos [...].³⁴⁰

Maria Jacú, africana, liberta, procurou dar novos significados para sua vida. Casou-se três vezes e, sem dúvida, a cada união, buscou fazer renascer a “‘flor’, aquela nascida do encontro da cultura africana e afro-brasileira dos escravos com sua experiência no cativeiro”.³⁴¹ Ela viveu mais de oitenta anos e faleceu de “velhice”, em 1851.³⁴² Um dos

³³⁹ Slenes. Na *Senzala uma...*, p. 124.

³⁴⁰ Martins. “‘Vinha na fé...’”, p. 122.

³⁴¹ Slenes. Na *Senzala um...*, p. 141.

³⁴² Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 69.

esposos de Maria foi Manoel, africano, escravo pertencente ao professor Antonio Placido Dantas Barbosa, que foi sepultado no dia dezesseis de setembro de 1842, com todos os sacramentos, envolto em hábito branco, dentro da Capela do Rosário. Ele morreu com mais de oitenta anos de idade, de “catarrão”, certamente, alguma doença respiratória.³⁴³

Isabel Luciana de Souza, preta, liberta, moradora no Povoado de Riacho das Pedras, filha legítima de José Joaquim Pereira e Florencia Pereira, seguiu os passos dos pais, optou por legitimar sua união com Antonio Matheus, possivelmente livre. Ela também teve uma vida longa, morreu com setenta e dois anos de idade de “alienação mental”, na época já era viúva e o seu corpo, encomendado de cruz e estola, foi sepultado no cemitério da Matriz da Vila das Minas do Rio de Contas, no ano de 1880.³⁴⁴

E, ainda, no mesmo ano, foi registrado o óbito de Rosa de Moura Costa, parda, liberta, filha natural de Anna Maria, viúva de Thomaz (escravo, pertencente ao Major Francisco Justiniano de Moura Costa). Rosa faleceu com mais de oitenta anos e seu corpo, por caridade, foi sepultado também no cemitério da Matriz. Ela morreu de “estupor”, doença que afeta o sistema nervoso, com sintomas neuropsiquiátricos.³⁴⁵ O sobrenome de Rosa, Moura Costa, sugere que pertencera, antes de conquistar a liberdade, ao Major Francisco e que dividia as angústias, tensões e alegrias com o esposo Thomaz desde a época do cativo, ou seja, que a convivência com o companheiro pode ter estreitado as relações afetivas e fortalecido os laços do casal. Outro dado que reforça a importância dos laços de família também na hora da morte é que, como liberta e viúva, Rosa poderia ter buscado outras paragens a fim de se distanciar das tristes lembranças da vida em cativo e pleitear melhores condições de vida, no entanto, escolheu permanecer na região, ao lado “dos seus” até os últimos dias de vida.

Seguindo trajetórias de escravos e libertos na Bahia, no final do século XIX e início do XX, o historiador Walter Fraga, minuciosamente, explicita alguns motivos que contribuíram para a permanência de libertos nas localidades em que vivenciaram a dolorosa experiência da escravidão. Entre eles destaca que os laços familiares foram essenciais e estratégicos para os libertos.

*Os vínculos comunitários e familiares forjados durante a escravidão foram fundamentais para a sobrevivência da população negra liberta e importante fator de fixação nas localidades em que residiam. A proteção da família, dos companheiros de trabalho, e da vizinhança oferecia alguma garantia para a luta pela sobrevivência.*³⁴⁶

³⁴³ Ibid, fl. 39v.

³⁴⁴ Ibid, 1875-1914, fl. 25v.

³⁴⁵ Ibid. Sobre a doença ver: Karasch. *A vida dos...*, p. 244 e 499.

³⁴⁶ Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade...*, p. 250, grifos meus.

Dos 569 registros de óbitos analisados nesta pesquisa, em 309 atas, está explícito o convívio familiar desses segmentos, o equivalente a 54,3%. Ao examinar apenas os dados dos sepultamentos dos adultos (de doze a quarenta e cinco anos de idade) e dos idosos (de quarenta e seis anos acima), foi possível identificar o estado civil desses sujeitos, como pode ser observado na tabela 17 abaixo.

Tabela 17: Estado civil dos escravos e libertos acima de 10 anos, registrados nos livros de óbitos de Minas do Rio de Contas, nos anos de 1840 a 1888.

Gênero	Estado Civil				Total
	Viúvo (a)	Casado (a)	Solteiro (a)	Não Consta	
Feminino	15	13	45	62	135
Masculino	04	29	32	64	129
Total	18	41	110	171	264*

Fonte: Livros de registros dos óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas e das Filias da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Minas do Rio de Contas. 1825-1914 e 1836-1861.

* Deste total foram excluídos 52 registros (15 do gênero masculino e 37 do gênero feminino) de adultos e idosos em que não constava o estado civil, mas que possuíam a filiação, algumas identificadas como legítimas e outras, como naturais.

Os resultados apresentados na tabela 17 acima atestam que os sujeitos do gênero masculino casaram-se mais do que os do gênero feminino, isto é, a quantidade de uniões matrimoniais de escravos e libertos (25,6%) sobressaíram aos casamentos das mulheres cativas e libertas (20,7%) encontrados nos registros dos óbitos. Essa diferença também foi identificada nos registros de casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, nos anos de 1873 a 1888. No capítulo anterior, cruzando os dados dos registros de batismos, casamentos e óbitos, dissertei a respeito da legitimidade das uniões, ressaltando a predominância dos homens cativos e libertos casados em detrimento das escravas e libertas, em especial nas últimas décadas do século XIX. Para isso, uma possível explicação é a interferência direta e indireta do tráfico interprovincial de escravos, no alto sertão da Bahia.

Outro dado revelado na tabela 17 é o número maior de óbitos de cativas e libertas com mais doze anos de idade em relação aos escravos e libertos, no decorrer do século XIX. A quantidade superior de óbitos de mulheres pode ser analisada a partir da maternidade, do desejo de constituir famílias, estabelecer laços consanguíneos e espirituais e, quiçá, formar ou entrar para alguma comunidade, experiências que acabaram, algumas vezes, em fatalidade. A falta de condições mínimas de higiene para dar à luz causou a morte de muitas escravas, que, sem tratamento médico e ambiente adequado, acabavam falecendo no momento do parto, outras de “consequência de parto”, por “quebrantamento de parto”, de “resoluções de parto” e

ainda do “resultado da paridura de gêmeos”. Outro fator que pode ter contribuído para a mortalidade feminina é o fato de as mulheres cativas e libertas serem as mais afetadas pelas doenças epidêmicas que atingiu o alto sertão da Bahia, no curso do século XIX, a exemplo da “peste da bexiga”, como já demonstrado no presente texto.

Se, por um lado, a análise dos registros de óbitos permitiu entender um pouco mais os laços de famílias dos escravos e libertos; por outro, em alguns casos, foi possível identificar a mortalidade desses sujeitos como a responsável pela instabilidade familiar. Veja como, certamente, a morte de cinco filhos de Romana, escrava pertencente ao Major Bernardo Teixeira da Silva, moradora na Praça da Matriz na Vila de Minas do Rio de Contas, desestabilizou seus vínculos familiares.

Nos últimos anos de 1840, dois filhos de Romana falecem: a primeira com o nome de Maria, crioula, de três meses de idade, que morreu de “coqueluche” e foi enterrada no adro da Matriz do Santíssimo Sacramento; a segunda, registrada como “uma cria”, sem nome, identificação de gênero, idade e a causa do óbito, possivelmente, faleceu ainda recém-nascida e foi sepultada no adro da Capela do Rosário.³⁴⁷ Na década de 1850, mais dois filhos de Romana morrem: Benedicto e Agostinho, cabras, com um e dois anos de idade, respectivamente. O primeiro faleceu de “sarnas”; o segundo foi encontrado “morto na rede inesperadamente”; e ambos foram enterrados dentro da Matriz do Santíssimo Sacramento.³⁴⁸ Passaram-se alguns anos e a dor da perda se fez presente novamente na família de Romana, agora, foi a vez da filha, Sebastiana, preta, de vinte e oito anos, lavradora. Ela faleceu de “moléstias internas”, e seu corpo, “encomendado de cruz e estola”, com mortalha preta, foi enterrado no dia dezoito de dezembro de 1879, sem sacramentos, no cemitério da Matriz da Vila de Minas do Rio de Contas.³⁴⁹

Infelizmente não foi localizado, até o ano de 1888, no Arquivo Público de Rio de Contas, o inventário do Major Bernardo Teixeira ou outra fonte que possibilitasse conhecer um pouco mais da vida social de Romana, com isso, os dados encontrados sobre seus laços familiares limitaram-se apenas aos registros de óbitos. No entanto, é possível presumir que Romana matinha uma vida conjugal duradoura de, pelo menos, três décadas e, ainda, que optou por não legitimar a sua união perante a Igreja Católica, visto que seus filhos foram classificados como naturais.

³⁴⁷ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 59v e 62, respectivamente.

³⁴⁸ Ibid, fl. 66 e 87, respectivamente.

³⁴⁹ Ibid, 1874-1914, fl. 27.

Nota-se que, além da redução no número de membros da família de Romana, a morte dos quatro filhos pequenos pode ter provocado a ruptura dos vínculos familiares espirituais, como o compadrio, constituídos no sacramento do batismo. Carlos de Almeida Prado Bacellar, em estudo sobre os compadres e as comadres, comenta que

[...] muitos dos laços estabelecidos não perduraram. Isto é, os padrinhos tinham grandes chances de perder seus afilhados, graças a uma mortalidade bastante elevada, principalmente entre escravos. Ceifada precocemente a vida do recém-nascido, podemos supor que o vínculo de compadrio se esvaziava, estando desaparecida a razão de tudo – a criança. Entendemos que esta consideração deve ser importante para a análise dos laços estabelecidos de fato, que perduraram por muitos anos, e que devem ser diferenciados daqueles que se interromperam com dias ou meses de duração. Apadrinhar diversas vezes poderia ser sinal de prestígio do indivíduo, lembrado por alguma justa razão; mas poderia também ser sinal de uma mortalidade pronunciada, que podia ter destruído o laço de parentesco espiritual brevemente estabelecido.³⁵⁰

Outra família desestruturada pelas frequentes mortalidades no meio dos seus foi a do casal Manoel e Valentina, escravos pertencentes ao Major Jose Joaquim de Oliveira Rocha, morador na Vila de Minas do Rio de Contas. O primeiro registro de óbito referente a essa família foi o do filho Juvencio, crioulo, párvulo, que faleceu “não sei de que” (conforme anotou o pároco) e foi sepultado no dia dezessete de julho de 1843, de hábito branco, dentro da Capela do Rosário.³⁵¹ Tudo indica que o casal ainda não tinha legitimado a união perante a Igreja Católica, posto que Juvencio não foi classificado como filho legítimo, e passar pelo ritual do casamento era indispensável para legitimar a filiação, mesmo quando o casal tinha uma relação conjugal estável. Ainda na década de 1840, o filho legítimo Zacharias, crioulo, párvulo, também falece devido à doença do “mal do sete dias”, muito comum entre os recém-nascidos no alto sertão, no século XIX, e é enterrado com “cambrinha cor de rosa” dentro da Matriz.³⁵²

Parece que a família de Manoel e Valentina conseguiu se estabilizar por alguns anos, pois, no início da década de 1850, o casal teve mais uma filha de nome Raymunda, que

³⁵⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011, p.8.

³⁵¹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 42v.

³⁵² *Ibid.*, fl. 59v.

conseguiu viver por seis anos, falecendo no ano de 1856, de “maligna”, sendo sepultada também com “cambrinha cor de rosa” dentro da Matriz.³⁵³

Passados alguns anos, o patriarca Manoel falece aos quarenta e cinco anos de idade, de hydropesia, ou seja, “[...] inchação ou tumor preternatural do ventre, ou das pernas, ou do corpo todo, causada de uma agoa intercutanea, quando não há boa sanguinação no fígado”.³⁵⁴ Antes de falecer, recebeu os sacramentos da confissão e foi ungido, depois foi enterrado no adro da Matriz com mortalha de pano branco, no dia seis de fevereiro de 1861.³⁵⁵

Certamente, depois da morte do esposo, Valentina se envolveu em outro relacionamento, teve mais um filho e o batizou de Manoel, o qual veio a óbito, prematuramente com sete dias de nascido, por ter contraído a doença do “mal do sete dias”.³⁵⁶ Por fim, a matriarca Valentina, que veio a óbito decorrente de “moléstia do peito”, (tuberculose) com quarenta anos de idade, foi sepultada dentro da Capela de Nossa Senhora do Rosário, em maio de 1874.³⁵⁷ Percebe-se que a mortalidade escrava não somente desestruturou os laços familiares de Manoel e Valentina, mas, aos poucos, a família desse casal deixou de existir.

Embora a morte precoce de algum familiar tenha fragmentado ou, até mesmo, acabado com os vínculos familiares, através da análise dos registros de óbitos, foi possível constatar a importância da família para a vida escrava e liberta. Essas fontes revelam que muitos desses sujeitos foram reconhecidos no leito da morte a partir dos laços de família e assim foi possível identificar a presença do esposo (a), do pai, da mãe, de irmãos consanguíneos e, em alguns casos, dos avós, na luta cotidiana para a sobrevivência do grupo familiar.

Veja como foi importante a convivência familiar para Romana, escrava pertencente ao Tenente Manoel Ignacio Alves da Silva, e os sete filhos. Archangela, escrava pertencente ao mesmo Manoel, filha de Romana, perdeu o seu único filho, batizado de Manoel, nascido livre, decorrente do “mal do umbigo”, o qual veio a óbito com apenas três dias de idade, sendo sepultado no cemitério da Capela de Casa de Telha, no dia quinze de outubro de 1878. Nesse momento, ela pôde dividir a dor com os seis irmãos e a mãe, no entanto, os cuidados e carinho

³⁵³ Ibid, fl. 86. Não foi possível identificar o significado da doença “maligna”. Em alguns registros ela esta associada à febre, classificada como “febre maligna”.

³⁵⁴ BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico*. Itatiaia Editora, 1977, p. 263.

³⁵⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825-1874, fl. 101.

³⁵⁶ Ibid, fl. 106.

³⁵⁷ Ibid, fl. 139v.

da família não puderam assegurar a saúde e a vida à Archangela, que veio a óbito oito dias após o falecimento do filho, decorrente de complicações no parto.³⁵⁸

Cabe aqui tecer a trajetória da família de Romana. Cruzando as fontes eclesiásticas – batismo, casamentos e óbitos – com os livros de registros de notas do tabelionato e os inventários da Comarca das Minas do Rio de Contas oitocentista, foi possível conhecer um pouco mais da trajetória da família de Romana, suas relações e como estava amparada no meio dos seus. Filha legítima de Manoel e Joaquina, pretos, naturais da Costa da África, Romana nasceu no ano de 1826, em Minas do Rio de Contas. Na época, escravos, pertencentes a Manoel José do Bomfim, fazendeiro, residente na Fazenda do Barreiro, distrito de Boa Sentença. Juntamente com os pais e a companheira de cativo Maria, preta, foi doada em causa dote à filha de José, Maria Bernardina do Bomfim, em virtude do casamento da “senhorinha” com o tenente Manoel Ignacio Alves da Silva.³⁵⁹ Não se sabe ao certo em que ano passou a pertencer à família Alves da Silva, mas, sem dúvida, foi ainda criança, antes de 1833, ano em que os africanos Manoel e Joaquina aumentaram a família com o nascimento do filho Cypriano, preto, que, juntamente com os irmãos – Julia, parda, nascida em 1836; e Benedicto, pardo, em 1838 – foram identificados no inventário do Tenente Manoel como “crias da casa”, ou seja, quando os irmãos de Romana nasceram, elas já estavam alojadas na nova residência.³⁶⁰

Outro indício de que Manoel, Joaquina, Romana e Maria foram doados no final da década de 1820 e início da de 1830 é que, no início do ano de 1847, o sogro de Manoel Ignacio, Manoel José do Bomfim, falece e é feito o inventário amigável do patrimônio do casal, cujo espólio foi de Rs. 11:749\$790. Entre os bens declarados – móveis, prata, criações, terras e propriedades – estão quatorze escravos, sendo sete homens e sete mulheres, avaliados em Rs. 4:400\$000.³⁶¹ Romana, os pais e a companheira de cativo Maria não foram arrolados ou mencionados entre os semoventes, todavia, consta na declaração de dote que “cazando seo finado marido a sua filha Maria Bernardina do Bomfim com Manoel Ignacio Alves da Silva, dera em causa dote a quantia de um conto oito mil, e oito sentos reis”, decerto, o valor referente aos quatro escravos e mais alguns bens concedidos à Maria Bernardina na época do seu casamento.³⁶² E, talvez, em função de alguns anos após a oferta

³⁵⁸ Ibid, 1874-1915, fl. 20v.

³⁵⁹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Manoel Ignacio Alves da Silva. 1884-1885. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 194 / Doc 1432 / auto com 31 folhas. fl. 28-v.

³⁶⁰ Sobre os Crias da casa, ver o primeiro capítulo deste trabalho.

³⁶¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Manoel José do Bomfim. 1847-1847. Cx 77 / Est 03 / Prat 01 / Mç 150 / Doc 885 / auto com 18 folhas. fls. 2-v a 9.

³⁶² Ibid, fl. 7-v.

do dote e das transações de doações já estarem lavradas em cartório, a viúva, Dona Maria Angélica da Conceição, e os demais herdeiros acharam desnecessário disponibilizar detalhes do presente.

Passados alguns anos depois de instalados nas dependências do Tenente Manoel Ignacio, na Fazenda Pilões, Romana e os pais, Manoel e Joaquina, iniciam uma nova fase, a maternidade, e a partir dela, na medida do possível, estruturaram suas vidas, constituindo extensa rede de relações afetivas e sociais ancoradas nos laços de família e firmadas com o tempo. Seus vínculos excederam a formação primitiva do núcleo familiar consanguíneo (pai, mãe e filhos), os elos abarcaram avós, tios(as), sobrinhos(as), primos(as), isto é, parentes de segundo e terceiro grau, além dos laços espirituais de compadrio estabelecidos com padrinhos, madrinhas e testemunhas dos batizados e casamentos dos filhos, como será demonstrado no histograma 13 a seguir.

Aos vinte e quatro anos de idade, Romana dava à luz sua primeira filha e, doze anos depois, aos trinta e seis anos, teve o filho caçula. Seguiu os caminhos dos pais, os quais tiveram, no mínimo, quatro filhos legítimos (Romana, Cypriano, Julia e Benedicto), e concebeu sete filhos naturais. Por outro lado, optou por não estabelecer união conjugal legítima, todavia, manteve relações consensuais estáveis que perduraram, pelo menos, mais de uma década, tendo em vista que, nesse período, em intervalo médio de dois anos, ela gerou os filhos: Victoria, nascida em 1849; Archangela, em 1851; Genoveva, em 1853; Antonio, em 1855; Augusto, em 1857; Valdomiro, em 1859; e, por fim, Cassiano, em 1862.³⁶³ E como observado acima, em 1871, a filha Archangela, deu a ela um neto batizado de Manoel (nome do bisavô).

A primogênita do casal de africanos viveu longos anos ao lado dos pais, irmãos, filhos, sobrinhos e amigos, sujeitos livres e cativos, e constituiu uma família consanguínea extensa. Assim como Romana, a irmã Júlia também vivenciou a experiência da maternidade com Estevão, escravo, pertencente ao mesmo proprietário – o Tenente Manoel Ignacio – e tiveram seis filhos legítimos: Antônia, nascida em 1857; Prudencia, em 1861;³⁶⁴ Luciano, em 1862; Theodozia, em 1864; Caetana, em 1866; e Sara, nascida em 1868.³⁶⁵

³⁶³ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Manoel Ignacio Alves da Silva. 1884-1885. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 194 / Doc 1432 / auto com 31 folhas. fl. 28.

³⁶⁴ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livros de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1853-1863. Fls. 79 e 190 v.

³⁶⁵ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Manoel Ignacio Alves da Silva. 1884-1885. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 194 / Doc 1432 / auto com 31 folhas. fl. 28.

A família nuclear constituída, a princípio, pelos africanos Manoel e Joaquina ultrapassou os limites de sua formação primária – pais e filhos – alargando a convivência a genros, noras e seus filhos, bem como a compadres, comadres e amigos. Por causa das lacunas existentes na documentação eclesiástica de Minas do Rio de Contas oitocentista, não consegui encontrar os batizados dos quatro primeiros filhos de Romana nem dos quatro últimos de Júlia, mas, certamente, eles receberam os santos óleos do batismo, tendo em vista que essa prática foi recorrente na região, em especial, entre os proprietários de escravos que se utilizavam dos registros de batismos para ratificar a posse escrava, quando necessário. Por outro lado, para o escravo valer-se de qualquer outro ritual católico era preciso primeiro ter sido batizado, além do mais o batismo para esses sujeitos serviu para alargar e fortalecer suas redes de convívio e inserir os filhos na sociedade cristã católica. Como bem pontua Jonis Freire:

O batismo cristão se mostrou, no âmbito da sociedade brasileira, uma instituição forte e almejada por todos os estratos da população, significava a entrada do pagão no seio da Igreja Católica. Para os cativos não foi diferente. Aqueles indivíduos buscaram esse sacramento e estabeleceram a partir daquele momento relações de solidariedade e reciprocidade que se consubstanciaram por meio do compadrio (parentesco fictício).³⁶⁶

Ciente do papel do batismo na sociedade escravista na qual vivia, a escrava Romana, quatro meses após o nascimento do filho Augusto, pardo, levou-o para ser batizado, dando-lhe como padrinhos Justiniano de Oliveira Bastos e D. Antônia Sofia da Silva, sujeitos livres. No mesmo dia, a irmã Julia e o cunhado Estevão aproveitaram e também levaram para o batismo a filha legítima Antonia, cabra, de dois meses de idade, que teve D. Bernardina Maria de Souza como madrinha e Venceslau da Rocha Brito como padrinho, ambos livres. Os sacramentos foram ministrados pelo padre Manoel da Silva Leite no dia seis de setembro de 1857.³⁶⁷ Passaram-se quase três anos, em 1860, e lá estavam novamente na capela do Retiro, no povoado da Casa de Telha. Dessa vez, o casal Júlia e Estevão foi quem segurou no colo o pequeno Valdomiro, pardo, de quatro meses de idade, filho natural de Romana, para receber os santos óleos do batismo.³⁶⁸ No ano de 1862, foram realizados mais dois batismos na família: no mês de fevereiro, o da sua sobrinha, Prudência, cabra, filha legítima de Júlia, e Estevão, de dois meses de idade, que teve como padrinhos Joaquim Mendes e Francisca

³⁶⁶ Freire. “Escravidão e família...”, p.188.

³⁶⁷ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livros de registros de batizados realizados nas Capelas e filiais da Matriz desta Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas. 1853-1863. fl. 79.

³⁶⁸ *Ibid.*, fl. 163v.

Ribeiro, livres; e, em dezembro, foi a vez do caçula de Romana, Cassiano, pardo, de dois meses, que foi batizado por Alexandre Nunes e Anna, escrava pertencente à D. Maria Angelica da Conceição.³⁶⁹

Como se vê, entre os anos de 1849 a 1868, nasceram na Fazenda dos Pilões em Minas do Rio de Contas, ao menos, oito netas e cinco netos do casal de africanos Manoel e Joaquina, todos escravos pertencentes ao Tenente Manoel Ignacio Alves da Silva. Esses dados permitem pensar como a família escrava e, conseqüentemente, a reprodução natural foi importante para garantir a riqueza dos sertanejos no alto sertão da Bahia, como demonstrado no primeiro capítulo. Por outro, deve ter sido gratificante para os avós participar da criação direta dos netos e transmitir suas experiências de vida para filhos, genros, netos e amigos, assim como para estes saberem que poderiam contar com a sabedoria e os ensinamentos dos mais velhos. Vivências que muitas vezes foram constituídas em terrenos movediços e incertos a partir das lutas diárias para fortalecimento do grupo familiar, mas que conseguiram ultrapassar algumas fronteiras da escravidão, como, por exemplo, vivenciar a maternidade, acompanhar as fases dos filhos e transmiti-lhes suas heranças culturais.

Ao estudar sobre ser mãe e as estratégias de resistência das escravas contra seus senhores, a partir da literatura dos viajantes, no século XIX, Maria Lucia de Barros Morr relata sobre os conhecimentos que eram transmitidos para as crianças cativas e as atividades/funções desempenhadas por elas:

As crianças que ficavam na ‘casa grande’ eram empregadas no serviço particular do senhor e dos familiares deste. Faziam às vezes de pagem, de moleque-de-recados, ou criada [...] Nas fazendas, nos engenhos, nas chácaras e sítios, aos 8 anos, as crianças já eram enviadas às plantações, ou então beneficiavam café, descaroçavam algodão, descascavam e ralavam mandioca, fabricavam cestos e cordas, guiavam carro-de-boi, pastoreavam o gado. As meninas eram enviadas para verdadeiras escolas de mucamas onde aprendiam a bordar, a costurar, a pentear, a fazer bonecas e até mesmo a escrever. Os meninos eram mandados para aprender algum ofício mecânico: ferreiro, sapateiro, alfaiate, barbeiro, marceneiro, etc.³⁷⁰

Analisando o inventário do Tenente Manoel Ignacio Alves da Silva consegui conhecer alguns vestígios da vida cotidiana da família de Romana. Fazendeiro e dono de mais quatrocentos e vinte cabeças de gado vacum e cavala, o Tenente utilizava-se do serviço de, pelo menos, três vaqueiros para cuidar das criações que ficavam dispersas pelas terras da

³⁶⁹ Ibid, fl. 192.

³⁷⁰ MORR. Maria Lucia de Barros. “Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio”. In: *Revista História*, São Paulo. 120. p. 85-96, jan/jul.1989, p.89.

Fazenda Pilões e na Lagoa da Carahibas, sita no Capão da Volta, todas adquiridas por compra. O trato com o gado exigia grande esforço dos vaqueiros e, geralmente, era desenvolvido por pessoas de confiança. Para essa atividade, Manoel Ignacio contou com os cuidados dos irmãos e cunhado de Romana: Cypriano, Benedicto e Estevão.

Proprietário de engenho com água e tachos de cobre no Sítio Barreiro, o senhor contou com o casal, Manoel e Joaquina, Augusto e Cassiano (pais e filhos de Romana), dedicados ao serviço de lavoura, para desenvolver as atividades no campo e na “officina de farinha”, composta por “roda e mais pertences, e com forno de cobre” que possuía na Fazenda Pilões e no Sítio Retiro. Decerto, o serviço da lavoura foi ensinado e compartilhado pelos pais de Romana aos outros companheiros e netos, em especial, à netinha Theodozia, de sete anos, que, no período da matrícula (1872), foi classificada pelo Tenente como “servente”, isto é, sem especialidade no trabalho, mas que, desde muito nova, teve que aprender uma profissão.

Os serviços domésticos eram divididos entre Romana, as filhas e a irmã, as quais reversavam entre a casa onde os senhores residiam na Fazenda Pilões e a casa que possuíam no Sítio Barreiro. O cuidado com a alimentação era da responsabilidade da cozinheira Júlia e as demais atividades da casa eram partilhadas entre as costureiras, Romana e as filhas. A riqueza de Manoel Ignacio estava dividida entre ouro, prata, dinheiro, terras e propriedades, escravos e criações, visto que se concentravam nos dezenove cativos avaliados em Rs. 4:350\$000 e nos animais, calculados em Rs.7:372\$000. Assim, seu patrimônio inventariado, em 1884, alçava o valor de Rs. 15:490\$800.³⁷¹

A dinâmica econômica do inventário do Tenente Manoel Ignacio atesta as possibilidades de mobilidade espacial da família de Romana, como também dos demais companheiros de labuta, proporcionada pela vida econômica do fazendeiro. Isso não significa dizer que esses sujeitos transitavam pela região apenas para desenvolver as atividades do dia a dia que lhes cabiam, tendo em vista os batizados e as relações de compadrio demonstradas acima. Essas movimentações viabilizaram o contato, a preservação e o fortalecimento das relações sociais tecidas por esses sujeitos dentro e fora do cativeiro. Com exceção da irmã e do cunhado, que batizaram o pequeno Valdomiro – talvez, “p^r [ele] ser idiota”, Romana optou por preservar o filho e fortalecer os laços entre os parentes de sangue – ³⁷² nota-se que os compadres e comadres foram pessoas livres, de posses e prestígios e que residiam uns na vila, outros nas fazendas e sítios circunvizinhos, a exemplo da madrinha D. Bernardina Maria de

³⁷¹ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Manoel Ignacio Alves da Silva. 1884-1885. Cx 101 / Est 03 / Prat 05 / Mç 194 / Doc 1432 / auto com 31 folhas.

³⁷² Ibid, fl. 4v-7, grifo meu.

Souza, mãe do Tenente, que morava na Fazenda da Alagoa e cujo patrimônio aproximava-se aos Rs. 3:000,000, e o padrinho Justiniano de Oliveira Bastos, descendente de família rica e renomada na região e residente na Fazenda Pires, no atual município de Rio do Pires.³⁷³

Passados alguns anos, após o falecimento da filha Archangela e do neto Manoel (1878), a morte marcava novamente a família de Romana. Dessa vez, certamente, por favorecer uma explosão de sentimentos paradoxos, mudava o curso da vida dela e dos filhos. Aguardaram longos anos, imaginaram e lutaram diariamente por esse dia que, decerto, jamais o esqueceram. No dia “oito de dezembro de mil oito centos e oitenta e três, no Cemiterio da Capella filial do Senhor do Bomfim da Casa de Telha, sepultou-se o cadáver de Manoel Ignacio Alves da Silva”³⁷⁴ e iniciou-se uma nova fase na vida de Romana e dos filhos Victoria, Genoveva, Antonio, Augusto, Valdomiro e Cassiano, visto que seu senhor antes de falecer, em 1864, havia lhes prometido a manumissão depois da sua morte. O óbito do Tenente (1883) garantiu-lhes a tão esperada alforria, a qual lhes foi concedida há quase vinte anos atrás, mas registrada e válida apenas após a morte do senhor. Assim, três dias depois do sepultamento de Manoel Ignacio, Romana, juntamente com os filhos, foi ao cartório registrar a carta de liberdade conquistada “pelos bons serviços que a dita escrava e seus filhos” prestaram ao fazendeiro.³⁷⁵

Logo no florescer do ano de 1880, a família de Romana conquistou a liberdade mediante lutas e barganhas vivenciadas diariamente e, antes de findar essa década, tiveram sua família aumentada com o ingresso de noras e genros. Os assentos das uniões matrimoniais registrados no livro de casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas evidenciaram que outros núcleos familiares foram constituídos a partir do casal de africanos, Manoel e Joaquina. Dessa vez, as relações conjugais instituídas envolveram sujeitos livres, libertos e escravos de outrem, ou seja, uniões que se evadiram para além das fronteiras do cativo.³⁷⁶

Luciano da Silva, lavrador, filho legítimo de Julia (irmã de Romana) e Estevão, em 1886, casou-se “às nove horas da manhã, na Matriz do SS. Sacramento” com Manoella

³⁷³ APMRC. Seção Judiciária. Série Inventários. ID: Bernardina Maria de Souza. 1860-1868. Cx 85 / Est 03 / Prat 03 / Mç 167 / Doc 1142 / auto com 33; Ibid, ID: Claudio Manoel de Oliveira. 1849-1863. Cx 78 / Est. 03/ Prat 01 / Mç. 153 / Doc. 934 / auto com 75 folhas e Ibid, ID: Jose da Rocha Bastos. 1846-1848. Cx 76 / Est 03 / Prat 01 / Mç 148 / Doc 872 / auto com 86 folhas.

³⁷⁴ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1874-1915, fl. 44v.

³⁷⁵ APMRC. Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato n. 51 (1882-1885). Série cartas de liberdade. Cx 11 (não classificado) 1883, fl. 47. Sobre os trabalhos acerca da alforria, no século XIX, ver notas 93 e 104.

³⁷⁶ Para maiores detalhes sobre as relações conjugais de escravos e libertos, ver o segundo capítulo deste trabalho.

Seraphina de Jesus, costureira, livre, filha legítima de Zephyrino Rodrigues Alves (falecido) e Brigida Maria de Jesus, natural e residente na “parochia de N. Senhora do Allivio da Villa do Brejo Grande”, atual município de Ituaçu. Na época, o nubente, escravo, pertencente a José Alves da Silva (filho do Tenente), residia na Cidade de Minas do Rio de Contas. No ano seguinte, em 1887, Romana *Alves da Silva*, agora liberta, fez o casamento de quatro filhos também libertos: Genoveva *Alves da Silva*, costureira, com Januario, filho natural de Paula Maria Thereza, escravos, pertencentes a Venceslau José da Silva; Victoria *Alves da Silva*, costureira, com Elias, escravo, pertencente também a Venceslau e irmão de Januario; Cassiano *Alves da Silva*, lavrador, com Leocadia Roza da Silva, costureira, “escrava de outrem”, filha natural de Anna Eva e Augusto *Alves da Silva*, lavrador, com D. Sylvina Maria de Jesus, costureira, livre, filha legítima de Manoel Ignacio Moreira (falecido) e D. Maria Angelica do Espirito Santo.³⁷⁷

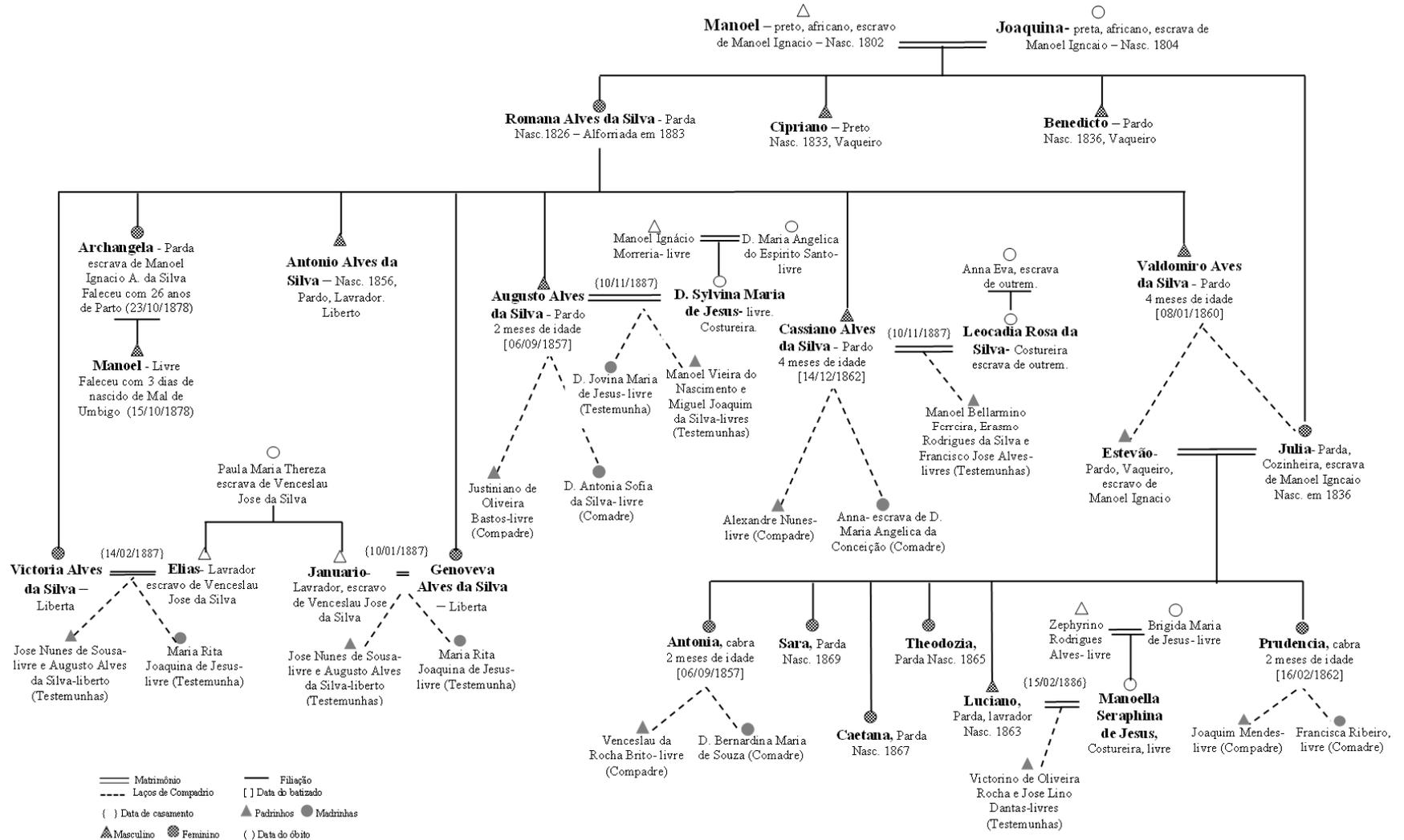
Observa-se que depois de conquistar a liberdade, Romana e os filhos adquiriram o sobrenome da antiga família senhorial, Alves da Silva, carregando no nome a marca da escravidão até a morte. Ao seguir os vestígios de vida dessa extensa família, certifiquei o quanto esses sujeitos lutaram para manter a coesão do grupo familiar, fosse através dos “bons serviços prestados” ou pelas alianças forjadas nas brechas da sociedade escravista da época mediante os batizados, apadrinhamentos, festividades e a participação nas Irmandades. Atestei foi que esses sujeitos souberam interpretar as experiências vivenciadas e buscaram imprimir novos significados para suas vidas dentro e fora do cativeiro.³⁷⁸

Os registros de óbitos aqui perscrutados, cruzados com outras fontes, possibilitaram a análise de experiências vivenciadas dentro e fora do cativeiro e nortearam a compreensão do quanto à família, não somente a consanguínea como também as de cunho espiritual, constituídos nas Irmandades, se tornou o fio condutor das trajetórias de vida de escravos e libertos no alto sertão da Bahia oitocentista e é sobre os laços espirituais da família diante da morte que irei dissertar no próximo tópico.

³⁷⁷ Acervo da Paróquia do SS. Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registros de casamentos. Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1873 a 1914, fls. 44, 48v, 49v, 54v e 55, respectivamente.

³⁷⁸ Slenes. *Na Senzala uma...*, p. 142.

Histograma 13: Laços de família de Romana, 1802-1887.



4.3. Laços espirituais da família: notas sobre a participação de escravos e libertos na irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Minas do Rio de Contas no Oitocentos.

Os registros de óbitos analisados nesta pesquisa atestam a participação de escravos e libertos em irmandades existentes em Minas do Rio de Contas, no século XIX, em especial, na irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Ainda revelam algumas conquistas concedidas ao irmão falecido no momento de seu enterro, como ser “conduzido em esquife” e ser sepultado dentro da capela em que era filiado, em sepulturas reservadas, sendo o seu velório acompanhado pelos irmãos da confraria. É sobre a participação desses segmentos nessa instituição religiosa e sobre os seus sepultamentos que irei dissertar no decorrer do texto.

Será útil, inicialmente, tecer breves comentários sobre o significado da irmandade para a vida escrava consoante à historiografia brasileira acerca do tema. De acordo com as pesquisas de João José Reis sobre as irmandades negra na Bahia, no Oitocentos, essas instituições eram uma “espécie de família ritual”, que “representava um espaço de relativa autonomia negra” na sociedade escravagista da época, na qual esses sujeitos puderam constituir significativas identidades sociais dentro e fora das confrarias, visto que as mesmas eram regidas por normas e estatutos próprios, com eleições para os cargos da mesa dirigente (juízes, tesoureiros, escrivães, dentre outros) e atividades nas quais os irmãos eram encarregados, como a organização de festas para o santo padroeiro e dos funerais, entre outras:

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. *Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua.* Seus associados contribuíam com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. *Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres.* Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juízes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivães e tesoureiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da mesa, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino. A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros – em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua – construía identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. *A irmandade era uma espécie de família*

*ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente.*³⁷⁹

Lucilene Reginaldo, ao estudar as irmandades negras na Bahia, no século XIX, revela como as Confrarias foram fundamentais para a preservação e manutenção dos laços sociais de negros e pardos naquele período. Para a autora, as organizações confraternais foram muito importantes para aqueles sujeitos que, cotidianamente, tinham que enfrentar os desafios da escravidão. Elas se tornaram em espaços particulares que foram se delimitando a partir das lutas cotidianas, dos arranjos e das alianças empreendidas nas vivências do dia a dia daquela população. Reginaldo indica que os festejos e as cerimônias religiosos organizados pelas irmandades foram fundamentais para a construção das identidades social-religiosas dos irmãos, como também o fortalecimento dos laços espirituais através da devoção ao santo padroeiro e das eleições de reis e rainhas negros. A autora afirma:

Classificadas genericamente em irmandades e ordens terceiras, as confrarias brasileiras, seguindo a herança metropolitana, tinham como objetivos principais: o auxílio aos membros, nos momentos de dificuldade financeira ou por motivo de doença; a garantia de um funeral cristão para os irmãos e seus familiares; e, de maneira especial, a promoção da devoção ao santo padroeiro da confraria.³⁸⁰

Ainda na Bahia do século XVIII, mas no sertão do rio São Francisco, os estudos de Gabriela Amorim Nogueira acerca das experiências familiares e comunitárias de escravos e forros revelam a participação de africanos, crioulos, escravos e forros na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos assim como nos festejos e novenas dedicadas à santa. Para Nogueira, essas confrarias “[...] constituíram-se em *locus* da expressividade das manifestações religiosas e sociais [...]. Esses espaços tornavam-se lugares de sociabilidade entre africanos, crioulos, indígenas e europeus recriando práticas sociais e conservando outras tradições”.³⁸¹

A historiadora Silvia Hunold Lara, ao estudar as irmandades na América portuguesa setecentista, aponta que as pesquisas sobre este tema na historiografia brasileira estão oscilando entre duas vertentes: de um lado, as irmandades serviram como mecanismo de acomodação para escravos e libertos; por outro, como meio de resistência. Consoante a esses estudos, Lara evidencia que as festa e atividades das confrarias religiosas encerravam uma ambivalência, por constituir “[...] um corpo político e social que expressava valores e

³⁷⁹ REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7-33. p. 4, grifos meus.

³⁸⁰ REGINALDO, Lucilene. “Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidade africanas na Bahia Setecentista”. (Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2005), p. 71.

³⁸¹Nogueira. “Viver por si?...”, p. 77.

reivindicações” ao passo que neutralizavam as tensões sociais vivências no cotidiano, fortalecendo identidades e laços de solidariedade entre a população “de cor” e por, simultaneamente, “garantir a continuidade do domínio senhorial”.³⁸² Segundo a autora:

Assim tais festas e atividades podiam ser aceitas, incentivadas ou simplesmente toleradas, para reiterar o princípio da igualdade entre cristãos, reforçar o proselitismo católico, ou serem utilizadas como parte das estratégias para acomodar tensões entre escravos e senhores ou integrar cativos e libertos à ordem social.³⁸³

Analisando alguns vestígios encontrados no arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador e no arquivo público de Rio de Contas, acredito que no decorrer do século XIX, havia em Minas do Rio de Contas outras irmandades além da confraria de Nossa Senhora do Rosário, como as irmandades de São João Baptista e a de Nossa Senhora Santana. No entanto, os assentos de óbitos aqui analisados não revelaram, para o período estudado, a participação de escravos e libertos em outras instituições religiosas, o que não significa atestar que esses sujeitos não se associaram a outras irmandades.

Muito embora não tenha encontrado o livro de compromisso ou atas da irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Minas do Rio de Contas, que possibilitariam discussões mais aprofundadas sobre a criação e a atuação da mesma na sociedade riocontense, tudo indica que ela foi criada em meados do século XVIII, antes de ser erguida a capela sob a invocação da santa padroeira, visto que, geralmente, as irmandades eram organizadas antes da construção das respectivas igrejas a fim de conseguir verbas para as eventuais despesas.

As pesquisas de Kátia Lorena Almeida corroboram com esta assertiva. De acordo com Almeida, a Matriz de Santo Antônio do Mato Grosso, erguida no início do século XVIII, no arraial do mesmo nome, abrigava a capela da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, além de outras confrarias religiosas como a de Santo Antônio, do Santíssimo Sacramento e de Santa Ifigênia, sendo construída a capela do Rosário posterior à organização da irmandade. Analisando o livro de eleição e assento da irmandade de Santa Ifigênia setecentista, a autora revela que havia certa hostilidade entre os irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e ainda entre eles e os confrades de Santa Ifigênia. Um dos motivos era a criação da capela do Rosário na Vila de Minas do Rio de Contas para que a mesma se desvinculasse da Matriz de Santo Antônio do Mato Grosso. Certamente que, para além do anseio de separar as igrejas, estava implícito o desejo de separação racial, posto que,

³⁸² Lara. *Fragmentos Setecentista...*, p. 210 e 211.

³⁸³ *Ibid.*, p. 212.

como o próprio nome da irmandade – Rosário dos Pretos – sugere, decerto, predominavam nesta confraria os “homens de cor”. Segundo Almeida:

Em janeiro de 1754, o advogado José Fernandes Duarte fez uma escritura de patrimônio perpétuo e coobrigação para erigir uma capela sob invocação de Nossa Senhora do Rosário na vila de Rio de Contas. Uma década após essa escritura pública, encontro esse advogado em litígio com os irmãos da irmandade de Santa Ifigênia e também a de Nossa Senhora do Rosário, pois queria impedir que aquela erigisse sua capela na matriz de Santo Antônio, no arraial do Mato Grosso, e a outra continuasse com sua ermida na mesma matriz. Duarte queria que os negros cultuassem sua devoção na vila e não mais no arraial de Mato Grosso, quicá porque ali poderiam ser melhor controlados pelos senhores e pelo próprio padre.³⁸⁴

Os livros de óbitos oitocentistas das freguesias de Nossa Senhora do Livramento e do Santíssimo Sacramento revela um número pequeno de escravos e libertos que eram confrades na irmandade de Nossa Senhora do Rosário, comparado com o total de assentos analisados, ou seja, o equivalente a 2,5% das 569 atas analisadas. Mesmo com números singelos, a participação de escravos e libertos nesta confraria não deixa ser significativa para suas vidas, vez que, por meio dela, esses segmentos puderam construir espaços sociais em que compartilhavam, sobretudo, suas heranças culturais e experiências e ainda constituíam laços de solidariedade e compaixão que ultrapassavam os limites da vida sendo lembrados após a morte, seja nas missas ofertadas ao irmão morto ou na ajuda concedida aos familiares do falecido.

Veja, por exemplo, o assento do óbito de Bento, crioulo, escravo, pertencente ao Capitão Francisco Justiniano de Moura Costa.

Aos vinte e quatrodo mesmo mez [de fevereiro de mil oito centos e cinquenta e quatro] na *Capella do Rosario* encomendei o corpo de Bento crioulo de idade de vinte nove annos escravo do Capitão Francisco Justiniano de Moura Costa, sendo confessado, e ungido o qual morreu de inflamação interna, que já a muito soffria foi *conduzido em esquife*, e sepultado dentro como *irmão da Irmandade*, sendo acompanhado por ella. Do que, para constar mandei fazer este assento, em que me assigno.

O P.^e Jeronymo Dantas Barbosa.³⁸⁵

Nota-se que, há tempos, Bento padecia de “inflamação interna”, e, por ser “irmão da Irmandade”, certamente, contou com a ajuda da mesma no tratamento de sua enfermidade, tendo em vista que, segundo os autores supracitados, um dos compromissos das confrarias

³⁸⁴ Almeida. “Escravos e Libertos...”, p. 45-46.

³⁸⁵ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fl. 78, grifos meus.

religiosas era o de dar assistência aos irmãos e irmãs doentes. Segundo Reginaldo “[...] a ala feminina da irmandade tinha participação ativa e imprescindível” nessa função.³⁸⁶ Mesmo com tais cuidados, Bento veio a óbito no dia vinte e quatro de fevereiro de 1854, com vinte e nove anos de idade, recebendo os sacramentos da confissão e unção. Seu corpo foi conduzido em esquife e sepultado dentro da capela do Rosário, sendo o seu enterro acompanhado pelos confrades.

Assim como Bento outros companheiros de cativo também se associaram à irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Esse foi o caso de Andressa, crioula, escrava pertencente ao professor Francisco de Assis e casada com Protacio. O casal possuía, ao menos, um filho, Benedicto, crioulo, que faleceu com dois anos de idade, de “catarrão”, cujo corpo foi amortalhado em habito vermelho e sepultado dentro da Matriz do Santíssimo Sacramento, no dia dezanove de julho de 1842, quiçá, assistido e acompanhado pela irmandade da mãe. Dois anos depois do óbito do filho, Andressa contraiu a “peste da bexiga” e morreu com mais ou menos trinta anos. Por ser associada à irmandade do Rosário, foi enterrada “dentro da Capella de Senhora Sant’Anna”. Seu sepultamento foi gratuitamente como os demais sujeitos que também faleceram desta “peste”.³⁸⁷

Anna, africana, escrava, pertencente a Victotino José de Miranda, faleceu com mais de cinquenta e cinco anos de idade e a *causa mortis* não foi revelada pelo padre Jeronymo José das Neves, mas, antes de falecer, recebeu o sacramento da confissão e unção. Foi sepultada dentro da “Capella do Rozario de que era Irmã” no dia dezoito de novembro de 1862.³⁸⁸

O liberto Conrado de Tal, que, desde os tempos em que era escravo, pertencente a João Jose Dias, já era associado à irmandade do Rosário e contribuía com a taxa anual de Rs. \$300 (trezentos réis), assim como as irmãs, companheiros da mesma posse de João Dias: Francisca, Lizarda e Maria. Consta no livro de receitas e despesas da irmandade de Nossa Senhora do Rosário que desde o ano de 1843 esses sujeitos vinham contribuído com a anuidade da confraria, porém não foi possível certificar o ano preciso em que eles se filiaram.³⁸⁹

Percebe-se que os sepultamentos de Andressa e Benedicto foram realizados em capelas diferentes à da confraria do Rosário, isto porque, nesse período, segundo alguns

³⁸⁶ Reginaldo. “Os Rosários dos...”, p. 203.

³⁸⁷ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fls. 39v e 48v, respectivamente.

³⁸⁸ Ibid, fl. 104v.

³⁸⁹ APMRC. Seção Eclesiástica. Série Registro de Irmandade. Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. 1823-1853. Cx 01 / Est. 01/ Mç. 04 / Doc. 07 / Documento com 131 folhas, incompleto, fls. 100 a 106v.

indícios encontrados no arquivo municipal de Rio de Contas, desde o ano de 1839, a capela de Nossa Senhora do Rosário estava sendo reformada. Quase dez anos depois, o tesoureiro da irmandade declara que, entre escravos com ofício de pedreiro e os que trabalhavam por jornal, gastou quase Rs. 400\$000 com os reparos na Igreja do Rosário.³⁹⁰

Os assentos de óbitos de Guilherme, pardo, e de Anna Maria, crioula, escravos, pertencentes ao major Jose Joaquim de Oliveira Rocha e Marciano Vieira Celio, respectivamente, residentes na Villa de Minas do Rio de Contas, não informa se eles pertenciam a alguma irmandade, no entanto, ele foi enterrado “na sepultura de número trinta e sete da parte da irmandade”, ela, “na parte da Irmandade número doze” e ambos dentro da Matriz do Santíssimo Sacramento. Guilherme faleceu de “moléstia no cérebro” com dez anos de idade, seu corpo foi “involto em cambrainha preta” e enterrado no dia sete de setembro de 1854. Anna Maria, com mais de quarenta anos, morreu devido a “molestias interiores talvez gálicas”, recebeu os sacramentos e foi sepultada com habito branco no dia dezoito de novembro de 1855.³⁹¹

Os dados apresentados nessas atas facultam a pensar que, antes de falecer, eles solicitaram e pagaram os serviços prestados pela confraria, nesses casos, não necessariamente aos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, posto que, como já mencionado, na região existiram outras instituições religiosas que, certamente, também prestavam esses tipos de serviços. É possível presumir que esses sujeitos desfrutavam de certo prestígio socioeconômico, tendo em vista que foram sepultados dentro da Matriz e não no adro ou nas demais capelas da Vila, como, geralmente, ocorria com seus companheiros de cativo.

O caso do cativo Guilherme é bastante instigante por ainda ser criança e, decerto, não possuir alguma ocupação que lhe garantisse alguma renda para arcar com os serviços da irmandade. Conquanto o seu registo de batismo forneça alguns indícios que permite supor que seus pais, Venancio de Tal e Joanna de Tal, sujeitos forros, tinham condições de assumir tais despesas, vez que, desde a época do batizado do filho (1843) já haviam conquistado a alforria e, por certo, usufruíam de algum recurso financeiro, fosse trabalhando como agradados e/ou meeiros nas propriedades sertanejas ou em alguma outra ocupação na Vila.³⁹²

³⁹⁰ Ibid, fl. 108.

³⁹¹ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fls. 78v e 82, respectivamente.

³⁹² Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Assentos dos batismos que foram feitos fora da Matriz do Santíssimo Sacramento da Vila do Rio de Contas. 1838-1859, fl. 70.

Para Lucilene Reginaldo, em estudos sobre os compromissos da irmandade do Rosário da Conceição da Praia, havia os sujeitos, não associados à confraria, que manifestavam o desejo de ser enterrados conforme a esquiife da irmandade. Para isso, eles pagavam cinco patacas e “os muito pobres poderiam pagar menos, quanto aos forros, comprovada sua extrema pobreza, seriam enterrados, ‘pelo amor de Deus’”.³⁹³

Os registros de óbitos de Rita, escrava pertencente a Ignacio Pires de Carvalho, e do liberto Francisco Dantas Barbosa permitem sugerir como eram realizados os sepultamentos dos irmãos da irmandade do Rosário. Ambos os corpos foram conduzidos em esquiife, acompanhado pela irmandade e enterrados dentro da Capela do Rosário. Rita faleceu aos vinte e um anos de idade, de causa não declarada e recebeu os sacramentos da penitência e extrema unção. Já Francisco viveu longos anos, morreu com quase noventa anos de idade, de “Hydropesia”, e seu corpo foi envolto em habito branco, porém, não recebeu os sacramentos.³⁹⁴

Os assentos de óbitos revelam que os sepultamentos de escravos e libertos associados, a princípio, eram realizados dentro das igrejas e capelas e, provavelmente, a partir de meados da década de 1860, passaram a ser feitos no cemitério construído na Vila, independente de pertencerem ou não a alguma irmandade. Por exemplo, Roza, liberta, viúva de Francisco Alves da Conceição, também liberto, contribuía, desde meados da década de 1840, com a anuidade da irmandade do Rosário. Quando a esposa faleceu, em 1875, com setenta anos de idade de “moléstia interna”, recebeu todos os sacramentos, seu corpo foi envolto em pano branco, encomendado de cruz e estola e enterrado no cemitério da Matriz da Vila Nova de Minas do Rio de Contas.³⁹⁵

Ainda conforme Reginaldo, os irmãos tinham o direito ao cortejo fúnebre, “[...] além de oito missas pela sua alma. Seus filhos, menores de dezesseis anos, também tinham direito ao acompanhamento mortuário”. Para a autora, esse cuidado era a garantia de um sepultamento decente e a certeza de um lugar seguro e sagrado para enterrar seus confrades. Era necessária, para isso, a presença de “[...] um ou mais sacerdotes, acompanhamento, senão pomposo, ao menos, digno e honrado”.³⁹⁶

³⁹³ Reginaldo. “Os Rosários dos...”, p. 121.

³⁹⁴ Acervo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA. Livro de registro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas. 1825 a 1874, fls. 136v e 140, respectivamente. Sobre o significado da doença, ver nota 67.

³⁹⁵ Ibid. 1875 a 1914, fl. 2. APMRC. Seção Eclesiástica. Série Registro de Irmandade. Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. 1823-1853. Cx 01 / Est. 01/ Mç. 04 / Doc. 07 / Documento com 131 folhas, incompleto, fls. 101v.

³⁹⁶ Reginaldo. “Os Rosários dos...”, p. 121.

Ao pesquisar as irmandades e os cortejos fúnebres, no século XIX, o historiador João José Reis, ressalta que “a pompa fúnebre fazia parte da tradição cerimonial das confrarias, formando, ao lado das festas de santo, importante fonte de prestígio”. Para o autor, a tradição popular considera os cuidados ofertados ao moribundo uma “morte bonita”, “mas morrer assim representava um esforço coletivo. Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão”.³⁹⁷ Certamente, essa era a visão da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Minas do Rio de Contas, no Oitocentos, posto que, depreende-se dos óbitos analisados esse zelo para com o corpo e o sepultamento do irmão.

A preocupação com a “boa morte” também foi identificada por Júnia Ferreira Furtado ao estudar os rituais fúnebres de forros e livres associados às irmandades, em Minas Gerais, no século XVIII. A pesquisadora reconhece as confrarias como *locus* de sociabilidade e reconhecimento social no seio da comunidade:

As Irmandades serviam para o reconhecimento dos lugares sociais de cada um no seio da comunidade, e eram locais para exercício de uma série de direitos, inclusive o de ser enterrado, na medida que as tumbas, localizadas dentro das Igrejas, pertenciam e eram administradas por elas. Entre os direitos oferecidos aos irmãos, estava a garantia de uma série de sufrágios na hora da morte, como a celebração de missas, os gastos com o enterro, o direito de ser enterrado com o hábito da ordem, ritos de passagem que deviam assegurar a salvação da alma do irmão.³⁹⁸

O livro de receitas e despesas da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1823 a 1853, permite sugerir como a mesma era organizada. Não foi possível verificar como eram realizadas as eleições para os cargos da mesa dirigente, mas identifiquei a existência de reis e rainhas, juízes e juízas, tesoureiros, mesária e mesário, e associados, presumivelmente, seus mandatos tinham a duração de um ano.

Em 1840, o rei era Jose Ferreira dos Anjos e a rainha, D. Quiteria Ferreira dos Anjos, sujeitos livres e, quiçá, parentes. As escravas Joanna, Francisca, Edovirges e Lucinda participavam da administração da confraria como juízas e os mesários eram Francisco Pereira Torres, Gregório Rodrigues e Victorino Ribeiro da Silva. O rei declarou nas receitas da irmandade o depósito de Rs. 12\$000; Rs. 2\$120 foi depositado pelas juízas e Rs. 1\$800 pelos mesários (seiscentos réis de cada), entre outros valores recolhidos dos associados, alguns

³⁹⁷ REIS, João José. *Morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 144 e 100, respectivamente.

³⁹⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. “Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas”. In: JANCSÓ, István e KANTOR, IrisFesta: *Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. v. 1. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2001, p.6.

mensais e outros anualmente. Nesse mesmo período, o tesoureiro, José Joaquim da Silva, ao fazer o levantamento das despesas, declara que gastou com a provisão do vigário geral para a exposição do santíssimo Sacramento na festa, com a música, fogos de artifício, ceras, rosários incensos, com a missa no primeiro domingo, na forma do costume, e com a celebração da missa da posse dos novos oficiais da irmandade, entre outros gastos.

Os dados perscrutados no livro de receita e despesas indicam como a irmandade do Rosário de Minas do Rio de Contas oitocentista era dinâmica e como, constantemente, criava e recriava os espaços de sociabilidade entre os sujeitos, presumivelmente, independente da cor, mas, claro, com hierarquias internas sociais e raciais, haja vista que, “as irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”.³⁹⁹ Com eleições anuais, celebrações na festa da padroeira, missas para receber os novos irmãos, além da missa mensal a cada primeiro domingo do mês e das missas para a alma do irmão falecido, dentre outros eventos promovidos, ela proporcionava a formação e renovação dos laços de família espirituais, na medida em que facultava a criação de “redes de proteção e identificação social mais amplas que aquelas criadas pelo parentesco ou pela vizinhança”.⁴⁰⁰

Os livros de óbitos e o livro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, aqui perscrutados, facultaram, mesmo que brevemente, aproximações de experiências de escravos e libertos, confrades ou não, e conduziram a compreensões da importância dos laços espirituais de família nos arranjos cotidianos pela sobrevivência no meio do seus. Além disso, é possível atestar que os vínculos de convivências constituídos nas festividades e/ou celebrações promovidas pela irmandade não se restringiram aos compromissos e deveres da mesma, eles, decerto, resultaram em duradouras relações de respeito, cumplicidade e amizade.

³⁹⁹ Reis. *A morte é...*, p.51.

⁴⁰⁰ Vianna. *O idioma da...*, p. 140.

5. CONSIDERAÇÃO FINAIS

O presente trabalho dedicou-se ao estudo das relações familiares e sociais de escravos e libertos em Minas do Rio de Contas, entre os anos de 1840 a 1888. Visando compreender a importância e possíveis significados dos laços de família para a vida desses sujeitos, numa conjuntura de desmonte da instituição escravista, que parece menos favorável a integridade de famílias nos sertões da Bahia.

Durante o século XIX, Minas do Rio de Contas foi um importante polo econômico e social no alto sertão. Suas maiores riquezas concentravam-se, sobretudo, na criação, no comércio e na pecuária. O ativo comércio de gado, escravos, algodão, entre outras mercadorias, foi essencial para o sustento do mercado interno. Esses produtos eram negociados com comerciantes, atravessadores (os quais muitas vezes burlavam o fisco da Coroa Portuguesa), e tropeiros. Desse modo, é possível pensar na importância das vias terrestres e fluviais para a existência e dinâmica do mercado interno na região, as quais interligavam as vilas, arraiais e fazendas com os caminhos do sertão e possibilitavam o escoamento de mercadorias. Essas rotas e estradas eram percorridas por tropeiros e suas tropas onde passavam dias e meses entregando e comercializando mercadorias.

A análise das fontes impressas e dos registros eclesiásticos permitiu compreender algumas nuances da economia sertaneja, a qual estava atrelada à dinâmica do mercado interno e externo, o ir e vir de sujeitos e mercadorias entre as vilas, arraiais, fazendas e roças e, assim, o tear de redes socioeconômicas na labuta dos sertanejos pela sobrevivência. Foi nesse cenário que muitos escravos e libertos reconstituíram suas vidas e estabeleceram laços de amizade, afetividade e solidariedade, fosse no labutar do dia a dia ou nos festejos e comemorações da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e, ainda, nos batizados e casamentos, muitos realizados em atos de desobriga.

A pesquisa nos diversos tipos de documentos permitiu conhecer algumas nuances da escravidão no alto sertão e examinar o perfil da posse escrava, em que predomina o pequeno e médio proprietário, e a experiência da cor de escravos e libertos, cuja categoria era alterada a depender do lugar social do sujeito e de quem produzia o documento, sendo que os casos em que foi possível identificar a mudança da cor foram de sujeitos com vínculos familiares. Noutras palavras, a mudança da cor, em alguns casos, estava relacionada com estado matrimonial desses segmentos, ou seja, a classificação de cor também foi alterada a partir da formação dos laços de família.

Os laços de família, consanguíneos e espirituais, foram a base para sobrevivência do grupo familiar de muitos escravos libertos no alto sertão, assim como foi a partir da família que esses segmentos constituíam vínculos de sociabilidade e solidariedade com pessoas de diferentes estatutos jurídico e social. Para esses sujeitos, os laços familiares possibilitaram a realização do projeto de liberdade vivenciado entre a família, a estabilidade familiar com vínculos por mais de três décadas, facultaram certo grau de autonomia para a vida escrava, bem como a preservação e a continuação das heranças culturais.

A análise dessas fontes facultou ainda, compreender alguns aspectos da vida escrava a partir de suas próprias escolhas, como a rede familiar e social tecida por esses sujeitos em meio as suas lutas pela sobrevivência no meio do sertão. Os livros de óbitos e o livro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário possibilitaram aproximações de experiências de escravos e libertos, confrades ou não, e conduziram a compreensões da importância dos laços espirituais de família nos arranjos cotidianos, inclusive, no leito da morte.

Contudo, ainda há muito da vida de escravos e libertos para se analisar e compreender. Muitos vestígios da vida sertaneja ainda estão sob o embrulho dos maços e caixas nos arquivos eclesiásticos, públicos e privados.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Fontes manuscritas:

Arquivo da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Rio de Contas. Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA.

- Livro de Registro de Batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa e Minas do Rio de Contas – 1838 a 1859.
- Livro de Registro de Batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas – 1856 a 1863.
- Livro de Registro de Batismo da Paróquia do Santíssimo Sacramento da Cidade de Minas do Rio de Contas – 1887 a 1905.
- Livro de Registro de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas, 1873 a 1888.
- Livro de Registro de Óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial – 1825 a 1874.
- Livro de Registro de Óbitos da Matriz e suas filias: Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério Paroquial – 1874 a 1915.
- Livro de Registro de Óbitos das filiais da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento da Vila do Rio de Contas – 1839 a 1861.

Arquivo Público Municipal de Rio de Contas – APMRC.

- Autos de Inventários da comarca de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.
- Autos crimes da comarca de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.
- Livros de Nota do Tabelionato. Escrituras de carta de liberdade, 1840-1888.
- Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1823-1853.

Arquivo Público da Bahia – APB:

- Secção Colonial e Provincial. Governo da Província. Juizes de Minas do Rio de Contas, 1840-1888.

Lei 581 de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz). Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/lei_euzebio.pdf

Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/leidoventre.pdf>

Fontes Sonoras:

- MELLO, Elomar Figueira de. *Auto da Catingueira*. Vitória da Conquista - BA: Rio Gavião, 1983. 2 discos sonoros, 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol.
- MELLO, Elomar Figueira de. *Das Barrancas do Rio Gavião*. São Paulo: Polygram, 1973.

Fontes impressas:

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo – aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Livros, teses e artigos:

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. “Escravos e Libertos nas Minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII”. (Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2012-B)

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX”. (Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1994).

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”, in. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú: ABEP, 2004.

CHALHOUB, S.; SILVA, F.T. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, in: *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Iraci Del Nero, SLENES, Robert W. e STUART, B. Schwartz. “Família escrava em Lorena (1801)”. In. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. & KLEIN, Herbert S. (Org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”, in *Projeto História*, n. 17, pp. 223-258, 1998.

_____. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. “Teoria e Métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In. COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (Org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, 1992.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: Documentos, notas e Ensaio Diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premium, 2003.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX”. (Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2008).

_____. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX”, in: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e Liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FARIA, Sheila de Castro e SLENES, Robert W. “Família escrava e trabalho”. *Revista Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Departamento de história. Rio de Janeiro: Sete Letras, nº6, 1998.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. “Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2008).

FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza: Premium, 2003.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. FRAGA

FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FREIRE, Jonis. “Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista”, (Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009).

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GINZBURG, Carlo. “O Nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Ed. Bertrand Brasil, Cad. Memória e Sociedade, 1989.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João José (org). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E.P.Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: *Projeto História*, nº 12 (1995): 43-56.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. “Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)”. In. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. & KLEIN, Herbert S. (Org.). *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

MACHADO, Cacilda. “As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX”, in. *Revista Brasileira de História*, vol.26, nº52. Jul – dez, 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. “Os registros paroquiais e a História do Brasil”. In: *Varia História*, n. 31, Jan. 2004, pp. 13-20.

MARTINS, Rômulo de Oliveira. “‘Vinha na fé de trabalhar em diamantes’. Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina – BA (1840 – 1888)”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2013).

MARTINS, Taiane Dantas. “Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2010).

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed, rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. Salvador: Corrupio/CNPq, 1988.

_____. “O filho da escrava (em torna da Lei do Ventre Livre)”. In. *Revista Brasileira de História*, V 8, n. 16, p 37-55, 1988.

_____. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio. “A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos”. In: SAMARA, Eni Mesquita (org). *Historiografia brasileira em destaque: ‘olhares, recortes e tendências’*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002, p. 251-52.

_____. e VALENTIM, Agnaldo. “A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. In: *Afro-Ásia*, n 27, p. 161-192, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista”. In: *Afro-Ásia*, n. 24, p. 97-128, 2000.

_____. “Posseiros, Rendeiros e Proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)”, (Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2003).

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “‘Viver por si’, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no ‘Certam de Cima do Sam Francisco’ (1730-1790)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2011).

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes Oliveira. *O liberto: seu mundo e os outros, Salvador 1790-1890*. São Paulo/Brasília, Corrupio/CNPq, 1988.

_____. “Quem eram os “Negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia”. In: *Afro-Ásia*, n. 29/30, p. 37-73, 1997.

PINA, Maria Cristina Dantas, “Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000).

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830- 1888*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

_____. *Domingos Pereira Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

_____, GOMES; Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010,

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2001.

_____. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2007).

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

SANTANA, Napoliana Pereira. “Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)”. (Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. 2012).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.

SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

_____. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”. In. NOVAIS, Fernando A. (Cord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: companhia das Letras, vol.2, 1997, PP. 233-290.

_____. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX”. In: Estudos Econômicos. São Paulo: 17(2), 1987.

TEIXEIRA, Maria Heloísa. “Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001).

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina de. “Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2006).

_____. “O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX)”. In: *Afro-Ásia*, n.28, p. 147-178, 2002.

VOGT, Carlos, FRY, Peter e SLENES, Robert. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.